

# Relatório de Prestação de Contas

do Ministério Público Federal

no exercício de 2017



# **Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal**

no exercício de 2017

Brasília – DF  
MPF  
2017

## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **Procuradora-Geral da República**

Raquel Elias Ferreira Dodge

### **Vice-Procurador-Geral da República**

Luciano Mariz Maia

### **Vice-Procurador-Geral Eleitoral**

Humberto Jacques de Medeiros

### **Corregedor-Geral do Ministério Público Federal**

Oswaldo José Barbosa Silva

### **Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal**

Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

### **Secretário-Geral do Ministério Público da União**

Alexandre Camanho de Assis

### **Secretária-Geral Adjunta do Ministério Público da União**

Cláudia de Fátima Marques Roque

# **Prestação de Contas Anual**

## **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

**Unidades Consolidadas:** O MPF, como unidade consolidadora, é composto em sua estrutura pelas seguintes Unidades Gestoras: a Procuradoria-Geral da República (sede), cinco Procuradorias Regionais da República e vinte e sete Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal

**Brasília, março de 2018.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

Amge – Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica  
APGE – Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica  
APGEs – Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica  
Assad – Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas  
Astec/SG – Assessoria Técnica da Secretaria-Geral  
ATIE – Assessoria de Transparência e Informações Estratégicas  
ATS – Assessoria Técnica de Segurança  
Audin-MPU – Auditoria Interna do Ministério Público da União  
Bacen – Banco Central do Brasil  
BSC – Metodologia *Balanced Scorecard*  
CCRs – Câmaras de Coordenação e Revisão  
CGE – Comitê de Gestão Estratégica  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público  
Conjur – Consultoria Jurídica  
CPD – Comissão Permanente Disciplinar  
CRP – Centro Regional de Perícia  
CSC – Centro de Serviços Compartilhados  
CSMPF – Conselho Superior do Ministério Público Federal  
CVE – Central de Viagens e Eventos  
DEC – Diagnóstico Estratégico de Capacitações  
Dirf – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte  
DQVT – Vinculada à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional, a Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho  
EPO – Escritório de Processos Organizacionais  
LAI – Lei de Acesso à Informação  
LCP – Lei Complementar  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade  
Mogab – Projeto de Modernização dos Gabinetes  
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
MPF – Ministério Público Federal  
MPM – Ministério Público Militar  
MPT – Ministério Público do Trabalho  
MPU – Ministério Público da União  
Naop-PFDC – Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
NF – Notícias de Fatos Criminais  
Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna  
PCO – Pesquisa de Clima Organizacional  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PEC – Planejamento Estratégico de Capacitação  
PEC – Plano Estratégico de Capacitação  
PEI – Planejamento Estratégico Institucional  
PEN – Planejamento Estratégico Nacional  
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação  
PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
PGEA – Processo de Gestão Administrativa  
PGR – Procuradoria-Geral da República  
PIC – Procedimentos Investigatórios Criminais  
PR-AC – Procuradoria da República no Acre

PR-AL – Procuradoria da República em Alagoas  
PR-AM – Procuradoria da República no Amazonas  
PR-AP – Procuradoria da República no Amapá  
PR-BA – Procuradoria da República na Bahia  
PR-CE – Procuradoria da República no Ceará  
PR-DF – Procuradoria da República no Distrito Federal  
PR-ES – Procuradoria da República no Espírito Santo  
PR-GO – Procuradoria da República em Goiás  
PR-MA – Procuradoria da República no Maranhão  
PR-MG – Procuradoria da República em Minas Gerais  
PR-MS – Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul  
PR-MT – Procuradoria da República em Mato Grosso  
PR-PA – Procuradoria da República no Pará  
PR-PB – Procuradoria da República na Paraíba  
PR-PE – Procuradoria da República em Pernambuco  
PR-PI – Procuradoria da República no Piauí  
PR-PR – Procuradoria da República no Paraná  
PR-RJ – Procuradoria da República no Rio de Janeiro  
PR-RN – Procuradoria da República no Rio Grande do Norte  
PR-RR – Procuradoria da República em Roraima  
PR-RS – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul  
PR-SC – Procuradoria da República em Santa Catarina  
PR-SE – Procuradoria da República em Sergipe  
PR-SP – Procuradoria da República em São Paulo  
PR-TO – Procuradoria da República em Tocantins  
PRR1 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região  
PRR2 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região  
PRR3 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região  
PRR4 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região  
PRR5 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região  
PRRs – Procuradorias Regionais da República  
PRs – Procuradorias da República  
PSI – Plano de Segurança Institucional  
PSO – Plano de Segurança Orgânica  
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RAOs – Reuniões de Acompanhamento Operacional  
RFB – Receita Federal do Brasil  
SA – Secretaria de Administração  
SAC – Salas de Atendimento ao Cidadão  
SAC MPF – Aplicativo para dispositivos móveis que permite o acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão  
SAJ – Secretaria de Apoio Jurídico  
SCI – Secretaria de Cooperação Internacional  
SCP – Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)  
SEA – Secretaria de Engenharia e Arquitetura  
Seap – Secretaria de Apoio Pericial  
Secom – Secretaria de Comunicação Social  
Sedep – Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional  
SEGP – Subcomitê de Gestão de Pessoas  
Sejud – Secretaria Jurídica e de Documentação  
Senarc – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SETI – Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação  
SGA – Subcomitê de Gestão Administrativa ou Sistema de Gestão Administrativo  
SGE – Secretaria de Gestão Estratégica  
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas  
SGT – Subcomitê Gestor de Tabelas  
Sicom – Subcomitê de Comunicação Social  
SIG-EOF – Sistema de informações Gerenciais da Execução Orçamentária e Financeira  
SIGE – Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança  
Sigov – Sistema de Governança Institucional do MPF  
Sisobinet – Sistema de Óbitos  
Spea – Secretaria de Pesquisa e Análise  
SPF – Subcomitê de Projetos Finalísticos  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento  
SPU – Secretaria de Patrimônio da União  
SRI – Secretaria de Relações Institucionais  
SSI-Saúde – Secretaria de Serviços Integrados de Saúde  
SSIn – Secretaria de Segurança Institucional  
STF – Supremo Tribunal Federal  
Stic – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
SUBCEO – Subsecretaria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira  
SUBGDP – Subsecretaria de Gestão Documental e Processual  
TACs – Termos de Ajustamento de Conduta  
TCE – Tomada de Contas Especial  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TRF2 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região  
TRF5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UGEs – Unidades Gestoras Executoras  
UO – Unidade Orçamentária  
UPC – Unidade Prestadora de Contas



## **LISTA DE FIGURAS**

---

- Figura 1 – Organograma do MPF
- Figura 2 – Macroprocessos Finalísticos do MPF
- Figura 3 – Mapa Estratégico do Ministério Público Federal
- Figura 4 – Organograma da AUDIN-MPU
- Figura 5 – Cronograma do Dimensionamento da Força de Trabalho no MPF
- Figura 6 – Modelo de atuação nacional da TIC do MPF
- Figura 7 – Relação entre PEI, PETI e PDTI
- Figura 8 – Mapa estratégico de TI
- Figura 9 – Evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI
- Figura 10 – Processo de elaboração do PDTI

## **LISTA DE GRÁFICOS**

---

- Gráfico 1 – Distribuição do Orçamento de Educação Corporativa
- Gráfico 2 – Evolução das Ações de Educação a Distância no MPF (2015 a 2017)
- Gráfico 3 – Comparativo de ações por Instrutoria x Ações Contratadas

## **LISTA DE QUADROS**

---

- Quadro 1 – Indicadores estratégicos do Ministério Público Federal
- Quadro 2 – Critérios para atribuição de selos
- Quadro 3 – Comitê e Subcomitês do SIGE
- Quadro 4 – Unidades Descentralizadas da Corregedoria
- Quadro 5 – Quantidade de processos instruídos
- Quadro 6 – Demonstrativo de tipo e quantidade de decisão quanto a penalidades
- Quadro 7 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/07/2016 a 31/12/2016
- Quadro 8 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/01/2017 a 30/06/2017
- Quadro 9 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/07/2017 a 31/12/2017
- Quadro 10 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016
- Quadro 11 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/01/2017 a 30/06/2017
- Quadro 12 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2017 a 31/12/2017
- Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (01/07/2016 a 31/12/2016)
- Quadro 14 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas(01/01/2017 a 30/06/2017)
- Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (01/07/2017 a 31/12/2017)
- Quadro 16 – Quantidade efetiva de pessoal do MPF
- Quadro 17 – Quantidade de ingressos de pessoal do MPF
- Quadro 18 – Quantidade de egressos de pessoal do MPF
- Quadro 19 – Demonstrativo das pessoas com pessoal do MPF – 2016/2017
- Quadro 20 – Quantitativo de vagas de estágio autorizadas conforme a política anterior e a atual

Quadro 21 – Número de contratações de estagiários por semestre

Quadro 22 – Quantidade de estagiários por nível de escolaridade na área meio e área fim

Quadro 23 – Despesas com o Programa de Estágio

Quadro 24 – Despesas com o Programa Adolescente Aprendiz

Quadro 25 – Participação nos programas educacionais

Quadro 26 – Quantidade de cursos homologados para fins de AQ em 2017

Quadro 27 – Quantidade de ações de treinamento homologadas para fins de AQ em 2017

Avaliação de Desempenho

Quadro 28 – Quantitativo de servidores avaliados

Quadro 29 – Distribuição de veículos nas unidades do MPF por tipo

Quadro 30 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos de veículos nas unidades do MPF

Quadro 31 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos por tipo de veículo

Quadro 32 – Veículos em processo de desfazimento

Quadro 33 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações próprias por estado

Quadro 34 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações cedidas ou emprestadas por estado

Quadro 35 – Quantidade, custo anual de aluguel e valor gasto com manutenção de edificações locadas de terceiros por estado

Quadro 36 – Notas técnicas publicadas até 2017 pela SEA

Quadro 37 – Cargos de provimento efetivo na área de TI do MPU

Quadro 38 – Principais atribuições dos cargos de provimento efetivo na área de TI

Quadro 39 – Distribuição da Força de Trabalho em TIC no MPF em 2017

Quadro 40 – Indicadores do PETI 2012/2020 relacionados à capacitação

Quadro 41 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo

Quadro 42 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo de Finalização

Quadro 43 – Assuntos mais recorrentes

Quadro 44 – Percentual de manifestações por meio de recebimento

Quadro 45 – Grau de Satisfação por mês

Quadro 46 – Distribuição das salas de atendimento ao cidadão instaladas no MPF

Quadro 47 – Panorama da produtividade das Salas de Atendimento ao Cidadão

Quadro 48 – Manifestações finalizadas nas Salas de Atendimento ao Cidadão por categoria

Quadro 49 – Distribuição das edificações adequadas para atendimento da etapa 1

Quadro 50 – Acessibilidade de áreas do Portal do MPF

Quadro 51 – Acessos ao Portal do MPF

Quadro 52 – Tiragens das principais publicações

Quadro 53 – Variação Patrimonial

Quadro 54 – Demonstrativo de custo por item

Quadro 55 – Unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI

Quadro 56 – Unidade Gestora: 200022 – Procuradoria da República – SE

Quadro 57 – Unidade Gestora: 200031 – Procuradoria da República – BA

Quadro 58 – Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República – MG

Quadro 59 – Unidade Gestora: 200038 – Procuradoria da República – ES

Quadro 60 – Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS

Quadro 61 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ  
Quadro 62 – Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região – RJ  
Quadro 63 – Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República – RO  
Quadro 64 – Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP  
Quadro 65 – Unidade Gestora: 200053 – Procuradoria da República – PR  
Quadro 66 – Unidade Gestora: 200058 – Procuradoria da República – SC  
Quadro 67 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria da República – RS  
Quadro 68 – Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria da República – MT  
Quadro 69 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República – GO  
Quadro 70 – Unidade Gestora: 200069 – Procuradoria da República – AC  
Quadro 71 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM  
Quadro 72 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA  
Quadro 73 – Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República – MA  
Quadro 74 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI  
Quadro 75 – Unidade Gestora: 200082 – Procuradoria da República – CE  
Quadro 76 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN  
Quadro 77 – Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República – PB  
Quadro 78 – Unidade Gestora: 200090 – Procuradoria da República – PE  
Quadro 79 – Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL  
Quadro 80 – Unidade Gestora: 200097 – Secretaria Geral do MPF  
Quadro 81 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF  
Quadro 82 – Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região – RS  
Quadro 83 – Unidade Gestora: 200201 – Procuradoria da República - TO  
Quadro 84 – Unidade Gestora: 200204 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região – SP  
Quadro 85 – Unidade Gestora: 200207 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região - PE  
Quadro 86 – Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região – DF  
Quadro 87 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF  
Quadro 88 – Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP  
Quadro 89 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR  
Quadro 90 – Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS  
Quadro 91 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ  
Quadro 92 – Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região – RJ  
Quadro 93 – Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria República – SP  
Quadro 94 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria da República – RS  
Quadro 95 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República – GO  
Quadro 96 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM  
Quadro 97 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA  
Quadro 98 – Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República – MA  
Quadro 99 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI  
Quadro 100 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN  
Quadro 101 – Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República – PB  
Quadro 102 – Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL  
Quadro 103 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF

Quadro 104 – Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República – 1ª Região/DF  
Quadro 105 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF  
Quadro 106 – Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP  
Quadro 107 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR  
Quadro 108 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento – I  
Quadro 109 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento – II  
Quadro 110 – Demonstrativo de Processo–MPF/PGR Nº 1.00.000.002077/2016-97 - Dano ao Erário  
Quadro 111 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002204/2016-72 - Dano ao Erário  
Quadro 112 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002199/2016-06 - Dano ao Erário

## **LISTA DE TABELAS**

---

Tabela 1 – Dotação atualizada

Tabela 2 – Execução da despesa

Tabela 3 – Desempenho orçamentário

Tabela 4 – Evolução dos restos a pagar

Tabela 5 – Despesas empenhadas – Exercícios 2017 x 2016

Tabela 6 – Despesas empenhadas por grupo de natureza das despesas

# SUMÁRIO

## 1 APRESENTAÇÃO

## 2 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 2.1 Finalidade e Competências Institucionais
- 2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento do MPF
- 2.3 Organograma
- 2.4 Macroprocessos Finalísticos
  - 2.4.1 Atuação Judicial do MPF
  - 2.4.2 Atuação Extrajudicial do MPF

## 3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 3.1 Planejamento Organizacional
- 3.2 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício
- 3.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos
- 3.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos
- 3.5 Desempenho Orçamentário
- 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade
- 3.7 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário
- 3.8 Obrigações Assumidas sem o Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento
- 3.9 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas
- 3.11 Desempenho Operacional
- 3.12 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho
- 3.13 Outras Informações da Gestão Estratégica
- 3.14 Outras Informações de Resultados da Atuação Finalística

## 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 4.1 Descrição das Estruturas de Governança
  - 4.1.1 Conselho Institucional do Ministério Público Federal
  - 4.1.2 Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança
- 4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 4.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
  - 4.3.1 Corregedoria do Ministério Público Federal
  - 4.3.2 Comissão Permanente Disciplinar
  - 4.3.3 Outras Informações de Apuração de Ilícitos Administrativos
- 4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

## **5. GESTÃO DE PESSOAS**

- 5.1 Estrutura de Pessoal do Ministério Público Federal
  - 5.1.1 Força de Trabalho do MPF
  - 5.1.2 Distribuição de Lotação Efetiva
  - 5.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MPF
  - 5.1.4 Evolução do Quantitativo de Pessoal
- 5.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal
- 5.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal
- 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
  - 5.4.1 Legislação do Programa de Estágio e do Programa adolescente Aprendiz
  - 5.4.2 Quantitativo de Vagas de Estágio e de Vagas de Adolescente Aprendiz
  - 5.4.3 Número de Contratações de Estagiários
  - 5.4.4 Quantidade de Estagiários na Área Meio e Área Fim
  - 5.4.5 Despesas com Contratações
  - 5.4.6 Contratação de Pessoal de Apoio
- 5.5 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais
- 5.6 Gestão do Desenvolvimento Profissional
  - 5.6.1 Capacitação e Desenvolvimento
  - 5.6.2 Programas Educacionais
  - 5.6.3 Gestão por Competências
  - 5.6.4 Qualidade de Vida no Trabalho
  - 5.6.5 Gestão do Conhecimento
- 5.7 Outras Informações da Gestão de Pessoas

## **6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA**

- 6.1 Gestão da Frota de Veículos
- 6.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais Sobre Veículos Nessas Condições
- 6.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
- 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas
- 6.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros
- 6.6 Outras Informações da Gestão da Infraestrutura

## **7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

- 7.1 Principais Sistemas de Informações
- 7.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI
  - 7.2.1 Histórico
  - 7.2.2 O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
  - 7.2.3 O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)
  - 7.2.4 Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI)
- 7.3 Processo Judicial Eletrônico – PJE

## **8. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

8.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

## **9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

9.1 Canais de Acesso do Cidadão

9.1.1 Ouvidoria

9.1.2 Salas de Atendimento ao Cidadão

9.2 Carta de Serviços ao Cidadão

9.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

9.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

9.4.1 Acessibilidade das Instalações

9.5 Comunicação com a Sociedade em Números

## **10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

10.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

10.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

## **11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE**

11.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

11.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º Da Lei 8.666/1993

11.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos

## **ANEXOS E APÊNDICES**

## **ANEXOS E APÊNDICES**

---

Anexo ao item 2.3 Organograma

Anexo ao item 2.4 Macroprocessos Finalísticos

Anexo A ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo B ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo ao item 3.9 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Anexo A ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo C ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo D ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo ao Item 3.12 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Anexo ao item 3.13 Outras Informações da Gestão Estratégica

Anexo A ao Item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo A ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo A ao Item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo B ao item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo ao Item 8.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Anexo A ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo B ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo C ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo D ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo E ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo A ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo ao item 11.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Anexo ao item 11.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos



## 1 APRESENTAÇÃO

---

O presente relatório contém a Prestação de Contas Anual do Ministério Público Federal (MPF), referente ao exercício de 2017, ao Tribunal de Contas da União (TCU). O documento foi estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria nº 1/2018, da Auditoria Interna do Ministério Público da União. Apresenta informações que permitirão o acompanhamento e a fiscalização da atuação do MPF pelo cidadão, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

Vale destacar que, em 2017, as respostas judiciais às ações propostas pelo MPF revelam um bom nível de eficácia no combate à criminalidade e à corrupção. Houve decisões favoráveis ao encaminhamento do MPF em 78,16% das ações judiciais criminais e em 73,26% das ações judiciais de improbidade. Além disso, os índices de favorabilidade das ações cíveis/tutela e das ações eleitorais superaram as metas, registrando 77,64% e 86,24%, respectivamente. No tocante à atuação em feitos extrajudiciais, firmaram-se 144 termos de ajustamento de condutas (TACs), superando em 44% a meta estipulada.

O balanço também é positivo em relação à execução orçamentária, que alcançou quase a integralidade da dotação disponível (98,9% de despesas empenhadas), e à execução financeira, que registrou 96,5% de despesas pagas.

Em relação ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, 81,82% das metas propostas foram alcançadas. Até o final de 2017, o percentual de unidades do MPF com integração com as três operações do Modelo Nacional de Interoperabilidade foi de 88,8%.

Os processos do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República foram certificados novamente na norma ISO 9001, em 2017, bem como um processo da Secretaria de Administração, outros dois processos da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Tramitaram processos referentes a 87 projetos durante o ano de 2017. Destes projetos, 33 foram classificados como finalísticos, ou seja, com resultados na área fim do MPF. Contabilizaram-se 103 participações de membros e 1.021 participações de servidores nos projetos.

Ao longo de 2017, foram implementadas importantes soluções para o Portal do MPF em relação à acessibilidade. Novas funcionalidades foram implantadas nos meses de outubro e novembro, concluindo um complexo processo iniciado em 2016. As mudanças tiveram como objetivo principal tornar o Portal do MPF totalmente aderente ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).

O ano de 2017 foi marcado ainda pela publicações da Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do MPF, do Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União e da Portaria que instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT). É importante ressaltar que foi instituído o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Federal, com o objetivo de estimular a responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos.

No final do ano, divulgou-se ainda o Projeto MPF Cidadão – 30 anos: uma História de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos. Lançada em comemoração aos 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, a iniciativa tem como objetivo resgatar a história do MPF, por meio de pesquisas documentais, coleta de depoimentos, exposição virtual da história do órgão e a realização de mais de 30 ações em 2018, que deverão abranger as diversas frentes de atuação da instituição.

## **2 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

---

### **2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS**

O Ministério Público Federal integra o Ministério Público brasileiro, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. O Ministério Público brasileiro é formado pelos Ministérios Públicos dos Estados e pelo Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O MPF, assim como o Ministério Público brasileiro, não faz parte de nenhum dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e tem independência funcional assegurada pela Constituição Federal.

O procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República, com autorização da maioria absoluta do Senado Federal, chefia tanto o MPU quanto o MPF, cuja sede administrativa é a Procuradoria-Geral da República.

Ao MPF cabe a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático. O órgão é responsável pela fiscalização da aplicação das leis, pela defesa do patrimônio público e por zelar pelo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição.

O MPF atua em causas de interesse federal, por iniciativa própria ou mediante provocação, em todo o Brasil e em cooperação com outros países. A atuação pode ser judicial como fiscal da lei, cível e criminal, mas também pode ser extrajudicial, quando atua por meio de recomendações e promove acordos mediante Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). A instituição ingressa com ações em nome da sociedade, oferece denúncias criminais e deve ser ouvida em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam o interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais federais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos previstos na Constituição e nas leis federais.

As intervenções em todas as fases do processo eleitoral são de responsabilidade do MPF, que age com os Ministérios Públicos Estaduais, que oficiam perante a Justiça Eleitoral de primeira instância. Por isso, o Ministério Público Eleitoral está vinculado ao MPF, sendo o procurador-geral da República o responsável pela atuação do MP na área eleitoral, como procurador-geral Eleitoral.

Os instrumentos de atuação do Ministério Público estão previstos no art. 129 da Constituição Federal, dentro do capítulo "Das funções essenciais à Justiça". As funções e atribuições do MPU estão inseridas na Lei Complementar nº 75/1993.

## **2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPF**

Os arts. 127 a 130-A da Constituição Federal de 1988 fixam os princípios e prerrogativas institucionais do Ministério Público, sua abrangência de atuação, suas funções institucionais e as garantias e vedações relativas aos seus membros.

Mais especificamente, o art. 128, § 5º, da Carta Magna, estabelece que cabe à Lei Complementar, cuja iniciativa é facultada ao procurador-geral da República, estabelecer a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (MPU).

Nesse sentido, foi editada a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que “dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União”.

Relativamente ao Ministério Público Federal (MPF), a LCP nº 75/1993 estabelece que o funcionamento de diversos de seus órgãos serão disciplinados em Regimentos Internos Específicos aprovados pelo Conselho Superior do MPF.

Quanto à organização administrativa da Instituição, o art. 49, incisos XX e XXII, da LCP nº 75/1993 estabelece que é atribuição do procurador-geral da República, como chefe do MPF, a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal e a coordenação das atividades da instituição. Essa diretriz fundamentou a edição do Regimento Interno Diretivo do MPF, cujos arts. 101 e 103 estabelecem que compete ao secretário-geral a edição de Regimento Interno Administrativo e a realização de alterações na estrutura administrativa no âmbito do MPF.

Fundamentado nesse contexto normativo, o procurador-geral da República, o secretário-geral do MPF e o Conselho Superior do MPF editaram diversos atos, a seguir discriminados, para normatizar a estrutura administrativa da instituição e o funcionamento de seus órgãos e de suas unidades.

### **Regimento Interno Diretivo do MPF**

Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, alterada pelos seguintes atos:

Portaria PGR/MPF nº 1.016, de 1º de dezembro de 2015;

Portaria PGR/MPF nº 194, de 21 de março de 2016;

Portaria SG/MPF nº 168, de 2 de março de 2016;

Portaria PGR/MPF nº 615, de 18 de julho de 2017

### **Regimento Interno do Gabinete do Procurador-Geral da República**

Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2014, alterada pelos seguintes atos:

Portaria PGR/MPF nº 84, de 23 de fevereiro de 2015;

Portaria PGR/MPF nº 336, de 30 de abril de 2015;  
Portaria PGR/MPF nº 957, de 13 de novembro de 2015;  
Portaria PGR/MPF nº 1.012, de 1º de dezembro de 2015;  
Portaria PGR/MPF nº 300, de 29 de abril de 2016;  
Portaria PGR/MPF nº 377, de 30 de maio de 2016;  
Portaria PGR/MPF nº 76, de 30 de janeiro de 2017;  
Portaria PGR/MPF nº 764, de 24 de agosto de 2017 e  
Portaria PGR/MPF nº 771, de 25 de agosto de 2017.

### **Regimento Interno Administrativo**

Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, alterada pelos seguintes atos:

Portaria SG /MPF nº 1.121, de 1º de dezembro de 2015;  
Portaria SG/MPF nº 284, de 15 de abril de 2016; e  
Portaria SG/MPF nº 363, de 11 de maio de 2016.

### **Regimento Interno do Conselho Superior do MPF**

Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.

### **Regimento Interno do Conselho Institucional do MPF**

Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.

### **Regimento Interno da Corregedoria do MPF**

Resolução CSMPF nº 100, de 3 de novembro de 2009, alterada pelos seguintes atos:

Resolução CSMPF nº 123, de 6 de dezembro de 2011; e  
Resolução CSMPF nº 137, de 10 de dezembro de 2012.

### **Regimento Interno das Câmaras de Coordenação e Revisão**

1ª Câmara – Resolução CSMPF nº 164, de 6 de maio de 2016;  
2ª Câmara – Resolução CSMPF nº 128, de 8 de maio de 2012;  
3ª Câmara – Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013, alterada pela Resolução nº 158, de 19 de agosto de 2015;  
4ª Câmara – Resolução CSMPF nº 20, de 6 de fevereiro de 1996, alterada pelas Resoluções nº 23, de 23 de abril de 1996, nº 26, de 4 de junho de 1996, nº 31, de 27 de junho de 1997, nº 40, de 31 de março de 1998, nº 119, de 4 de outubro de 2011, nº 148, de 1º de abril de 2014, e nº 163, de 5 de abril de 2016;  
5ª Câmara – Resolução CSMPF nº 171, de 6 de setembro de 2016;  
6ª Câmara – Resolução CSMPF nº 136, de 10 de dezembro de 2012; e

7ª Câmara – Resolução CSMPF nº 166, de 6 de maio de 2016.

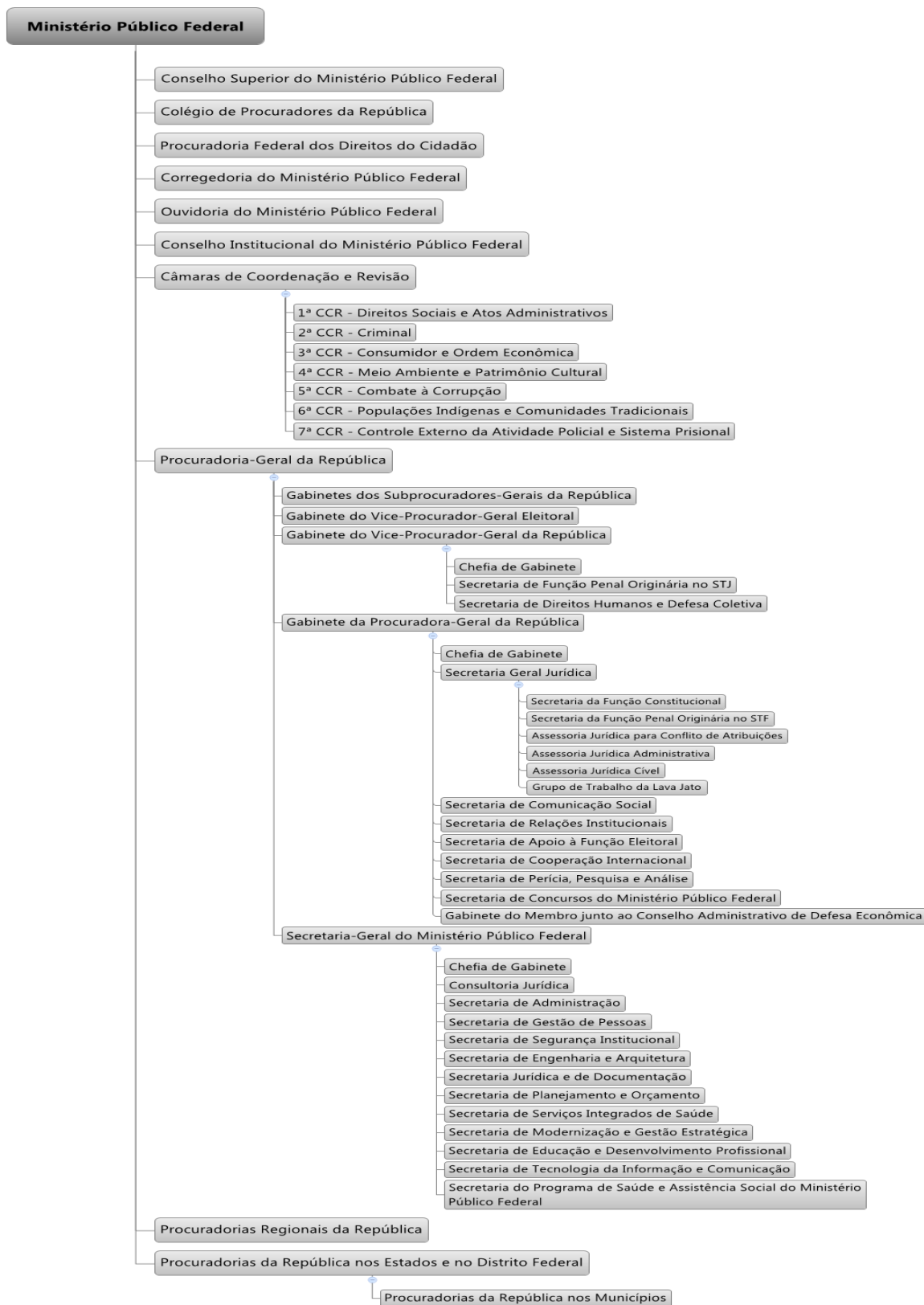
**Regimento Interno do Colégio de Procuradores da República**

Resolução CSMPF nº 56, de 21 de fevereiro de 2000.

## 2.3 ORGANOGRAMA

As competências, os titulares, os cargos e os períodos de atuação das Unidades Estratégicas do MPF são informadas no **Anexo ao item 2.3 Organograma**.

**Figura 1 – Organograma do MPF**

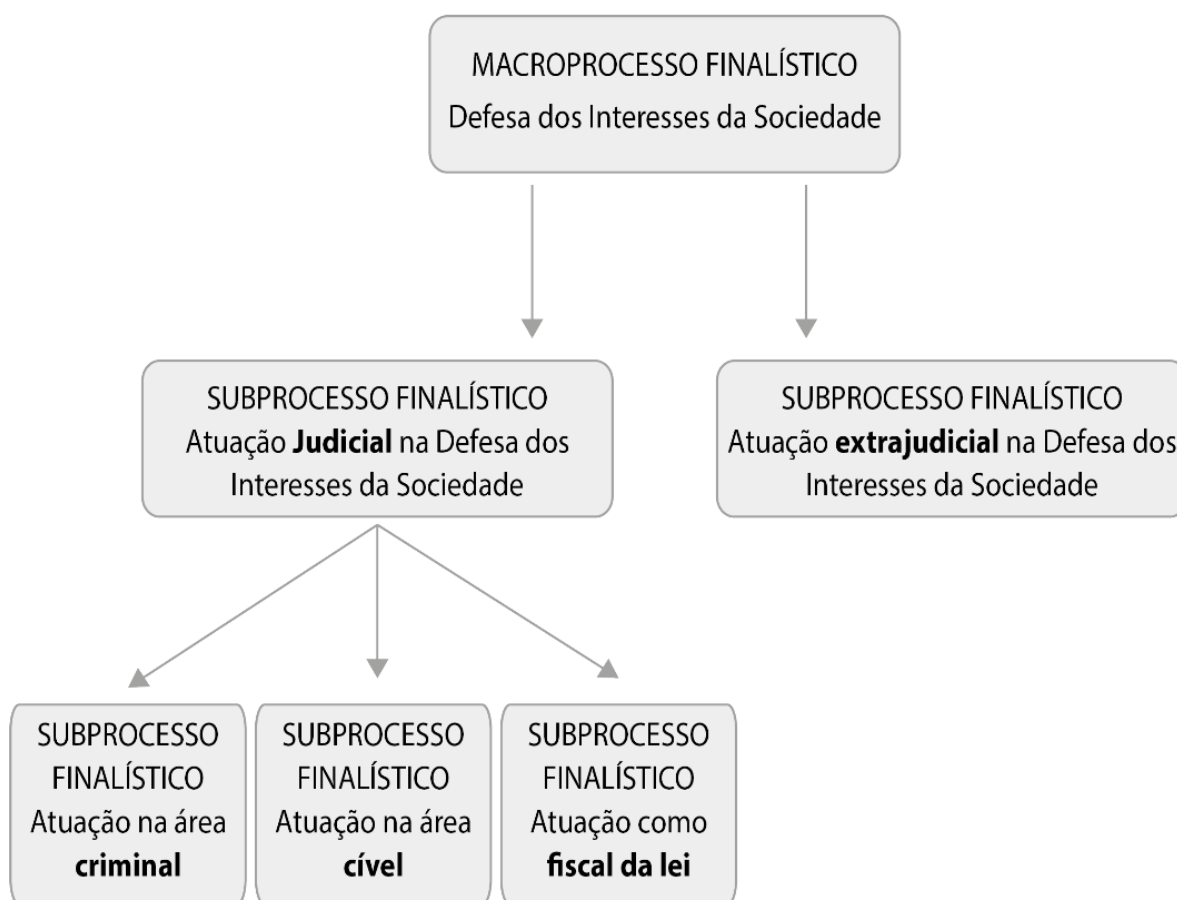




## 2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos correspondem aos grandes conjuntos de processos de trabalho pelos quais o Ministério Público Federal (MPF) cumpre a sua missão e cuja operação tem impactos significativos na forma de funcionamento da Instituição, referenciando ao contexto geral de sua atuação. O macroprocesso finalístico do Ministério Público Federal é o de defesa dos interesses da sociedade. Os subprocessos finalísticos, por sua vez, são os previstos na Cadeia de Valor do MPF: atuação judicial e atuação extrajudicial.

**Figura 2 – Macroprocesso Finalístico do MPF**



A Cadeia de Valor traz o mote do MPF para que se promova sua finalidade institucional. Para cumprir o seu papel Constitucional, o MPF atua, em regra, por meio de processos judiciais e extrajudiciais, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, por meio das Procuradorias da República nos Estados e nos municípios, Procuradorias Regionais da República e Procuradoria-geral da República.

As diretrizes de atuação do Ministério Público Federal são realizadas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão, situadas na Procuradoria Geral da República. São os órgãos setoriais que coordenam, integram e revisam o exercício funcional dos membros da instituição. Elas são organizadas por função ou por matéria. As competências das Câmaras de Coordenação e Revisão

estão descritas no rol do art. 62 da LC nº 75/1993. **O Anexo ao item 2.4 Macroprocessos Finalísticos** demonstra a atuação das CCRs, com a descrição sucinta dos temas sob sua responsabilidade e os principais produtos e serviços prestados no ano de 2017.

A atuação extrajudicial reflete o caráter inquisitivo de atuação da instituição, que conduz esses processos sem a intervenção judicial, produzindo provas, promovendo audiências, expedindo recomendações e firmando Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's), sobretudo na defesa de direitos difusos.

No processo judicial, o MPF pode atuar como parte ou como fiscal da lei, de acordo com a competência que lhe é delegada pelo arcabouço jurídico brasileiro, e sempre para cumprir a sua função institucional.

Como função precípua no processo judicial, o MPF é titular da ação penal pública, e portanto o único legitimado a dar início às ações penais públicas em âmbito federal. Além disso, é responsável por ingressar com ações em defesa da sociedade e deve ser ouvido em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

O MPF exerce suas competências em todo o território nacional e atua por iniciativa própria ou mediante provocação nas seguintes temáticas:

- a) direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral;
- b) criminal;
- c) consumidor e ordem econômica;
- d) meio ambiente e patrimônio cultural;
- e) combate à corrupção;
- f) populações indígenas e comunidades tradicionais;
- g) controle externo da atividade policial e sistema prisional;
- h) direitos do cidadão;
- i) eleitoral; e
- j) cooperação internacional.

#### **2.4.1 Atuação Judicial do MPF**

A atuação judicial do MPF pode ocorrer em processos de natureza cível, criminal e eleitoral.

Na esfera de atuação cível, o MPF pode atuar como fiscal da lei (*custos legis*), quando um processo em andamento na Justiça Federal envolver interesse público relevante ou um direito coletivo ou individual indisponível. Nesse tipo de atuação, o MPF constata a regularidade do

trâmite processual em diversas fases do processo, podendo intervir no curso processual e interpor recursos.

Na atuação cível como parte, o MPF pode promover os interesses da sociedade para a defesa de direitos difusos, coletivos ou interesses individuais homogêneos, por meio de ações civis públicas, ações civis coletivas ou ações de improbidade administrativa.

Na esfera de atuação criminal, o Ministério Público Federal é o titular da ação penal pública, quando a competência para julgamento for da justiça federal, inclusive para propor ações em face de autoridades que detenham foro por prerrogativa de função.

No âmbito eleitoral, o Ministério Público como defensor do regime democrático tem legitimidade para intervir no processo eleitoral em todas as fases: inscrição dos eleitores, convenções partidárias, registro de candidaturas, campanhas, propaganda eleitoral, votação, diplomação dos eleitos. A intervenção do MP também ocorre em todas as instâncias do Judiciário, em qualquer época (havendo ou não eleição), e pode ser como parte (propondo ações) ou fiscal da lei (oferecendo parecer).

#### **2.4.2 Atuação Extrajudicial do MPF**

Na sua atuação extrajudicial, por meio de instauração de inquéritos civis e procedimentos investigatórios criminais, o MPF promove investigações de fatos que lhe são demandados pela sociedade ou de ofício e pode firmar Termos de Ajustamento de Conduta, expedir recomendações, ou propor demandas judiciais, em regra, por meio de ações civis públicas (no âmbito cível) ou por meio do oferecimento de denúncias (no âmbito criminal).

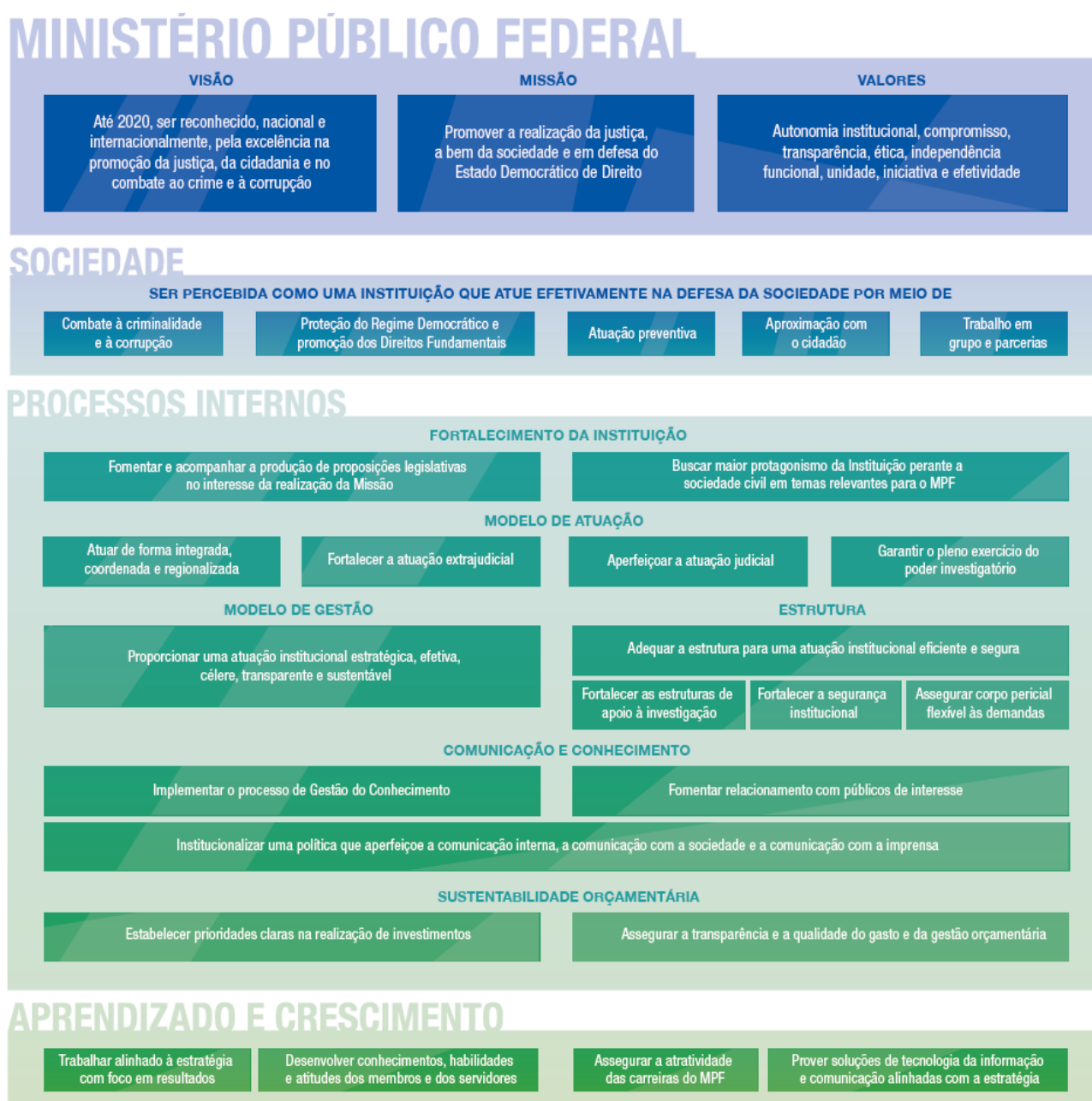
Informações mais detalhadas sobre o macro e os subprocessos finalísticos podem ser obtidas em: [www.mpf.mp.br/conheca-ompf/atuacao](http://www.mpf.mp.br/conheca-ompf/atuacao) e [www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/modernizacao-dos-gabinetes](http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/modernizacao-dos-gabinetes).

## 3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

### 3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

As ações de planejamento no Ministério Público Federal (MPF) foram definidas para o horizonte de 2011 a 2020 e têm como base o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2011-2020), instituído pela Portaria PGR/MPF nº 687, de 20 de dezembro de 2011. O MPF utiliza metodologia adaptada do *Balanced Scorecard*. Dessa forma, o mapa estratégico do órgão compõe-se de 25 objetivos estratégicos, atendendo às perspectivas: sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento. A estratégia pode, assim, ser acompanhada por meio das ações vinculadas a essas perspectivas. A seguir, demonstra-se o Mapa Estratégico:

Figura 3 – Mapa Estratégico do Ministério Público Federal



Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2020, foram definidos indicadores e metas que mensuram o desenvolvimento da estratégia. Os indicadores permitem desdobrar as metas de uma ação e repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais. São, portanto, importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão.

O estabelecimento de uma meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos os membros e servidores a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pelo MPF no alcance da visão institucional. Vale destacar que as metas representam um pacto com os gestores responsáveis de cada órgão, unidade administrativa, unidade gestora e áreas de atuação. A Portaria PGR/MPF nº 687/2011, que institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal, traz, também, as áreas gestoras dos 37 indicadores relacionados aos 25 objetivos estratégicos. Compete às áreas assegurar a efetivação de ações necessárias para o correto monitoramento dos indicadores sob sua responsabilidade e responder pelo seu desempenho. Na hipótese de o indicador apresentar resultado inferior a 70% da meta estabelecida, o gestor responsável deverá apresentar as justificativas ao Secretário-Geral.

### 3.2 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os objetivos institucionais considerados durante o exercício 2017 correspondem à integralidade dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do período 2011–2020 (PEI). Elaborado a partir da utilização da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), esse instrumento de planejamento define 25 objetivos estratégicos (OEs) para o Ministério Público Federal, vinculados a 3 perspectivas distintas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Sociedade.

O PEI identifica e descreve os objetivos estratégicos nos seguintes termos:

#### **PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO**

##### **OE 1. Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados**

**Descrição:** Assegurar que a atuação do MPF seja orientada para atingir os objetivos estratégicos, adotando-se mecanismo de verificação periódica da compatibilidade desta atuação com o planejamento, bem como instituindo indicadores mensuráveis para aferição dos resultados das ações.

Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se atentar para o seguinte:

- orientação para atuação judicial e extrajudicial;
- compartilhamento do conhecimento;
- foco em pessoas;
- meritocracia;
- orientação quanto às demandas dos cidadãos-usuários;
- melhor equilíbrio entre o planejamento e a execução de ações;
- registro e documentação de processos;
- segurança institucional.

##### **OE 2. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores**

**Descrição:** Assegurar o desenvolvimento e a manutenção de competências, orientadas sempre para o alinhamento das atividades dos membros e servidores com os objetivos estratégicos.

Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se atentar para o seguinte:

- atuação regional;
- segurança;
- gestão pública (estratégia, operações e projetos);
- atuação judicial e extrajudicial;
- orientação ao cidadão-usuário;

- cooperação internacional; e
- habilidades em temas periciais.

### **OE 3. Assegurar a atratividade das carreiras do MPF**

**Descrição:** Desenvolver clima organizacional e política remuneratória visando à valorização das carreiras de membros e servidores, de forma a continuar atraindo bons profissionais e a mantê-los vinculados ao MPF, em ambiente que estimule crescimento profissional e pessoal.

Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se trabalhar:

- ambiente organizacional;
- desenvolvimento profissional;
- política remuneratória;
- reconhecimento pela efetividade.

### **OE 4. Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia**

**Descrição:** Assegurar o aprimoramento dos serviços de TI e de comunicação, orientados para a realização dos objetivos estratégicos, valorizando a inovação e a qualidade, por meio da institucionalização de comitê estratégico de TI integrado por membros e servidores.

Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se desenvolver:

- planejamento estratégico de TI;
- política nacional de TI;
- governança de TI;
- sistemas de informação institucionais, corporativos e integrados;
- sistemas de informação gerenciais e de apoio à decisão; e
- sistemas estratégicos (processo eletrônico, Sistema Único).

## **PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS**

### **OE 5. Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária**

**Descrição:** Desenvolver mecanismos para aperfeiçoar o planejamento e a gestão orçamentária, visando à transparência e à melhoria da qualidade dos gastos e investimentos.

### **OE 6. Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos**

**Descrição:** Vincular os investimentos da instituição ao planejamento estratégico, priorizando gastos relacionados, direta ou indiretamente, com os objetivos correspondentes.

### **OE 7. Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa**

**Descrição:** Implementar uma política de comunicação entre todos os membros e servidores e intensificar a interlocução com a sociedade civil e com a imprensa. Criar e dotar de estrutura adequada a Ouvidoria do MPF, aprimorando as ferramentas de transparência da atuação institucional para uma devida prestação de contas à sociedade.

### **OE 8. Implementar o processo de gestão do conhecimento**

**Descrição:** Implementar programa de gestão do conhecimento, contemplando a análise qualitativa, a sistematização, a classificação, a difusão interna e o compartilhamento de dados e informações com núcleos de inteligência externos, gerando subsídios para a atuação dos membros, inclusive para tomada de decisões estratégicas pelos gestores das unidades do MPF.

### **OE 9. Fomentar relacionamento com públicos de interesse**

**Descrição:** Promover integração, articulação e relacionamento com outros órgãos e instituições, de modo a desenvolver soluções conjuntas em relação à administração da justiça. Fortalecer a aproximação e interlocução com a sociedade civil, por meio da efetiva coordenação e articulação das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), baseadas em diretrizes institucionais definidas com a participação de todos os níveis da carreira.

### **OE 10. Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável**

**Descrição:** Priorizar a estratégia estabelecida no planejamento da Instituição, buscando a eficiência da atuação do MPF, de modo a alcançar resultados efetivos para a sociedade. A duração das ações judiciais e extrajudiciais deve ser abreviada sempre que não houver prejuízo ao bem jurídico tutelado. Aumentar a transparência no tocante ao desenvolvimento da atividade finalística e aos resultados atingidos, bem como no que diz respeito à estrutura organizacional da instituição e aos recursos que lhe são destinados. Assegurar a qualidade da execução financeira. Incrementar e estimular as práticas de sustentabilidade socioambiental.

Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se atentar para:

- atuação de acordo com as prioridades definidas pelo planejamento;
- mecanismos de avaliação de resultados; e
- critérios objetivos para alocação de recursos.



### **OE 11. Fortalecer as estruturas de apoio à investigação**

**Descrição:** Garantir maior qualidade e eficiência na investigação, consolidando a Secretaria de Pesquisa e Análise (Spea) como o principal instrumento de apoio à investigação e estruturando-a adequadamente. Ampliar convênios com outros órgãos, franqueando acesso a bancos de dados.

### **OE 12. Fortalecer a segurança institucional**

**Descrição:** Estruturar adequadamente um sistema capaz de garantir, de modo efetivo e com eficiência, a segurança do pessoal (membros, servidores, terceirizados e estagiários), dos dados, das informações, dos materiais, dos processos, dos documentos, das áreas e instalações de todas as unidades do MPF. Criar e desenvolver uma cultura de segurança institucional apta, entre outras coisas, a manter todo o corpo funcional do MPF em permanente atenção no cuidado com as questões afetas a tal objetivo estratégico.

### **OE 13. Assegurar corpo pericial flexível às demandas**

**Descrição:** Estruturar regionalmente um corpo pericial flexível segundo as especificidades locais para atender à variação de demandas. Incrementar a atuação interinstitucional, fortalecendo a colaboração com outros órgãos.

### **OE 14. Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura**

**Descrição:** Instrumentalizar a estrutura da instituição para proporcionar uma atuação que atinja o máximo de resultados com os recursos do MPF. A adequação da estrutura deve observar os seguintes critérios:

- adoção de ferramentas que facilitem o alinhamento entre os órgãos de execução, as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a Corregedoria do MPF (CGMPF);
- fortalecimento numérico e técnico da estrutura administrativa;
- estruturação de gabinete dos membros adequada ao cumprimento da missão institucional;
- organização conforme às necessidades de crescimento, de modo a acompanhar as demandas locais (criação, extinção ou fusão de PRMs);
- prédios adequados às atividades e dotados de acessibilidade universal;
- segurança institucional para o desempenho da missão institucional.

### **OE 15. Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada**

**Descrição:** Concentrar esforços nas demandas e questões prioritárias para o cumprimento da missão, a partir do planejamento estratégico das ações da Instituição. Neste contexto, para além de

um intenso e efetivo trabalho de coordenação – nacional e regionalizada –, é imperioso que se fomentem, em casos relevantes ou de grande repercussão, atuações conjuntas entre membros, tudo sem prejuízo de uma constante interação, quando se revelar necessária, com os Ministérios Públicos estaduais, demais ramos do Ministério Público da União e com outras instituições parceiras. Sem prejuízo da coordenação e de atuações nacionais, deve-se também buscar o fortalecimento regional da Instituição, notadamente com a descentralização de ações de revisão e integração e com a definição racional dos critérios de autonomia administrativa das Procuradorias da República nos Municípios e de localização de suas sedes – não necessariamente vinculadas ao Poder Judiciário Federal.

#### **OE 16. Fortalecer a atuação extrajudicial**

**Descrição:** Priorizar a utilização de instrumentos de atuação extrajudicial, observando a necessidade de articulação entre os órgãos do MPF, entre estes e outras instituições públicas e também com a sociedade civil. Aprimorar a normatização dos instrumentos de atuação extrajudicial, evitando a burocratização decorrente de excessos de restrições e prazos, buscando-se em todos os casos obter maior efetividade nas ações da Instituição.

#### **OE 17. Aperfeiçoar a atuação judicial**

**Descrição:** Otimizar a atuação judicial do MPF, tornando-a mais efetiva e estratégica. Definir estratégias para a defesa, nos Tribunais Superiores, das teses jurídicas dos ramos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos estaduais. Ampliar o acolhimento das teses jurídicas do MPF levadas às diversas instâncias do Poder Judiciário.

#### **OE 18. Garantir o pleno exercício do poder investigatório**

**Descrição:** Fortalecer e desenvolver o exercício do poder investigatório, aprimorando, inclusive, o controle externo da atividade policial. O MPF deve se tornar sujeito ativo da definição de suas prioridades de atuação, instaurando e conduzindo procedimentos investigatórios. A fim de aumentar a eficácia das investigações próprias da instituição, deve ser consolidada, organizada e regionalizada a estrutura do corpo técnico especializado. Consolidar a Secretaria de Pesquisa e Análise (Spea) como o principal instrumento de apoio à investigação, bem como a sua estruturação regional.

#### **OE 19. Fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da realização da Missão**

**Descrição:** Formular e acompanhar, sistematicamente, proposições legislativas necessárias ao

cumprimento da missão, inclusive com a estruturação adequada da assessoria parlamentar da PGR.

#### **OE 20. Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF**

**Descrição:** Adotar as providências necessárias para que, na discussão de temas relevantes afetos à missão, ou no implemento de qualquer ação que lhe diga respeito, a instituição atue, perante a sociedade civil, como sujeito fundamental na efetiva resolução dos problemas implicados.

#### **PERSPECTIVA: SOCIEDADE**

#### **OE 21. Combate à criminalidade e à corrupção**

**Descrição:** Assegurar, na defesa da sociedade, a apuração e a persecução célere e eficaz dos ilícitos penais e dos atos de improbidade administrativa, reduzindo a impunidade e a incidência de condutas criminosas e ímprobos.

#### **OE 22. Proteção do Regime Democrático e promoção dos Direitos Fundamentais**

**Descrição:** Fomentar o emprego dos meios extrajudiciais e judiciais necessários para garantir a lisura do processo eleitoral, bem como a efetividade do regime democrático e dos direitos fundamentais abrangidos pela Constituição da República e tratados internacionais.

#### **OE 23. Atuação preventiva**

**Descrição:** Voltar a atuação do MPF à prevenção de danos sociais e ao incremento do sistema de proteção da cidadania, num contexto de proatividade. Acompanhar a formulação e a execução de políticas públicas sociais e em matéria criminal, notadamente com as seguintes medidas:

- a) fortalecimento da participação de conselhos sociais e da sociedade civil na troca de informações e no monitoramento de políticas públicas; e
- b) ênfase na expedição de Recomendações e na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

#### **OE 24. Aproximação com o cidadão**

**Descrição:** Incentivar a participação da sociedade na implementação da estratégia, mediante a criação de canais institucionais de discussão das prioridades de atuação, a implantação das salas de atendimento ao cidadão e a prestação de contas dos resultados alcançados, propiciando maior transparência e o melhor direcionamento das ações em defesa dos direitos do cidadão.

## OE 25. Trabalho em grupo e parcerias

**Descrição:** Atuar em conjunto com outras entidades públicas e privadas e com a sociedade, intensificando o fluxo de conhecimentos e informações, a fim de aprimorar o desempenho da missão institucional.

Durante o exercício de 2017, o cumprimento de 18 dos 25 objetivos estratégicos foi aferido mediante o monitoramento de 37 indicadores estratégicos definidos pelo Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público Federal (CGE), instância máxima do denominado Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança da instituição, e aprovados mediante ato do Procurador-Geral da República, autoridade máxima da instituição e coordenador do CGE. Eventual fixação de indicadores referentes aos outros 7 objetivos estratégicos do PEI depende de análise e deliberação acerca do assunto pelo CGE e pelo Procurador-Geral da República.

Os 37 indicadores estratégicos do Ministério Público Federal (MPF) e a vinculação correspondente aos objetivos estratégico do Ministério Público Federal constam registrados no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Indicadores Estratégicos do Ministério Público Federal**

Indicadores Estratégicos do MPF			
	Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico
1	Aprendizado e Crescimento	OE1 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	Implantação do Planejamento Estratégico
2			Cumprimento da Estratégia
3		OE2 - Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	Capacitação Estratégica
4		OE3 - Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	Rotatividade de Membros (evasão)
5			Rotatividade de servidores (evasão)
6			Satisfação Institucional (membros)
7			Satisfação Institucional (servidores)
8		OE4 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	Planejamento Estratégico de TI

	<b>Perspectiva</b>	<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Indicador Estratégico</b>
9	Processos internos	OE5 - Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	Cumprimento da LOA
10		OE6 - Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	Planejamento Orçamentário
11		OE7 - Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	Repercussão na mídia
12			Comunicação interna
13		OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	Gestão ambiental
14			Transparência
15		OE11 - Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	Apoio de pesquisa e análise à investigação
16		OE12 - Fortalecer a segurança institucional	Segurança institucional
17		OE13 - Assegurar corpo pericial flexível às demandas	Demandas periciais reprimidas
18		OE14 - Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	Acessibilidade
19			Quantitativo de membros
20			Quantitativo de servidores
21		OE15 - Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)
22		OE16 - Fortalecer a atuação extrajudicial	Arquivamento definitivo
23			Cumprimento de Recomendações
24			Quantidade de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs)
25			Prescrição de procedimentos extrajudiciais
26		OE17 - Aperfeiçoar a atuação judicial	Favorabilidade no ajuizamento de ações
27			Favorabilidade das ações judiciais
28			Favorabilidade das ações de improbidade
29	Favorabilidade das ações criminais		
30	Favorabilidade das ações cíveis/tutela		
31	Favorabilidade das ações eleitorais		
32	Prescrição em processos judiciais		
33	OE19 - Fomentar e acompanhar a produção e discussão de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	Participação Legislativa	
34	Sociedade	OE21 - Combate à criminalidade e à corrupção	Ressarcimento de danos monetários
35			Quantitativo de condenações
36		OE24 - Aproximação com o cidadão	Percepção de Imagem do MPF
37			Proximidade física com o cidadão

### **3.3 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS**

Para cumprir de modo mais efetivo sua missão constitucional, foi iniciado em 2010 o processo de modernização do MPF, como proposta de inovar a forma de trabalho e tornar o órgão uma estrutura sistêmica e integrada.

A modernização da gestão administrativa do Ministério Público Federal (MPF) teve início com a publicação da Portaria PGR/MPF nº 472, de 24 de setembro de 2010, que instituiu o Projeto de Modernização da Gestão Administrativa. O normativo teve como objetivos, entre outros, a implementação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI); o desenvolvimento da cultura organizacional voltada para o modelo de gestão estratégica; a normalização de processos organizacionais; a promoção da aprendizagem contínua; o estímulo à adoção de boas práticas e de inovações. Em momento posterior, foi publicada a Portaria PGR/MPF nº 687, de 20 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPF para o decênio 2011-2020, e a Portaria PGR/MPF nº 725, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o desdobramento do PEI.

O projeto de desdobramento teve dois objetivos principais: proporcionar aos órgãos do MPF a elaboração de planejamentos que contemplem as demandas das unidades e, no nível tático, disseminar a cultura da gestão estratégica e viabilizar a sua execução. Dessa forma, todas as unidades da Instituição serão capazes de empenhar seus esforços ao objetivo final de atender as necessidades e os interesses da sociedade.

O desdobramento do PEI abrangeu 33 unidades em todo o território brasileiro, contando com a Procuradoria-Geral da República, e envolveu vertentes voltadas à elaboração de:

- a) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);
- b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI);
- c) Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- d) Painéis de contribuição para as Secretarias do MPF, as Procuradorias Regionais da República e as Procuradorias da República nos estados;
- e) Planos de ação para a função eleitoral e a Corregedoria do MPF;

No momento atual, a disseminação do planejamento estratégico em todo o MPF envolve a elaboração de:

- a) Planos diretores temáticos;
- b) Plano de gestão.

Os planos diretores do MPF são temáticos, ou seja, a elaboração envolve várias áreas que tenham afinidade ao tema abordado. Eles possuem a vigência até o término do Planejamento Estratégico Institucional do MPF e são estruturados na forma de projetos institucionais.

Nos projetos de planos diretores, há quatro marcos: gestão do projeto, diagnóstico, planejamento e elaboração do plano diretor.

A gestão do projeto consiste na elaboração da proposta e do plano de projeto, dos relatórios de acompanhamento e dos termos de aceite e de encerramento.

A fase de diagnóstico engloba as atividades de levantamento da estrutura e análise das políticas, normas e diretrizes vigentes; construção da matriz SWOT; e realização de inventário de necessidades dos setores envolvidos na elaboração do plano. O intuito da referida fase é compreender a situação atual dos serviços do MPF para, com base no cenário avaliado, identificar as necessidades de atuação e, assim, embasar as decisões a serem tomadas na fase posterior, a de planejamento.

A etapa de planejamento compreende a revisão dos processos de trabalho e definição dos indicadores e de metas; a elaboração do portfólio de ações, com previsão orçamentária; e a gestão de riscos das ações elencadas no portfólio.

Nessa etapa do plano diretor, são elaborados os objetivos de contribuição, que refletem a contribuição das áreas para a consecução dos objetivos estratégicos. Fazem, portanto, a ligação dos níveis operacional e tático com o nível estratégico institucional.

A última etapa consiste na consolidação do plano diretor, cuja minuta é submetida ao Subcomitê temático que tenha pertinência com ele, reforçando, assim, os mecanismos de governança da instituição e ratificando as informações deste instrumento de planejamento.

Em 2017, foi finalizada a elaboração do Plano Diretor de Saúde. Estão em fase final os Planos Diretores de Gestão de Pessoas e de Segurança.

Cabe esclarecer que, no MPF, fazem parte do plano diretor o painel de contribuição das unidades envolvidas com a temática e o portfólio de ações. O plano diretor e o painel representam o nível tático; e o portfólio, o operacional. O plano diretor e o painel fazem, pois, a ligação do planejamento estratégico com o planejamento operacional.

Os painéis de contribuição e planejamentos temáticos constituem ferramenta que permite visualizar e identificar, de forma clara e direta, as iniciativas que as unidades terão que desenvolver e os indicadores que serão monitorados para o alcance dos objetivos estratégicos. Refletem, portanto, as prioridades das áreas para determinado biênio. Os planos de ação, por sua vez, elencam as atividades a serem desenvolvidas por determinada área. Eles são os instrumentos

para acompanhamento das unidades.

O plano de gestão, por seu turno, é instrumento de planejamento no nível operacional, que tem o escopo de alinhar o planejamento com o orçamento. Com a implantação do plano de gestão, haverá:

- a) maior adequação do orçamento;
- b) maior agilidade na execução do orçamento;
- c) maior detalhamento do gastos;
- d) maior alinhamento entre os níveis de gestão;
- e) apoio à tomada de decisão do Secretário-Geral;
- f) maior alinhamento entre o nível tático (painel de contribuição) e nível operacional (execução do painel de contribuição).

O produto final do trabalho de todas as Unidades será traduzido em uma Portaria contendo:

- a) as ações previstas (projetos, iniciativas, contratos, aquisições, entre outras);
- b) responsável pela execução;
- c) prazo de empenho;
- d) prazo de pagamento;
- e) dotação.

O processo de modernização do MPF, com a integração dos planos e projetos das unidades, indicam um caminho de reconhecimento do MPF como instituição promotora da cidadania e imprescindível ao Estado Democrático de Direito. Corrobora, ainda, com a construção de um Ministério Público Federal mais moderno, célere e efetivo no atendimento das necessidades da sociedade.



### **3.4 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS**

As Secretarias do MPF, as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadão (PFDC), as Procuradorias da República (PRs) e as Procuradorias Regionais da República (PRRs) possuem seus respectivos painéis de contribuição ou planejamentos temáticos e são responsáveis por alimentar periodicamente o Sistema de Governança Institucional do MPF (Sigov) com as medições atualizadas dos indicadores e das iniciativas, bem como com o acompanhamento de seus projetos.

As áreas fornecem esses dados consolidados, a cada três ou seis meses, à Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), a qual submete as informações em relatório executivo à Secretaria-Geral para conhecimento e adoção de medidas corretivas.

No início de cada biênio, a fim de obter melhor consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI), faz-se a revisão dos painéis de contribuição das Secretarias, das PRs e das PRRs e dos planejamentos temáticos das CCRs e da PFDC. Em 2017, a SGE, elaborou cronograma de revisão de todos os painéis de contribuição das unidades mencionadas para o biênio em 2018-2019.

Monitorar o desempenho da estratégia é um processo dinâmico e incremental de avaliação institucional. Visando à modernização contínua do MPF, a cultura de planejamento e monitoramento de resultados está sendo fortalecida, entre outros instrumentos, por meio da realização do processo de certificação de desempenho dos painéis de contribuição das PRs e das PRRs e das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE).

Em 2014, a então Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE), atualmente SGE recomendou indicadores de excelência para serem incluídos nos painéis de contribuição das PRs e PRRs, por sugestão das Secretarias Nacionais, responsáveis por estabelecer as políticas e diretrizes de abrangência nacional relativas à respectiva área de atuação. No entanto, o monitoramento do desempenho das unidades está em constante aprimoramento, evidenciado pelo processo de certificação de desempenho dos painéis de contribuição.

No primeiro ciclo da certificação, realizado em setembro de 2016, foram avaliados os resultados do desempenho das unidades, aferidos por meio das iniciativas e dos indicadores do Painel de Contribuição, bem como a adequação da ferramenta às diretrizes estratégicas. As PRs e as PRRs foram avaliadas quanto a 14 critérios de certificação.

O processo de certificação de desempenho dos painéis foi facultativo, por adesão. Das 32 unidades do MPF, 22 ganharam selo ouro; 8, prata; 1, bronze; e apenas 1 não participou do processo de certificação. A lógica da atribuição dos selos está disposta no quadro a seguir.

### **Quadro 2 – Critérios para atribuição de selos**

<b>SELO OURO</b>	Painel de Contribuição que atendeu a, no mínimo, 85% da pontuação total.
<b>SELO PRATA</b>	Painel de Contribuição que atendeu de 70% a 84,99% da pontuação total
<b>SELO BRONZE</b>	Painel de Contribuição que atendeu de 50% a 69,99% da pontuação total.
<b>Oportunidade de melhoria</b>	Painel de Contribuição que atendeu a menos de 50% da pontuação total.

A pontuação média das unidades que aderiram foi de 86,55%. Ou seja, nacionalmente, a gestão estratégica nas PRs e PRRs, considerando os critérios da certificação de desempenho, ganhou simbolicamente Selo Ouro. Esse resultado denota o alinhamento das unidades às políticas e diretrizes nacionais.

Nesse sentido, em 2018, será lançado o segundo processo de certificação dos painéis de contribuição das Unidades estaduais e regionais do MPF. O objetivo é estabelecer requisitos de qualidade técnica da ferramenta de planejamento adotada no MPF, Painel de Contribuição, ao tempo em que se fomenta o alinhamento das Procuradorias da República e das Procuradorias Regionais da República às diretrizes do Planejamento Estratégico do MPF.

Busca-se, assim, a excelência da gestão, garantindo o alinhamento estratégico institucional, e o aprimoramento do desempenho das Unidades.

De forma a adequar-se à Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016, o Ministério Público Federal implementou o ciclo das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia. O objetivo é apresentar os resultados dos instrumentos de planejamento e discutir oportunidades de melhoria para viabilizar o alcance das metas definidas para os indicadores, bem como o cumprimento dos prazos e a promoção da qualidade das iniciativas e dos projetos.

Por meio desses instrumentos de monitoramento e controle, pretende-se, ainda, fomentar a consecução dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e alinhados às diretrizes do Planejamento Estratégico Nacional (PEN), determinadas pelo CNMP. As Reuniões de Acompanhamento da Estratégia dividem-se em três tipos.

### **REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL**

Apresentam-se internamente os resultados dos indicadores, dos projetos e das iniciativas presentes nos respectivos painéis de contribuição, assim como a evolução da execução orçamentária. A periodicidade é trimestral e os participantes variam conforme a esfera de atuação.

Participantes:

- a) Secretarias Nacionais – Secretários e Secretários Adjuntos com as respectivas equipes;

- b) Órgãos Superiores – Coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Secretários Executivos com as respectivas equipes;
- c) Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias Regionais da República (PRRs) – áreas responsáveis pelos indicadores e pelas iniciativas dos painéis com as respectivas equipes.

Visando à disseminação da metodologia das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia, a Secretaria-Geral participou de todas as reuniões do 1º ciclo das RAOs.

### **REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO**

Apresentam-se os resultados dos indicadores, dos projetos e das iniciativas de maior relevância (a qual pode advir de transversalidade, dificuldade de execução, sucesso na concretização, entre outros). A periodicidade é trimestral, e os participantes variam conforme a esfera e a área de atuação (meio ou fim):

Participantes:

- a) Área-meio do MPF: Na PGR, Secretários Nacionais, com apoio e assessoria da SGE;

Nas PRs e PRRs – Procuradores-Chefes e Secretários Estaduais com os chefes das áreas responsáveis pelos indicadores e pelas iniciativas dos painéis de contribuição, com apoio e assessoria dos Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica (APGEs);

- b) Área-finalística do MPF: Coordenadores e Secretários Executivos das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com apoio e assessoria da SGE.

### **REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

Monitoramento dos indicadores e projetos estratégicos pela alta cúpula do MPF em cada esfera de atuação.

Participantes:

- a) Nacional – Comitê de Gestão Estratégica, com o apoio e assessoria da SGE;
- b) PRs e PRRs – Realizada pelo Colégio de Procuradores, com apoio dos APGEs.

### 3.5 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Respeitando os critérios estabelecidos na Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), o qual estabelece limites individualizados de pagamento para as despesas primárias, a Lei Orçamentária de 2017 (LOA 2017) foi aprovada tendo por base o fator de correção de 7,2% sobre a despesa paga em 2016, acrescida de compensação do Poder Executivo.

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), a dotação atualizada (LOA + créditos adicionais efetivados), apresentou os seguintes valores ao término do exercício financeiro de 2017 (por identificador de resultado primário):

**Tabela 1 – Dotação atualizada**

Identificador de Resultado Primário	Dotação Atualizada	
Despesa Financeira	368.371.195,00	9,8%
Despesa Primária Obrigatória	2.750.926.695,00	72,9%
Despesa Primária Discricionária	640.636.141,00	17,0%
Despesa Decorrente de Emenda Individual	13.480.000,00	0,4%
<b>Total</b>	<b>3.773.414.031,00</b>	<b>100,0%</b>

Da dotação atualizada referente a despesas discricionárias, ficaram indisponíveis para empenho (contingenciados) R\$ 19.447.376,00 (dezenove milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e seis reais), o que equivale a 3% do montante autorizado para essas despesas.

A tabela abaixo apresenta a execução da despesa do MPF, com percentuais em relação à dotação disponível (dotação líquida, excluída a limitação de empenho):

**Tabela 2 – Execução da despesa**

Identificador de Resultado Primário	Dotação Disponível	Despesas Empenhadas		Despesas Inscritas em RPNP*		Despesas Pagas
Despesa Financeira	368.371.195,00	359.189.355,74	97,5%	315.276,90	0,1%	358.874.078,84 97,4%
Despesa Primária Obrigatória	2.750.926.695,00	2.750.290.683,41	100,0%	6.923.959,19	0,3%	2.743.366.006,27 99,7%
Despesa Primária Discricionária	621.188.765,00	595.447.266,11	95,9%	80.271.368,33	12,9%	513.392.351,74 82,6%
Despesa Decorrente de Emenda Individual	13.480.000,00	8.677.468,50	64,4%	1.932.274,66	14,3%	6.245.568,84 46,3%
<b>Total</b>	<b>3.753.966.655,00</b>	<b>3.713.604.773,76</b>	<b>98,9%</b>	<b>89.442.879,08</b>	<b>2,4%</b>	<b>3.621.878.005,69 96,5%</b>

\* Restos a pagar não processados

Pelos dados apresentados, evidencia-se que, quanto a despesas financeiras e obrigatórias (pagamento de pessoal e encargos sociais e de benefícios assistenciais) a execução é praticamente

integral, sendo residuais as inscrições em restos a pagar não processados. As emendas individuais destinaram-se a projetos de construções e reformas de edifícios-sede de procuradorias da República, ficando sua dotação restrita a essa finalidade. Alguns desses projetos apresentaram inviabilidade técnica de execução no exercício de 2017, fator que prejudicou uma aplicação mais expressiva dessa dotação.

As despesas discricionárias, sobre as quais a administração possui algum grau de flexibilidade em sua destinação, são responsáveis pelo funcionamento de todos os serviços inerentes às atividades do MPF, tais como pagamento de pessoal terceirizado, estagiários, aluguel de imóveis, compra de equipamentos, implantação de novas procuradorias etc. Dada sua importância para a instituição, bem como ao advento do NRF, que restringirá sobremaneira maiores aportes orçamentários nos anos vindouros, o MPF tem buscado otimizar os recursos disponíveis. Destarte, nos últimos exercícios financeiros, esforços foram envidados visando à melhoria da qualidade do gasto, na priorização de despesas inadiáveis, na diminuição do saldo de restos a pagar e na conscientização dos gestores.

A tabela seguinte exhibe os resultados parciais das ações desenvolvidas pelo MPF no sentido de aprimoramento do desempenho orçamentário, no que tange a empenho, inscrição em restos a pagar e pagamento (exercícios de 2015 a 2017):

**Tabela 3 – Desempenho orçamentário**

LOA*	Dotação Disponível	Despesas Empenhadas	Despesas Inscritas em RPNP	Despesas Pagas
2017	621.188.765,00	595.447.266,11 95,9%	80.271.368,33 12,9%	513.392.351,74 82,6%
2016	582.216.164,00	564.906.955,82 97,0%	96.541.159,55 16,6%	467.135.667,83 80,2%
2015	720.595.837,00	700.200.408,57 97,2%	189.390.185,88 26,3%	507.233.953,83 70,4%

\* Somente despesas discricionárias

Observa-se que o MPF tem mantido um bom nível de empenho, acima de 95% da dotação disponível. As inscrições em restos a pagar, como se pode notar, vêm sofrendo considerável redução, fruto de controle mais criterioso na seleção de quais despesas devem incorporar-se a essa conta (de acordo com o NRF, o pagamento de restos a pagar afeta diretamente o montante de pagamentos que o Órgão pode realizar no exercício financeiro, impactando negativamente o planejamento). Outrossim, nota-se maior percentual em “despesas pagas”, reflexo direto de uma política de melhoria de eficiência orçamentária adotada pelo MPF.

### **3.6 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

O MPF não possui, na LOA 2017, ações vinculadas a programas temáticos. No entanto, são apresentadas, de forma individualizada, a execução física e financeira de todas as ações sob a responsabilidade da unidade orçamentária (UO), referentes aos programas de gestão e manutenção e de operações especiais.

Os demonstrativos também evidenciam a inscrição em restos a pagar processados e não processados do exercício de 2017, bem como a situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Também é disponibilizada a execução (parcial) de ações não pertencentes à LOA da instituição. Outrossim, foram detalhadas, nos **Anexos A e B ao item 3.6 - Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual** de Responsabilidade da Unidade, as ações de responsabilidade da UO que não constaram da LOA do exercício de referência do relatório, ou seja, ações de leis orçamentárias anteriores a 2017 que ainda permanecem em execução.

### **3.7 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO**

Ainda que a execução orçamentária do MPF tenha alcançado quase a integralidade da dotação disponível (98,9% de despesas empenhadas) e a execução financeira tenha atingido 96,5% de despesas pagas, um fator que impacta negativamente no desempenho orçamentário consiste nas limitações de empenho impostas ao longo do exercício financeiro.

Não obstante haver probabilidade de liberação do montante contingenciado nos meses finais do ano, o princípio da prudência obriga o MPF a não contar com essa possibilidade, mantendo expressiva dotação sem vinculação a despesas. Em 2017 o total bloqueado foi de R\$ 19.447.376,00 (dezenove milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e seis reais).

### **3.8 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM O RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO**

Não se verifica no âmbito do MPF.



### 3.9 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A inscrição e reinscrição de restos a pagar no âmbito do MPF obedece estritamente às regras disciplinadas na legislação pertinente. Ademais, a instituição mantém permanente controle sobre tais despesas, inclusive por meio de Avaliação de Desempenho Orçamentário, realizada anualmente e por unidade gestora, em que a inscrição de restos a pagar tem peso considerável.

A tabela abaixo ilustra a evolução dos restos a pagar não processados de 2016 e 2017 (em números absolutos):

**Tabela 4 – Evolução dos restos a pagar**

Total	RPNP Inscritos e Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP a Liquidar
2016	288.645.127,23	33.014.287,35	160.806.156,95	94.811.298,96
2017	205.388.122,73	10.352.843,94	107.282.496,19	87.752.782,60

Observa-se uma diminuição no montante de restos a pagar de 2017 em relação a 2016. Houve também diminuição de cancelamentos, de liquidação e do saldo a liquidar.

Cumpramos esclarecer que maior parte do volume de tais restos a pagar tem origem em projetos de construção ou reformas de sedes próprias que, não raramente, são de maior complexidade e de execução plurianual, fato que gera inevitáveis inscrições nessa rubrica orçamentária.

### 3.10 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Sob a ótica das modalidades de contratação, em relação ao ano anterior, não houve expressivas alterações quanto aos percentuais empenhados em cada classificação. Como se pode observar pela tabela abaixo, a modalidade de licitação “Não se Aplica”, é a mais expressiva, agrupando 85,3% da despesa empenhada pelo MPF em 2017. Enquadra-se nessa modalidade a rubrica *Pagamento de Pessoal* (pagamento em folha e diárias), bem como benefícios obrigatórios e assistência médica.

**Tabela 5 – Despesas empenhadas – exercícios de 2017 x 2016**

<b>Modalidade Licitação</b>	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
Não se Aplica	3.167.316.992,04	85,3%	2.835.379.463,28	85,1%
Pregão	324.870.927,31	8,7%	318.269.260,03	9,6%
Inexigibilidade	86.039.535,32	2,3%	61.708.367,03	1,9%
Dispensa de Licitação	82.960.325,23	2,2%	80.796.101,06	2,4%
Concorrência	48.165.345,67	1,3%	32.972.290,26	1,0%
Tomada de Preços	3.754.192,03	0,1%	1.551.626,77	0,0%
Suprimento de Fundos	420.205,18	0,0%	384.744,63	0,0%
Convite	77.250,98	0,0%	138.865,00	0,0%
<b>Total</b>	<b>3.713.604.773,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.331.200.718,06</b>	<b>100,0%</b>

A segunda modalidade de execução de despesas mais empregada no âmbito do MPF é o pregão, com aproximadamente 54% da despesa discricionária e 11,5% da despesa decorrente de emendas individuais. Em seguida vem inexigibilidade (2,3%), dispensa (2,2%) e concorrência (1,3%). As outras modalidades não são representativas.

Segundo a classificação por grupos de natureza da despesa (GND) observa-se a seguinte composição do MPF (despesas empenhadas):

**Tabela 6 – Despesas empenhadas por grupo de natureza das despesas**

<b>GND</b>	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
Pessoal e encargos sociais	2.879.291.292,74	77,5%	2.555.006.087,02	76,7%
Outras Despesas Correntes	738.664.494,71	19,9%	686.790.632,97	20,6%
Investimentos	95.648.986,31	2,6%	89.403.998,07	2,7%
<b>Total</b>	<b>3.713.604.773,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.331.200.718,06</b>	<b>100,0%</b>

Nota-se que, em 2017, houve aumento marginal (0,8%) de empenho em despesas com pessoal, e decréscimo em *outras despesas correntes* e *investimentos*, relativamente ao ano anterior.

Do total com despesas de pessoal, 71,6% corresponde a vencimentos e vantagens de pessoal ativo, 12,8% a aposentadorias e pensões e 12,9% a obrigações patronais.

Na classificação por elemento de despesa, não se observam oscilações significativas de valores em relação ao ano anterior. Por exemplo, despesas com locação de mão de obra, correspondente a 24% do total de *outras despesas correntes*, teve um acréscimo de apenas 3,5% em relação a 2016. A título de comparação, em 2016 o aumento foi de 4,6%.

No GND *investimentos*, 49,7% foram empenhados em obras e instalações e 37,9 em equipamentos e material permanente.

### **3.11 DESEMPENHO OPERACIONAL**

Não se aplica. As informações sobre o desempenho operacional do MPF estão suficientemente explanadas nos outros itens do Capítulo 3: Planejamento Organizacional e Resultados.

### **3.12 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO**

Conforme explanado, o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal (MPF) foi construído com base na metodologia BSC. A capilaridade do MPF exige um alinhamento entre os níveis de planejamento estratégico e táticos, estes de responsabilidade das administrações regionais e estaduais, e aquele, da alta administração central.

Assim, todas as unidades (PRs e PRRs), Secretarias Nacionais, Secretarias vinculadas ao Gabinete da Procuradora-Geral da República, Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão são responsáveis por fornecer dados consolidados à Secretaria Modernização e Gestão Estratégica (SGE), área que possui a atribuição, entre outras, de monitorar a estratégia da Instituição.

As Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão monitoram seus Planos Temáticos, de acordo com a atuação, conforme abaixo:

- a) 1ª CCR: Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral;
- b) 2ª CCR: Criminal;
- c) 3ª CCR: Consumidor e Ordem Econômica;
- d) 4ª CCR: Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- e) 5ª CCR: Combate à Corrupção;
- f) 6ª CCR: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- g) 7ª CCR: Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional;
- h) PFDC.

As unidades restantes utilizam o Painel de Contribuição para realizar o acompanhamento dos seus planejamentos, conforme a seguir:

- a) Secretarias Nacionais: Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica (SGE), Consultoria Jurídica (Conjur), Central de Viagens e Eventos (CVE), Secretaria de Administração (SA), Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SSI-Saúde), Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep), Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), Secretaria de Segurança Institucional (Ssin);
- b) Secretarias vinculadas à Procuradora-Geral da República: Secretaria de Apoio

Jurídico (SAJ), Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), Secretaria Perícia Pesquisa e Análise (Sppea), Subsecretaria de Gestão Documental e Processual (SUBGDP) e Secretaria de Comunicação Social (Secom);

- c) PRRs: PR-AC, PR-AL, PR-AM, PR-AP, PR-BA, PR-CE, PR-DF, PR-ES, PR-GO, PR-MA, PR-MG, PR-MS, PR-MT, PR-PA, PR-PB, PR-PE, PR-PI, PR-PR, PR-RJ, PR-RN, PR-RO, PR-RR, PR-RS, PR-SC, PR-SE, PR-SP, PR-TO;
- d) PRs: PRR1<sup>a</sup> Região, PRR2<sup>a</sup> Região, PRR3<sup>a</sup> Região, PRR4<sup>a</sup> Região, PRR5<sup>a</sup> Região.

Assim, cada unidade ou órgão contribui, direta ou indiretamente, para a consecução dos objetivos estratégicos contratualizados por meio do BSC do MPF. Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2020, foram definidos indicadores e metas que deverão mensurar o desenvolvimento da estratégia. Os indicadores permitem desdobrar as metas de uma ação e repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais, sendo importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão.

O estabelecimento de uma meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos os membros e servidores a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pelo MPF no alcance da Visão. Vale destacar que as metas representam um pacto com os gestores responsáveis de cada órgão, unidade administrativa, unidade gestora e áreas de atuação. A Portaria PGR nº 687/2011, que institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal traz, também, as áreas gestoras dos, até então, 32 indicadores relacionados aos 25 objetivos estratégicos. Compete às áreas assegurar a efetivação de ações necessárias para o correto monitoramento dos indicadores sob sua responsabilidade e responder pelo seu desempenho. Na hipótese de o indicador apresentar resultado inferior a 70% da meta estabelecida, o gestor responsável deverá apresentar as justificativas ao Secretário-Geral. Com a edição da Portaria PGR nº 57, de 2 de fevereiro de 2016, passaram a ser mensurados 37 indicadores estratégicos. Observe-se, no **Anexo ao item 3.12 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**, o rol completo dos indicadores estratégicos de desempenho específicos do MPF.

O Planejamento Estratégico do MPF encontra-se hoje no meio do seu primeiro ciclo de execução (2011-2020). Vários foram os avanços e resultados alcançados pela Instituição. Isso se comprova pelos objetivos e indicadores estratégicos elencados. Há, no entanto, um ponto de melhoria necessário: a definição de indicadores para alguns objetivos estratégicos que ainda não possuem. Esse assunto foi pautado na última reunião do Comitê de Gestão Estratégica (órgão colegiado máximo da governança do MPF) que deliberou pela criação de um grupo de trabalho que revisará os indicadores estratégicos.

O MPF possui 37 indicadores estratégicos, com situações conforme abaixo descrito:

- a) 26 estão com monitoramento implementado;
- b) 19 atingiram as metas preconizadas para o período;
- c) 7 não atingiram o planejado, ou existem oportunidades de melhoria/aperfeiçoamento;
- d) 11 estão com a mensuração em reformulação.

### **RESULTADO SATISFATÓRIO**

Obtiveram resultado satisfatório em relação à meta os seguintes indicadores estratégicos do MPF:

- a) Apoio de pesquisa e análise à investigação;
- b) Cumprimento da estratégia;
- c) Demandas periciais reprimidas;
- d) Favorabilidade das ações cíveis/tutela;
- e) Favorabilidade das ações criminais;
- f) Favorabilidade das ações eleitorais;
- g) Favorabilidade das ações judiciais;
- h) Favorabilidade no ajuizamento de ações;
- i) Implantação do planejamento estratégico;
- j) Percepção de imagem do MPF;
- k) Planejamento Estratégico de TI;
- l) Planejamento Orçamentário;
- m) Proximidade física com o cidadão;
- n) Quantidade de Termos de Ajustamento de Conduas (TACs);
- o) Quantitativo de membros;
- p) Quantitativo de servidores;
- q) Repercussão na mídia;
- r) Rotatividade de Membros (evasão);
- s) Rotatividade de servidores (evasão);

## **MEDIÇÃO ABAIXO DA META OU INDICADOR COM OPORTUNIDADE DE MELHORIA/APERFEIÇOAMENTO**

- a) Acessibilidade;
- b) Capacitação estratégica;
- c) Comunicação interna;
- d) Cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- e) Favorabilidade das ações de improbidade;
- f) Participação legislativa;
- g) Transparência.

## **MEDIÇÃO EM REFORMULAÇÃO, OU INDICADOR COM MEDIÇÃO, PORÉM COM MENSURAÇÃO EM REFORMULAÇÃO**

- a) Arquivamento definitivo (indicador em reformulação);
- b) Cumprimento de recomendações (indicador em reformulação);
- c) Gestão ambiental (indicador em reformulação);
- d) Prescrição de processos judiciais (mensuração em reformulação);
- e) Prescrição em procedimentos extrajudiciais (indicador em reformulação);
- f) Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) (indicador em reformulação);
- g) Quantitativo de condenações (indicador em reformulação);
- h) Satisfação institucional (membros) (indicador em reformulação);
- i) Satisfação institucional (servidores) (indicador em reformulação);
- j) Segurança institucional (indicador em reformulação);
- k) Ressarcimento de danos monetários (mensuração em reformulação).

Existem propostas de substituição, alteração e exclusão de indicadores no relatório do GT-Indicadores, que tratou da revisão dos indicadores do MPF, conforme já explanado. Veja-se abaixo:

- Arquivamento definitivo – proposta de substituição por novo indicador “Percentual de procedimentos cíveis resolvidos pela via extrajudicial”.
- Cumprimento de recomendações - proposta de substituição por novo indicador



“Total de recomendações expedidas”

- Gestão ambiental – houve proposta de manter o indicador, porém foram registradas alterações no propósito, na descrição, na forma de medição e na meta do indicador, com percentuais escalonados até 2020.
- Prescrição de processos judiciais - houve proposta de manter o indicador, porém foram registradas alterações na descrição e na meta do indicador.
- Prescrição em procedimentos extrajudiciais - houve proposta de manter o indicador, porém foram registradas alterações na fórmula de medição. Na apuração de procedimentos extrajudiciais devem ser considerados, apenas, os Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) e Inquéritos Policiais (IPLs).
- Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) – após avaliação houve sugestão de exclusão do indicador e a sua substituição por dois novos: “Percentual de arquivamentos homologados pelas CCRs, pela PFDC e pela Vice-PGE” e “Percentual de promoções de arquivamentos com base em enunciados das CCRs, da PFDC e da Vice-PGE”.
- Os indicadores Satisfação institucional (membros) e Satisfação institucional (servidores) não foram medidos em 2017. Em razão da implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, serão substituídos por indicadores relacionados a essa temática. A Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep), área responsável pela manutenção dos dois indicadores, solicitou alteração do escopo, tendo em vista a elaboração da Política e do Programa Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). A substituição, no entanto, depende de aprovação do CGE, conforme já explanado.
- Segurança institucional - houve proposta de manter o indicador, porém foram registradas alterações na descrição, propósito, forma de medição e meta do indicador.
- Ressarcimento de danos monetários - houve proposta de acompanhar o indicador no nível tático. A ideia é que o indicador ganhe consistência, com reforço da necessidade de alimentação da GRU, para que os valores medidos possam representar, mais fidedignamente, a arrecadação de valores pelo MPF relativos ao combate à criminalidade e à corrupção. Atualmente, o indicador reflete, apenas, os valores recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional por meio de GRU com código específico. Não abarca ressarcimento a contas específicas de empresas públicas, por exemplo.

### **3.13 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO ESTRATÉGICA**

#### **MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES**

Em outubro de 2014, o Ministério Público Federal (MPF) deu início ao Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab). O projeto foi dividido em 10 etapas e executado com o apoio de consultoria especializada por meio do Contrato nº 51 de 2014.

Em fevereiro de 2016, a empresa de consultoria entregou os produtos das fases 9 e 10, sobre Sistemática de Captura de Resultados dos Membros e Monitoramento da Implementação dos Gabinetes Pilotos, respectivamente, finalizando o objeto da consultoria e dando início aos desdobramentos internos do projeto.

Na fase em que se contou com o apoio da consultoria, o MPF mapeou e manualizou as rotinas dos gabinetes nas Procuradorias da República (PRs), nas Procuradorias Regionais da República (PRRs) e na Procuradoria-Geral da República, identificando as boas práticas realizadas por membros e servidores nos processos de trabalhos realizados nos gabinetes. Essa etapa foi responsável pela construção da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF, que organiza as atividades realizadas nos gabinetes para geração de valor com foco na eficiência e efetividade da atuação dos membros.

Também nesse período, após estudos realizados pela consultoria, houve a criação da Secretaria de Apoio Pericial, unidade administrativa vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral da República, responsável por gerenciar o corpo pericial e as demandas de perícia de todo o órgão.

Continuando o trabalho iniciado com a consultoria, desde fevereiro de 2016, o órgão tem se debruçado em desenvolver projetos e iniciativas relacionados a temas indicados pela consultoria como sensíveis para o aprimoramento da atuação finalística do MPF.

Assim, até 2020, a modernização da atuação finalística está alicerçada em 5 (cinco) temas:

- a) **Gestão do Conhecimento:** aplicação de boas práticas e aprimoramento das ferramentas de suporte de Gestão do Conhecimento com objetivo de proporcionar a geração de valor a partir do conhecimento produzido internamente;
- b) **Modelos de Organização do Trabalho:** revisão dos modelos de organização do trabalho e construção de novos modelos adaptados às inovações tecnológicas e às necessidades da sociedade. Especialização de equipes por temática, atuação por projetos e compartilhamentos de equipes são algumas das iniciativas que deverão ser implementadas no MPF;

- c) Sistema de Informações Gerenciais: utilização estratégica do conhecimento gerado no MPF, com foco no fortalecimento da confiabilidade dos dados produzidos nos sistemas de informação e avaliação e melhoria do processo de reporte de informações;
- d) Sistemática de Captura de Resultados dos Membros: revisão das métricas atuais de mensuração dos resultados dos membros, alterando o foco da mensuração de quantitativo para qualitativo e utilizando novas métricas que promovam novas formas de atuação e o alcance de resultados mais efetivos para o cidadão;
- e) Certificação dos Gabinetes: disseminação da Cadeia de Valor dos Ofícios – implementação dos mapeamentos e boas práticas identificados nas etapas iniciais do projeto Mogab – em todos os gabinetes do Ministério Público Federal, com foco na capacitação de servidores e membros, fortalecendo a confiabilidade dos dados ao promover a capacitação dos sistemas e, assim, sua correta alimentação.

No ano de 2017, iniciou-se a implantação dos Modelos de Organização do Trabalho nas Procuradorias da República nos Estados, por meio de dois pilotos: O núcleo-volante, na Procuradoria da República no Amazonas; e o serviço para tratativa de alto volume recorrente, na Procuradoria da República em Goiás.

Em 2018 espera-se ampliar a prática dos modelos de organização do trabalho nas demais unidades administrativas da Procuradoria da República nos Estados, bem como implementar a Certificação de Ofícios no âmbito do MPF.

## **ESCRITÓRIO DE PROCESSOS**

O Escritório de Processos Organizacionais (EPO), instituído em abril de 2013, está sob a coordenação da Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica (SGE) da Secretaria-Geral.

Os esforços do EPO estão voltados para a capacitação, o aperfeiçoamento da gestão do conhecimento, a promoção da memória institucional, a organização de métodos e técnicas de melhoria de processos e a gestão do portfólio dos processos mapeados. Assim, a gestão de processos converge para a mudança organizacional, promovendo melhorias nos processos de trabalho e garantindo maior cooperação e integração entre as diversas áreas do MPF.

Durante o ano de 2017, o Escritório de Processos atuou no mapeamento e na melhoria de processos de trabalho da área meio, com as Secretarias Nacionais ligadas à Secretaria-Geral, e da área finalística. Também foram empregados esforços na revisão dos mapeamentos realizados pelas Unidades nos estados. No total, em 2017, foram publicados 67 manuais de processos de trabalho, em conjunto com áreas ligadas tanto à área meio quanto à área fim e com os escritórios de

processos locais, nas PRs e PRRs.

O Escritório também tem investido na melhoria contínua e na gestão da qualidade dos processos do MPF. Desde 2015, buscou-se a certificação de processos nos padrões da norma ISO 9001. Em 2015, foram certificados dois processos de trabalho do Gabinete do Procurador-Geral da República, três processos da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e três processos da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2008. Em 2016, foram certificados dois processos de trabalho da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e um processo da Ouvidoria do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2015. Já em 2017, a certificação alcançou um processo da Secretaria de Administração, outros dois processos da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e novamente os processos do Gabinete do Procurador-Geral da República.

A certificação dos processos na norma ISO 9001 concretiza a confiabilidade da instituição perante a sociedade e induz à manutenção do compromisso dos gestores com os princípios da qualidade na condução de suas áreas.

## **ESCRITÓRIO DE PROJETOS**

O Escritório de Projetos do MPF dissemina e incentiva a cultura de planejamento, coordenação institucional e de gestão por projetos, com foco em resultados efetivos para a sociedade. Em consequência dessa atuação, a adesão à metodologia de gestão de projetos do MPF pelas secretarias nacionais e os órgãos superiores e de coordenação e revisão do MPF tem aumentado a cada ano.

A Gestão de Projetos é um instrumento utilizado para identificar, acompanhar, coordenar e realizar ações de desenvolvimento e inovação no MPF, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

No curso dos últimos anos, os processos de trabalho da Gestão de Projetos foram aos poucos aperfeiçoados. Contudo, tiveram que se adaptar a recentes restrições orçamentárias, contexto vivenciado por todas as áreas do Ministério Público Federal.

Nesse contexto, verificou-se a inviabilidade de o Ministério Público Federal arcar com os custos de todos os Projetos com previsão de pagamento de gratificação ou impacto orçamentário substancial, motivo pelo qual se fez necessário modificar a sistemática vigente de aprovação dos Projetos.

Conforme disposto nos artigos 79, inciso IV, e 81, inciso IV, do Regimento Interno Diretivo (Portaria PGR nº 357/2015, alterada pela Portaria PGR nº 615/2017), foram propostos, por meio do Edital de Avaliação e Priorização de Projetos, critérios objetivos para classificação das novas propostas, visando a melhor utilização de recursos materiais e humanos, priorizando-se a

utilização dos recursos orçamentários de gratificação aos Projetos de especial interesse para a Instituição melhor classificados.

A elaboração do Edital teve início em 2017, com participação dos Órgãos Colegiados afetos à matéria, gestores, cogestores, áreas afins e Unidades, em consulta pública, e atualmente está sob análise da Consultoria Jurídica, para finalização e publicação pela Secretaria-Geral.

Para Gestão de Projetos, o MPF adotou como ferramenta informatizada o SIGOV – Sistema de Governança Institucional do MPF. O SIGOV tem escopo amplo, e além do gerenciamento de projetos, o sistema visa à automatização dos processos relacionados à gestão estratégica do órgão: governança; indicadores de desempenho; gestão de processos; gestão de projetos; e transparência.

Dentre os módulos do SiGOV, destacam-se o de Gestão de Projetos e o de Gestão de Iniciativas, com registro de atividades, prazos, integrantes e dados de planejamento e execução orçamentária. A Gestão de Iniciativas permite o cadastro de um ‘projeto simplificado’, acessível a todos os servidores para gestão de qualquer tipo de tarefa ou iniciativa.

Em estudo que compara a maturidade organizacional em gerenciamento de projetos entre os tribunais superiores, ramos do Ministério Público da União e conselhos, realizado em 2014, com base no modelo de avaliação de maturidade elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), comparou-se o nível de maturidade do escritório do MPF com escritórios de tribunais superiores, de ramos do MPU e conselhos. O nível medido do MPF foi de 3,37 numa escala de 5 pontos, posicionando-o entre os dois mais maduros entre os órgãos federais avaliados.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, tramitaram processos referentes a 87 projetos, contabilizados os iniciados em 2017, os iniciados nos exercícios anteriores ainda em execução ou encerrados durante o referido exercício, conforme apresentado na lista abaixo. Destes projetos, 33 foram classificados como finalísticos, ou seja, com resultados na área fim do Ministério Público Federal. Contabilizaram-se 103 participações de membros e 1.021 participações de servidores nos projetos.

Todos esses projetos envolveram um custo inicial planejado de R\$ 9.274.863,00, abrangendo previsões de utilização de recursos para gratificação por projetos, contratações, investimentos, compras de materiais, diárias e passagens e capacitações.

O Escritório de Projetos é responsável pela gestão, ou seja, programação e execução orçamentária, apenas dos recursos de gratificação por projeto. O montante planejado com custos de gratificação para o ano de 2017 totalizou R\$ 3.801,815,75. Desta quantia, executou-se R\$ 3.322.379,00.

As prestações de contas e de informações sobre execução das provisões atinentes aos demais recursos orçamentários mencionados são feitas pela Unidade Gestora responsável aos Órgãos de Controle e à Secretaria de Planejamento e Orçamento do MPF.

A situação, duração e os custos dos projetos constam do **Anexo ao item 3.13 Outras informações da gestão estratégica.**

## **4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

---

### **4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) é órgão previsto no artigo 43, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93. Presidido pelo Procurador-Geral da República, é o órgão máximo de deliberação do Ministério Público Federal (MPF). Compõem o Conselho oito subprocuradores-gerais da República, quatro eleitos pelo Colégio de Procuradores, e quatro eleitos pelos subprocuradores-gerais da República, além do Procurador-Geral da República e do Vice-Procurador-Geral da República, que o integram como membros natos.

Compete ao Conselho, entre outras atribuições, elaborar e aprovar as normas e as instruções para o concurso de Procurador da República; as regras sobre as designações dos Procuradores para cada uma das áreas em que o Ministério Público Federal atua; os critérios para distribuição de inquéritos e procedimentos; os critérios de merecimento para promoção na carreira; e aprovar a proposta orçamentária do MPF.

O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Federal foi editado por meio da Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.

#### **4.1.1 CONSELHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Conselho Institucional é órgão do Ministério Público Federal, previsto no artigo 43, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93 e no Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357 de 5 de maio de 2015, integrado pela reunião das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Compete ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal julgar os recursos interpostos das decisões proferidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão; decidir os conflitos de atribuições entre órgãos institucionais vinculados a Câmaras distintas ou a uma das Câmaras e à PFDC; deliberar, mediante provocação dos interessados, sobre matérias que demandem providências dos órgãos institucionais com atuação em officios vinculados a Câmaras distintas e aprovar pelo voto da maioria absoluta de seus membros, no exercício da atribuição de revisão, enunciados que expressem sua jurisprudência sobre determinada questão e, no exercício da atribuição de coordenação, orientações para melhor eficiência da execução da atividade-fim.

As sessões do Conselho Institucional são organizadas separadamente em sessões de coordenação e sessões de revisão, com pautas distintas, e realizam-se mensalmente, sempre na segunda quarta-feira de cada mês, exceto nos meses de janeiro e julho e, extraordinariamente, por

convocação de seu Presidente, do Procurador-Geral da República ou da maioria de seus membros.

O Regimento Interno do Conselho Institucional do Ministério Público Federal foi editado por meio da Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.

#### **4.1.2 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA**

Institucionalizado em 2011, o Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE) do MPF visa ao alinhamento das ações institucionais com o PEI. O modelo de governança e gestão participativa, no qual as tomadas de decisão ocorrem de maneira colegiada, possibilita avaliações e monitoramento do cumprimento da estratégia.

Conforme dispõe o Regimento Interno Diretivo do MPF, o SIGE é composto atualmente pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), do qual participa toda alta gestão do MPF, e pelos seguintes subcomitês temáticos a ele vinculados: Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA); Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP); Subcomitê de Comunicação Social (Sicom); Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT); Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI); Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF); Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas (SEGP); e Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional (SES).

O CGE tem como objetivo assessorar as atividades relativas à modernização da gestão administrativa do MPF e promover o alinhamento dos subcomitês e das unidades ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e aos Planejamentos Temáticos do MPF. O Comitê é coordenado pelo Procurador-Geral da República.

O SGA, constituído pelos procuradores-chefes das unidades gestoras do MPF e coordenado pelo Secretário-Geral, foi criado com objetivo de fomentar o desenvolvimento das unidades do MPF, além de promover o alinhamento e a convergência entre o Planejamento Estratégico Institucional e os Planejamentos Temáticos.

O SPF foi criado com objetivo de atuar como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a gestão de projetos da área finalística. Ao SPF compete analisar as propostas de projetos voltados ao aperfeiçoamento da atividade finalística, visando à coordenação, integração e potencialização das atividades. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE e dois membros indicados pelo SGA.

O SCP atua como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a gestão de projetos estratégicos. Ao SCP incumbem atividades voltadas à análise das propostas e solicitações de mudanças dos projetos administrativos e finalísticos. Conta com a participação dos secretários nacionais do MPF, do Secretário de Modernização e Gestão Estratégica



e do Chefe da Central de Viagens e Eventos.

O SEGP acompanha as deliberações sobre as políticas de gestão de pessoas, avalia a efetividade de seus resultados, atua como instância consultiva de assuntos interdepartamentais nessa temática, estimula a implantação de melhores práticas e promove a integração da gestão de pessoas com os outros processos de gestão do MPF. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Gestão de Pessoas e o Secretário de Educação e Desenvolvimento Profissional.

Ao SETI compete propor as políticas e diretrizes de tecnologia da informação e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, emitir parecer sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, sobre investimentos em tecnologia da informação, sobre as prioridades para execução de projetos de tecnologia da informação, sobre as propostas de padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança para os serviços e produtos de tecnologia da informação e sobre as propostas de diretrizes para a aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, um representante indicado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dois representantes de procuradorias regionais da República distintas e cinco representantes de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

O SGT tem como objetivo uniformizar tabelas processuais, taxonomia e terminologia de classes, assuntos e movimentações judiciais e extrajudiciais. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário Jurídico e de Documentação, um representante indicado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dois representantes de procuradorias regionais da República distintas e cinco representantes de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

O SICOM tem por competência fomentar uma atuação integrada entre a Secretaria de Comunicação Social e as assessorias de comunicação das unidades gestoras do MPF e propor ao CGE políticas nacionais, regionais e locais relacionadas ao tema. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Comunicação Social e cinco assessores de comunicação de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

O Subcomitê de Segurança Institucional coordena, fiscaliza e controla, em nível estratégico, as ações de segurança institucional. Garante numa concepção sistêmica de proteção e salvaguarda institucionais, o alinhamento entre as diversas áreas da Instituição para a concretização das ações relativas à segurança institucional. Realiza, ainda, avaliações periódicas da implementação dos planos afetos à segurança institucional e dos seus resultados, submetendo-os ao Procurador-Geral da República. É composto por Membro indicado pelo PGR; três Membros indicados pelo Comitê de Gestão Estratégica; três servidores que exerçam funções de segurança no MPF e estejam em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional, indicados pelo SGA; Secretário de Perícia, Pesquisa e Análise; Secretário de Segurança Institucional; Secretário de Administração; Secretário de Comunicação Social; Secretário de Engenharia e Arquitetura; Secretário de Gestão de Pessoas; Secretário Jurídico e de Documentação; Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Além disso, há o Comitê Gestor de Gênero e Raça, responsável por propor e acompanhar a execução de ações que promovam a equidade de gênero e raça no âmbito do MPF. O Comitê foi criado por meio da Portaria PGR/MPF nº 108, de 17 de março de 2014 - vide anexo Portaria CGR.

Por fim, cumpre mencionar a Governança do Sistema Único, instituída pela Portaria PGR nº 358, de 5 de maio de 2015, com a atribuição de promover o desenvolvimento, a manutenção e a permanente atualização do sistema, bem como ordenar e priorizar o atendimento às demandas de desenvolvimento de novas funcionalidades ou melhorias. Com a publicação da Portaria PGR nº 350, de 28 de abril de 2017, que regulamentou a utilização e o funcionamento do Sistema Único como meio eletrônico de prática de atos administrativos, procedimentais e processuais e de registro, distribuição, tramitação, instrução e controle de documentos, procedimentos e processos no âmbito do MPF, as disposições relativas à governança do sistema também foram aperfeiçoadas.

**Quadro 3 – Comitê e Subcomitês do SIGE**

Comitê e Subcomitês	Número de reuniões realizadas		
	2º semestre de 2015	2016	2017
Comitê de Gestão Estratégica (CGE)	1	1	0
Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA)	2	2	2
Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)	3	6	3
Subcomitê de Comunicação Social (Sicom)	0	0	1
Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT)	4	2	2
Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI)	1	3	2
Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF)	2	3	4

<b>Comitê e Subcomitês</b>	<b>Número de reuniões realizadas</b>		
	<b>2º semestre de 2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Subcomitê de Gestão de Pessoas (SEGP)	1	2	5
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>19</b>

## 4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade e, em última análise, o atendimento do interesse público. Além dos aspectos legais, tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e visa dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corrobora esse *mínus* público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), **órgão de controle interno do Ministério Público da União**, dirigida pelo Auditor-Chefe, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e, ainda, Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º do Regimento Interno da Audin-MPU, aprovado pela Portaria PGR nº 53, de 29 de maio de 2017<sup>1</sup>.

Nesse prisma, a Audin-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a Audin-MPU está diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, *caput*, do Regimento Interno da Audin-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, ressalta-se que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint)<sup>2</sup>. Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e em análise de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades jurisdicionadas. Nesse item, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da Audin-MPU consagram os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios que lhes são aplicáveis.

---

1 Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/PORTARIA-PGR-2017-53-REGIMENTO-INTERNO-AUDIN.pdf>.

2 Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/paint/paint-2017.pdf>.

Nesse horizonte, no Paint, são evidenciadas as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencadas a descrição das ações de auditoria, os objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a Secretaria e a coordenação a qual se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização à distância ou *in loco*. Por fim, no Paint, as unidades jurisdicionadas são escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos e, após, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria. O cronograma das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página [www.auditoria.mpu.mp.br](http://www.auditoria.mpu.mp.br).

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a Audin-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria<sup>3</sup> (elaborado pela equipe da própria AUDIN-MPU). Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor que tem a possibilidade de saber, de antemão, os métodos e técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

A escolha do Auditor-Chefe é prerrogativa do Procurador-Geral da República e trata-se de cargo técnico de livre nomeação e exoneração. Não há um critério específico definido em regulamento ou no próprio Regimento Interno, sendo desejável que a escolha recaia entre auditores da carreira de finanças e controle do Ministério Público da União. A Audin-MPU, comandada pelo Auditor-Chefe, está estruturada em duas secretarias. A Secretaria de Orientação e Avaliação, responsável pelas orientações a respeito das áreas de gestão, administrativa, tributária, financeira, de pessoal, patrimonial, orçamentária; e pela fiscalização de registro de atos de admissão, aposentadoria e pensão perante o Tribunal de Contas da União, bem como pela fiscalização e auditoria contábil e financeira das demonstrações contábeis. A Secretaria de Auditoria é responsável pela fiscalização, auditorias e inspeção nas unidades do Ministério Público da União de todos os atos de gestão. A Audin-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

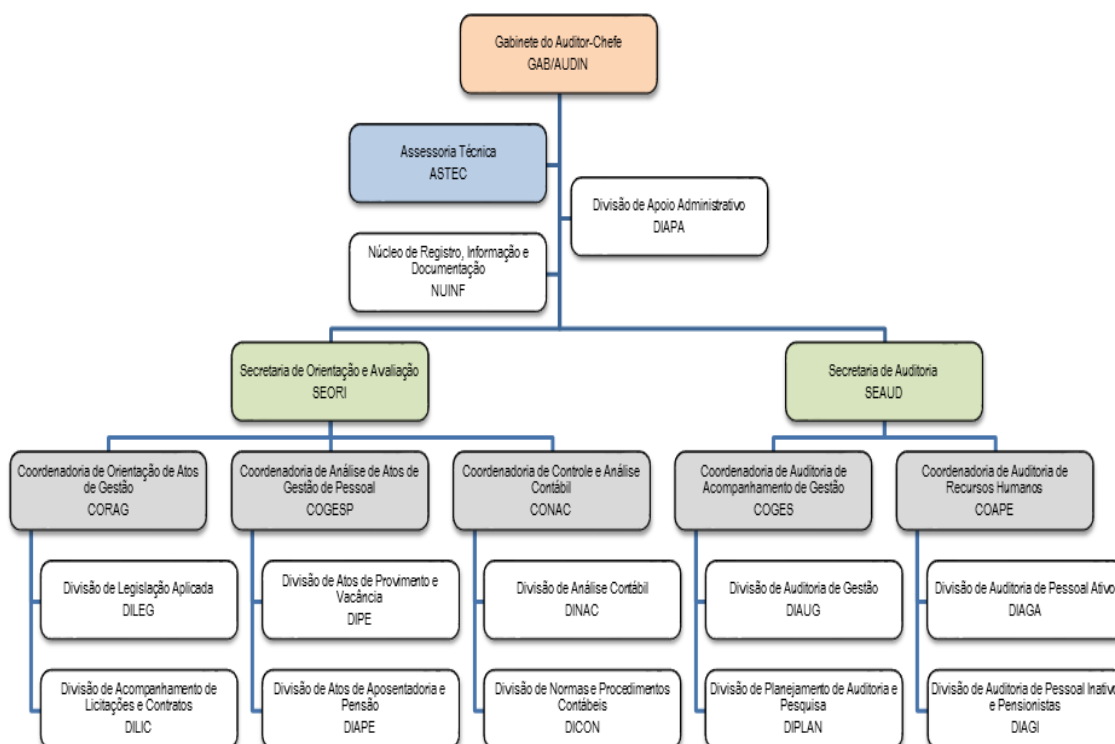
A estrutura organizacional (organograma<sup>4</sup>) da Audin-MPU está a seguir discriminada:

---

3 <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/MANUAL-DE-AUDITORIA-AUDIN-MPU-2016.pdf>.

4 <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/organograma.php>.

**Figura 4 – Organograma da Audin-MPU**



Ademais, são expedidos Relatórios de auditoria que evidenciam os achados e recomendações do Órgão de Controle Interno. Após a manifestação dos gestores das Unidades auditadas, são expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação deste órgão de controle interno sobre a manifestação das Unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração que são os chefes administrativos das unidades e, a depender do grau de importância e impacto no órgão são levados também ao conhecimento da Procuradora-geral da República.

Anualmente, a Procuradora-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de uma forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a Audin-MPU e a Administração Superior, em relação a todos os ramos do Ministério Público da União. Nesse contexto, frise-se que as recomendações do Órgão de Controle Interno, via de regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e cumpridas a contento.

A Audin-MPU atualmente passa por uma fase de modernização que visa ganhar celeridade e efetividade, bem como dotar o seu corpo técnico de mecanismos que garantam uma

atuação mais eficaz e voltada para os resultados, com foco na análise da gestão de riscos e avaliação dos controles internos administrativos no âmbito das unidades prestadoras de contas.

Os resultados das ações de controle da AUDIN-MPU são disponibilizadas no sítio eletrônico [www.audin.mpu.mp.br](http://www.audin.mpu.mp.br).

## **4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS**

### **4.3.1 CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

A Corregedoria do Ministério Público Federal possui a atribuição legal de fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público Federal (art. 63 da Lei Complementar nº 75, de 1993), tarefa que se desenvolve por meio, especialmente, de correições ordinárias e extraordinárias e, se o caso exigir, sindicâncias e inquéritos administrativos disciplinares.

Ao tomar conhecimento de fatos que possam sugerir o cometimento de infração disciplinar por parte de membro do Ministério Público Federal, o Órgão pode instaurar sindicâncias, destinadas à coleta sumária de elementos de prova (art. 246 da Lei Complementar nº 75, de 1993) ou inquéritos administrativos disciplinares. Neste último caso, os trabalhos são realizados por comissão designada pelo Corregedor-Geral, que encaminha relatório geral ao Conselho Superior da Instituição, com proposta de arquivamento ou de instauração de processo administrativo disciplinar (arts. 247 a 251 da Lei Complementar nº 75, de 1993).

No ano de 2017, esta Corregedoria apreciou 78 (setenta e oito) feitos de natureza disciplinar, dos quais 58 (cinquenta e oito) foram arquivados, e determinou a instauração de 19 (dezenove) inquéritos administrativos disciplinares. As faltas funcionais investigadas diziam respeito a violações, em tese, aos deveres previstos no art. 236, *caput* (10 fatos) e incisos I (03 fatos), II (03 fatos), III (02 fatos), V (09 fatos), VI (04 fatos), VII (03 fatos), VIII (07 fatos), IX (36 fatos), e X (08 fatos), da LC nº 75/93, bem como à vedações contidas no art. 237, I, III (01 fato), e art. 240, V, “b”, do mesmo diploma legal.

Os trabalhos são realizados por comissão designada pelo Corregedor-Geral, que procede à análise de autos de processos, documentos, estatísticas etc., bem como à entrevista do membro correicionado, servidores e, caso necessário, autoridades judiciais e administrativas. Ao final, produz os relatórios gerais de correição ordinária, que são submetidos ao Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A execução das correições ordinárias, no âmbito da primeira instância, ocorre com o apoio de Unidades Descentralizadas da Corregedoria em funcionamento nas Procuradorias Regionais da República. Tais unidades são coordenadas por Procuradores Regionais da República, designados para a função de corregedores auxiliares coordenadores, aos quais compete prestar auxílio no planejamento, na supervisão e na execução das correições das unidades de sua respectiva área de abrangência, conforme o quadro que se segue:



**Quadro 4 – Unidades Descentralizadas da Corregedoria**

<b>Unidade Descentralizada</b>	<b>Base Territorial</b>
1ª Região	DF/AM/AP/GO/MA/PA/PI/RR/TO
2ª Região	RJ/BA/ES/MG
3ª Região	SP/MS/MT/AC/RO
4ª Região	RS/PR/SC
5ª Região	PE/AL/CE/PB/RN/SE

No caso das Procuradorias Regionais da República e da Procuradoria-Geral da República, os trabalhos encontram-se sob a responsabilidade direta da Corregedoria do Ministério Público Federal.

As correições ordinárias, no ano de 2017, ocorreram no âmbito da primeira instância do Ministério Público Federal – 26 (vinte e seis) estados e o Distrito Federal, bem como nas 5 Procuradorias Regionais da República, Procuradoria Geral da República, inclusive Câmaras de Coordenação e Revisão e a PFDC - conforme Calendário Geral de Correições Ordinárias, Biênio 2016/2017 (Memo. nº 94/2016/CMPF, de 3 de novembro de 2016), aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal na 10ª sessão ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2016.

Até o momento foram finalizados e aguardam ciência do Conselho Superior do Ministério Público Federal os trabalhos correicionais realizados nos estados de Goiás, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Os procedimentos relacionados aos demais estados foram concluídos pelas unidades descentralizadas e encontram-se em fase de análise pela Corregedoria.

O controle de recomendações expedidas por ocasião das correições ordinárias foi dividido por estado e contabilizado por membro e ofício.

Dos estados até então apurados, foram visitados 1160 (mil, cento e sessenta) ofícios, dos quais 967 (novecentos e sessenta e sete) estavam providos, 176 (cento e setenta e seis) providos com designação suspensa (titular afastado por período prolongado) e 17 (dezessete) ofícios vagos.

Em razão de restrições orçamentárias e economicidade, a correição ordinária deu-se remotamente em 287 (duzentos e oitenta e sete) ofícios, via extração de relatórios e contato com membros e servidores, quando necessário, o que não impediu a expedição de recomendações em casos pontuais. Nenhum ofício deixou de ser correicionado.

Foram expedidas, no total, 1732 (mil, setecentas e trinta e duas) recomendações, para todas as unidades correicionadas, exceto a Procuradoria Regional da República da 3ª Região. E do

total das recomendações expedidas, estão pendentes de cumprimento apenas aquelas cujo prazo não se encontra expirado.

#### **4.3.2 COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR**

A Comissão Permanente Disciplinar (CPD) é unidade de assessoramento da Secretaria Geral e possui a atribuição de apurar os ilícitos ou faltas administrativas praticadas por servidores públicos no âmbito do Ministério Público Federal (MPF). O Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, estabelece que à CPD compete: apurar a responsabilidade de servidor nos casos de irregularidades no âmbito do MPF, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar; auxiliar e orientar as demais unidades do MPF sobre os procedimentos a serem tomados em casos de ocorrência de irregularidades praticadas por servidor, bem como compor comissões no âmbito do Ministério Público da União, desde que requerido pelas chefias das respectivas unidades e designado pelo Procurador-Geral da República ou Secretário-Geral; verificar, mediante inspeção ou por determinação da autoridade superior, a regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do MPF e dar cumprimento às decisões exaradas nos processos disciplinares pelo Procurador-Geral da República ou Secretário-Geral, desde que um dos membros da CPD tenha atuado no feito.

A CPD atua por meio de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, nos termos da Lei nº 8.112/90. As irregularidades ou impropriedades ocorridas no âmbito do MPF são notificadas ao Secretário-Geral pelas mais diversas autoridades ou servidores, ou mesmo por particulares. Ao tomar conhecimento dos fatos e após análise da Consultoria Jurídica, o Secretário-Geral decide pela instauração do competente procedimento, sejam sindicâncias ou processos administrativos disciplinares. Após a publicação da portaria de instauração do procedimento, compete à CPD executar todos os atos administrativos necessários à realização das investigações. Encerrada toda a fase de instrução do feito, a CPD, embasada nas provas carreadas aos autos, emite um relatório conclusivo que é encaminhado ao Secretário-Geral do MPF para a decisão quanto a aplicação ou não de penalidades aos indiciados.

A CPD, no ano de 2017, instruiu um total de 21 (vinte e um) procedimentos disciplinares entre os quais 4 (quatro) foram de sindicância e 17 (dezessete) de processos administrativos disciplinares, tendo sido concluídos 3 (três) e 13 (treze), respectivamente.

#### Quadro 5 – Quantidade de processos instruídos

Sindicância		PAD	
Concluídas/CPD	Em andamento	Concluídos/CPD	Em andamento
3	1	13	4
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>21</b>	

Nesse exercício, após a instrução processual e relatório conclusivo expedido, a autoridade administrativa decidiu pela aplicação de 4 (quatro) penalidades, 2 (dois) arquivamentos e 1 (uma) abertura de PAD.

#### Quadro 6 – Demonstrativo de tipo e quantidade de decisão quanto a penalidades

PENALIDADE/DECISÃO	2017
Advertência	2
Suspensão	2
Demissão	0
Destituição de cargo em comissão	0
Cassação de aposentadoria	0
Total de penalidades	4
Arquivamento	2
Aguardando decisão	9
Abertura de PAD	1

### 4.3.3 OUTRAS INFORMAÇÕES DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O órgão de controle interno do Ministério Público Federal (MPF) é a Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU). A Audin-MPU, no exercício das competências previstas nos arts. 70 e 74 da Constituição Federal, utiliza diversas técnicas de auditoria, seguindo padrões internacionais, atuando à distância e também mediante inspeções *in loco*, com vista a aferir a conformidade dos atos praticados face ao regramento legal.

Uma das principais atividades da Audin-MPU é verificar a existência, pertinência e suficiência de controles internos administrativos, com o fito de mitigar a possibilidade de ocorrência de eventos indesejáveis. Detectada deficiência nos controles internos administrativos, a Audin-MPU recomenda o aperfeiçoamento destes com vistas a minimizar a ocorrência de risco de dano e de ilícitos administrativos.

As recomendações expedidas pela Audin-MPU e o próprio rito do processo de auditoria já funcionam como instrumento de prevenção de ilícitos, promovendo o aprimoramento da gestão, com impacto direto na diminuição da possibilidade de ocorrência de desvios. Como exemplo dos resultados dessa atuação, pode-se citar a edição de portarias, criação de normas, criação de novos

sistemas eletrônicos de controle, regulação de acesso a setores sensíveis da administração, nomeação de fiscais de contrato, alteração do fluxo de processos com vistas a garantir maior segurança, segregação do exercício de funções, implantação de diversos mecanismos de controles internos administrativos, a implantação de recadastramentos, aplicação de penalidades, restituições e ressarcimentos ao erário, todos com efeito pedagógico de prevenção à repetição das ocorrências e melhoramento das rotinas administrativas.

Em outra vertente, tão importante quanto a fiscalização, a Audin-MPU tem envidado esforços no incremento da atividade de orientação prévia às unidades jurisdicionadas, também com o propósito de prevenir a ocorrência de ilícitos administrativos. A Audin-MPU responde aos gestores de todo o país sobre as mais diversas dúvidas suscitadas na aplicação da legislação sobre a prática de atos de gestão administrativa. No sítio <http://www.auditoria.mpu.mp.br> são disponibilizadas informações de cunho preventivo e orientativo para os gestores.

Apesar dos esforços preventivos, quando constatada eventual falha nos atos de gestão, é feita recomendação para que a unidade jurisdicionada adote providências para regularizar a situação apresentada e para aperfeiçoar os mecanismos de controles administrativos. Se grave a situação encontrada, a Audin-MPU representa ao Tribunal de Contas da União, de ofício, em harmonia com o §1º do art. 74 da Constituição Federal de 1988. Ademais, recomenda a instauração de processo administrativo e acompanha os atos praticados até a conclusão final, com a responsabilização dos envolvidos, aplicação de penalidades ou ressarcimento do dano ao erário.

No tocante à Tomada de Contas Especial (TCE), insta destacar que não houve instauração de TCE no exercício de 2017 no âmbito do MPF.

#### 4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhado com as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), o Ministério Público Federal (MPF) iniciou a implantação de um sistema de gestão de riscos, cujas providências estão documentadas no Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.007553/2016-11. Os esforços para a implantação do sistema têm sido conduzidos pela Assessoria Técnica da Secretaria-Geral (Astec/SG) desde o segundo semestre do exercício de 2016.

A Astec/SG iniciou seus trabalhos com pesquisa documental sobre o tema em diversos órgãos públicos, culminando com visitas a quatro deles: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Banco Central do Brasil (Bacen) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os órgãos escolhidos para o aprofundamento presencial do levantamento adotam modelos de implementação da gestão de riscos diversos entre si e estão em estágios diferentes de implantação do referido sistema.

Posteriormente, entre os dias 5 e 9/12/2016, foi promovida capacitação de 40 horas em “Gestão de Riscos e Auditoria Baseada na Avaliação de Risco”, ministrada pela Escola Nacional de Governo, com participação de quatro servidores da Audin/MPU, cinco servidores da Astec/SG, um servidor da Secretaria de Segurança Institucional, um servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, um servidor da Procuradoria Regional da República da 1ª Região e um servidor da Procuradoria da República no Distrito Federal.

O conteúdo programático abrangeu os conceitos, os princípios, a estrutura e o processo para gerenciamento de riscos em organizações públicas, incluindo o desenvolvimento de políticas, ferramentas e arranjos organizacionais para implementação e avaliação da gestão de riscos, considerando os avanços mais recentes e significativos na matéria, com vistas a fornecer a gestores, unidades de auditoria interna e de controle interno uma metodologia para implantar e avaliar a maturidade da gestão de riscos.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2016, no ano de 2017 foram realizadas ações de suma importância para institucionalizar a gestão de riscos no MPF, conforme segue:

- Instituído Grupo de Trabalho, por meio da Portaria PGR/MPU N° 147, de 26 de maio de 2017, coordenado pela Astec/SG, com representantes da Audin/MPU, da Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica/SG/MPF e dos demais ramos do MPU, para elaborar a Política de Gestão de Riscos do Ministério Público da União;
- Instituída a Política de Gestão de Riscos do Ministério Público da União, por

meio da Portaria PGR/MPU N° 78, de 8 de Agosto de 2017.

A Política de Gestão de Riscos do MPU, em suas disposições finais, determina que todos os ramos do MPU e a Escola Superior do MPU (ESMPU) instituem suas normas internas para aplicação da gestão de riscos, contemplando:

- a forma de governança da gestão de riscos, que será exercida por uma ou mais instâncias formalmente designadas;
- os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da gestão de riscos;
- os papéis e responsabilidades aplicáveis à política de gestão de riscos;
- os critérios de identificação do(s) gestor(es) para cada objeto da gestão de riscos;
- que os ramos do MPU e a ESMPU deverão estabelecer a unidade responsável por coordenar a implementação da política de gestão de riscos e monitorar a sua execução.

Desde a publicação da Política de Gestão de Riscos do MPU, o MPF vem atuando no sentido de elaborar a sua metodologia de gestão de riscos institucional, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão; a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação de riscos que afetem a consecução dos objetivos institucionais; o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos e o aprimoramento dos controles internos.

Por fim, está em estudo pela Secretaria-Geral uma proposta de reestruturação que criará a Assessoria de Gestão de Riscos, cuja principal atribuição será disseminar a política, os instrumentos e a cultura de gestão de riscos.

## 5. GESTÃO DE PESSOAS

### 5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Seguem informações sobre a estrutura da força de trabalho à disposição do Ministério Público Federal (MPF).

#### 5.1.1 FORÇA DE TRABALHO DO MPF

**Quadro 7 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>12.844</b>	<b>10.450</b>	<b>315</b>	<b>262</b>
1.1.Membros de poder e agentes políticos	1.787	1.149	72	4
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.057	9.301	243	258
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.786	9.030	219	234
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	12	1	3
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	8	8	0	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	251	251	23	21
<b>2.Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>710</b>	<b>710</b>	<b>61</b>	<b>62</b>
<b>4.Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>13.554</b>	<b>11.160</b>	<b>376</b>	<b>324</b>

O quantitativo de lotação autorizada considera o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. O quantitativo de lotação efetiva considera o total de servidores lotados no MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos no período de 01/07/2016 a 31/12/2016.

**Quadro 8 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/01/2017 a 30/06/2017**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>12.836</b>	<b>10.508</b>	<b>439</b>	<b>327</b>
1.1.Membros de poder e agentes políticos	1.787	1.144	2	7
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.049	9.364	437	320
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.786	9.101	421	296
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	13	13	1	0
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	7	7	1	2
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	243	243	14	22
<b>2.Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>813</b>	<b>813</b>	<b>160</b>	<b>56</b>
<b>4.Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>13.649</b>	<b>11.321</b>	<b>599</b>	<b>383</b>

O quantitativo de lotação autorizada considera o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. O quantitativo de lotação efetiva considera o total de servidores lotados no MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos no período de 01/01/2017 a 30/06/2017.

**Quadro 9 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/07/2017 a 31/12/2017**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>12.839</b>	<b>10.611</b>	<b>125</b>	<b>118</b>
1.1.Membros de poder e agentes políticos	1.787	1.141	0	3
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.052	9.470	125	115
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.786	9.204	105	98
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	12	2	2
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	7	7	0	1
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	247	247	18	14
<b>2.Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>829</b>	<b>829</b>	<b>90</b>	<b>79</b>
<b>4.Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>13.668</b>	<b>11.440</b>	<b>215</b>	<b>197</b>

Os quantitativos de lotação autorizada consideram o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. Os quantitativos de lotação efetiva consideram o total de servidores lotados no MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos no período de 01/07/2017 a 31/12/2017.

### 5.1.2 DISTRIBUIÇÃO DE LOTAÇÃO EFETIVA

**Quadro 10 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>5.023</b>	<b>3.938</b>
1.1.Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.023	3.938
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.897	3.793
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	4
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	4	4
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	114	137
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>97</b>	<b>613</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>5.120</b>	<b>4.551</b>

Nos quantitativos apresentados, não foram contabilizados os servidores que se encontram cedido a outros órgãos ou em lotação provisória em outro ramo do MPU.



**Quadro 11 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/01/2017 a 30/06/2017**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>5.128</b>	<b>4.084</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.128	4.084
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.002	3.947
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	5
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	4	3
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	114	129
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>101</b>	<b>717</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>5.229</b>	<b>4.801</b>

Nos quantitativos apresentados, não foram contabilizados os servidores que se encontram cedido a outros órgãos ou em lotação provisória em outro ramo do MPU.

**Quadro 12 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2017 a 31/12/2017**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>5.184</b>	<b>4.152</b>
1.1.Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.184	4.152
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.064	4.006
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	6
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	3	4
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	111	136
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>102</b>	<b>727</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>5.286</b>	<b>4.879</b>

Nos quantitativos apresentados, não foram contabilizados os servidores que se encontram cedidos a outros órgãos ou em lotação provisória em outro ramo do MPU.

Considerou-se como área fim as unidades internas a seguir listadas, tendo sido tratadas as demais como área meio:

- a) Gabinete do Procurador Geral da República;
- b) Secretaria de Apoio à Função Eleitoral;
- c) Secretaria de Relações Institucionais;
- d) Secretaria de Cooperação Internacional;
- e) Secretaria de Perícia Pesquisa e Análise;
- f) Secretaria Geral Jurídica/PGR;
- g) Secretaria da Função Penal Originária no STF/PGR;
- h) Secretaria de Função Penal Originária no STJ/PGR;
- i) Secretaria de Função Constitucional/PGR;

- j) Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva/PGR;
- k) Gabinete do Membro junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- l) Gabinete do Vice-Procurador Geral da República;
- m) Gabinetes de Subprocuradores Gerais da República;
- n) Gabinete do Procurador Geral Eleitoral;
- o) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- p) Câmaras;
- q) Corregedoria;
- r) Conselho Superior do MPF;
- s) Setor de Perícia dos Estados; e
- t) Centros Regionais de Perícia.

Outrossim, as unidades internas listadas referem-se à Procuradoria Geral da República (PGR). Nas Procuradorias Regionais da República, nas Procuradorias da República e nas Procuradorias da República no Municípios aplica-se a mesma classificação, uma vez que a estrutura é semelhante à da PGR.

### 5.1.3 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MPF

**Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (01/07/2016 a 31/12/2016)**

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>2.862</b>	<b>2.102</b>	<b>395</b>	<b>362</b>
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	2.862	2.102	395	362
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2.063	1.303	272	244
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	1	0
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	103	103	21	17
1.2.4.Sem Vínculo	693	693	101	101
1.2.5.Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>3.120</b>	<b>2.909</b>	<b>636</b>	<b>620</b>
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2.949	2.738	611	594
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	5	5	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	149	149	25	25

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
2.4. Sem Vínculo	17	17	0	1
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>5.982</b>	<b>5.011</b>	<b>1.031</b>	<b>982</b>

O quantitativo de lotação autorizada considera o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. O quantitativo de funções considera o total de cargos em comissão e funções de confiança providas no âmbito do MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos em cargos em comissão e em funções de confiança no período de 01/01/2017 a 30/06/2017, contempladas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos.

**Quadro 14 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (01/01/2017 a 30/06/2017)**

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b> (somadas as vagas de reserva técnica)	<b>2.866</b>	<b>2.399</b>	<b>1.084</b>	<b>730</b>
1.1.Cargos Natureza Especial	2	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	2.397	2.397	1.082	730
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.497	1.497	746	503
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	5	5	0	0
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	98	98	20	18
1.2.4.Sem Vínculo	797	797	316	209
1.2.5.Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>3.122</b>	<b>2.954</b>	<b>1.040</b>	<b>988</b>
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2.792	2.792	1.002	951
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	6	6	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	140	140	37	35
2.4. Sem Vínculo	16	16	1	2
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>5.988</b>	<b>5.353</b>	<b>2.124</b>	<b>1.718</b>

O quantitativo de lotação autorizada considera o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. O quantitativo de funções considera o total de cargos em comissão e funções de confiança providas no âmbito do MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos em cargos em comissão e em funções de confiança no período de 01/01/2017 a 30/06/2017, contempladas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos.

**Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas  
(01/07/2017 a 31/12/2017)**

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b> (somadas as vagas de reserva técnica)	<b>2.872</b>	<b>2.420</b>	<b>1.565</b>	<b>1.543</b>
1.1.Cargos Natureza Especial	2	2	2	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	2.418	2.418	1.563	1.543
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.499	1.499	930	922
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	4	4	1	2
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	102	102	9	5
1.2.4.Sem Vínculo	813	813	623	614
1.2.5.Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>3.118</b>	<b>2.956</b>	<b>48</b>	<b>48</b>
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2.786	2.786	40	40
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	7	7	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	147	147	8	8
2.4. Sem Vínculo	16	16	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>5.990</b>	<b>5.376</b>	<b>1.613</b>	<b>1.591</b>

O quantitativo de lotação autorizada considera o total de vagas autorizadas em lei, incluindo as vagas da reserva técnica. O quantitativo de funções considera o total de cargos em comissão e funções de confiança providas no âmbito do MPF. Considerou-se, ainda, o total de ingressos e egressos em cargos em comissão e em funções de confiança no período de 01/07/2017 a 31/12/2017, contempladas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos.

#### **5.1.4 EVOLUÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAL**

Seguem quadros que demonstram a evolução da quantidade efetiva, dos ingressos e dos egressos de pessoal do MPF, comparando-se o 2º semestre de 2016, o 1º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2017.

Vale registrar que, em 2016, tendo em vista o comprometimento do limite orçamentário do exercício de 2016, face à publicação do Anexo V da LOA-2016, que eliminou todo o saldo de ingressos do MPU, não houve aumento do quadro de pessoal. Os ingressos ocorridos foram oriundos de reposições sem impacto.

**Quadro 16 – Quantidade efetiva de pessoal do MPF**

Quantidade Efetiva	2º sem/2016	1º sem/2017	2º sem /2017
1.1.Membros de poder e agentes políticos	1.149	1.144	1.141
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9.030	9.101	9.204
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	13	12

<b>Quantidade Efetiva</b>	<b>2º sem/2016</b>	<b>1º sem/2017</b>	<b>2º sem /2017</b>
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	8	7	7
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	251	243	247
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	710	813	829

**Quadro 17 – Quantidade de ingressos de pessoal do MPF**

<b>Ingressos</b>	<b>2º sem/2016</b>	<b>1º sem/2017</b>	<b>2º sem /2017</b>
1.1.Membros de poder e agentes políticos	72	2	0
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	219	421	105
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	2
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	23	14	18
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	61	160	90

**Quadro 18 – Quantidade de egressos de pessoal do MPF**

<b>Egressos</b>	<b>2º sem/2016</b>	<b>1º sem/2017</b>	<b>2º sem /2017</b>
1.1.Membros de poder e agentes políticos	4	7	3
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	234	296	98
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0	2
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	1
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	21	22	14
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	62	56	79

## 5.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Segue quadro com visão gerencial das despesas relacionadas ao pessoal do MPF.

**Quadro 19 – Demonstrativo das pessoas com pessoal do MPF – 2016/2017**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis - Valores em R\$						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>1 - Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
2016	1º Sem.	160.087.880,49	9.311.295,79	1.629,28	11.509.209,23	28.244.705,70	2.135.163,46	12.206.702,52	427.823,77	4.500,00	223.928.910,24
	2º Sem.	226.271.443,02	15.962.646,85	34.979.588,27	9.080.260,06	50.246.295,74	3.548.358,76	10.660.537,66	12.950.095,66	6.300,00	363.705.526,02
2017	1º Sem.	169.189.103,66	9.444.207,57	388.606,47	11.924.851,43	30.394.796,05	2.260.881,67	13.694.391,09	286.969,63	4.500,00	237.588.307,57
	2º Sem.	235.469.872,94	17.591.114,09	35.477.410,01	10.304.828,15	44.938.278,44	3.923.676,15	27.855.849,91	14.284.456,60	6.300,00	389.851.786,29
<b>2 - Servidores de carreira vinculados ao MPF</b>											
2016	1º Sem.	389.388.087,28	39.344.291,82	490.059,99	45.967.622,41	43.498.464,71	1.979.282,57	308.371,30	1.063.368,67	26.325,41	522.065.874,16
	2º Sem.	589.512.729,84	59.766.892,05	101.514.002,64	59.443.964,23	71.721.013,89	3.387.973,29	2.292.321,97	3.294.426,55	39.641,30	890.972.965,76
2017	1º Sem.	445.728.929,75	44.550.300,78	1.787.290,33	57.102.550,50	48.093.910,03	2.179.726,35	438.485,03	1.533.892,83	32.632,30	601.447.717,90
	2º Sem.	665.125.800,42	71.016.790,30	111.715.702,43	67.214.544,48	69.794.534,03	3.873.692,39	2.783.311,92	2.939.741,39	45.480,30	994.509.597,66
<b>3 - Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
2016	1º Sem.	8.056.108,92	410.627,75	2.171,38	837.860,48	884.700,79	65.541,72	53.602,52	31.732,61	0	10.342.346,17
	2º Sem.	14.495.193,17	1.036.282,12	3.741.162,66	1.232.687,22	1.820.011,04	117.381,65	74.650,25	220.244,78	0	22.737.612,89
2017	1º Sem.	7.681.633,92	298.793,05	6.377,07	735.681,73	760.928,01	54.780,11	3.062,06	4.472,86	0	9.545.728,81
	2º Sem.	13.820.317,35	711.544,75	3.089.237,61	1.212.098,44	1.466.473,68	115.117,82	330.716,35	313.132,78	0	21.058.638,78
<b>4 - Servidores de carreira SEM VÍCULO com o MPF (Requisitados)</b>											
2016	1º Sem.	0	2.888.478,95	11.048,50	255.065,79	861.546,83	591,32	26.929,16	6.353,47	0	4.050.014,02
	2º Sem.	3.767,17	4.695.851,56	702.571,87	680.548,72	1.423.314,57	591,32	61.490,15	8.406,13	0	7.576.541,49
2017	1º Sem.	0	3.481.991,83	39.851,28	565.566,20	966.613,39	0	18.829,19	108.879,47	0	5.181.731,36
	2º Sem.	0	4.929.186,53	735.425,60	670.420,03	1.377.669,69	659,25	33.140,35	9.012,12	0	7.755.513,57
<b>5 - Servidores SEM VÍCULO com a Administração Pública (Contratados)</b>											
2016	1º Sem.	0	16.977.935,43	37.895,03	871.409,57	3.272.149,18	0	214.486,33	33.893,07	0	21.407.768,61

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis - Valores em R\$						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
2016	2º Sem.	0	26.670.822,77	3.910.571,58	1.299.387,96	5.305.738,14	21.340,12	492.625,54	24.032,88	0	37.724.518,99
2017	1º Sem.	0	20.545.093,56	86.797,61	1.176.135,77	3.730.341,98	0	195.041,73	114.793,62	0	25.848.204,27
	2º Sem.	25.644,58	35.499.137,19	4.664.753,07	1.607.802,46	6.057.614,13	19.320,01	628.558,18	30.961,35	0	48.533.790,97
<b>6 - Servidores com contrato temporário</b>											
Não existem.											

### **5.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL**

O MPF trata os riscos relacionados à gestão de pessoal por meio de diversos controles internos administrativos, destacando-se os esforços para a automação dos processos de trabalho, no sentido de minimizar aqueles realizados manualmente, os quais são mais passíveis de erros.

Há compreensão por parte dos servidores responsáveis pela execução das atividades, tarefas e funções da Secretaria de Gestão de Pessoas de que os controles internos são inerentes às suas próprias unidades. Tais controles sucedem-se previa, concomitante, e, até mesmo, posteriormente à execução das atividades.

A atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas, no âmbito do MPF, com base na gestão de riscos, determina a criação de métodos e de controles que visam evitar intercorrências, de modo a impedir danos que possam prejudicar o andamento dos processos de trabalho.

De forma exemplificativa, a seguir são destacadas práticas de gestão de riscos relacionado ao pessoal:

#### **NOMEAÇÃO DE SERVIDORES**

Em relação à nomeação de servidores, que contempla a reposição de nomeações tornadas sem efeito, informa-se que o processo de trabalho se encontra automatizado. Um cuidado essencial nesta etapa, em prol da gestão de riscos, consiste em analisar se o sistema está atuando em conformidade com a ordenação de posições de convocação dos candidatos, o que envolve a disponibilização de percentual de vagas a candidatos com deficiência. Para tanto, dispõe-se de controle paralelo por meio de planilha específica, que permite uma visão panorâmica das nomeações e histórico de vagas. Registra-se, inclusive, que, quando da nomeação dos candidatos, o prazo para posse, o qual pode ser objeto de prorrogação, é controlado pela Secretaria de Gestão de Pessoas por meio de emissão de relatórios periódicos.

Desde o 7º Concurso Público para provimento de cargos de Analista e Técnico do MPU adota-se a consulta aos candidatos, prévia à elaboração do ato de nomeação, para que a Administração conheça, em ordem de preferência, as cidades de interesse de nomeação. Esse processo visa garantir uma melhor alocação dos futuros servidores de modo a minimizar riscos de insatisfação de lotação.

Ainda, a partir do 8ª Concurso Público para provimento de cargos de Analista e Técnico do MPU fora possibilitada a Convocação Nacional. Essa inovação visa ao provimento de vagas que surgiram na vigência do concurso, após a publicação de edital de abertura, naquelas Unidades da Federação onde não foi realizada prova. Nesse contexto, aos candidatos aprovados é possibilitada a nomeação em Unidade da Federação diversa da qual foi aprovado, mediante manifestação de



interesse. Tal processo vai ao encontro do princípio da eficiência, tendo em vista o aproveitamento do concurso em vigor para provimento de vagas imprevisíveis, atuando com vistas a minimizar riscos de falta de pessoal.

Ao final do ano de 2017, encerraram-se as validades do 7º e 8º Concurso Público para provimento de cargos de analista e técnico do MPU. No tangente ao 9º Concurso Público, cumpre informar que a validade foi renovada para os cargos de analista.

## **MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES**

No que se refere a concurso de remoção interno, efetuado no âmbito do Ministério Público da União (MPU), é realizado controle orçamentário das vagas a serem ofertadas, visto que as vagas remanescentes desses concursos são disponibilizadas para provimento. Os concursos de remoção ensejam publicação de ato de resultado final, nesse sentido, como forma de gerenciamento de riscos, além da conferência manual das movimentações geridas pelo sistema, busca-se um trabalho cooperativo junto aos Setores de Comunicação de todos os ramos do MPU para que seja feito um trabalho de divulgação em massa, visando evitar eventuais pedidos de retificação de resultados. Ainda, para cada edital de concurso de remoção, é aberto prazo para impugnação.

Encontra-se implementada a ferramenta que permite a todos os servidores do MPU a inscrição em concurso de remoção por meio de sistema específico. Tal inovação buscou concretizar a integração de dados entre os ramos do MPU, bem como dar celeridade ao concurso. Ademais, possibilitou a automatização do controle orçamentário de vagas ofertadas no certame.

Em relação às requisições, cessões e lotações provisórias, é realizado o monitoramento do prazo de vigência dos atos por meio de controle no próprio Sistema de Gerenciamento de Pessoal, em tela exclusiva, além de controle paralelo por meio de planilha específica. Cabe registrar que a Secretaria de Gestão de Pessoas atua com antecedência de dois meses do prazo final da validade da requisição, cessão ou lotação provisória no intuito de providências necessárias, para uma possível renovação do ato, serem tomadas tempestivamente.

As reservas e bloqueio de vagas no Sistema de Gerenciamento de Pessoal também são alvos de controle da Secretaria de Gestão de Pessoas, objetivando o provimento do quantitativo máximo de vagas disponíveis, de conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do MPF, o que demanda, inclusive, consulta constante ao setor jurídico quando envolve retenção de vaga em virtude de decisão judicial.

## **ATIVIDADES CADASTRAIS**

No que se refere às atividades cadastrais e de provimento, são emitidos relatórios previamente ao envio das informações à área de pagamento de pessoal, a fim de serem constatadas

ausências ou incorreções de informação que podem prejudicar a folha de pagamento do Órgão.

Ainda, procede-se ao acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas/Autorização de Acesso, por meio da emissão de relatórios periódicos, para cobrança e solução de pendências.

Os cadastros de pessoal, que englobam servidores sem vínculo, requisitados e removidos, também passam por processo de conferência, o que, inclusive, é adotado para a instrução do pagamento de gratificações, no sentido de ser verificado o atendimento dos critérios autorizadores da percepção.

A gestão dos cadastros envolve, inclusive, solicitação aos membros e servidores, anualmente, da atualização dos dados por meio de sistema próprio.

Especificamente em relação à licença para acompanhamento de cônjuge, há de se ressaltar que, anualmente é feito o controle daquelas licenças por prazo indeterminado, a fim de verificar a manutenção dos requisitos autorizadores, quais sejam, manutenção do casamento/união estável, mediante solicitação de documentação atualizada, bem como a permanência do cônjuge no local para onde fora deslocado. Referente à licença para atividade política, em suma, é realizado acompanhamento do deferimento do registro das candidaturas dos servidores perante o Tribunal Regional Eleitoral e a prestação de contas. Ainda, em relação à licença para capacitação/competição desportiva/curso de formação/estudo no exterior, realiza-se acompanhamento da apresentação dos certificados, comprovantes de participação, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

Há de ressaltar a realização de recadastramento anual de membros e servidores ativos e de aposentados e pensionistas, com vistas a obstar acumulações ilegais de cargos, proventos e pensões; detectar óbitos não informados; conhecer possível descaracterização da condição de beneficiário, dentre outros. Trata-se de ações diretamente relacionadas à gestão de riscos de pessoal do MPF. Realiza-se, inclusive, recadastramento anual de auxílio-transporte, almejando evitar duplicidade de recebimento desse auxílio. Em relação aos requisitados/cedidos, é realizado acompanhamento, por meio do contracheque dos servidores, para verificação de percepção de duplicidade de benefícios.

Outro procedimento a ser destacado refere-se ao gerenciamento dos benefícios, que passaram, no ano de 2017, a serem tratados de forma automatizada, objetivando-se a minimização de erros e a melhoria no controle das solicitações e no pagamento desses benefícios.

Quanto à detecção de óbitos, cabe ressaltar que a Secretaria de Gestão de Pessoas fechou tratativas com a Secretaria de Pesquisa e Análise, atual Secretaria de Perícia Pesquisa e

Análise, para utilizar os recursos da ferramenta disponibilizada para aquela Secretaria (Sistema de Óbitos). Acresce-se que, bimestralmente, há o cruzamento do banco de dados de cadastro de membros, servidores e pensionistas do MPF com o sistema SISOB-Dataprev, a fim de detectar óbitos não informados.

## **PAGAMENTOS**

No que concerne ao pagamento do adicional de insalubridade/periculosidade, anualmente é certificado, junto aos responsáveis designados em cada setor de saúde do MPF, a manutenção das condições e da organização do trabalho, aptas a manter a concessão da vantagem. Nesses casos, os responsáveis devem informar imediatamente a ocorrência de qualquer alteração para análise de repercussão no pagamento dos adicionais.

Há de se registrar a edição de instrução normativa, por esta Secretaria de Gestão de Pessoas, que dispõe sobre os procedimentos para acompanhamento da regularidade da concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores do MPF. Trata-se de aprimoramento do processo de trabalho com vistas à gestão de riscos.

Em relação ao pagamento da ajuda de custo para moradia, é realizado controle via planilha de todos os servidores que percebem o benefício no âmbito do MPF, acompanhando a vigência das despesas com moradia/hospedagem para manutenção do benefício, bem como a continuidade do exercício de cargo em comissão de CC-4 a CC-7, fora do local de residência da época da nomeação.

Ademais, em relação a membros/servidores ocupantes de FC/CC em usufruto de licença prêmio, informa-se que é emitido relatório mensal dos membros para envio ao setor de pagamento para os devidos descontos. No caso dos servidores, o controle é feito no processo de concessão. Tal medida se deve ao fato de não ser permitida a percepção financeira decorrente de função ou cargo em comissão durante o afastamento.

Cabe registrar, inclusive, o controle do limite, no âmbito do Ministério Público Federal, do quantitativo de cargos em comissão que podem ser ocupados por servidores extraquadro (sem vínculo ou requisitado), estabelecido o teto de 50% para servidores sem vínculo com a administração pública e requisitados das esferas estadual, municipal e federal.

## **GESTÃO DO QUADRO DE PESSOAL**

Referente à gestão do quadro de pessoal, são realizadas entrevistas com servidores que ingressam na Procuradoria Geral da República e com aqueles que estão à disposição da área de gestão de pessoas para nova lotação nessa unidade por motivos diversos, com o objetivo de buscar a adequação entre o perfil do servidor e o da vaga na unidade de lotação, de forma a minimizar o

risco de insatisfação com a lotação.

O Recrutamento Interno também é prática consolidada na Procuradoria Geral da República, pelo qual se objetiva a correção de eventuais discrepâncias entre os perfis de competências dos servidores e os requeridos pelas áreas internas, permitindo a movimentação na unidade a partir do interesse do servidor. Tal processo de trabalho pretende minimizar o risco de estagnação no trabalho. No ano de 2017, essa prática foi institucionalizada por meio de normativo internos, tendo as unidades do MPF recebido orientações e treinamento de forma a expandir o uso dessa ferramenta de gestão.

A Secretaria de Gestão de Pessoas promove ainda o acompanhamento funcional do servidor, que é utilizado quando existem questões relativas a desempenho e estresse no trabalho e envolve ações em nível individual e organizacional. No ano de 2017, o Programa de Acompanhamento Funcional foi institucionalizado por meio de normativo interno e as equipes de gestão de pessoas das unidades do MPF foram capacitadas para a atuação nos casos locais, em conjunto com a equipe de psicólogos da Secretaria de Gestão de Pessoas.

## **FREQUÊNCIA DE SERVIDORES**

No que pertine à frequência de servidores, informa-se que os dados são tratados de forma automatizada, por meio de sistema exclusivo, o qual culmina no envio automático para a folha de pagamento das informações de descontos financeiros dos servidores relativas às faltas injustificadas, entradas tardias e saídas antecipadas e banco de horas não compensado; bem como estornos/descontos financeiros de retificação de frequência de meses anteriores. A fim de evitar descontos e estornos indevidos, no quarto dia útil de cada mês, a Secretaria de Gestão de Pessoas emite relatório para conferência por servidor das informações enviadas pelo sistema de frequência à folha de pagamento.

Ainda no que se refere ao sistema de frequência, a Secretaria de Gestão de Pessoas, periodicamente, verifica se os parâmetros do sistema estão observando as regras estabelecidas em lei e portarias para usufruto de férias. Caso seja detectada alguma inconsistência, providências são tomadas, prontamente, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Órgão.

## **PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM**

Acerca dos programas de aprendizagem, especificamente em relação ao programa de estágio, atuando frente à gestão de riscos, são emitidos relatórios diversos a fim de serem acompanhados prazos, como é o caso dos convênios firmados com Instituições de Ensino, o que possibilita a inscrição de seus estudantes em processos seletivos de estágio realizados pelas Unidades do MPF.

Assim como ocorre no processo de posse dos servidores, de forma a atender aos requisitos da Lei n. 8112/90, o processo de contratação de estudantes é composto por declarações e exigências de documentos probatórios para atendimento aos requisitos da Lei 11.788/08.

Outro risco gerenciado está na convocação dos estudantes para o estágio não obrigatório segundo a realidade orçamentária e financeira do MPF, isto é, não se convoca além do valor orçamentário previsto. A instrução de pedidos, por exemplo, de conversão de recesso em pecúnia e de extensão de jornada de estágio, também considera tal realidade, visto que geram impacto orçamentário e financeiro. Neste caso, é exigida justificativa plausível para extensão, conforme limite máximo de horas de estágio por dia, disposto na Lei 11.788/08. O controle do limite orçamentário, no que tange às vagas de estágio, é realizado por meio de sistema.

No que se refere à frequência dos estagiários, promove-se a conferência das folhas de frequência, buscando verificar, dentre outras situações: a não sobreposição de jornada; o intervalo mínimo entre jornadas quando estagiário-servidor; e a percepção de valores indevidos.

Promove-se, também, a adequação do perfil estudante com a lotação, o que contempla averiguação de necessidades especiais de candidatos com deficiência.

## **GESTÃO DOCUMENTAL**

A Secretaria de Gestão de Pessoas, em setembro de 2017, implantou o projeto de gestão do Assentamento Funcional Digital-AFD, o qual tem promovido um acesso seguro, controlado e célere às informações funcionais e administrativas que permeiam os diversos processos de trabalho da Secretaria.

O principal intuito é mitigar os riscos e vulnerabilidades inerentes ao processo de gestão da informação, constituindo aspectos determinantes para a escolha das ações e controles de segurança que garantam a manutenção da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Com a aprovação da Portaria PGR/MPF nº 868/2017, que regulamenta a utilização e funcionamento do Sistema Vitae – Pasta Funcional no âmbito do Ministério Público Federal, todos os assentamentos funcionais de membros e servidores, em suporte físico, passaram a ser geridos de forma eletrônica.

## **ANÁLISES DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O trabalho realizado pela Assessoria Técnica e de Conformidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio das atividades de planejamento e orçamento, abarca a avaliação das atividades de gestão de pessoas no início de cada exercício.

Após o levantamento das atividades a serem realizadas no ano, as informações são utilizadas para subsidiar o planejamento orçamentário e financeiro, o que inclui, atualmente, as preferências e prioridades de contratação, com listagem a ser disponibilizada para a Secretaria de Administração.

Esse planejamento orçamentário também engloba, dentre outras atividades o calendário de concurso de remoção e conseqüente nomeação de vagas, com base no Anexo V da Lei Orçamentária Anual; a definição do quantitativo de estagiários e adolescentes aprendizes em função do recurso disponibilizado; e a distribuição de recursos entre as Unidades Administrativas de Gestão para fins de recrutamento e seleção de estudantes. Adicionalmente, há a realização da programação de pessoal, em que serão definidos os gastos, inclusive, com pessoal requisitado.

Portanto, a partir do planejamento, são detalhados os gastos em relação ao orçamentário, ao financeiro, ao material e ao pessoal, no intuito de orientar e facilitar as atividades inerentes à área de gestão de pessoas.

Há de se registrar que a Assessoria Técnica e de Conformidade da Secretaria de Gestão de Pessoas também realiza o acompanhamento e a realização da avaliação das execuções orçamentárias e financeiras, de acordo com o padrão adotado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, o que demanda, de forma rotineira, análises de disponibilidade de recursos previamente às execuções.

Ressalta-se que todas as medidas expostas visam assegurar, direta ou indiretamente, a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária do MPF, buscando o alcance das metas do planejamento estratégico.

Ademais, de forma a proporcionar maior credibilidade às informações divulgadas, registra-se que os relatórios do Portal de Transparência são previamente conferidos pelas áreas responsáveis pelos dados, tida essa conferência como atuação frente à gestão de riscos do Órgão.

## 5.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

### 5.4.1 LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO E DO PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ

O Programa de Estágio no âmbito do Ministério Público da União é regulamentado pelas Portarias PGR/MPU nº 378/2010 e 319/2010, amparadas pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e pelas Resoluções nº 42, nº 52 e nº 62 do Conselho Nacional do Ministério Público.

O MPF oportuniza vagas para que estudantes de ensino médio ou superior possam estagiar em suas diversas unidades, objetivando contribuir com o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e com a contextualização curricular, visando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Programa é dividido em duas modalidades: a) Estágio não-obrigatório: desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 378/2010); e b) Estágio obrigatório: definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma (regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 379/2010).

A implementação do Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União é regulamentada pela Portaria PGR/MPU nº 625/2010, bem como pela Resolução nº 76/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, e tem por objetivo assegurar ao adolescente aprendiz a formação técnico-profissional, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho.

### 5.4.2 QUANTITATIVO DE VAGAS DE ESTÁGIO E DE VAGAS DE ADOLESCENTE APRENDIZ

No período de 01/07/2016 a 31/12/2017 houve mudança na regra de definição de quantidade de vagas para o Programa de Estágio. Segue, portanto, quadro comparativo em relação à regra anterior e à atual:

**Quadro 20 – Quantitativo de vagas de estágio autorizadas conforme a política anterior e a atual**

<b>Regra adotada para definição do quantitativo de estagiários no âmbito do MPF</b>	<b>Regra Anterior</b> Ofício Circular nº 18/2013	<b>Regra Atual</b> Ofício Circular nº 32/2016 + conversão orçamentária Programa Adolescente Aprendiz para Programa de Estágio
<b>Nº total de vagas autorizadas</b>	3.542	2.883

No que se refere aos adolescentes aprendizes, no exercício de 2017, houve a viabilização de recursos para o reestabelecimento parcial do Programa Adolescente Aprendiz, proporcionando a manutenção de 105 (cento e cinco vagas) vagas. Contudo, tendo em vista a

conversão de parte dessas vagas para o Programa de Estágio, há, atualmente, 37 (trinta e sete) vagas autorizadas no âmbito do MPF.

#### 5.4.3 NÚMERO DE CONTRATAÇÕES DE ESTAGIÁRIOS

O número de contratações agregadas no exercício de 2017 foi de 2.403 estagiários, considerando-se tanto os ingressos que encerraram o contrato dentro deste período, quanto aqueles que permaneceram com vínculo ativo após 31/12/2017.

O quadro a seguir discrimina a quantidade de contratações de estagiários, separada por semestre.

**Quadro 21 – Número de contratações de estagiários por semestre**

Período	2º Semestre/2016	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
Quantitativo	1.091	1.347	1.056

#### 5.4.4 QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS NA ÁREA MEIO E ÁREA FIM

Para a realização desta segmentação, adotou-se como referencial a tipificação dos cursos, considerando-se como estagiários da área fim aqueles vinculados ao curso de Direito, e como estagiários da área meio, aqueles vinculados aos demais cursos registrados.

Ainda, é mister salientar que no cômputo do quantitativo de estagiários da área meio, incluem-se tanto estagiários de nível superior quanto estagiários de nível médio.

A quantidade de estagiário, por níveis de escolaridade e áreas de atuação, pode ser verificada no quadro a seguir:

**Quadro 22 – Quantidade de estagiários por nível de escolaridade na área meio e área fim**

Estagiários por área e nível de escolaridade				
Nível de Escolaridade por área		2º semestre/2016	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Nível Superior	Área Fim	1.900	2.028	2162
	Área Meio	253	351	381
Nível Médio	Área Fim	0	0	0
	Área Meio	47	70	78
Total		2.200	2.449	2.621

#### 5.4.5 DESPESAS COM CONTRATAÇÕES

Conforme explanado anteriormente, as despesas com as contratações dos estagiários e dos adolescentes aprendizes no âmbito do MPF tiveram uma redução significativa a partir do 1º semestre de 2016, em decorrência do cenário de restrição orçamentária e da consequente redução do número de vagas.

Tal restrição foi mantida em função da aprovação, no exercício de 2016, da emenda



constitucional nº 95, que visa conter o crescimento das despesas primárias do governo e impacta os limites financeiros do órgão.

Os dados apresentados no quadro a seguir foram obtidos a partir do somatório dos relatórios gerenciais advindos do Tesouro Gerencial/SIAFI, com base na despesa liquidada. Cumpre ressaltar que, no caso da execução de valores referentes ao Programa de Estágio, não há execução de valores no mês de janeiro, ocorrendo tal execução no mês posterior, com pagamento das diferenças no mês de dezembro. Portanto, para a análise solicitada, será considerado o mês de competência ao invés do mês de execução.

**Quadro 23 – Despesas com o Programa de Estágio**

Período	2º Semestre/2016	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
Valor em R\$	12.480.469,85	13.882.758,01	14.752.009,00

Considerando a margem consignada a partir a distribuição do orçamento de 2017, verifica-se um aumento da despesa de cerca de 11,24% do último semestre de 2016 para o primeiro semestre de 2017 e de 18,2% do segundo semestre de 2016 para o segundo semestre de 2017. Comparando-se os semestres de 2017, houve um aumento de 6,26% na despesa.

**Quadro 24 – Despesas com o Programa Adolescente Aprendiz**

Período	2º Semestre/2016	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
Valor em R\$	774.890,00	227.931,20	351.918,00

Sabendo-se que foi possibilitada a conversão dos valores referentes à contratação de adolescentes aprendizes em recursos para a contratação de estagiários, verifica-se uma redução da despesa de cerca de 70,59% do último semestre de 2016 para o primeiro semestre de 2017 e de 54,58% do segundo semestre de 2016 para o segundo semestre de 2017. Comparando-se os semestres de 2017, houve um aumento de 54,4% na despesa. Deve-se ater ao fato de que, em relação aos semestres de 2017, ocorreram empenhos no primeiro semestre que só foram liquidados e pagos no semestre seguinte, da mesma forma que no exercício de 2016.

#### **5.4.6 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO**

Após análise dos dados das 33 (trinta e três) Unidades Gestoras, constatou-se que existem no Ministério Público Federal 393 (trezentos e noventa e três) contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos, conforme **Anexo ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**.

Destacamos que as informações, para composição do Anexo, foram retiradas do Sistema de Gestão Administrativo - SGA lançado em agosto de 2016. A ferramenta possibilita a unificação da base de dados do MPF, atuação regionalizada, integração com outros sistemas do MPF (Único,

AsiWeb, Hórus, etc) e cumprimento automatizado da Resolução CNMP n.º 86, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público.

## **5.5 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES COM BASE EM PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no exercício de 2017.

## 5.6 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A Educação e Desenvolvimento Profissional dos membros e servidores do MPF vem ganhando destaque nos últimos anos, exemplo disso é o fato de o Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 contemplar dois objetivos relacionados à área, abaixo relacionados:

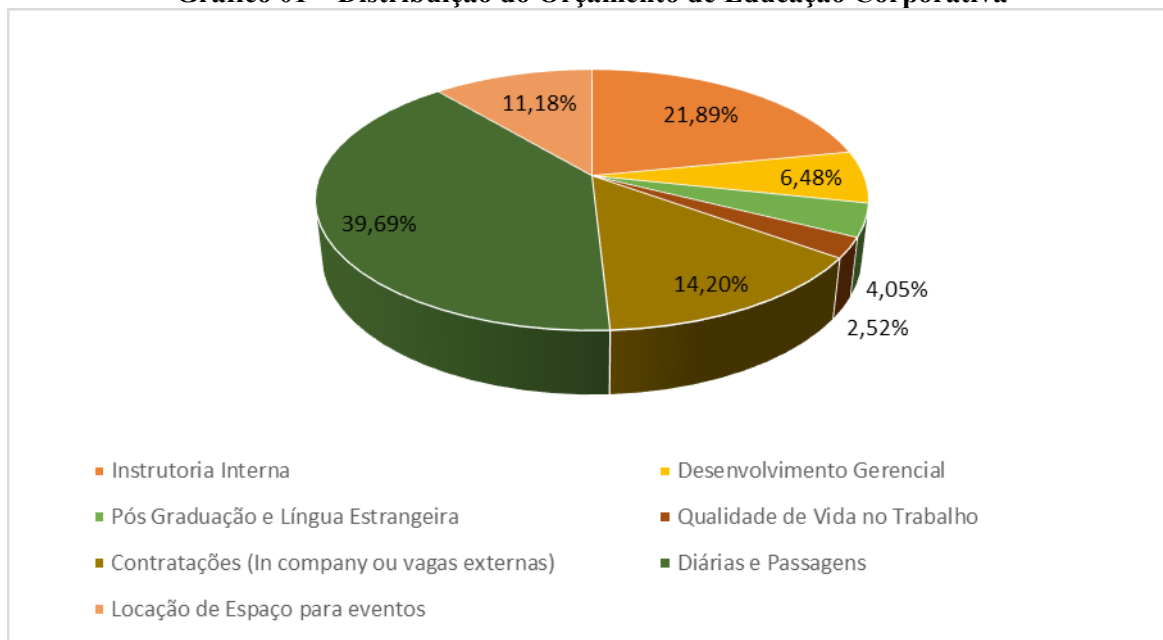
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores
- Assegurar a atratividade das carreiras do Ministério Público Federal (MPF)

Dessa maneira, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep) oferta, todos os anos diversas ações de educação corporativa (presenciais e a distância) para membros e servidores do MPF, materializadas nos seguintes programas:

- Capacitações por instrutoria interna ou contratações (*in company* ou vaga externa)
- Trilhas de aprendizagem
- Programa nacional de qualidade de vida no trabalho (PQVT)
- Programa de desenvolvimento gerencial
- Programa de bolsas de pós-graduação e bolsas em língua estrangeira

Em 2017, o orçamento para ações de educação corporativa foi distribuído da seguinte maneira entre os programas:

**Gráfico 01 – Distribuição do Orçamento de Educação Corporativa**



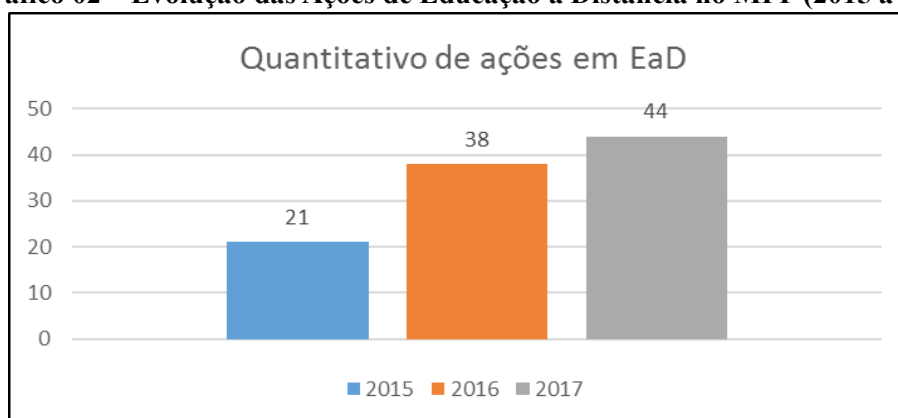
### 5.6.1 CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

No período de novembro/2016 a março/2017 a Sedep realizou reuniões com todas as Secretarias Nacionais, Câmaras de Coordenação e Revisão e Unidades ligadas ao Gabinete do Procurador-Geral da República e Secretaria-Geral, bem como videoconferências com as Unidades do MPF nos Estados. Tal iniciativa permitiu à Sedep obter uma visão ampla acerca das reais necessidades de capacitação do MPF, bem como identificar formas de otimizar os recursos orçamentários e administrativos envolvidos.

#### AÇÕES A DISTÂNCIA E PRESENCIAIS

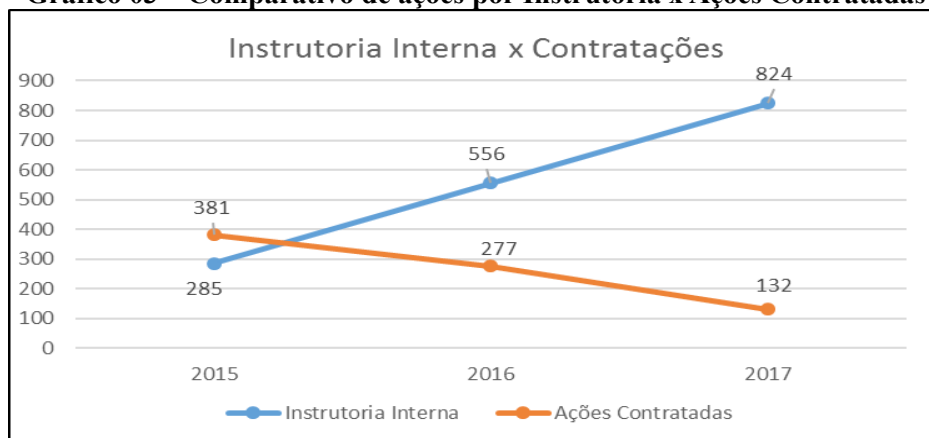
O ambiente virtual de Educação a Distância do MPF (EaD MPF), lançado em 2013, tem ofertado uma quantidade relevante de ações de capacitação para membros e servidores do órgão. O gráfico abaixo demonstra uma evolução no quantitativo de ações realizadas, ou seja, cada vez trabalhando de forma a equalizar conhecimentos ampliando as oportunidades de desenvolvimento.

**Gráfico 02 – Evolução das Ações de Educação a Distância no MPF (2015 a 2017).**



As ações presenciais representam a maior parte das capacitações realizadas na instituição. No entanto, o gráfico abaixo demonstra o crescimento exponencial das ações por instrutoria interna em relação às ações contratadas (*in company* ou vaga externa).

**Gráfico 03 – Comparativo de ações por Instrutoria x Ações Contratadas**



Neste contexto, em 2017, cerca de 63% das ações presenciais no MPF foram realizadas

internamente contra cerca de 37%, realizadas externamente. Dentre as ações externas, aproximadamente, 76% das participações foram autorizadas sem ônus de contratação. Tais dados demonstram a forte atuação da Sedep e de suas divisões em promover, em primeira linha, a gestão do conhecimento da Casa com base no incentivo de que membros e servidores venham atuar como instrutores.

Sob essa ótica, ao se destacar as ações de responsabilidade da Divisão de Educação Presencial (excluídos as ações gerenciais e de qualidade de vida no trabalho), importantes capacitações internas foram promovidas com foco no repasse de conhecimentos técnicos e de atuação finalística do MPF, tais como:

- 1ª Capacitação sobre Previdência e Assistência Social – com o objetivo de capacitar membros e servidores do MPF sobre a gestão da Dívida Pública e o funcionamento adequado do Estado, analisando ainda relevantes alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

- Efetividade da Persecução Penal na Sociedade Cibernética – com o objetivo de capacitar membros e servidores no enfrentamento dos crimes praticados na internet, abordando desde técnicas de investigação até questões jurídicas.

- Tópicos Relevantes na Atuação do Ministério Público Eleitoral – com o objetivo de capacitar membros e servidores em pontos teóricos e práticos do Direito Eleitoral com foco em doações de campanha, prestação de contas e abuso do poder em crimes eleitorais.

- Elaboração de Termos de Referência com Critérios de Sustentabilidade – com o objetivo de capacitar servidores na aplicação de aspectos de sustentabilidade em processos licitatórios.

Além disso, nessa perspectiva, cabe destacar valiosas parcerias com outros órgãos públicos para atuação de seus servidores em capacitações do MPF. Nesta linha, pode-se citar alguns treinamentos presenciais que tiveram a participação de instrutores externos e que mostraram-se de grande relevância para o avanço da atuação técnica do corpo funcional, tais como:

- Diligências Externas - voltado a capacitar servidores que atuam nas áreas de pesquisa e análise em atuar em diligências externas com base nas especificidades previstas na Portaria nº 1.048/2015, o qual teve a atuação de 3 servidores efetivos do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

- Dspace – voltado a capacitar servidores em atuar nas melhorias necessárias ao software Dspace, que possibilita a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual e é utilizado pela Coordenadoria de Biblioteca do MPF. O curso teve a atuação de servidor do Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia (IBCTI).

- Cálculo de Atualização e Juros de Mora – voltado a capacitar servidores da área de perícia a atuar em cálculos índices de preços em geral, principalmente envolvendo títulos da Dívida Agrária, o qual teve a atuação de servidor da Procuradoria Federal Especializada do Inbra.

- Regulação de Serviços de Telecomunicações – voltado a capacitar membros e servidores em matéria regulatória de telecomunicações, o qual teve a atuação de servidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Destacamos que nas ações presenciais utiliza-se com frequência a tecnologia de transmissão ao vivo, bem como a gravação e disponibilização de cursos na plataforma de publicação de conteúdo audiovisual do MPF (TVMPF), de modo a atender ao maior número possível de pessoas, haja vista a grande capilaridade da Instituição.

## **EDUCAÇÃO GERENCIAL**

Iniciou-se em 2016 a capacitação da equipe da Sedep para a implantação do Projeto de Desenvolvimento Gerencial - *Líder Coach*, cujo fim é o desenvolvimento contínuo das competências gerenciais identificadas na avaliação gerencial por competência, a partir da metodologia *Coaching* e com o uso da aprendizagem experiencial, em conformidade com o Plano Estratégico de Capacitação (PEC). Em 2017, no âmbito do Projeto *Líder Coach*, foram capacitados 48 membros e 1028 servidores ocupantes de gestão em todo o MPF.

Desse projeto surgiram parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com o Tribunal de Contas da União (TCU), os quais auxiliaram o MPF disponibilizando a estrutura física para a realização do projeto em Brasília-DF.

Devido a amplitude do projeto, a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ministério Público do Trabalho (MPT), Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do estado de Goiás (SEGPLAN-GO) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) solicitaram *benchmarking* do projeto.

Ademais, em 2017, 58 servidores realizaram a formação “*Professional & Self Coaching*” (PSC), o que totaliza aproximadamente 126 servidores formados em *coach* no MPF, entre os anos de 2015 a 2017.

Nesse contexto, apenas em 2017, 34,43% do total de membros e servidores ocupantes de cargos de gestão foram capacitados em temas gerenciais, ou seja: 1.086 pessoas, o que é um quantitativo notável, tendo em vista a amplitude nacional do MPF.

## 5.6.2 PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Os programas educacionais gerenciados pela Sedep visam a motivação e retenção do capital intelectual do Ministério Público Federal (MPF). O Programa de Bolsas de Pós-graduação permite a membros e servidores do MPF concorrer a bolsas para participar de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* realizados no país, na modalidade turma aberta de livre escolha. Há também o Programa de Bolsas de Idiomas no qual a instituição subsidia a realização de curso presencial ou a distância de livre escolha realizado no país, do nível básico ao avançado, incluindo a opção por curso de LIBRAS.

**Quadro 25 – Participação nos programas educacionais**

Programa	Servidores contemplados em editais vigentes	Membros contemplados em editais vigentes
Bolsa de Idiomas	29	27
Bolsas de pós-graduação	20	3

Adicionalmente, a Sedep incentiva os servidores do MPF a se capacitarem em cursos de Pós-Graduação e ações de Treinamento correlacionados ao cargo efetivo e voltados para as finalidades do órgão mediante o pagamento de Adicional de Qualificação -AQ.

**Quadro 26 - Quantidade de cursos homologados para fins de AQ em 2017**

Nível	Quantidade
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	491
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Mestrado	31
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Doutorado	3
<b>TOTAL</b>	525

**Quadro 27 - Quantidade de ações de treinamento homologadas para fins de AQ em 2017**

Nível	Quantidade
Cursos Particulares	7.345

Em 2017 a divisão responsável por essas ações concentrou esforços na organização e revisão dos processos de trabalho, de modo a sanear pendências e aprimorar os serviços oferecidos para membros e servidores do MPF. Nesse sentido, foi realizado *benchmarking* junto ao Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral e ao Ministério do Meio Ambiente. Desse modo, foram sugeridas atualizações nos normativos a serem implementadas em 2018.

## 5.6.3 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Dando continuidade ao processo de implantação, em 2017, realizou-se a evolução do sistema de avaliação por competências, de modo que se otimizou os gráficos gerenciais, produtos do resultado da avaliação, por meio do BI, tornando possível a análise mais precisa das lacunas de competência.



Além disso, foram concluídos os módulos de apresentação dos feedbacks escritos, bem como de realização do Plano de Desenvolvimento de Competências Individuais - PDCI, o qual deve ser preenchido em conjunto pelo servidor e seu gestor, para a construção de acordo de desenvolvimento a ser realizado durante o próximo período avaliativo.

No que se refere ao instrumento de avaliação por competências, este deixou de ser apenas gerencial, e foi ampliado para as competências comuns, também por meio da metodologia 360°, de modo que em 2018 todos os servidores do MPF participarão da avaliação por competências em um mesmo ciclo. Isso permitirá que tais informações possam potencializar o trabalho de educação corporativa, movimentação e lotação de pessoal, de maneira bastante específica, em relação a todos os servidores, e não apenas para os gestores.

Em 2017 foi publicada a 2ª edição do Dicionário de Competências o qual passou por remodelagem visual e de conteúdo, tornando a leitura mais agradável e atrativa ao usuário. Nesse mesmo ano foi produzido também um novo site para o Programa de Gestão por Competências com nova identidade visual e melhor navegabilidade.

As próximas ações da gestão por competências para 2018 incluem a construção de sistema de recompensas institucional, de modo a trabalhar a valorização e reconhecimento das pessoas. Essa iniciativa inclui o desenvolvimento de um sistema para gestão das recompensas e a criação de normatização para regulamentar todo o programa. Além disso, será realizada a evolução do Banco de Talentos, com o desenvolvimento de uma nova interface de navegação, bem como a criação de mais filtros para a seleção e a produção de relatórios.

## **TRILHAS DE APRENDIZAGEM**

As trilhas de aprendizagem são definidas como “uma estratégia pedagógica da organização para a promoção do desenvolvimento de competências profissionais, tomando-se como referência não só as expectativas da instituição em termos de competências, mas também as conveniências, necessidades, preferências e aspirações dos integrantes da organização”.

As trilhas de aprendizagem são, portanto, caminhos alternativos e flexíveis para o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, cada trilha pode conter não apenas cursos formais, mas diversas outras soluções de aprendizagem disponíveis no ambiente social, como, por exemplo, estágios, viagens de estudo, treinamentos *online*, treinamentos em serviço, cursos externos, palestras e aulas gravadas, reuniões de trabalho, seminários, livros, jornais, revistas, vídeos instrucionais, filmes, publicações formativas, grupos de discussão, sistemas de compartilhamento de conhecimentos, *sites* na Internet, entre outros.

No ano de 2017 realizou-se um trabalho evolutivo para a apresentação e navegação nas

trilhas de aprendizagem, no qual criou-se um novo *template* de apresentação. Por meio dessa iniciativa todas as trilhas foram remodeladas, de modo a melhorar sua atratividade aos usuários.

Nesse mesmo ano, foi realizado um trabalho de normatização do programa de trilhas no âmbito do MPU, com ampla participação dos integrantes da Instituição, inclusive com realização de consulta pública. Houve, ainda, uma iniciativa de alinhamento com os demais ramos, para que a normatização das trilhas fosse aderente a todas as realidades institucionais. Tal norma encontra-se para análise jurídica.

#### **5.6.4 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

##### **PROGRAMA NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

Em 2017 foi construída a Portaria e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), constituindo um marco importante para as ações de QVT do Ministério Público Federal. Para tanto, no período de 27/3 a 28/4/2017, foi realizada a aplicação do Inventário de avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho (IA\_QVT). O objetivo geral da pesquisa foi conhecer a percepção global dos servidores e colaboradores sobre a Qualidade de Vida no Trabalho com base nas representações que estes manifestam sobre o contexto de trabalho, as práticas de gestão e as vivências de desgaste e bem-estar no contexto organizacional do MPF.

O diagnóstico foi realizado dentro das orientações acadêmicas que asseguraram rigor científico à pesquisa e os respondentes totalizaram 9.555 pessoas, ou seja, mais da metade do público interno do Ministério Público Federal. A partir do diagnóstico e dos encontros com os Grupos de Trabalho, foi escrita uma Minuta de Portaria com a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Dando prosseguimento, foi aberta consulta pública no período de 17/07 a 21/07/2017, de modo que os integrantes da instituição puderam contribuir com sugestões. Como resultado desse processo, foi recebido um total de 109 contribuições, as quais versaram basicamente sobre os itens do Programa de QVT. Muitas das sugestões foram acatadas e os feedbacks foram encaminhados a todos os participantes da consulta pública.

A publicação da Portaria PGR/MPF nº 875/2017, que instituiu a Política e o Programa de QVT, ocorreu em 13/09/2017, possibilitando a implementação de ações focadas nas reais necessidades de melhoria do ambiente de trabalho e, com isso, na melhoria da qualidade de vida dos integrantes da instituição.

##### **AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

No ano de 2017, foram registradas 8.180 participações, em todo o MPF, nas ações de

Qualidade de Vida no Trabalho implementadas pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional ou sob sua coordenação. Dentre as principais ações implementadas, destacam-se:

- Semana Nacional de Educação Financeira – Iniciativa do Banco Central do Brasil (Bacen) e organizada no âmbito do MPF pela Sedep, cujo objetivo é contribuir para a promoção de conhecimento, informação e orientação para fomentar o hábito de poupar e trabalhar em prol da educação financeira.
- Curso Prático de Investimentos – Curso prático sobre os investimentos disponíveis no mercado financeiro que sejam acessíveis à realidade dos servidores do MPF.
- Curso de Preparação para a Aposentadoria – Ação que visa auxiliar membros e servidores(as) do MPF nas decisões e reflexões que dizem respeito à preparação para aposentadoria.
- II Oficina de Capacitação dos Integrantes do Comitê Gestor de Gênero e Raça - O encontro ocorreu na PGR e contou com a participação de membros do comitê de algumas unidades do país. O Programa tem por objetivo estimular práticas de gestão que promovem igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dentro da organização.
- Semana do Servidor – Conjunto de ações realizadas na semana em que se comemorou o Dia do Servidor Público, por meio da qual se procura valorizar a força de trabalho desses colaboradores. Em 2017, a Semana do Servidor contou com a realização de Palestra Musical na abertura
- Evento de Integração – Evento de mobilização que tradicionalmente é realizado no último dia útil do ano, celebrando os resultados organizacionais alcançados

## 5.6.5 GESTÃO DO DESEMPENHO

### AVALIAÇÃO GERENCIAL POR COMPETÊNCIAS

A avaliação gerencial é uma forma sistematizada que os gestores possuem para receber opiniões sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes que são considerados essenciais para o desempenho de seu trabalho. O método utilizado no MPF é o 360°, que consiste na avaliação da chefia, dos pares, dos subordinados e de si próprio. Mais do que apenas avaliar os gestores do MPF, a avaliação gerencial é uma importante ferramenta de melhoria contínua do desempenho organizacional. A partir das informações obtidas por esse instrumento, a Instituição tem condições de planejar e elaborar estratégias de desenvolvimento para esse público.

Na avaliação gerencial, realizada entre novembro e dezembro de 2017, foram avaliadas 16 competências de 1.706 gestores, o que corresponde a 91% da população de gestores elegíveis. São considerados elegíveis para a avaliação gerencial os gestores que possuem pelo menos um subordinado, conforme art. 6º, da Instrução Normativo nº 3, de 11 de dezembro de 2015.

Dos resultados da avaliação de 2017, as competências identificadas como bem desenvolvidas no nível estratégico foram comunicação, ferramentas de gestão e tomada de decisão. No nível tático destacaram-se tomada de decisão, gestão pública e gestão do clima. E em nível operacional foram bem avaliadas domínio dos procedimentos e rotinas administrativas, gestão do clima e planejamento.

A avaliação apontou que em todas as competências o percentual de gestores dos três níveis que “demonstram e compartilham” ou apenas “demonstram” é acima de 50%. Os dados diagnosticaram que o MPF tem um grande capital intelectual que os *gaps* são menores na medida em que os gestores se estabelecem na carreira, ou seja, num crescente do nível operacional para o tático até se estabilizar no nível estratégico.

### AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Periodicamente, os servidores são avaliados em suas atribuições com o objetivo de detectar necessidades de desenvolvimento, adequações na lotação e desempenho individual.

**Quadro 28 – Quantitativo de servidores avaliados**

Tipo de ação	2º Semestre/2016	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
Avaliações realizadas	5.163	2.709	5.112
Progressões efetivadas	3.213	928	4.052
Promoções efetivadas	1.135	588	374

Existe, ainda, a avaliação do estágio probatório, a qual busca acompanhar a aptidão e

capacidade do servidor por meio do Plano de Desempenho Individual, compreendendo 6 (seis) períodos avaliativos, durante 36 meses.

Em 2017, 705 servidores tiveram o estágio probatório homologado. As homologações se referem a servidores que completaram o estágio probatório no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. No que se refere ao ano de 2017, os 751 servidores que terminaram o estágio probatório naquele ano terão as homologações efetivadas no 1º semestre de 2018

## **5.7 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS**

Seguem resultados não incluídos nas seções anteriores que contribuíram para o aprimoramento do diálogo institucional e para a promoção de mecanismos que favoreceram a unidade, o profissionalismo, a efetividade e a transparência.

A gestão relativa ao período de 01/07/2016 a 31/12/2017 ficou marcada por melhorias de sistema que, conseqüentemente, representam uma melhor gestão de riscos nos processos de trabalho.

Nas atividades com interferência direta no pagamento de pessoal, registra-se o desenvolvimento, no ano de 2016 e de 2017, de ações para automatização dos processos de pagamento referentes a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e referentes a Gratificação de Perícia.

Registra-se, ainda, o desenvolvimento de sistema para gerir o ponto eletrônico dos estagiários do Ministério Público Federal, o qual objetivará, inclusive, a integração com o sistema de pagamento.

### **POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO MPF**

No primeiro semestre de 2017, foi publicada a Portaria PGR/MPF nº. 442, de 25 de maio de 2017, a qual instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do MPF. Tal publicação atende à Recomendação nº. 52/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e visa, em resumo, a integração da gestão de pessoas aos objetivos estratégicos do MPF e o estímulo à implementação de estratégias e ações com vistas ao desenvolvimento de mecanismos de governança e à continuidade de promoção de boas práticas.

### **CÓDIGO DE ÉTICA DO MPU**

No segundo semestre de 2017, foi aprovado o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União, o qual estabelece os princípios e as normas de conduta ética aplicáveis aos servidores do órgão.

### **CATÁLOGO DE SERVIÇOS DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Publicou-se, no ano de 2017, o Catálogo de Serviços da SGP, por meio do qual são demonstradas as opções de serviços disponíveis, quem pode solicitá-los, as formas de solicitação, as áreas responsáveis pela execução dos serviços, as normas relacionadas, os prazos para os serviços serem executados, além de informações complementares, se cabíveis.

O objetivo do catálogo é centralizar informações atualizadas dos serviços disponíveis. Dessa forma, há transparência e melhoria da gestão do desempenho dos serviços prestados.

## **COMISSÃO DE CARGOS**

A comissão, instituída em 2016, cujos trabalhos ainda se encontram em andamento, objetiva a avaliação das atribuições dos cargos para o concurso de servidores; a definição dos cargos a realizarem curso de formação de servidores; a definição de cargos de ocupação crítica; e a descrição de cargos amplos. Trata-se de comissão instituída no âmbito do Ministério Público da União, a qual consultou as secretarias nacionais do MPF e unidades correlatas nos demais Ramos do MPU para obtenção de dados para subsidiar relatório/proposta final da comissão.

## **DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO**

O Ministério Público Federal adota a metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho Mapa de Atribuições por produto.

Essa metodologia apresenta informações de modo célere e seguro para que o trabalho de alocação do quantitativo de pessoal seja adequado de modo a viabilizar o alcance dos resultados pelas diferentes áreas, observando a qualidade de vida no trabalho.

Essa metodologia consiste em levantar os “produtos” (principais entregas/processos), as atribuições (etapas para a construção dos “produtos”), as competências técnicas necessárias para desenvolver as atribuições, o tempo médio necessário para desenvolver as atribuições e a frequência com que as atribuições são desenvolvidas por cada divisão. A partir desses dados, tem-se a força de trabalho necessária para a entrega dos produtos.

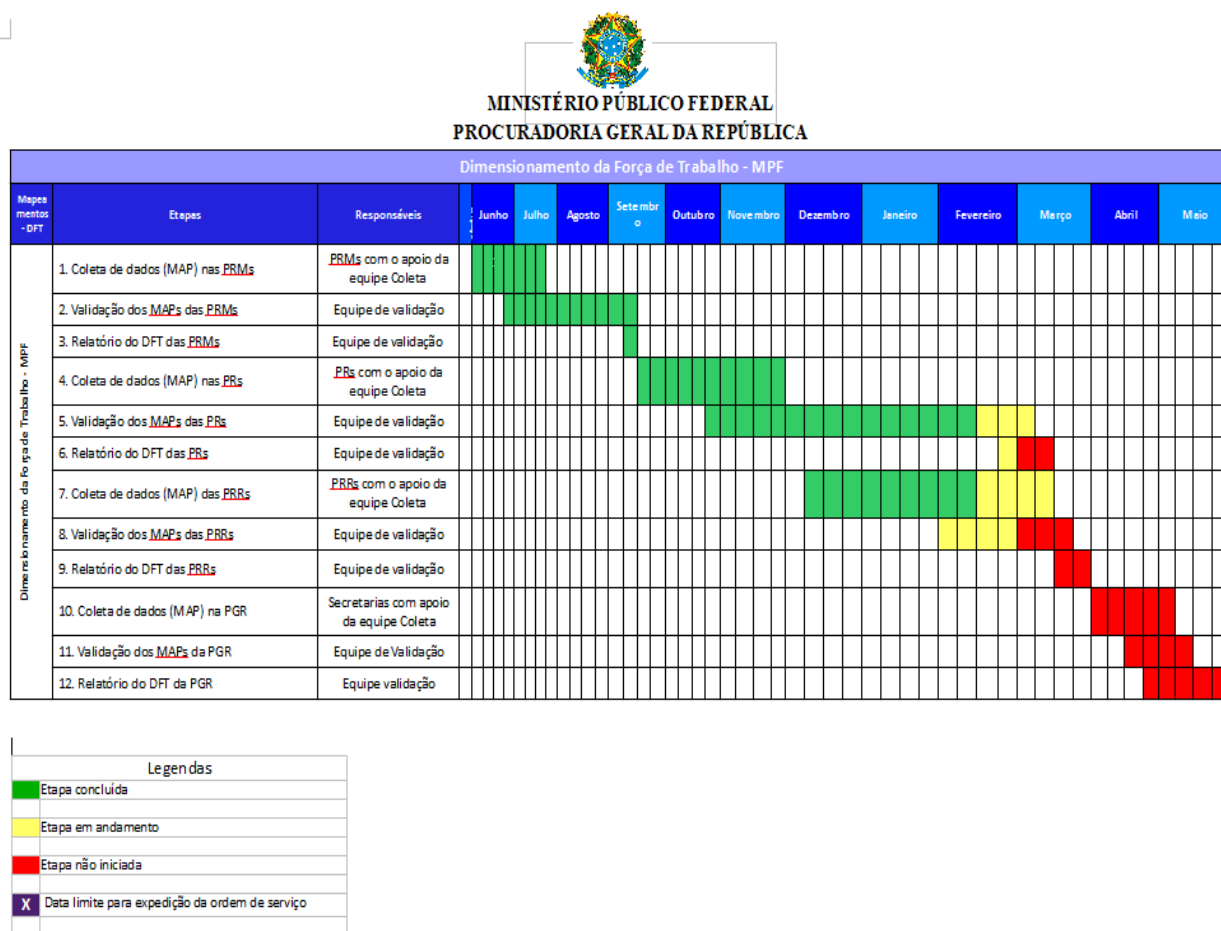
A ferramenta leva em consideração os afastamentos (férias, recesso, feriado etc), licenças (paternidade, maternidade, capacitação etc) e as paradas ao longo do dia (café, água, almoço etc).

O dimensionamento não é um produto único. O verdadeiro produto almejado é a gestão do dimensionamento da força de trabalho, com o estudo e a atualização constantes dos produtos e atribuições de cada área e a adequação contínua do quadro de pessoal às novas realidades.

Para tanto, foi criada a Assessoria de Gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho, por meio da Portaria nº. 654, de 30/06/2017.

Registra-se, conforme figura a seguir, o andamento dessa iniciativa estratégica e a previsão de realização das suas etapas.

**Figura 5 – Cronograma do Dimensionamento da Força de Trabalho do MPF**



Em relação à aplicação da metodologia nas Procuradorias da República nos Municípios-PRMs, foram escolhidas 20 unidades pilotos, sendo três do primeiro, três do segundo e quatorze do terceiro grupo. Com base nas informações dessas, serão replicadas a planilha de coleta para todas as demais PRMs, facilitando o preenchimento e a posterior validação dos dados.

No que se refere às Procuradorias da Repúblicas e às Procuradorias Regionais da República, com o auxílio das Secretarias Nacionais, foram levantados alguns dados (produtos, atribuições e competências técnicas) para facilitar o preenchimento pelas divisões nas unidades.

Por fim, o dimensionamento da força de trabalho das Procuradorias da República nos Municípios foi finalizado, e está em fase de conclusão o das Procuradorias da República nos Estados.

## TELETRABALHO

O projeto piloto do Teletrabalho foi instituído com o objetivo de aumentar a produtividade e a eficácia do trabalho; economizar tempo, custo e riscos de deslocamento dos servidores; contribuir para redução do consumo de água, esgoto, energia elétrica entre outros serviços disponibilizados nos órgãos do Ministério Público; ampliar a possibilidade de trabalho a



servidores com dificuldade de deslocamento; promover melhoria na qualidade de vida do servidor e incrementar o atrativo nas carreiras do Ministério Público da União.

O Teletrabalho foi implantado como experiência piloto pela Portaria PGR/MPU nº 110/2015, de 11 de dezembro de 2015, pelo período de 15 meses. O projeto piloto iniciou-se no Gabinete do PGR e nas Câmaras de Coordenação e Revisão.

A implantação definitiva do Teletrabalho no âmbito do Ministério Público da União se deu com a publicação da Portaria PGR/MPU nº 39, de 28 de abril de 2017. Nesse momento da implantação, foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento Eletrônico do Teletrabalho com o intuito de proporcionar ao Ministério Público da União processos de trabalho de forma automática e desburocratizada.

Dessa forma, todo o processo de solicitação, autorização e designação, além da gestão dos servidores quanto à produtividade, metas e desempenho, é realizado no próprio sistema criado para este fim, o que contribui para integralizar o trabalho, obter um maior controle da produtividade e cumprimento das demandas e aproximar o servidor e a chefia imediata.

## **TRABALHO VOLUNTÁRIO**

No segundo semestre de 2017, foi publicada a Portaria PGR/MPF nº 1240, de 22 de novembro de 2017. Por meio dela, instituiu-se o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Federal, com o objetivo de estimular a responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos.

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

### 6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A Portaria PGR nº 70, de 29 de setembro de 2015, regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU) e, em seu art. 3º, §§ 2º e 3º, relaciona os critérios para ampliação e renovação da frota.:

Visando à prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o referido ato normativo estabelece que a utilização dos veículos oficiais será feita por requisição, mediante preenchimento do formulário de Solicitação de Saída de Veículo (SSV) ou, caso adotado, pelo formulário de Solicitação de Saída de Veículo eletrônica (e-SSV).

Devido a critérios de segurança, objetivando-se a redução de vulnerabilidades, optou-se pela aquisição da frota de representação e especial. Há estudo em andamento para a comprovação do modelo mais econômico para a frota de serviço. A classificação dos veículos está prevista na portaria, a qual define que os automóveis de representação e especial são destinados ao transporte de autoridades em ambiente urbano.

Seguem quadros com informações relevantes acerca da gestão da frota do Ministério Público Federal (MPF) em 2017.

**Quadro 29 – Distribuição de veículos nas unidades do MPF por tipo**

UG	Tipo											Total
	Especial I	Especial II	Serviço I	Serviço II	Serviço III	Serviço IV	Serviço V	Serviço VI	Serviço Médico	Representação I	Representação II	
PGR	105	0	27	16	3	2	0	7	2	2	2	166
PRR1	7	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	13
PRR2	0	10	0	7	1	4	2	0	0	0	0	24
PRR3	10	0	0	7	1	0	3	0	0	0	0	21
PRR4	4	0	0	2	0	1	0	1	0	0	0	8
PRR5	5	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	9
PR-AC	4	2	3	3	1	0	0	0	0	0	0	13
PR-AL	5	2	0	4	0	0	5	0	0	0	0	16
PR-AP	3	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	7
PR-AM	0	4	0	4	2	0	4	1	0	0	0	15
PR-BA	12	1	0	14	2	0	13	0	0	0	0	42
PR-CE	9	1	0	1	0	0	6	2	0	0	0	19
PR-DF	8	0	0	5	2	0	3	0	0	0	0	18
PR-ES	8	0	0	2	0	3	0	2	0	0	0	15
PR-GO	6	0	0	5	1	0	6	2	0	0	0	20
PR-MA	9	0	1	5	0	6	0	1	0	0	0	22
PR-MG	31	0	0	23	3	0	13	1	0	0	0	71
PR-MS	4	0	1	8	1	1	12	0	0	0	0	27
PR-MT	7	4	2	2	0	6	0	0	0	0	0	21

UG	Tipo											Total	
	Especial I	Especial II	Serviço I	Serviço II	Serviço III	Serviço IV	Serviço V	Serviço VI	Serviço Médico	Representação I	Representação II		
PR-PA	8	0	15	4	0	0	0	0	0	0	0	0	27
PR-PB	5	0	1	2	1	0	11	1	0	0	0	0	21
PR-PE	13	3	1	13	1	1	1	3	0	0	0	0	36
PR-PI	11	0	0	2	0	0	7	1	0	0	0	0	21
PR-PR	30	1	2	6	2	0	12	0	0	0	0	0	53
PR-RJ	27	0	0	20	2	0	9	1	0	0	0	0	59
PR-RN	9	5	0	8	0	1	0	0	0	0	0	0	23
PR-RO	8	0	0	3	1	0	8	1	0	0	0	0	21
PR-RR	5	1	0	3	0	0	1	1	0	0	0	0	11
PR-RS	13	7	2	3	2	1	19	1	0	0	0	0	48
PR-SC	14	10	0	15	1	2	13	1	0	0	0	0	56
PR-SE	6	1	1	4	0	0	4	0	0	0	0	0	16
PR-SP	60	0	0	45	6	11	3	0	0	0	0	0	125
PR-TO	2	1	1	2	1	0	7	0	0	0	0	0	14
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>56</b>	<b>26</b>	<b>251</b>	<b>44</b>	<b>32</b>	<b>199</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1.083</b>	

**Quadro 30 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos de veículos nas unidades do MPF**

Unidade	Média em 2017			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
PGR	5.127	1.295,78	6,9	2.587,15
PRR1	2.047	725,05	6,23	1.127,47
PRR2	3.018	949,17	6,41	2.073,77
PRR3	976	232,45	7,19	519,11
PRR4	2.065	845,57	4,45	925,41
PRR5	2.180	1.601,26	4,50	1.830,53
PR-AC	1.725	1.424,62	6,50	1.412,39
PR-AL	5.557	1.025,18	5,37	3.878,84
PR-AP	4.089	1.951,45	5,00	2.579,37
PR-AM	3.011	2.224,64	6,26	1.853,88
PR-BA	4.700	2.130,80	5,64	2.031,40
PR-CE	4.439	2.470,06	6,10	2.822,95
PR-DF	3.942	1.314,18	7,05	1.621,65
PR-ES	3.521	1.456,23	6,73	1.668,41
PR-GO	4.829	2.177,15	5,57	2.569,91
PR-MA	5.243	1.568,87	5,82	2.540,15
PR-MG	3.920	1.113,70	7,05	1.684,80
PR-MS	4.488	891,71	4,89	2.067,35
PR-MT	4.506	3.051,22	4,52	2.486,00
PR-PA	6.659	4.200,69	5,00	4.328,61
PR-PB	5.100	825,13	5,24	2.897,76
PR-PE	5.424	2.048,01	6,52	2.343,91
PR-PI	4.381	2.534,05	5,95	2.328,91
PR-PR	2.439	830,03	5,09	988,03

Unidade	Média em 2017			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
PR-RJ	3.926	1.671,08	8,00	2.467,37
PR-RN	4.069	737,45	5,83	2.097,54
PR-RO	5.595	2.456,47	6,57	2.986,23
PR-RR	3.322	1.410,62	5,45	2.028,70
PR-RS	2.718	771,63	6,35	1.393,50
PR-SC	3.378	1.199,95	7,07	1.339,24
PR-SE	4.674	722,74	5,00	2.461,17
PR-SP	3.901	909,23	7,00	1.787,14
PR-TO	7.083	2.409,56	5,29	2.611,74

**Quadro 31 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos por tipo de veículo**

Tipo de veículo	Média em 2017			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
Especial I	2.831	1.187,44	6,04	1.603,11
Especial II	7.014	2.017,02	6,03	3.429,79
Serviço I	5.530	1.075,25	2,67	1.801,96
Serviço II	3.594	1.177,21	6,10	1.746,21
Serviço III	2.254	1.557,46	7,77	1.022,70
Serviço IV	4.598	2.067,49	6,18	1.752,91
Serviço V	5.000	1.494,90	5,39	2.632,08
Serviço VI	4.013	1.792,23	8,34	1.750,96
Serviço Médico	841	0,00	16,00	0,00
Representação I	7.068	1.009,00	4,00	5.557,11
Representação II	6.438	3.393,28	5,00	8.047,90

## 6.2 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), os procedimentos inerentes ao recebimento, controle, padronização, distribuição, alienação e baixa dos bens integrantes do patrimônio são disciplinados pela Instrução Normativa MPF/SG/SA nº 001/93, aprovada pela Portaria SG nº 383, de 19 de agosto de 1993.

Tal instrumento normativo define que, na verificação do estado de conservação de cada bem móvel, será adotada a seguinte classificação:

- a) ocioso – quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) recuperável – quando sua recuperação for possível e orçar no máximo 50% (cinquenta por cento) de seu valor de mercado;
- c) antieconômico – quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- d) irrecuperável – quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

Acrescenta-se que, conforme o ato normativo citado, os bens móveis de posse do MPF estão sujeitos a baixa patrimonial, transferência, cessão ou doação. Os seguintes veículos estão em processo de desfazimento.

**Quadro 32 – Veículos em processo de desfazimento**

Unidade	Marca	Modelo	Ano	Placa	Quilômetros rodados
PR-MG	FIAT	MAREA	2006	GMF-5023	28.532
PR-MG	FIAT	MAREA	2006	JKH-7371	33.185
PR-MG	FIAT	PALIO	2006	GMF-5015	39.106
PR-MG	FIAT	PALIO	2006	GMF-5017	48.518
PR-MG	FIAT	PALIO	2007	GMF-5031	40.564
PR-MG	FIAT	PALIO	2007	GMF-5142	44.163
PR-MG	FIAT	PALIO	2007	GMF-5144	31.768
PR-AL	FIAT	PALIO	2009	MLY-5713	64565
PR-AP	FIAT	LINEA	2010	NEO-0274	14.044
PR-PR	FIAT	LINEA	2010	ASL-8430	45.005
PR-PR	FIAT	LINEA	2010	ASL-8431	67.029
PR-PR	FIAT	STRADA	2010	ASW-4808	3.979

<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Ano</b>	<b>Placa</b>	<b>Quilômetros rodados</b>
<b>PR-PR</b>	FIAT	PALIO	2010	ASL-8429	20.993
<b>PR-MT</b>	FIAT	LINEA	2010	NJI-9853	39.949
<b>PR-MT</b>	FIAT	LINEA	2011	NPF-9843	23.373
<b>PR-MT</b>	FIAT	LINEA	2011	NPF-9903	22.351
<b>PR-PE</b>	PEUGEOT	BOXER	2007	KKS-6511	64.800
<b>PR-PE</b>	PEUGEOT	307	2007	JJE-5881	35.000
<b>PR-PE</b>	PEUGEOT	307	2007	JJQ-4503	34.000
<b>PR-PE</b>	RENAULT	MEGANE	2011	PEX-0414	68.800
<b>PR-PE</b>	REBOQUE	FECIL FA 800	2007	KJG-1055	-
<b>PRR2</b>	VW	KOMBI	2008	LNO-1869	9.745
<b>PRR2</b>	RENAULT	MEGANE	2011	KVM-4428	7.431
<b>PRR2</b>	PEUGEOT	BOXER	2010	LLC-4392	6.267
<b>PR-RS</b>	RENAULT	MEGANE	2011	ISB-3562	17.864
<b>PR-SP</b>	FIAT	DOBLÓ	2005	IMI-8750	10.915
<b>PR-SP</b>	FIAT	PALIO	2004	CMW-9542	69.654
<b>PR-SP</b>	FIAT	PALIO	2007	DJP-1758	79.007
<b>PR-SP</b>	FIAT	PALIO	2007	DJP-1782	59.100
<b>PR-SP</b>	FIAT	PALIO	2007	DJP-1779	48.133
<b>PR-SP</b>	FIAT	MAREA	2006	JKH-6891	19.671
<b>PR-SP</b>	FIAT	MAREA	2006	JJE-2507	41.607
<b>PR-SP</b>	NISSAN	SENTRA	2008	EEF-0182	55.566
<b>PR-SP</b>	PEUGEOT	307 SEDAN	2007	DJP-5849	41.819
<b>PR-SP</b>	RENAULT	MASTER	2006	DJP-2925	115.854
<b>PR-PI</b>	PEUGEOT	307	2007	JJQ-4513	28.042
<b>PR-PI</b>	NISSAN	SENTRA	2008	NIC-0612	45.262
<b>PR-AC</b>	FIAT	PALIO	2011	MZW-4271	18.500
<b>PR-AC</b>	FIAT	PALIO WEEK ELX 1.4	2010	MZT-3281	48.832
<b>PR-RO</b>	FIAT	LINEA	2011	NCY-1073	7.409
<b>PR-RO</b>	PEUGEOT	BOX/FURGÃO	2011	NDB-3705	14.156
<b>PR-RO</b>	GM	BLAZER	2009	NDY-8184	80.325
<b>PR-RO</b>	FIAT	LINEA	2012	NBS-4113	11.395
<b>PR-RO</b>	PEUGEOT	307	2007	NDH-1514	26.501
<b>PR-RN</b>	PEUGEOT	307	2007	MYS-8695	36.321

## 6.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), cabe à Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) planejar, organizar, dirigir e monitorar a execução das atividades de obras, projetos e serviços de engenharia, de arquitetura e de manutenção das instalações prediais necessárias à execução e à conservação da estrutura física, às reformas e ampliações e à manutenção das instalações das sedes das unidades do Ministério Público Federal e dos imóveis por ele administrados.

Desde agosto de 2017 as informações das edificações ocupadas pelo MPF passaram a ser registradas no Sistema de Gestão Administrativa – SGA, por servidores designados em cada unidade do MPF, responsáveis pela alimentação dos dados relativos ao gerenciamento das edificações em uso pelo MPF

A partir das informações extraídas no mês de fevereiro de 2018, do módulo Engenharia do referido sistema, foi verificado que, atualmente, o MPF dispõe de 243 edificações sob sua responsabilidade, sendo 82 edificações próprias, 14 edificações cedidas ou emprestadas de outros órgãos e 147 edificações locadas de terceiros.

**Quadro 33 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações próprias, por estado**

<b>Estado</b>	<b>Quantidade de Edificações Próprias em uso pelo MPF</b>	<b>Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades</b>
Acre	1	279.370,44
Alagoas	2	308.130,48
Amazonas	2	279.618,37
Bahia	4	526.132,10
Ceara	1	128.074,74
Distrito Federal	7	8.301.352,08
Goias	1	394.779,00
Maranhao	1	342.867,29
Mato Grosso do Sul	4	354.837,71
Minas Gerais	12	375.432,78
Paraiba	3	798.049,82
Parana	3	673.955,42
Pernambuco	9	631.518,84
Piaui	2	345.244,56
Rio de Janeiro	7	834.731,16
Rio Grande do Norte	3	118.891,92
Rio Grande do Sul	6	1.722.600,01
Roraima	1	24.066,98
Santa Catarina	3	20.545,58
Sao Paulo	9	2.082.915,65

<b>Estado</b>	<b>Quantidade de Edificações Próprias em uso pelo MPF</b>	<b>Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades</b>
Tocantins	1	-
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>18.611.319,32</b>

**Quadro 34 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações cedidas ou emprestadas, por estado**

<b>Estado</b>	<b>Quantidade de edificações cedidas ou emprestadas para uso do MPF</b>	<b>Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades</b>
Acre	1	-
Bahia	1	5.466,48
Ceara	1	-
Espirito Santo	1	-
Mato Grosso	1	28.715,18
Paraíba	2	116.189,90
Parana	1	4.738,79
Rio de Janeiro	2	-
Rio Grande do Norte	1	-
Rio Grande do Sul	1	-
Santa Catarina	1	14.675,39
Sergipe	1	27.000,00
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>196.785,75</b>

No início de 2017 a SEA recebeu a incumbência de acompanhar a completude e atualização das informações de edificações no sistema SPIUNet. Diante disso, a primeira tarefa realizada foi solicitar informação das unidades quanto aos gestores dos imóveis e quanto à data de validade da última atualização dos registros. No levantamento realizado em fevereiro de 2018 no Sistema de Gestão Administrativa (SGA) foi verificado que 68% das edificações precisam de atualização da validade dos cadastros, pendências essas que serão tratadas junto aos gestores no primeiro semestre de 2018.



#### **6.4 CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS**

Há cessão de 32 espaços físicos no MPF, conforme **Anexos A e B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.**

## 6.5 INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Das 243 edificações em uso pelo Ministério Público Federal (MPF) no Brasil, 61% são alugadas de terceiros. É importante ressaltar que, dessas, 90 % localizam-se em cidades no interior dos estados.

**Quadro 35 – Quantidade, custo anual de aluguel e valor gasto com manutenção de edificações locadas de terceiros por estado**

Estado	Quantidade de edificações locadas para uso do MPF	Custo anual gasto com aluguel	Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades
Amapá	1	840.000,00	-
Amazonas	2	1.327.200,00	135.238,79
Bahia	9	908.352,00	55.927,18
Ceara	4	86.496,00	13.016,70
Distrito Federal	2	2.485.920,00	-
Espirito Santo	4	580.548,00	5.954,64
Goias	3	1.003.452,00	-
Maranhão	4	258.780,00	195.826,51
Mato Grosso	4	1.948.221,12	143.575,90
Mato Grosso do Sul	3	743.232,00	61.091,41
Minas Gerais	11	1.877.196,00	19.773,06
Para	7	3.324.204,00	189.035,28
Paraíba	1	30.804,00	69.255,92
Parana	16	3.543.600,00	150.864,11
Pernambuco	1	264.000,00	-
Piauí	4	60.108,00	-
Rio de Janeiro	9	2.304.228,00	-
Rio Grande do Norte	3	1.118.664,00	-
Rio Grande do Sul	15	2.991.732,00	2.845,31
Rondônia	3	1.252.019,76	-
Roraima	1	66.000,00	24.066,82
Santa Catarina	12	3.391.080,00	58.907,03
São Paulo	22	9.421.854,00	27.482,23
Sergipe	4	3.578.974,68	-
Tocantins	2	1.333.548,00	24.554,16
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>44.740.213,56</b>	<b>1.177.415,05</b>

A implantação de uma procuradoria da República em um município se inicia quando é definida nova vara da Justiça Federal e o MPF designa um procurador para atender aquela localidade. Nesse momento, ocorre uma consulta à Secretaria de Patrimônio da União para verificar a disponibilidade de imóvel na região pertencente à União para abrigar a unidade. O resultado dessa consulta geralmente é desfavorável e, sendo assim, é comum a unidade ser instalada

provisoriamente em sala cedida pela Justiça Federal ou acomodada em imóvel alugado para atender a demanda no curto prazo.

Para a decisão de uma transferência de unidade para sede própria, seja por meio de construção ou aquisição de edifício pronto, são levados em consideração alguns critérios:

a) quanto tempo a unidade está implantada no município;

b) quantidade de membros lotados;

c) se há opções de terreno ou de edifício pronto à venda que atendem plenamente à necessidade de uma procuradoria.

Em muitos municípios existe uma grande dificuldade de encontrar edificações para locação adequadas para atender o MPF. Quando a necessidade é de transferência para edificação própria, o desafio é ainda maior, pois como é um investimento de longo prazo, é preciso atender pelo menos os seguintes critérios:

a) existir disponibilidade orçamentária para aquisição ou construção da unidade;

b) o imóvel deve prever o funcionamento de instituição pública pelo código de edificações municipal;

c) atender em 100% os requisitos de acessibilidade estipulados pelo Decreto nº 5296/2004, Resolução CNMP nº 81/2012 e a NBR 9050/2015;

d) equipe técnica (arquitetos e engenheiros) disponível para viabilizar a execução de projeto executivo e posterior construção da obra, seja elaborando os projetos ou fiscalizando a execução por empresa contratada.

No caso das edificações locadas de terceiros, os gastos com manutenção são assumidos pelo MPF. Quanto a reformas, melhorias e adequações nesses imóveis, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) determina que devem ser custeadas, sempre que possível, pelo locador, principalmente para novas locações. Outra orientação importante da SEA para novas locações é para que só se inicie a execução de despesas com aluguel após a entrega do imóvel já reformado e adequado pelo proprietário. Quando o locador se recusa a realizar as adequações solicitadas, nos casos em que não há obrigação contratual, o MPF pode custear as intervenções em casos que sejam essenciais à execução dos trabalhos na unidade.

A SEA disponibiliza o apoio em âmbito nacional para a construção de novas sedes ou aquisições de edifícios para abrigar as procuradorias. Até o ano de 2017, a transferência das unidades locadas para sedes próprias estava ocorrendo de forma gradativa, de acordo com a capacidade técnica e orçamentária do MPF. No entanto, com a promulgação da Emenda

Constitucional 95/2016, a possibilidade de construção de sedes novas para o uso do MPF ficou consideravelmente prejudicada o que deve interromper a expansão do número de suas sedes próprias.

## 6.6 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Cabe destaque para as publicações de notas técnicas emitidas pela SEA que tem o objetivo de orientar gestores e fiscais em todo o MPF quanto aos assuntos relacionadas à engenharia e arquitetura.

**Quadro 36 – Notas técnicas publicadas até 2017 pela SEA**

Nº	Assunto	Versão
SEA 001/2014	Procedimento para análise de pleito de alteração contratual para acréscimo de quantidades devido a erro de projeto em empreitada por preço global	002 – 2015
SEA 002/2015	Requisitos obrigatórios para elaboração de projeto básico para licitar obras de edificações	002 – 2015
SEA 003/2014	Critérios para aceitação de consórcios em licitações de obras e serviços de engenharia	001 – 2014
SEA 004/2014	Procedimento para cálculo estimativo de área para novas construções	002 – 2014
SEA 005/2014	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva em grupos geradores de sistemas elétricos	001 – 2014
SEA 006/2017	Acessibilidade – etapas e cartilha	003 – 2017
SEA 007/2014	Análise de preço inexequível em licitações de obras e serviços de engenharia	001 – 2014
SEA 008/2014	Orientação para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva em fontes de alimentação ininterrupta (No breaks) com potência nominal acima de 10KVA	001 – 2014
SEA 009/2015	Custos de administração local em obras	001 – 2015
SEA 010/2015	Orientação para obtenção de terreno e projeto para construção de novo edifício-sede para Procuradorias do Ministério Público Federal	002 – 2015
SEA 011/2015	Procedimento para estimar preço para contratar projetos de engenharia e arquitetura	001 – 2015
SEA 012/2015	Orientação para especificação de fontes de alimentação ininterrupta (No breaks) para Procuradorias Regionais (PRRs), Estaduais (PRs) e Municipais (PRMs)	001 – 2015
SEA 013/2015	Procedimento para medição e pagamento de equipamentos em obras.	001 – 2015
SEA 014/2016	Procedimentos a serem adotados na fiscalização técnica de obras e serviços de engenharia e arquitetura	001 – 2016
SEA 015/2016	Orientação para confecção de placas de obra do Ministério Público Federal	001 – 2016
SEA 016/2016	Requisitos técnicos para implementação de Sala de Telecomunicações e de Equipamentos para Procuradorias Regionais (PRRs), Estaduais (PRs) e Municipais (PRMs) do Ministério Público Federal.	001 – 2016
SEA 017/2016	Recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura	002 – 2016
SEA 018/2017	Procedimentos para medição e pagamento por etapas em contratos cujo regime de execução é empreitada por preço global	001 – 2017

Destacam-se, ainda, os seguintes esforços empreendidos para a melhoria da qualidade das edificações do MPF: a conclusão de novas sedes nos municípios de João Pessoa e Sete Lagoas e a continuidade da construção de novas sedes em 11 municípios distribuídos em 9 estados da federação.

## 7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No Ministério Público Federal (MPF) a área responsável pela tecnologia da informação e comunicação (TIC) nacionalmente é a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), situada na Procuradoria-Geral da República. Cada procuradoria regional da República e procuradoria da República possui em sua estrutura uma área dedicada ao tema TIC, denominada Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Este capítulo apresenta as informações mais relevantes sobre o planejamento, a estrutura organizacional e de cargos, principais sistemas e ferramentas de gestão de TIC. Estão contempladas a descrição da estrutura e organização da TIC do MPF, a atuação do Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), o conceito de Tecnologia da Informação Nacional (TI Nacional), principais processos e projetos, capacitação e medidas de mitigação de dependência tecnológica.

O quadro de pessoal do Ministério Público da União (MPU) dispõe de 4 (quatro) cargos de provimento efetivo, cujas áreas de atividade ou especialidade estão relacionadas à atuação na área de TIC, conforme Portaria PGR/MPU nº 302/2013, que fixa as atribuições comuns e básicas dos cargos das carreiras de Analista e Técnico do MPU, conforme indicado abaixo.

**Quadro 37 – Cargos de provimento efetivo na área de TI do MPU**

Abreviatura	Cargo	Área de atividade	Especialidade
Analista – Desenvolvimento	Analista do MPU	TIC	Desenvolvimento de Sistemas
Analista – Infraestrutura	Analista do MPU	TIC	Suporte e Infraestrutura
Analista – Perícia	Analista do MPU	Perícia	TIC
Técnico de Informática	Técnico do MPU	Apoio Técnico-Administrativo	TIC

Além disso, acredita-se pertinente compreender em linhas gerais a distinção e complementariedade entre esses perfis profissionais, uma vez que as contribuições de TIC passíveis de serem ofertadas pelas unidades do MPF estão diretamente associadas à existência local de servidores com os respectivos cargos citados. Abaixo, as principais atribuições dos cargos de TIC.

**Quadro 38 – Principais atribuições dos cargos de provimento efetivo na área de TI**

Cargo Abreviado	Principais atribuições básicas
<b>Analista – Desenvolvimento</b>	Realizar a gestão de projetos de desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos; Identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas no mercado; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para o desenvolvimento de sistemas; Estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos sistemas de informação e comunicação; Disponibilizar informações de apoio a decisões estratégicas; Realizar a gestão e a implementação da governança de TI.
<b>Analista – Infraestrutura</b>	Realizar a gestão de projetos de instalação, configuração e manutenção de serviços de rede, banco de dados e ambientes operacionais, monitorando os níveis de qualidade; Identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas disponíveis no

<b>Cargo Abreviado</b>	<b>Principais atribuições básicas</b>
	mercado; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para a infraestrutura tecnológica; Estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos serviços de suporte e infraestrutura; Disponibilizar informações de apoio a decisões estratégicas; Realizar a gestão e a implementação da governança de TI; Elaborar e gerenciar ações de contingência dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.
<b>Analista – Perícia</b>	Realizar vistorias, perícias, avaliações e estudos técnicos; Coletar e analisar dados e pesquisas; Prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; Atuar em processos administrativos e judiciais quando indicado pela autoridade competente, bem como em projetos, convênios e programas, em conjunto com outras instituições; Realizar trabalhos que exijam conhecimentos básicos ou específicos de TIC.
<b>Técnico de Informática</b>	Realizar trabalho de apoio no desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos; Apoiar atividades de planejamento, instalação, implantação, configuração e gerenciamento de soluções de tecnologia da informação e comunicação; Apoiar atividades de prospecção de soluções tecnológicas disponíveis no mercado, elaborando e validando especificações técnicas para contratação; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Prestar apoio tecnológico às unidades da organização em tarefas relacionadas à TIC; Contribuição para a implementação de processos de segurança da informação e comunicação.

A área de TIC no MPF, assim como na maioria das organizações, pode ser vista como prestadora de serviços. Tendo em vista que estes serviços diferem entre si quanto ao objetivo e/ou natureza, tem-se que a atuação dos profissionais de TIC pode ser dividida nas seguintes categorias:

#### **A. GERENCIAL**

- Área de Coordenação

Compreende as atividades necessárias para o exercício das atribuições de direção e chefia das áreas técnicas de TIC.

#### **B. TÉCNICO**

- Área de Assessoria

Abrange as atividades de assessoramento técnico, no desempenho de suas funções, dos ocupantes da área de coordenação.

- Área de Desenvolvimento

Compreende a construção de novos sistemas de informação ou novas funcionalidades em sistemas já existentes. Atualmente, cerca de 34 sistemas de informação estão em funcionamento no MPF, entre eles: Sistema Único, Sistema de Gestão de Pessoas (GPS/Hórus) e Sistema de Informações Gerenciais (SIG).

- Área de Sustentação

Responsável por manter os serviços em condições normais de operação:

- i. Prover internet: requer gestão de contrato, monitoramento do serviço prestado em termos técnicos, implementação e monitoramento relacionados à segurança, entre outros.
- ii. Prover e-mail, *website*, Portal de Intranet, entre outros.
- iii. Manter a rede de comunicação e armazenamento de arquivos.
- iv. Manter os sistemas de informação: requer atividades para garantir a disponibilidade dos sistemas para uso, resolução de erros reportados e implantação de pequenas melhorias.
- v. Outros.

- Relacionamento

Engloba os serviços de suporte técnico aos usuários, desde dúvidas até problemas em equipamentos, como impressoras e computadores.

É importante observar que as áreas técnicas de sustentação e relacionamento abarcam o conjunto de serviços essenciais ao funcionamento do órgão, absorvendo grande parte da mão de obra disponível.

Contudo, destaca-se que as áreas de TIC também são responsáveis por entregar valor e diferencial ao MPF, através de projetos com inovação e alinhamento estratégico. Alguns exemplos são:

- Sistema Único 2017: Este projeto resultou na redução expressiva no uso de papel, do impacto ambiental e de custos (papel, *tonner*, equipamentos, estrutura física e envio de malotes); na ampliação da capacidade de resposta do MPF; em maior agilidade no trâmite de autos judiciais, autos extrajudiciais e processos administrativos; e, por conseguinte, ocasionou também o aumento da eficiência e da produtividade global na atuação do MPF.
- Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP 2.0: O projeto ensejou a padronização dos Catálogos Nacionais de Serviços e da forma de solicitação de serviços para as secretarias e assessorias nacionais nele envolvidas. Além disso, houve a implantação de uma política de acordo de nível de serviços e a construção de uma base de conhecimentos. Como resultado geral do projeto, obteve-se a redução do tempo de resolução de incidentes e de problemas.
- Sistema de Gerenciamento de Certificados do MPF: Permitiu o suporte a padrões de segurança em conformidade com as melhores práticas de mercado, provendo, por exemplo,



validação online de certificados revogados, alta disponibilidade, automação e integração com ferramentas de automação através de API e modelos de certificados que contêm dados a serem usados em todas as emissões de certificados de uma determinada AC.

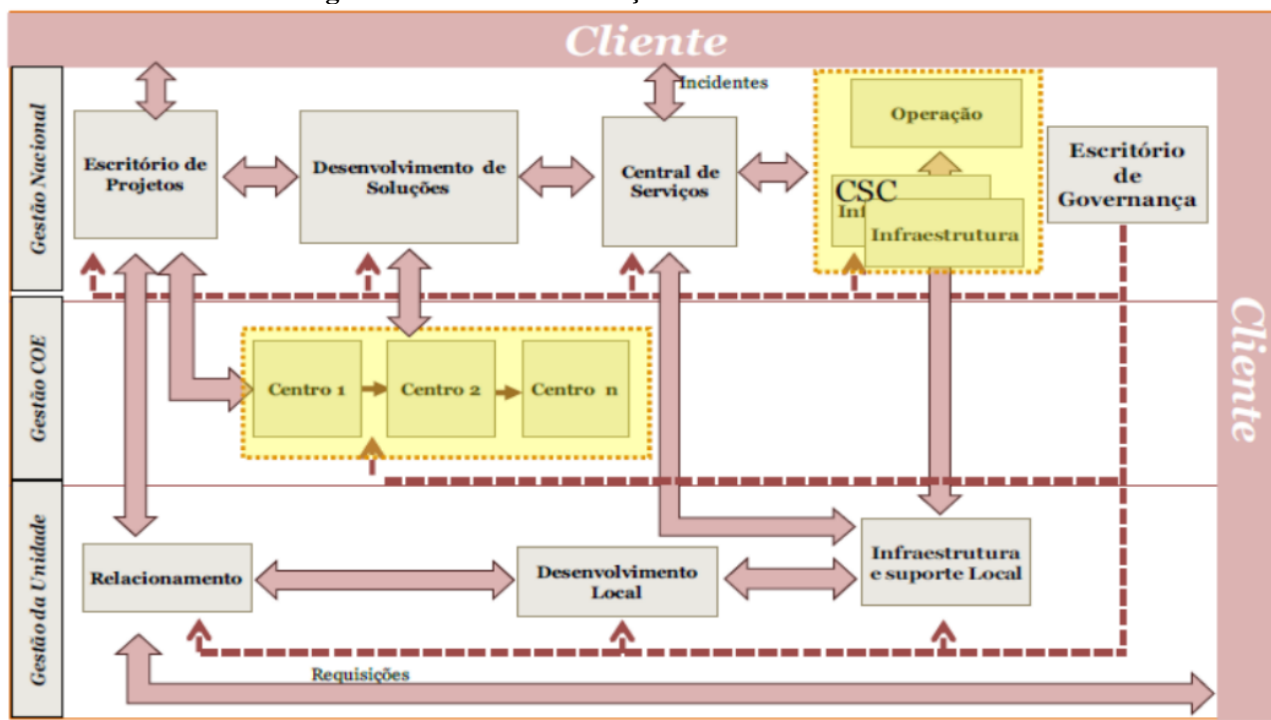
- Sistema de Controle de Telefonia / CONTEL: Este projeto possibilitou maior controle dos contratos de telefonia fixas e móveis do MPF junto às operadoras, facilitou a auditoria das contas telefônicas, verificando a conformidade contratual, e viabilizou o rateio das despesas de telefonia entre os usuários do serviço, através de emissão e controle de GRU.

Quando da construção coletiva do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), uma das principais preocupações apontadas pela área de tecnologia da informação do MPF foi a de conceber um modelo de atuação que aproveitasse ao máximo os recursos humanos e tecnológicos da Instituição.

Este maior aproveitamento seria possível, conforme se concluiu, por meio do foco no aumento da sinergia entre as equipes de tecnologia da informação das diversas unidades do MPF, trazendo maior contribuição de todos os profissionais, promovendo a uniformização do parque tecnológico, fomentando a utilização das melhores práticas de uso da tecnologia e de governança de TI e desenhando uma perspectiva que privilegia uma atuação voltada para o âmbito nacional, em vez de atuações locais distribuídas e, por vezes, redundantes.

Esse trabalho coletivo resultou no modelo apresentado abaixo, também conhecido como TI Nacional.

**Figura 6 – Modelo de atuação nacional da TIC do MPF**



O modelo de atuação está organizado por meio de 3 dimensões principais:

- Gestão Nacional

O modelo proporciona para toda a instituição políticas nacionais para desempenho uniforme dos profissionais da TI, gestão segura e democrática de projetos que agreguem valor no âmbito nacional, central de serviços unificada que propicie a gestão do atendimento, processo contínuo de saneamento de problemas e um centro de serviços compartilhado (CSC) que consolide a infraestrutura tecnológica de toda a instituição no menor número possível de localidades, propiciando redução de custos e continuidade da operação nos casos de contingências.

- Centros de Excelência

Estrutura com especialização em diferentes segmentos de TIC, propiciando a sinergia dos profissionais da área e agilidade no desenvolvimento de soluções inovadoras relacionadas às competências de cada centro.

- Unidades

Autonomia de atuação das unidades, por meio dos coordenadores de TIC, mas em consonância com as políticas estabelecidas pela Gestão Nacional.

São muitos os desafios para a implantação desse modelo. Ao mesmo tempo em que existe a preocupação de se atender o todo, não se pode deixar de lado as especificidades de cada unidade.

O quadro abaixo especifica quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TIC, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TIC da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TIC de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

**Quadro 39 - Distribuição da Força de Trabalho em TIC no MPF em 2017**

<b>Força de trabalho de TIC/MPF</b>	
Servidores das carreiras de TIC/MPF lotados em unidades de TIC/MPF	612
Servidores de outras carreiras lotados em unidades de TIC/MPF	45
Servidores da carreira de TI de outros órgãos lotados na TIC/MPF	0
Servidores de outras carreiras de outros órgãos lotados na TIC/MPF	5
Terceirizados	0
Estagiários	102
Servidores da carreira de TIC/MPF atuando no MPF em outras áreas	101
Servidores da carreira de TIC/MPF cedidos para outros órgãos	3

O desenvolvimento e a manutenção de sistemas é um dos serviços prestados pela TIC

do MPF. Na seção 7.1 são destacados os principais sistemas, com seus objetivos, funcionalidades, responsáveis técnico e de negócio, dentre outras informações.

Em seguida, na seção 7.2 deste capítulo, estão destacadas as informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), assim como a descrição das atividades do Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), com sua composição e principais decisões tomadas.

A capacitação dos servidores de TIC está regulada pela Portaria PGR nº 198/2011, que regulamenta o programa de treinamento, desenvolvimento e educação do MPU. Em 2016 foi lançado o Planejamento Estratégico de Capacitação (PEC) pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP), com o propósito de alinhar o planejamento das diversas áreas, incluindo a TIC, com a estratégia do órgão.

Destaca-se o alinhamento da capacitação de TIC com os seguintes objetivos estratégicos do Plano Estratégico Institucional (PEI):

- OE 2. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores;
- OE 3. Assegurar a atratividade das carreiras do MPF; e
- OE 6. Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos.

Os investimentos em capacitação também estão alinhados com objetivos estratégicos claros e relevantes de TIC, conforme demonstrado no quadro abaixo. Desde o início de sua medição, os indicadores têm se mantido positivos.

**Quadro 40 - Indicadores do PETI 2012/2020 relacionados à capacitação**

Código	Nome do Indicador	Fórmula	Meta	Medição em Dez/2017
OETI 15.2	Média de horas oferecidas de treinamento por servidor de TI.	Número total de horas de treinamento/número total de servidores de TI.	15 horas por servidor em 2013, + 5 horas a cada ano, alcançando 50 horas em 2020.	45,79 horas
OETI 16.2	Percentual de horas de treinamento com instrutoria interna realizada.	(Número total de horas de treinamento realizadas com instrutoria interna/número total de horas de treinamento)*100.	22,5% em 2013, +2,5 pp a cada ano, alcançando 40% em 2020.	61,61%

No contexto de racionalização dos recursos orçamentários, a Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação realizou, no ano de 2017, um estudo a fim de definir uma estratégia de treinamento que atendesse às diversas necessidades de capacitação técnica de servidores de TIC lotados nas 32 unidades descentralizadas do MPF.

O resultado da análise identificou a plataforma de aprendizado de tecnologia online Alura como uma solução viável e aderente às necessidades do órgão, demonstrando como principais

benefícios: treinamentos que atendem à capacitação dos diversos cargos de TIC do MPF; sequência de cursos que permitem a formação do profissional em algumas tecnologias do básico ao avançado; disponibilidade de treinamento 24x7 durante a vigência do contrato; gestão centralizada das licenças contratadas e dos cursos realizados; inexistência de gastos com deslocamento e hospedagem.

Nesses termos, o MPF procedeu à contratação de 20 licenças para acesso à referida plataforma de treinamento online, iniciando os treinamentos dos servidores de TIC em novembro de 2017 a partir de gestão centralizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, tem-se que ao final do contrato, previsto para o final do exercício de 2018, poder-se-á demonstrar os resultados do desenvolvimento da equipe de TIC do MPF com tal estratégia em comparação ao método tradicional de contratação de capacitação de TIC.

No **Anexo B ao item 7. Gestão da Tecnologia da Informação** apresenta-se a especificação dos treinamentos efetivamente realizados em 2017 por servidores de Tecnologia da Informação.

O processo de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação tem como princípio a atuação proativa, no sentido de monitorar e gerar estatísticas dos serviços elencados no catálogo nacional de serviços de tecnologia da informação. Ainda assim, também é necessária a previsão de atuação em casos de eventos não previstos, oriundos, por exemplo, de chamados técnicos. Ou seja, a atuação é motivada por eventos autogerados pelo sistema de gerência ou por chamados técnicos:

- Autogerados: sistema de gerência proativa detecta uma ocorrência e já aciona a respectiva área de suporte responsável pela atuação; e
- Sistema de chamados: ao receber um evento de usuário que tenha como possível causa algum aspecto da infraestrutura, o respectivo chamado é encaminhado para a área competente para solução.

É relevante, também, mencionar a estrutura Centro de Serviços Compartilhados (CSC), criada pela Instrução Normativa SG/MPF nº 8/2014. Ela é a área responsável na estrutura de TIC para, de forma descentralizada, promover a atuação nacional de suporte e gerência para serviços selecionados que atendam a todo o MPF. Dessa forma, o CSC, além de também utilizar o sistema de gerência proativa, originando, portanto, eventos autogerados, também recebe chamados relacionados com o ambiente de infraestrutura sob a sua responsabilidade. Os servidores de TIC que atuam no CSC não necessariamente estão lotados na Procuradoria-Geral da República.

As atuações motivadas por eventos autogerados ou por chamados técnicos são

contabilizadas para fins estatísticos. Para o caso dos eventos autogerados, que são o foco e objetivo principal da gerência de serviços, há duas abordagens: uma orientada à infraestrutura de sistemas, e outra orientada à infraestrutura dos serviços. Com isso, tem-se um ambiente de gerência de serviços abrangente e completo, abordando as duas frentes relevantes para a saúde da infraestrutura de TIC.

A frente de gerência de serviços de TI que se concentra nos sistemas é basicamente a ferramenta de monitoração do ambiente de nuvem privada do MPF. Foca no ambiente que provê os serviços, e não nos serviços em si. É fundamental para identificar precocemente qualquer problema, e também para prever comportamentos importantes.

- Automação baseada em políticas personalizáveis para operações críticas de TI, associação com alertas inteligentes, solução guiada de problemas, e padrões de conformidade para fornecer recomendações, ou acionar ações, que otimizam o desempenho e capacidade e fazem cumprir as normas de configuração; e

No MPF, utiliza-se agora o vRealize Operations – vROps, que é um conjunto de ferramentas da VMware que permite o gerenciamento de operações em plataformas virtuais e infraestruturas de nuvem. Ele correlaciona métricas e dados de aplicações para análise em uma ferramenta de gerenciamento que permite analisar desempenho, capacidade e configuração, de forma preditiva para ações proativas, além de permitir automação de operações baseadas em políticas. O vROps contém:

- Ferramentas de autoaprendizagem, análise preditiva e alertas inteligentes sobre a aplicação e a saúde da infraestrutura, de forma a permitir a identificação proativa e remediação de problemas de desempenho, capacidade e configuração;
- Uma plataforma aberta e extensível que proporciona visibilidade completa em um único console entre aplicativos, armazenamento e dispositivos de rede.

Com o vROps, a área de TI pode melhorar o desempenho, promover a continuidade dos negócios, e se tornar mais eficiente com uma visibilidade abrangente de toda a infraestrutura virtualizada numa única ferramenta.

Já para a frente de gerência de serviços de TI, focada nos serviços em si, faz-se uso do *Zabbix*, que possui uma arquitetura de monitoramento distribuído com gerenciamento centralizado, o que permite a disponibilidade das informações sobre o ambiente de TI em um portal único. O *Zabbix* provê as 4 funcionalidades básicas esperadas de um sistema de monitoramento:

- Coleta de Dados: vários métodos disponíveis como SNMP, IPMI, *Zabbix Agent's* e outros.

- Notificação: dados coletados são comparados com limites de normalidade estabelecidos e alertas são enviados por meio de SMS, e-mail, Jabber e outros;
- Armazenamento de Dados: os dados coletados são armazenados para análises posteriores, geração de *baselines*, etc.; e
- Visualização: sua interface *web* centralizada é customizável por perfil e disponibiliza gráficos, *slideshows*, mapas, eventos alarmados, acordo de nível de serviço (SLA), além da própria configuração dos itens de monitoramento.

No MPF, existe um Escritório de Projetos Institucionais ligado à SGE, cuja atuação é normatizada pela Portaria PGR/MPF nº 734, de 28/12/2011, que determina os procedimentos a serem seguidos para os projetos estratégicos, com base nas práticas e conhecimentos do *Project Management Body of Knowledge* (PMBok) e Portaria PGR/MPU nº 61/2016, que estabeleceu regras para a criação e execução de projetos no âmbito do MPU.

O normativo traz as informações necessárias para cada etapa do projeto: iniciação (proposta de projeto), autorização, planejamento, execução, controle, encerramento e monitoramento. Mais detalhes e informações podem ser encontradas no sítio <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/escritorio-de-projetos>.

Por conta do volume de trabalho e da natureza especializada, destacou-se parte da equipe da Assessoria Técnica da STIC para atuar como o Escritório de Projetos da TI, com as seguintes competências:

- Estabelecer as diretrizes para a gestão de projetos táticos e operacionais de âmbito nacional da área de TIC;
- Acompanhar, avaliar e informar sobre a execução dos projetos do PDTI, emitindo relatórios de acompanhamento;
- Auditar, validar e classificar os projetos constantes no PDTI quanto aos trabalhos de gestão efetuados pelos gerentes de projetos;
- Aferir os indicadores relacionados com a área de projetos, conforme a Portaria PGR/MPF nº 560/2013;
- Solicitar, analisar e avaliar estudos de viabilidade de projetos;
- Receber, analisar, avaliar e encaminhar propostas de projetos;
- Emitir parecer sobre projetos de TIC; e

- Promover a negociação com as áreas envolvidas para indicação do gerente do projeto.

O quadro constante no **Anexo A ao item 7, Gestão da Tecnologia da Informação**, mostra a descrição dos projetos de TI iniciados ou finalizados em 2016, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Por fim, seguem algumas medidas tomadas, no âmbito da área de TIC do MPF, para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI:

- Para todos os contratos vigentes e aquisições, é sempre planejada a transferência de tecnologia ou treinamento de servidores. Assim, a inteligência/gestão das soluções de infraestrutura é sempre realizada por servidores do MPF, seja da PGR, ou do MPF, via Centro de Serviço Compartilhado (CSC).
- Quando há alguma atuação de terceirizado, é apenas operacional e sempre com supervisão de servidor do MPF responsável, além de estar estabelecido um sistema de auditoria para registrar todas as intervenções realizadas.

## **7.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES**

Existiam, em 2017, 37 (trinta e sete) sistemas nacionais em operação no MPF e com responsabilidade técnica da STIC, quais sejam: Amazônia Protege, APTUS, Argus, ASIWEB, Autoriza, Benner, Concurso de Remoção de Membros e Servidores, Contel, EXTRACTUS, FIPOL, Frota, GCONS Administrativo, GPS, GPS – Consulta, Grifo, Hórus, Hórus Saúde, Interceptação, MPEDUC, Pergamum, PIN, Plano de Metas, SGA, SGE, SGV, SISAM, Sistema Cidadão, Sistema Cidadão Móvel, Sistema de Avaliação Gerencial – Gestão por Competências, Sistema de Concurso de Procuradores, Sistema de Informações Gerenciais, Sistema Pericial, SNP, Único, Vitae e Wiki.

A seguir, estão detalhados alguns dos mais relevantes sistemas do MPF.

### **SISTEMA ÚNICO**

**Objetivo:** o Sistema Único foi desenvolvido para agilizar e unificar o trâmite de documentos judiciais e administrativos. O sistema contempla o cadastro e trâmite dos expedientes judiciais, extrajudiciais e administrativos do MPF, seja em seu formato físico ou eletrônico.

**Principais funcionalidades:** além da integração nacional do MPF, o sistema provê uma série de ferramentas para suas atividades institucionais. Documentos eletrônicos produzidos pelo editor de textos dentro do sistema, certificação digital, assinatura eletrônica, indexação textual, pautas informatizadas, integração com o sistema de processos eletrônicos do judiciário e o acesso ao sistema remotamente, são algumas das funcionalidades do sistema.

**Criticidade:** alta.

**Manutenção:** Manutenção própria. Sistema em constante evolução, sem prazo de término.

**Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade:** atualmente existem 3 riscos identificados que podem causar indisponibilidade: problemas na aplicação (defeitos), problemas nos servidores de aplicação e problemas no banco de dados.

**Medidas:** Aplicação (defeitos) - possibilidade de recuperar a versão anterior. Todas as versões são armazenadas. **Servidores de aplicação:** existem 12 servidores de aplicação que atendem o ambiente de produção. A equipe monitora o ambiente e atua em caso de defeitos, seja no MPF ou remotamente. **Banco de dados:** A equipe monitora o ambiente e atua em caso de defeitos, seja localmente ou remotamente.

### **SISTEMA NACIONAL DE PEDIDOS DO MPF / SNP 2.0**

**Objetivo:** implementar e informatizar os catálogos nacionais de serviços das secretarias



e assessorias nacionais para uma melhor gestão dos pedidos efetuados pelos usuários do MPF às respectivas secretarias e assessorias nacionais. Padronizar a forma de solicitação de serviços das secretarias e assessorias nacionais, padronizando os tipos de serviços disponíveis aos membros e servidores do MPF, com base nos catálogos nacionais, buscando a redução do tempo de resolução de incidentes e problemas, por meio do uso de uma base de conhecimentos, possibilitar a implantação de política de acordo de nível de serviço.

Principais funcionalidades: catálogos nacionais eletrônicos. Controle de demandas e atendimento de pedidos. Módulo para nacionalização de atendimento de demandas. Controle de acordo de nível de serviço. Funcionalidade para apuração de nível de satisfação de atendimento (avaliação de pedidos). Painel nacional de estatísticas de serviços por secretaria/catálogo/grupos de atendimento/técnicos, etc.

Criticidade: média.

Manutenção: somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada no *datacenter* da PGR, rodando em máquinas virtuais com redundância de fontes, discos. Há procedimento diário de *backup* de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade.

## **SISTEMA DE CONTROLE DE TELEFONIA / CONTEL**

Objetivo: apoiar a gerência dos contratos de telefonia fixas e móveis do ministério público federal junto às respectivas operadoras, controlando as linhas telefônicas e dispositivos adquiridos ou fornecidos em regime de comodato dos contratos. Permite ainda a auditoria das contas telefônicas verificando a conformidade contratual, rateio das despesas de telefonia entre os membros e servidores usuários do serviço bem como a geração de informação para subsidiar glosas em faturas, em caso de cobranças indevidas.

Principais funcionalidades: cadastrar contrato com a operadoras; cadastrar cláusulas contratuais; baixar eletronicamente contas das operadoras e retarifamento de contas; comparar valores cobrados com a simulação; gerar relatório para subsidiar contestação e glosas de valores indevidamente cobrados; identificar ligações particulares e não

autorizadas; enviar contas para rateio, caso haja ligações particulares e/ou não autorizadas ou valores excedido em contas; cadastrar titularidade dos usuários; imprimir GRU para pagamentos; e registrar e acompanhar pagamentos de GRU.

Criticidade: média

Manutenção: somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está em fase de migração para o datacenter da PGR. Há procedimento diário de backup de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade do serviço.

## **SISTEMA CIDADÃO**

Objetivo: o Sistema Cidadão é um canal único de comunicação do cidadão com o MPF. Ele visa simplificar o registro de manifestações (elogios, denúncias, reclamações, pedido de informação, entre outros) de responsabilidade da Ouvidoria do MPF e da Sala de Atendimento ao Cidadão.

Principais funcionalidades: cadastro de manifestação; acompanhamento do andamento da manifestação; complemento de informações solicitadas pelo atendente; cadastro do cidadão (visa facilitar o cadastro e acompanhamento das manifestações do cidadão); acompanhamento processual de documento do Sistema Único (sistema *push*); módulo interno do atendente; consulta das manifestações dos setores; funcionalidades em lote (assumir, designar, encaminhar); encaminhamento interno para outros setores que utilizam o Sistema Cidadão; solicitação de informação ao manifestante; envio de *e-mails* ao manifestante; geração de documento no Sistema Único; manutenção de algumas tabelas utilizadas pelo sistema.

Criticidade: alta.

Manutenção: em caso de erros estes deverão ser encaminhados à SEJUD que deverá fazer a devida triagem a fim de verificar o devido encaminhamento para a solução. Já as solicitações de alterações do sistema deverão ser encaminhadas as áreas negociais para análise e posterior solicitação à equipe de desenvolvimento do sistema. As manutenções são realizadas em data previamente agendadas, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada no datacenter da PGR, rodando em máquinas virtuais com redundância de fontes, discos. Há procedimento diário de backup de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade do serviço.

## **APTUS**

Objetivo: O APTUS é uma aplicação desenvolvida para implementar o processo de gestão do conhecimento, permitindo maior flexibilidade e celeridade na realização de pesquisas textuais, gerando subsídios para atuação de membros e servidores, em todas as áreas. A busca é realizada de forma intuitiva e o usuário pode criar seus marcadores, filtros e consultas específicas, compartilhando com outros usuários, grupos ou tornando pública. Também, possibilita a identificação e mapeamento de informações em base de dados não estruturadas (íntegras).

Principais funcionalidades: Prover solução de gestão de conhecimento. Poder facilmente interagir com diversas fontes de dados (SGBDs de sistemas diversos, *Feeds* RSS, arquivos .doc, odt, xls, pdf e outros). Realizar pesquisa textual. Permitir a criação de marcadores e filtros personalizados, salvando e compartilhando pesquisas/consultas criadas pelos usuários. Gerar arquivo OCR a partir de imagens quando da indexação dos documentos.

Criticidade: média.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente nos diversos sistemas, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

## **EXTRACTUS/GCONS**

Objetivo: O EXTRACTUS/GCONS é a solução do MPF para elaboração de relatórios operacionais, de forma intuitiva, pelos usuários. Permite a criação ou modificação de relatórios já existentes, possibilitando ao usuário definir as informações a serem apresentadas e o agrupamento de acordo com as suas necessidades. Os relatórios criados

podem ser publicados nacionalmente e localmente atendendo às demandas específicas dos setores e das unidades do MPF. A aplicação independe de sistemas, podendo ser integrada a eles, o que garante a navegabilidade ao usuário.

Principais funcionalidades: Agilidade na disponibilização da informação para o usuário. Interface amigável com o usuário para criação de relatórios. Compartilhamento dos relatórios com outros usuários e publicação nacional ou local. Integração com os sistemas do MPF que utilizem o banco de dados ORACLE.

Criticidade: média.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente nos diversos sistemas, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

## **SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Objetivo: O SIG – EOF disponibiliza as informações da execução orçamentária e financeira do MPF no Portal da Transparência e para o Sistema de Gestão Administrativa do MPF. As informações do SIAFI são extraídas do sítio do Tesouro Gerencial transformadas e carregadas em banco de dados do MPF, ficando disponíveis para criação de relatórios e painéis que auxiliam a tomada de decisão.

Principais funcionalidades: Agilidade na disponibilização da informação para o usuário. Apresentar informações exigidas pelo CNMP no Portal da Transparência. Disponibilizar as informações do SIAFI para o Sistema de Gestão Administrativa do MPF (SGA). Criar relatórios operacionais e painéis que sustentem as atividades rotineiras das áreas, bem como painéis gerenciais para subsidiar a tomada de decisão.

Criticidade: média.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente no SIAFI e no Sistema de Gestão Administrativa do MPF, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

## **VITAE**

Objetivo: possibilita o armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes a assentamentos funcionais, conforme especificados e categorizados na legislação, agilizando o acesso e preservação das informações neles constantes.

Principais funcionalidades: permite cadastramento, classificação e consulta de documento digitalizado de assentamento funcional (eliminando a necessidade de guarda de cópia física); permite elaboração de certidão funcional de membro; permite acesso fácil, através do ambiente Hórus, a membros e servidores, ao conjunto de documentos que compõem seus assentamentos funcionais.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

## **ARGUS**

Objetivo: Controle dos procedimentos administrativos autuados na Corregedoria do Ministério Público Federal referentes às seguintes naturezas: acompanhamento de estágio probatório, disciplinares, correições ordinárias e extraordinárias e gestão administrativa.

Principais funcionalidades: permite o registro das várias providências tomadas em relação a cada um dos procedimentos, sendo possível, em relação a cada uma destas providências, a especificação do documento correspondente no Sistema Único; auxilia no cálculo da data final do estágio probatório de membros; permite lançamento automático de documentos de membros referentes a procedimentos disciplinares no Sistema Vitae; emissão de fichas cadastrais com dados funcionais de membros para auxílio nos concursos de promoção.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

## **FIPOL**

Objetivo: Patrocinado pela 7ª Câmara, a ferramenta FIPOL objetiva fornecer ao controle externo da atividade policial, nas modalidades difusa e concentrada, um mecanismo e uma metodologia eficiente de inspeção e análise individual e global dos Inquéritos Policiais – IPLs. A FIPOL conjuga os dados temporais dos IPLs, como a data de entrada da notícia crime na Polícia, o dia da instauração do inquérito policial, os intervalos das prorrogações até a conclusão da investigação, com as provas produzidas pela investigação policial e aquelas decorrentes da atividade administrativa de diversos órgãos da administração pública.

Principais funcionalidades: Integração com a base de dados do Sistema Único, importando dados e assim facilitando, e diminuindo, o trabalho dos usuários na entrada de dados; flexibilidade para adicionar no inquérito tipificações além das importadas do Sistema Único; vinculação de apreensões de materiais com as tipificações; geração de relatórios dos inquéritos, concluídos ou não, permitindo uma análise da efetividade da investigação, fornecendo indicativos da destinação dada ao inquérito (denunciado, declinado, arquivado), além de apontar se houve baixa para complementação de investigação e cumprimento de cota ministerial.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

## **SISTEMA DE MARCAÇÃO DE FÉRIAS**

Objetivo: o sistema visa permitir que servidores e membros solicitem e acompanhem o atendimento de suas solicitações dos períodos de férias; permitir também que tais solicitações sejam autorizadas pelos responsáveis, eliminando a necessidade de tramitação de documentos físicos.

Principais funcionalidades: operação de solicitação de período de férias; operação de solicitação de acumulação de férias; operação de autorização de solicitação de férias; consulta de todos os períodos de férias.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

## **SISTEMA GPS/HÓRUS**

Objetivo: processar, organizar e armazenar dados afetos à gestão de pessoas, emitir relatórios transacionais e integrar módulos relacionados aos temas gestão de pessoas, treinamento e desenvolvimento funcional.

Principais funcionalidades: concurso de servidores; cadastro de pessoal; registros da vida funcional (atos, afastamentos, designações, substituições, exercício cumulativo de cargos, declarações e certidões); folha de pagamento (membros, servidores e estagiários); contracheque; dirf (declaração de imposto de renda retido na fonte); rais (relação anual de informações sociais); cálculo de progressão e promoção; empréstimos consignados e associações; gestão de teletrabalho; aposentadoria; retroatividades; concurso de remoção; controle de vagas; averbação de tempo de serviço; gestão de adicionais (qualificação, treinamento), gratificações (projeto, segurança), benefícios (auxílio alimentação, transporte, pré-escolar, natalidade) e incentivos (bolsa de idiomas, pós-graduação); gestão do funpresp; gestão de treinamentos institucionais/participantes; provimento de informações aos órgãos de controle (TCU, CNMP, previdência social); gestão de unidades; processos de escolha (áreas de atuação, assentos e gabinetes); emissão de carteiras funcionais; gestão de dependentes e pensionistas; banco de talentos; gestão de acessos.

Criticidade: alta.

Manutenção: de acordo com mudanças na legislação, mudanças nos processos de trabalho, corretivas ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

## **SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA (GRIFO)**

Objetivo: gestão da frequência de servidores.

Principais funcionalidades: consolidação de marcações de ponto; contabilização de horas trabalhadas/pendentes; manutenção de jornadas; registro de ocorrências;

fechamento; tabelas de parâmetros.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

## **SISTEMA DE GESTÃO DE VIAGENS (SGV)**

Objetivo: gestão das viagens, diárias, bilhetes e deslocamentos dos membros, servidores e colaboradores eventuais.

Principais funcionalidades: solicitação, devolução e prorrogação de viagens. Revisão e autorização de viagens; gestão orçamentária de bilhetes e diárias por unidades administrativas gestoras; pagamento e publicação de viagens; comprovação de deslocamento; cadastro de colaboradores eventuais.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, de processos de trabalho ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

## **SISTEMA SAÚDE**

Objetivo: gestão de atendimentos e exames médicos, odontológicos e psicossociais.

Principais funcionalidades: exame periódico de saúde, agenda; escala; profissionais; lista de espera; exames laboratoriais; perícias; junta médica; relatórios transacionais; gestão de usuários; administração do sistema.

Criticidade: média.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, de processos de trabalho ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

## **SISTEMA DE CONCURSO DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

Objetivo: automatizar e sistematizar as fases do processo seletivo de procuradores da



República.

Principais funcionalidades: inscrição; gestão de locais de prova; controle da distribuição de candidatos; gestão de colaboradores; consulta de notas e espelhos; escolha de lotação; gestão do processo seletivo; relatórios.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, corretivas e evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

### **MPEDUC – Ministério Público pela Educação**

Objetivo: subsidiar o controle da qualidade da educação básica brasileira pelo ministério público brasileiro.

Principais funcionalidades: questionários avaliativos, parametrizações de questionários; gestão de usuários; relatórios gerenciais; telas administrativas.

Criticidade: alta.

Manutenção: corretiva e evolutiva.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

### **AMAZÔNIA PROTEGE**

Objetivo: Combater o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica brasileira.

Principais funcionalidades: Utilização de imagens de satélite e cruzamento de dados públicos para identificar áreas alvo de instauração de ações civis públicas contra responsáveis pelos desmatamentos ilegais com mais de 60 hectares registrados entre 2015 e 2016 pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe); marcação em mapa interativo das áreas alvo das ações conforme coordenadas geográficas; disponibilização para consulta pública das áreas alvo; consulta por CPF para identificar se dada pessoa física é alvo de ação civil pública instaurada pelo Amazônia Protege, com possibilidade de emissão de certidão negativa;

Criticidade: alta.

Manutenção: evolutiva e corretiva.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de

servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no datacenter da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos. A ferramenta atualmente em uso para a exibição dos dados de georreferenciamento no site é uma parceria com a Universidade Federal de Lavras. Os servidores do MPF não possuem conhecimento técnico nesta solução; há estudo em andamento para mitigar este risco.

## **SISTEMA DE AVALIAÇÃO GERENCIAL**

Objetivo: possibilitar a avaliação 360 graus de chefias e colaboradores do MPF.

Principais funcionalidades: questionários avaliativos, parametrizações de questionários; gestão de usuários; relatórios gerenciais; telas administrativas.

Criticidade: baixa.

Manutenção: corretiva e evolutiva.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no datacenter da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

## 7.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PETI E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

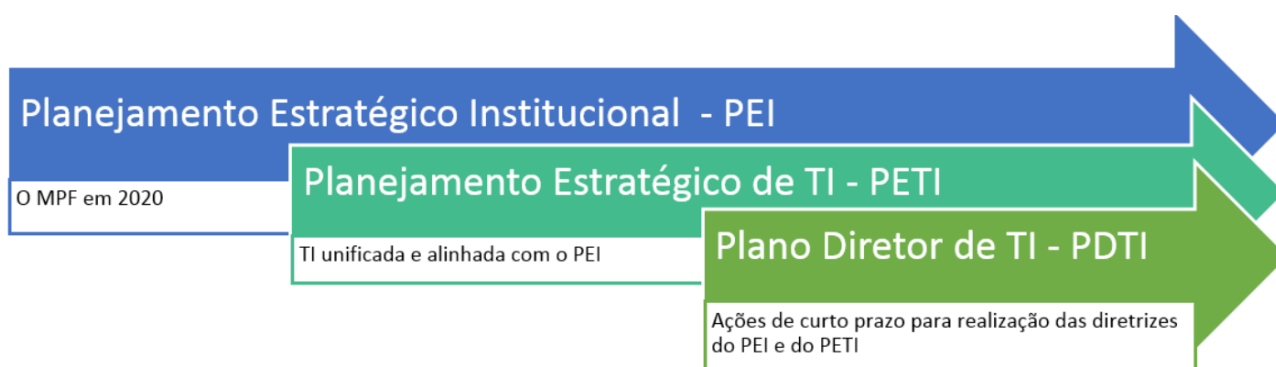
### 7.2.1 HISTÓRICO

O 1º Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2011-2020 do Ministério Público Federal (MPF) foi construído a partir do debate entre membros e servidores de todas as unidades do país. Foram 10 meses de trabalhos intensos, quando foram discutidos a missão e os valores da instituição, além de terem sido construídos, de forma conjunta, a visão de futuro e os objetivos estratégicos do MPF.

A construção do planejamento teve como base metodológica o sistema gerencial conhecido como *Balanced Scorecard* (BSC), além da realização de seminários específicos, buscando proporcionar um ambiente favorável para a exposição da diversidade e variedade de ideias, experiências e funções. A metodologia utilizada teve como finalidade traduzir os direcionamentos estratégicos, explicitados pela missão e pela visão, em objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

O projeto de desdobramento do PEI foi dividido em nove etapas, das quais as etapas 7 e 8 eram especificamente dedicadas à área de tecnologia da informação (TI). Tais etapas consistiam na elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

**Figura 7 – Relação entre PEI, PETI e PDTI.**



### 7.2.2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O PETI do MPF foi construído segundo o mesmo princípio básico que norteou a elaboração da estratégia institucional: a construção coletiva. Durante quatro eventos realizados em Brasília, os coordenadores e chefes de divisão da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, juntamente com os coordenadores de informática das unidades gestoras, participaram de dinâmicas e discussões que conduziram à elaboração do mapa estratégico de tecnologia da

informação (TI), consolidando os principais objetivos para a área até 2020.

Da mesma forma que no PEI, a elaboração do PETI utilizou a metodologia BSC.

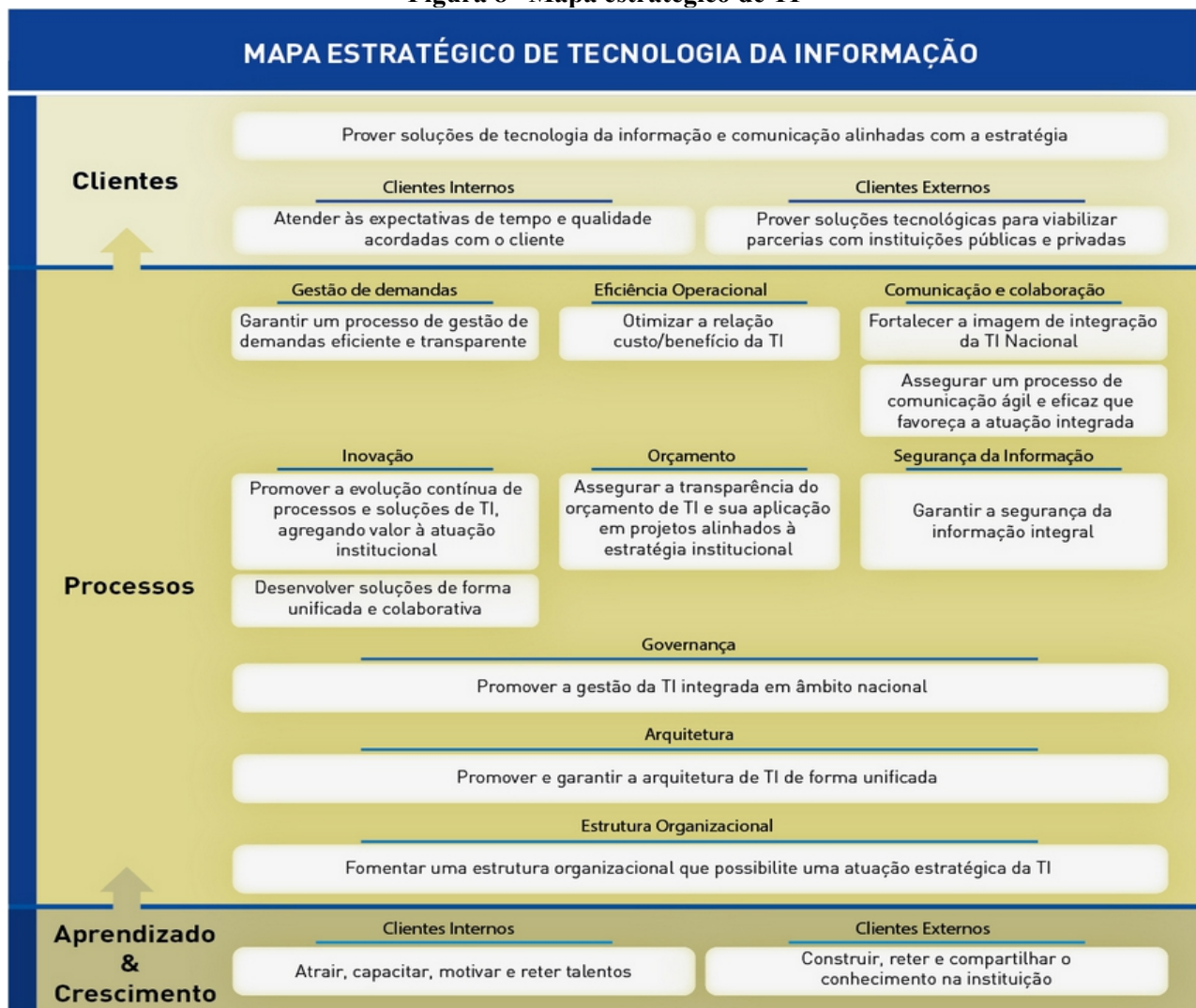
Para entender melhor o mapa, serão apresentados a seguir alguns conceitos:

- Mapa estratégico – descreve a estratégia da empresa, através de objetivos relacionados entre si e distribuídos em quatro dimensões (perspectivas).
- Objetivo estratégico – corresponde àquilo que deve ser alcançado e que é crítico para o sucesso da organização.
- Indicador – é uma ferramenta que auxiliará na medição e no acompanhamento do alcance do objetivo.
- Meta – é o nível de desempenho almejado ou a taxa de melhoria necessária.
- Perspectivas – o BSC decompõe a estratégia de uma maneira lógica, baseando-se em relações de causa e efeito, vetores de desempenho e relação com fatores financeiros. É constituído de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, nas quatro dimensões (perspectivas) de negócio, quais sejam:
  - Financeira – Como a maioria absoluta das instituições públicas, o Ministério Público Federal não visa ao lucro financeiro, razão pela qual a perspectiva financeira não aparece em seu mapa estratégico, tampouco no mapa estratégico de TI.
  - Clientes – Na maioria dos mapas estratégicos de instituições públicas, a perspectiva cliente recebe o nome de sociedade, que é a destinatária final dos serviços prestados. Assim está no mapa estratégico institucional do MPF. Já no mapa estratégico de TI, o termo clientes foi mantido, tendo em vista ser esta uma designação perfeitamente adequada para os destinatários dos serviços de TI do MPF.
  - Processos internos – Constitui-se na análise dos processos internos da organização, incluindo a identificação dos recursos e das capacidades necessárias para elevar o nível interno de qualidade. O BSC considera os processos internos de toda a cadeia de valor da empresa. O desempenho de qualquer organização perante os clientes é determinado pelos processos, decisões e ações desenvolvidas no seu interior.
  - Aprendizado e crescimento – O objetivo desta perspectiva é oferecer uma infraestrutura que possibilite a consecução de objetivos ambiciosos nas outras perspectivas. A habilidade de uma organização de inovar, melhorar e aprender

relaciona-se diretamente com seu valor. Essa perspectiva apresenta objetivos voltados à capacidade dos funcionários, dos sistemas de informação e à motivação e ao alinhamento.

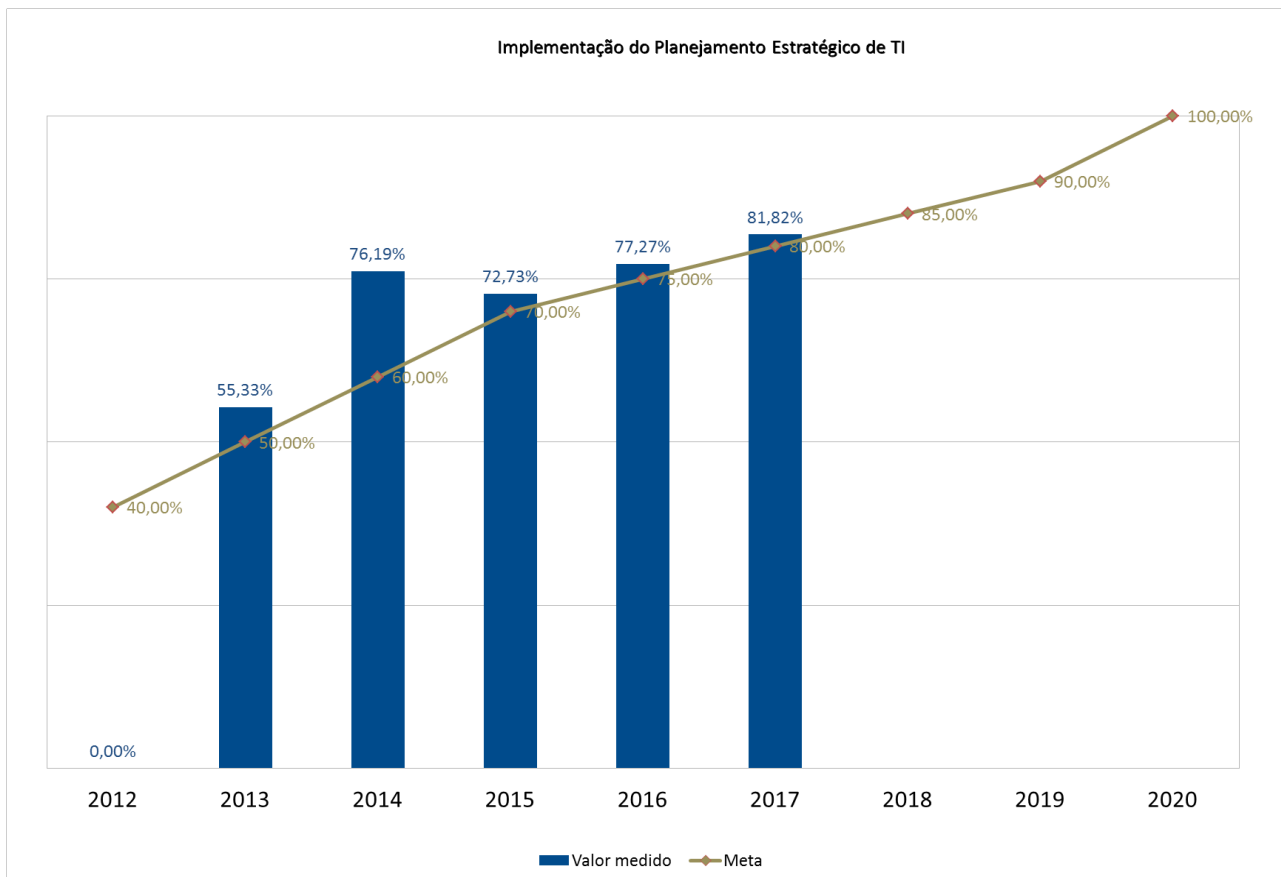
O mapa estratégico de TI do MPF, assim como o resultado consolidado do PETI, podem ser consultados na internet, no endereço <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-peti>.

**Figura 8– Mapa estratégico de TI**



Cada um dos objetivos de TI possui um ou mais indicadores. Esses indicadores foram elaborados em 2011, em uma conjuntura diferente da vivenciada em 2017. Por isso, já está previsto um processo de revisão e atualização deles (vide principais deliberações do SETI). O gráfico a seguir apresenta a evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI.

**Figura 9 - Evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI**



### 7.2.3 O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

No Ministério Público Federal (MPF), o instrumento que desdobra o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o nível tático é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

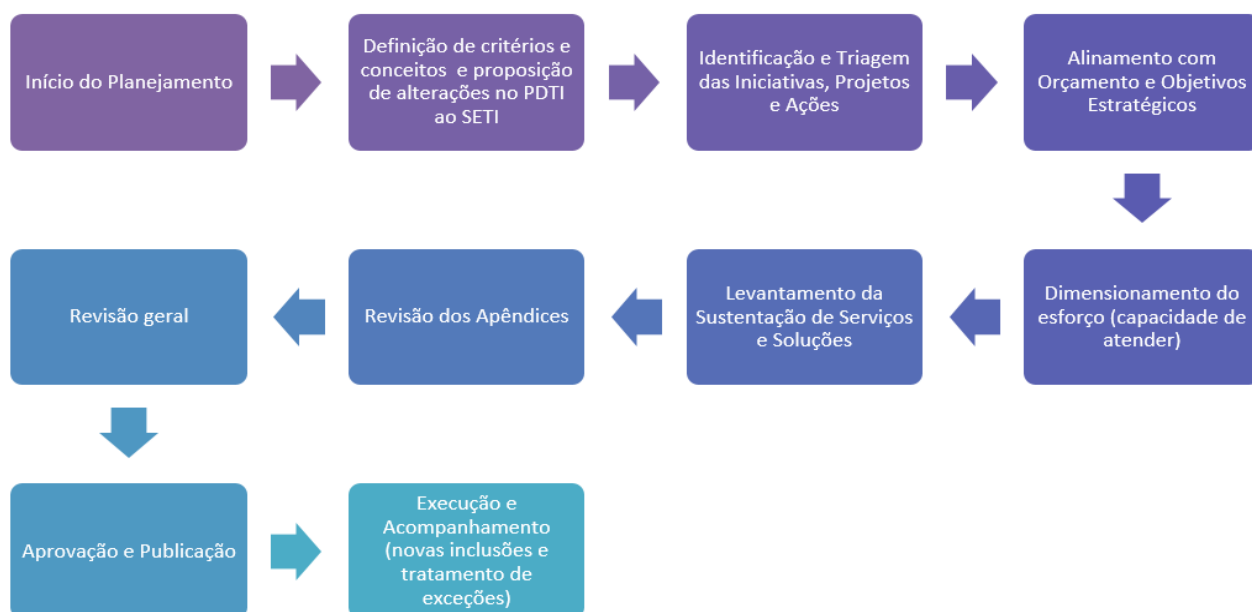
O PDTI para o biênio 2016/2017 foi organizado em seis capítulos, sendo que os dois primeiros tratam da apresentação e metodologia, que servem de embasamento teórico para o entendimento do documento. Os capítulos seguintes detalham o planejamento de projetos, iniciativas e ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a sustentação de serviços e soluções de TIC, o planejamento orçamentário TIC e os resultados dos planos anteriores.

Em seguida, são apresentados os apêndices com informações complementares, como a lista de aquisições e contratações nacionais, o quadro de pessoal, informações sobre as estruturas de TIC Nacional e ações de governança.

A versão final 2016/2017 do PDTI encontra-se em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-peti/pdti-2016-2017-v1.17>. Nesta versão final, estão as atualizações dos projetos, iniciativas, ações, contratações e adequações a políticas que foram realizados taticamente pela TIC do MPF neste biênio.

O processo de elaboração do PDTI observa algumas etapas e procura um alinhamento direto com a gestão de demandas de TIC do MPF, descrita a seguir.

**Figura 10 – Processo de elaboração do PDTI**



Cada edição do PDTI contempla um biênio, com previsão de atualização anual. As

revisões e alterações no documento são publicadas na Internet diretamente como apêndices, onde constam as assinaturas das autoridades competentes, conforme aprovação e priorização, seguindo o fluxo de demandas. As prioridades são alinhadas com as instâncias de governança definidas no Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança do MPF (SIGE) relacionadas à gestão de projetos, uma vez que todos os projetos institucionais do MPF devem passar pela avaliação de tais instâncias. Sendo assim, as revisões ocorrem após as reuniões do Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP) e do Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF).



#### **7.2.4 SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETI)**

O Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI) atua como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a tecnologia da informação.

O SETI é constituído pelos seguintes integrantes:

- um membro indicado pelo Procurador-Geral da República;
- quatro membros ou servidores indicados pelo Comitê de Gestão Estratégica;
- um membro indicado pelo Subcomitê de Gestão Administrativa; e
- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A configuração do subcomitê pode ser consultada na Internet em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/governanca/subcomite-estrategico-de-tecnologia-da-informacao/subcomite-estrategico-de-tecnologia-da-informacao>.

No mesmo endereço, também é possível acessar as atas e editais das reuniões do subcomitê. Em 2017, foram realizadas 2 (duas) reuniões ordinárias, incluindo a participação por videoconferência de forma a otimizar os custos de deslocamentos e diárias para o órgão. Dentre as deliberações, destacam-se a aprovação de realização de encontro de coordenadores de TIC com a participação do SETI para realizar a revisão do PETI e a elaboração do PDTI 2018/2019; criação de Grupos de Trabalho, GTTIs, com a finalidade de propor uma política e plano de ação para adequação do MPF à Resolução CNMP nº 171/2017 (Plano Nacional de Tecnologia da Informação) e para a revisão de normativos da área de TIC; aprovação de plano de ação para criação de Central Única de Serviços de TIC; aprovação de plano de ação para melhorias na estrutura nacional Centro de Serviços Compartilhados.

Cabe ao SETI, conforme o art. 20 da Portaria PGR/MPF nº 733/2011, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 865/2013:

- I - propôr as políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;
- II - propor o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
- III - emitir parecer sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação proposto pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos;
- IV - emitir parecer sobre as recomendações de prioridades dos investimentos em tecnologia da informação, propostas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos;

V - emitir parecer sobre as prioridades sugeridas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos para execução de projetos de tecnologia da informação;

VI - emitir parecer sobre as propostas de padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança para os serviços e produtos de tecnologia da informação emitidas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos; e

VII - emitir parecer sobre as propostas de diretrizes para a aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação emitidas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos.

### 7.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE

Conforme disposto no sítio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ([http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina\\_principal](http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal)), o PJe é um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro (Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, Federal e Estadual). O projeto é resultado da união de requisitos definidos pela Justiça Federal com as revisões empreendidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de assegurar a possibilidade de utilização nos diversos segmentos. É um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros.

Como o Ministério Público Federal (MPF) e outros órgãos do Ministério Público brasileiro e da Justiça Federal possuem soluções próprias para o trâmite de processos, foi definido o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário e do Ministério Público. Criado para facilitar a interação entre os sistemas informatizados do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia e da Defensoria Pública, essa interligação reduz custos e torna mais célere a tramitação dos processos judiciais. O MNI foi instituído pelo Acordo de Cooperação nº 58/2009 e tornado compulsório pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03.

No MPF, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) por meio da integração do Sistema Único com os Sistemas das instâncias superiores e regionais da Justiça Federal, via protocolo estabelecido no MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), tem sido tratada sob a forma de projetos. Em 2016, o **projeto P0125 - Processo Eletrônico – Fase 4** foi finalizado. Seu escopo abarcava a integração entre o Sistema Único do MPF e os sistemas de PJe dos tribunais federais, para trânsito eletrônico dos processos judiciais, utilizando o protocolo estabelecido no MNI. Era escopo dele, também, a evolução da solução de processo eletrônico então existente no MPF, no que diz respeito a sua infraestrutura: foi modelada uma infraestrutura unificada para abranger as então distribuídas instâncias virtuais que suportavam o PJe nas diversas procuradorias.

Entretanto, este projeto tinha como premissa o término da implantação do PJe nas instâncias da Justiça Federal no final de 2016, o que não ocorreu. Devido a estes atrasos no cronograma de implantação da Justiça, algumas integrações não foram entregues neste projeto. Elas foram, então, incorporadas no escopo de um novo projeto, o **P0176 - Sistema Único 2017**, e entregues, desta feita, conforme o planejado.

Como resultado de ambos os projetos, salienta-se que o percentual de unidades do MPF com integração com as 3 operações<sup>4</sup> do MNI, até o final de 2017, foi de 88,8%. Entretanto, também

---

<sup>4</sup>As três operações definidas no MNI são: consultarAvisosPendentes, consultarTeorComunicacao e consultarProcesso.

é importante frisar que os 12,2% restantes possuem pelo menos 1 operação do MNI em funcionamento, ou seja, já existe, efetivamente, integração de 100% das unidades do MPF com a Justiça Federal.

## **8 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

---

O compromisso com a sustentabilidade é uma prática que vem se fortalecendo na Administração Pública. Programas como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, vêm ampliando a cada dia o número de instituições que passam a adotar postura sustentável em suas atividades. E o Ministério Público Federal se insere nesse cenário uma vez que, em sua atuação institucional, suas operações geram impactos ambientais, sociais e econômicos que influenciam nas comunidades onde suas unidades estão instaladas.

Como órgão que tem entre suas atribuições a defesa do meio ambiente, é importante que se desenvolva internamente a postura sustentável nas ações realizadas, alinhando “o que se defende com o que se pratica”.

Desta forma, por meio da Portaria PGR/MPF nº 923, de 18 de dezembro de 2013, o Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (SGS) foi instituído como o modelo de atuação institucional integrado à Gestão Sustentável.

A referida portaria prevê que, estruturalmente, o SGS/MPF é integrado pelos Programas de Gestão Socioambiental (PGS) das Unidades e que estes serão implementados em conformidade com os requisitos estabelecidos e regulamentados pelo Manual do Sistema.

Neste sentido, em 15/05/2017, por meio da Portaria SG/MPF nº 461, foi aprovado o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF onde foram concentradas as orientações necessárias à elaboração dos PGS com a finalidade de unificar as iniciativas e práticas do gerenciamento sustentável da Instituição, alinhado à legislação vigente.

Cumprir destacar que o PGS é instrumento equivalente ao Plano de Logística Sustentável instituído pelo Decreto nº 7746/2012, disciplinado pela IN SLTI/MPOG nº 10/2012.

Na Procuradoria Geral da República, por força do estabelecido no Manual do SGS, por meio da Portaria SG/MPF nº 809, de 16 de agosto de 2017, foi constituído o Comitê Local de Gestão Socioambiental (Ecotime), equipe multidisciplinar responsável por, entre outras, assegurar o planejamento, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua do Programa de Gestão Socioambiental.

Preliminarmente, o Ecotime elaborou e apresentou o Diagnóstico Socioambiental da PGR que permitiu uma ampla visão situacional da gestão sustentável na unidade. A partir desse documento, foi elaborada a minuta do Programa de Gestão Socioambiental, atualmente aguardando deliberação da Secretaria Geral do MPF. Ressalta-se que embora pendente de regulamentação as diretrizes socioambientais, especialmente às relacionadas a contratações sustentáveis estão sendo

implementadas em consonância com o Guia do MPF, publicado em 2016. No que tange ao uso racional dos recursos e bens públicos e do descarte adequado de resíduos, mantém-se periodicamente campanhas de educação, conscientização e sensibilização do público interno e externo.

A PGR promoveu, em 2017, o projeto “Carona Solidária”, que por meio da disponibilização de vagas privativas na garagem, busca incentivar membros e servidores a adotarem alternativas de transporte que contribuam com a mobilidade sustentável. Por fim, com o intuito de criar um banco de dados da gestão socioambiental, bem como dar transparência às ações e práticas da instituição, foi implantado o Módulo de Gestão Socioambiental no Sistema de Gestão Administrativa que agrega e consolida, nacionalmente, as informações de sustentabilidade do MPF.

Por fim, cumpre ressaltar, ainda, que o MPF já adota as iniciativas necessárias para o cumprimento do que dispõe o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 com a edição do “Guia de Contratações Sustentáveis do MPF” e com a implantação do Sistema de Compras Compartilhadas do MPF que adotam os princípios e diretrizes das normas retrocitadas.

Ademais, de acordo com a análise dos dados, 32 Unidades do MPF observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, e 26 realizam a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006 e pode ser observado nos **Anexos A e B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade.**

## **8.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

Depreende-se da análise dos dados que todas as Unidades do MPF adotam critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, perfazendo um total de 390 (trezentos e noventa) contratos realizados em 2017, com tais critérios, conforme **Anexo ao item 8.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.**

## 9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

---

### 9.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os dois principais canais de acesso ao cidadão que o Ministério Público Federal (MPF) oferece são as Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) e a Ouvidoria do MPF.

As SACs, coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), sob a supervisão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), foram instituídas pela Portaria PGR/MPF nº 412/2013 e têm como principais atribuições: receber notícias de irregularidades, representações, solicitações de informação, requerimentos, entre outras demandas formuladas pelo cidadão, realizando a triagem e o encaminhamento aos órgãos competentes do MPF; realizar as atribuições inerentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); fornecer informações a respeito de distribuição e localização de procedimentos e processos aos advogados e cidadãos interessados; emitir certidões de existência ou não de autos extrajudiciais e processos administrativos em que aparece o nome do interessado, mediante requerimento e apresentação de documento pessoal e/ou procuração, em caso de pessoa física, e contrato social e/ou procuração, em caso de pessoa jurídica; e receber os pedidos de vista e/ou a cópia de autos em trâmite na unidade e encaminhar ao gabinete ou setor responsável.

A Ouvidoria do MPF, por sua vez, é um órgão de controle interno integrante da Administração Superior do MPF, com assento no Comitê de Gestão Estratégica da Instituição, ao qual se atribuiu a missão de promover a qualidade das atividades desempenhadas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como de fomentar a participação dos cidadãos e cidadãs, de organismos da sociedade civil e de outras entidades no dia a dia da Instituição.

Os *sites* institucionais também mostram-se como um canal para viabilizar o acesso do cidadão aos serviços, produtos e informações prestados pelo MPF. Nesse contexto, a título exemplificativo, podemos citar o Portal MPF, o site da Turminha do MPF e o Portal da Transparência.

O Portal MPF é um importante canal de comunicação, pois reúne em um ambiente único diversas informações institucionais, por exemplo, as páginas das unidades administrativas do MPF. A arquitetura do conteúdo foi desenvolvida para facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados pela Instituição.

O site da Turminha do MPF, por sua vez, é um canal dirigido a um público diferenciado: o público infantojuvenil. Por meio da página, os usuários, especialmente as crianças, podem encaminhar perguntas à Instituição. Não se trata de um canal para recebimento de denúncias, mas



sim um espaço com conteúdo de cunho educativo.

Já o Portal da Transparência tem como objetivo principal dar cumprimento à Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação. Nessa página é possível acessar documentos e dados relacionados à atuação funcional, compras, contratos, licitações, despesas com pessoal, gastos com diárias e passagens, servidores, previsão orçamentária e aplicação dos recursos financeiros, entre outros.

### **9.1.1 OUVIDORIA**

#### **MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS, FINALIZADAS E ENCAMINHADAS**

No ano de 2017, a Ouvidoria do Ministério Público Federal (MPF) recebeu e processou 7.526 manifestações. Desse total, 1.375 foram finalizadas na Ouvidoria e 6.150 foram encaminhadas às Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs), setor responsável por distribuir às unidades do MPF as manifestações que tenham por objeto a atividade-fim da Instituição. Entre as manifestações processadas na Ouvidoria no exercício de 2017, restou 1 manifestação pendente de providências para 2018.

Quanto à evolução anual das manifestações recebidas na Ouvidoria, levando-se em conta a criação da Ouvidoria do MPF em meados de outubro de 2012, naquele ano foram recebidas 478 manifestações; em 2013, houve um aumento considerável, culminando em 5.127 manifestações, seguidas de 5.718 em 2014, 9.075 em 2015 e uma evolução exponencial no ano de 2016, com o quantitativo de 15.901 manifestações recebidas. Já em 2017 a Ouvidoria do MPF recebeu e tratou 7.526 manifestações. Essa redução pode ser justificada pelos esforços para condução do cidadão diretamente ao canal adequado da SAC, conforme o caso. Ademais, o crescimento constante do número de manifestações de atribuição da Ouvidoria demonstra o seu fortalecimento institucional.

#### **TIPOS DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA**

Primeiramente, cumpre esclarecer que com a publicação das Resoluções CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016 e nº 180, de 7 de agosto de 2017, que alteraram a Resolução CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013, a qual dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências, a Ouvidoria do MPF, no sentido de adequar-se às referidas normas, atualizou seus tipos/classes de manifestações. Assim, atualmente, tem-se as seguintes classes: Representação, Reclamação, Crítica, Sugestão e Elogio.

Cada manifestação recebida é classificada em um determinado tipo/classe conforme seu conteúdo. Sendo assim, do total de manifestações finalizadas na Ouvidoria, em 2017, a partir das

alterações trazidas pelas Resoluções CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016 e nº 180, de 7 de agosto de 2017, ressalta-se que grande parte refere-se a “Reclamação”, com 587 ocorrências (42,7%); seguida de “Representação”, com 342 ocorrências (24,9%); de “Crítica”, com 159 ocorrências (11,6%); de “Elogios”, com 149 (10,8%) ocorrências; e de “Sugestão”, com 138 (10%) ocorrências.

**Quadro 41 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Reclamação	587	42,7%
Representação	342	24,9%
Crítica	159	11,6%
Elogio	149	10,8%
Sugestão	138	10%
<b>Total</b>	<b>1.375</b>	<b>100%</b>

## **MANIFESTAÇÕES FINALIZADAS NA OUVIDORIA**

Entre as 1.375 manifestações de 2017, 939 (68,3%) versaram sobre matérias de atribuição da Ouvidoria (diz respeito às manifestações acerca das atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, conforme os termos da Portaria PGR/MPF nº 519/2012); 359 (26,1%) foram classificadas como “arquivamento sumário” (diz respeito às seguintes manifestações: em duplicidade, impossíveis de compreensão dos fatos narrados e aquelas com uso de linguagem imprópria e ofensiva); 57 (4,1%) como “falta de atribuição” (são aquelas manifestações alheias às atribuições da Ouvidoria e do Ministério Público Federal) e 20 (1,5%) como “atribuição do MPF” (diz respeito às manifestações que não são de atribuição da Ouvidoria, mas que ensejam a atuação do MPF).

**Quadro 42 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo de Finalização**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Atribuição da Ouvidoria	939	68,3%
Arquivamento sumário	359	26,1%
Falta de atribuição	57	4,1%
Atribuição do MPF	20	1,5%
<b>Total</b>	<b>1.375</b>	<b>100%</b>

## **ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS NA OUVIDORIA**

Do total de manifestações finalizadas na Ouvidoria, extraiu-se, conforme a taxonomia de assuntos estabelecida pela Resolução nº 153/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o quadro a seguir, que relaciona de forma decrescente os assuntos mais demandados:

### Quadro 43 – Assuntos mais recorrentes

Assunto	Recebidas
Atuação de Membros e Servidores	643
Outros	355
Administração e funcionamento do Ministério Público	299
Crimes	34
Concurso Público	23
Consumidor	6
Acessibilidade	5
Serviços Públicos	4
Improbidade Administrativa	2
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1
Eleitoral	1
Infração Disciplinar de Membro ou Servidor	1
Lei de Acesso à Informação	1
<b>Total</b>	<b>1.375</b>

### ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES ÀS UNIDADES DO MPF PELA OUVIDORIA

As manifestações recebidas na Ouvidoria, que não são de sua atribuição, são encaminhadas às unidades do MPF, levando em consideração a jurisdição ou o local do fato relatado pelo manifestante. Em 2017, elas totalizaram 6.150. Desse total, as cinco unidades do MPF que mais receberam manifestações encaminhadas pela Ouvidoria foram a Procuradoria da República no Rio de Janeiro, com 1.087 (17,7%); seguida da Procuradoria da República em São Paulo, com 975 (15,9%); da Procuradoria da República em Minas Gerais, com 716 (11,6%); da Procuradoria da República no Distrito Federal, com 545 (8,9%) e da Procuradoria da República na Bahia, com 338 (5,5%). As demais unidades somam 2.489 manifestações encaminhadas ou 40,4%.

### MEIOS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA

O meio mais utilizado para recebimento de manifestações na Ouvidoria foi o formulário eletrônico. O formulário representou, em 2017, 97,7% do total de demandas recebidas. O restante, soma aproximadamente 2% das manifestações cadastradas.

Ressalte-se que, para evitar a falta de padronização na identificação do cidadão e na descrição dos fatos, a Ouvidoria não disponibiliza seu correio eletrônico para o recebimento de demandas. No entanto, em razão de acordo com as Ouvidorias do Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público de Santa Catarina, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público de São Paulo, Ministério Público do Paraná, Ministério Público do Rio Grande do Sul e Conselho Nacional do Ministério Público, o *e-mail* passou a ser utilizado no recebimento de

demandas oriundas dessas instituições.

**Quadro 44 – Percentual de manifestações por meio de recebimento**

<b>Meios de Recebimento</b>	<b>Percentual</b>
Internet	97,7%
<i>E-mail</i>	1,2%
Telefone	0,1%
Carta	0,7%
Presencial	0,4%

## **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA**

No intuito de manter a qualidade dos serviços prestados, identificar e corrigir eventuais falhas no processo de trabalho, a Ouvidoria conta com um formulário de pesquisa de satisfação implantado em seu sistema. Tal pesquisa consiste em um formulário com perguntas curtas, que ajudam a qualificar os serviços dispensados aos manifestantes, considerando a ótica do cliente/manifestante em relação a sua satisfação. Cumpre esclarecer que a pesquisa de satisfação é encaminhada ao manifestante após a finalização de sua demanda, sendo esta preenchida de forma discricionária pelo cidadão.

Em 2017, foi enviado 1.375 convites com o *link* para o preenchimento do formulário de pesquisa de satisfação, sendo recebidas apenas 117 respostas, ou seja, 8,5% do total.

O formulário possui cinco perguntas objetivas e um espaço livre para comentários. As perguntas avaliam a satisfação quanto à clareza e conteúdo das respostas, tempo de finalização, atendimento prestado e o resultado final da demanda, de acordo com a escala: **1- Totalmente Insatisfeito, 2- Insatisfeito, 3- Satisfeito e 4- Totalmente Satisfeito.**

A pesquisa de satisfação conta com 3 (três) perguntas voltadas ao serviço prestado pela Ouvidoria, 2 (duas) perguntas relacionadas ao resultado da manifestação e um campo livre para observações. Assim, o manifestante escolhe a nota de 1 a 4, conforme a escala supracitada e, no campo “observações”, poderá redigir algo que entenda relevante.

Todas as pesquisas de satisfação são analisadas individualmente e, se for o caso, providências são tomadas para mitigar ou eliminar eventual insatisfação do manifestante.

Segue abaixo o modelo das perguntas que são encaminhadas aos manifestantes:

### **Em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria:**

1. As informações fornecidas pela Ouvidoria foram claras, com utilização de linguagem compreensível e objetiva?
2. Todos os itens de sua manifestação foram respondidos?

3. Você ficou satisfeito(a) com a atuação da Ouvidoria?

**Em relação ao resultado da manifestação:**

1. Você ficou satisfeito(a) com o resultado ou desfecho de sua manifestação?

2. O resultado ou desfecho de sua manifestação foi satisfatório?

Na análise dos dados, considerou-se 100% de satisfação as pesquisas realizadas com a pontuação máxima, ou seja, “4-Totalmente Satisfeito”, sendo realizada uma regra de três para as pontuações inferiores a 4.

Segue abaixo as porcentagem aferidas a partir de maio de 2017.

**Quadro 45– Grau de Satisfação por mês**

<b>Mês/Ano</b>	<b>Média acumulada do Grau de Satisfação</b>
Janeiro/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito 2,2 , valor que encontra-se entre <b>2-INSATISFEITO</b> e <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em janeiro de 2017 ficou em <b>55% de satisfação</b> .
Fevereiro/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito 2,7 , valor que encontra-se entre <b>2-INSATISFEITO</b> e <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em fevereiro de 2017 ficou em <b>67,5% de satisfação</b> .
Março/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito 2,8 , valor que encontra-se entre <b>2-INSATISFEITO</b> e <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em março de 2017 ficou em <b>70% de satisfação</b> .
Abril/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito 2,7 , valor que encontra-se entre <b>2-INSATISFEITO</b> e <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em janeiro de 2017 ficou em <b>67,5% de satisfação</b> .
Mai/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em maio de 2017 ficou em <b>85,7% de satisfação</b> .
Junho/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito <b>3-SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em junho de 2017 ficou em <b>84,6% de satisfação</b> .
Julho/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito <b>3,6</b> , valor que encontra-se entre <b>3-SATISFEITO</b> e <b>4-TOTALMENTE SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em julho de 2017 ficou em <b>90% de satisfação</b>
Agosto/2017	A média dos serviços prestados pela Ouvidoria e a média dos resultados da manifestação obtiveram o conceito <b>3,2</b> , valor que encontra-se entre <b>3-SATISFEITO</b> e <b>4-TOTALMENTE SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em agosto de 2017 ficou em <b>80% de satisfação</b>

<b>Mês/Ano</b>	<b>Média acumulada do Grau de Satisfação</b>
Setembro/2017	A média em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria e a média em relação ao resultado da manifestação obtiveram o conceito <b>3,2</b> , valor que encontra-se entre <b>3-SATISFEITO</b> e <b>4-TOTALMENTE SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em setembro de 2017 ficou em <b>80% de satisfação</b> .
Outubro/2017	A média em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria e a média em relação ao resultado da manifestação obtiveram o conceito <b>3</b> , valor que corresponde a <b>SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em outubro de 2017 ficou em <b>75% de satisfação</b> .
Novembro/2017	A média em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria e a média em relação ao resultado da manifestação obtiveram o conceito <b>3,6</b> , valor que encontra-se entre <b>3-SATISFEITO</b> e <b>4-TOTALMENTE SATISFEITO</b> . Quanto à porcentagem acumulada, a meta em novembro de 2017 ficou em <b>90% de satisfação</b> .
Dezembro/2017	A média em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria e a média em relação ao resultado da manifestação obtiveram o conceito <b>2,8</b> , valor que encontra-se entre <b>2-INSATISFEITO</b> e <b>3-SATISFEITO</b> .. Quanto à porcentagem acumulada, a meta em dezembro de 2017 ficou em <b>70% de satisfação</b> .
<b>Média Simples Anual (2017)</b>	<b>76,3% de satisfação</b>

Mesmo diante dos resultados positivos, nota-se que as insatisfações são indicadores importantes, pois revelam aspectos do serviço que precisam ser aperfeiçoados. No entanto, percebe-se que os resultados negativos, muitas vezes, são alcançados por fatores alheios à qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria. Como exemplo, citam-se as demandas que são replicadas diversas vezes no sistema, com o mesmo teor e o mesmo manifestante que, por não se sentir satisfeito com o resultado obtido após a finalização de sua demanda, acaba por abarrotar negativamente a pesquisa.

Nesse sentido, também podemos citar como exemplo casos abarcados pela autonomia e independência funcional de membros e órgãos do MPF, como meras irrisignações ou insatisfações com atos objeto de procedimentos extrajudiciais e inquéritos (declínios de atribuição, promoções de arquivamentos e conduções de investigação), contra os quais não tem atuação ou a Ouvidoria do MPF não pode interferir.

Ainda neste contexto, a utilização do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – ISO 9001:2015, gerido pela Coordenadoria de Pesquisas e Projetos da Ouvidoria do MPF, prevê aperfeiçoamentos periódicos do formulário de avaliação da satisfação, para que os resultados possam mapear com mais objetividade e precisão a satisfação ou insatisfação do manifestante, no que tange à qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria.

## 9.1.2 SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

### EVOLUÇÃO DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O MPF conta, atualmente com 208 salas de atendimento ao cidadão em funcionamento. Nesse quantitativo, estão incluídas a sala da Procuradoria-Geral da República (situada no DF) e as salas das Procuradorias Regionais da República (situadas no DF, RJ, SP, RS e PE).

Desse total, 180 salas de atendimento apresentam estrutura física própria e adequada aos padrões de acessibilidade estabelecidos. Importa esclarecer que se considera como “SAC em funcionamento” quando o serviço de atendimento é prestado à sociedade, ainda que não possua estrutura física própria, acessível.

**Quadro 46 – Distribuição das salas de atendimento ao cidadão instaladas no MPF**

Estado	Total de edificações	Quantidade de edificações com Sala de Atendimento ao Cidadão Instalada
AC	2	2
AL	2	2
AM	4	3
AP	1	1
BA	12	9
CE	6	6
DF	6	3
ES	5	5
GO	4	4
MA	5	4
MG	18	13
MS	7	5
MT	5	4
PA	8	4
PB	6	5
PE	8	5
PI	6	6
PR	20	16
RJ	17	14
RN	7	6
RO	3	2
RR	2	1
RS	22	15
SC	16	15
SE	4	1
SP	31	26
TO	3	3

Estado	Total de edificações	Quantidade de edificações com Sala de Atendimento ao Cidadão Instalada
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>180</b>

## PRODUTIVIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Visando demonstrar um panorama geral da produtividade das SAC's, o quadro a seguir relaciona a quantidade de manifestações recebidas, finalizadas e encaminhadas, durante o exercício de 2017. Demonstra, ademais a quantidade de manifestações em análise e o número de pedidos de informação recebidos.

**Quadro 47 – Panorama da produtividade das Salas de Atendimento ao Cidadão**

Descrição	1º Semestre de 2017	2º Semestre de 2017
Quantidade de manifestações recebidas pelas SAC's	48.804	50.495
Número de manifestações finalizadas nas SAC's	47.649	49.849
Número de manifestações encaminhadas pelos SAC's	1.196	775
Número de manifestações que se encontram em análise nas SAC's	868	610
Número de pedidos de informação recebidos	7.073	8.512

A seguir, apresenta-se um comparativo entre as manifestações finalizadas, de acordo com as categorias de manifestações, nos últimos três anos.

**Quadro 48 – Manifestações finalizadas nas Salas de Atendimento ao Cidadão por categoria**

Tipo de Manifestação	2017
Denúncia	43.132
Pedido de Informação no SIC	15.462
Pedido de Informação Processual	40.067

## AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Durante o ano de 2017, as Salas de Atendimento ao Cidadão responderam a 97.498 manifestações, das 99.299 recebidas, ou seja, 98,18% das manifestações foram respondidas. Entre os assuntos mais demandados às SAC's, encontram-se: direito à informação, agentes políticos, garantias constitucionais, direito penal, atos administrativos e concurso público/edital.

Com o objetivo de melhorar cada vez mais o atendimento prestado pelo MPF, as SAC's contam com formulário de avaliação, a partir do qual o cidadão, após o atendimento, pode qualificar o atendimento, atribuindo nota de 1 a 5, variando de “totalmente insatisfeito” a “totalmente satisfeito”, respectivamente. Levando-se em consideração as avaliações realizadas pelos usuários, durante o ano de 2017, o índice de aprovação do atendimento das Salas de Atendimento aos Cidadãos ficou em 3,21.



## 9.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Está disponível no Portal do MPF a Carta de Serviços ao Cidadão, documento que apresenta descrição, forma de acesso, prazo e padrão de qualidade dos principais serviços oferecidos à sociedade por meio da Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) e da Ouvidoria do MPF. A carta orienta o público e reforça o compromisso da Instituição com a disponibilidade e transparência de seus serviços.

O informativo ainda diferencia a função da Ouvidoria, da Corregedoria e da SAC, esclarecendo que a Ouvidoria é um canal para comunicar irregularidades praticadas por servidores e membros, já as SACs recebem demandas relacionadas à atividade-fim do MPF e pedidos de acesso à informação produzida e mantida pela Instituição. Por outro lado, a Corregedoria do MPF é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPF.

Além da versão eletrônica, é possível acessar a versão completa em PDF, disponível em [http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/carta-de-servicos-ao-cidadao/carta-de-servicos-ao-cidadao/carta\\_de\\_servicos\\_ao\\_cidadao.pdf](http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/carta-de-servicos-ao-cidadao/carta-de-servicos-ao-cidadao/carta_de_servicos_ao_cidadao.pdf).

### **9.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE**

O Portal do Ministério Público Federal (MPF) tem o objetivo de servir como uma ferramenta de acesso às informações sobre a atuação da Instituição e sobre a sua gestão. O cidadão pode acessá-lo por meio do endereço eletrônico [www.mpf.mp.br](http://www.mpf.mp.br). No menu superior da página inicial, encontram-se informações sobre a atuação judicial, extrajudicial e administrativa, bem como as áreas temáticas do órgão, sua estrutura e seu histórico, a gestão estratégica, concursos, contatos, entre outras.

No Portal, o cidadão poderá também registrar denúncias e irregularidades, acompanhar o andamento dessas e solicitar informações gerais e processuais. O caminho de acesso é de fácil visualização, podendo ser resumido pelos seguintes passos:

1. ao acessar o site mencionado anteriormente, clique no menu “Para o Cidadão”, na parte superior da página inicial;
2. entre na opção “Sala de Atendimento ao Cidadão”;
3. clique no botão “Faça a sua manifestação”;
4. preencha os dados do manifestante;
5. preencha os dados da manifestação;
6. por fim, clique no botão “Registrar manifestação”.

A cada dois anos, o MPF publica o Relatório de Resultados, apresentando os principais resultados, avanços e investimentos da gestão do período. Esse relatório pode ser encontrado na opção “Conheça o MPF”, presente no menu principal do Portal, e subnível “Gestão Estratégica” na opção “Publicações”. A última versão do referido relatório encontra-se em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/relatorio-gestao-pgr-2015-2017.pdf>.

Outra fonte disponível de informações sobre a atuação e a gestão da Instituição é o Portal da Transparência do MPF. No menu superior da primeira página do *site* do Ministério Público Federal, há a opção “Transparência”, disponível também em [www.transparencia.mpf.mp.br](http://www.transparencia.mpf.mp.br). Por meio deste *link*, é possível acessar documentos e dados relacionados à atuação funcional, compras, contratos, licitações, despesas com pessoal, gastos com diárias e passagens, servidores, previsão orçamentária e aplicação dos recursos financeiros, relatórios de prestação de contas anuais, entre outros.

As informações disponíveis no *site* são atualizadas pelas Secretarias Nacionais do MPF, e acompanhadas e monitoradas pela Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica.

Periodicamente, as informações são inspecionadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As informações do Portal da Transparência do MPF são atualizadas até o 15º dia do mês subsequente ao da competência.

Em 2017, o referido portal recebeu aproximadamente 310 mil usuários, com mais de 1,4 milhões de acessos.

Esse trabalho conjunto entre a Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica e as Secretarias Nacionais do MPF resultou numa evolução no Ranking da Transparência do CNMP, no qual o Portal da Transparência do MPF evoluiu gradativamente da 10ª para a 2ª colocação. Além disso, a Comissão Especial do Extrateto do Senado Federal, em seu Relatório Final nº 14/2016, citou o Portal da Transparência do MPF como uma referência a ser utilizada pelos demais Poderes da União.

O Portal da Transparência apresenta interface intuitiva e de fácil utilização, ratificando o interesse e comprometimento da Instituição com a atuação transparente, visando à melhor prestação de serviço à sociedade.

Ademais, a implementação do Portal da Transparência do MPF está em conformidade com Lei de Acesso à Informação (LAI) e com as Resoluções nºs 86 e 89/2012 do CNMP e, especialmente, com o princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

## **9.4 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES**

### **9.4.1 ACESSIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES**

O cumprimento da garantia de acessibilidade universal às edificações no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) segue a previsão da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004, e da Resolução nº 81/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Em consonância com a mencionada regulamentação, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) vem adotando as seguintes providências desde 2014:

- elaboração de cartilha com desenhos em perspectiva, croquis, textos explicativos, questionário de conferência, especificações e planilha orçamentária para atendimento da etapa 1 de acessibilidade, que trata do acesso ao público externo;
- publicação da Nota Técnica SEA nº 06, de julho de 2016, que estabelece as etapas e orientações para as adequações das edificações do MPF;
- elaboração de roteiro para contratação de projetos em conformidade com as normas de acessibilidade;
- todos os projetos para novas construções são analisados de acordo com as normas relacionadas a acessibilidade;
- recomendação de priorização das demandas que envolvam acessibilidade às edificações; e
- inclusão de projeto estratégico focado em acessibilidade das edificações no Planejamento Estratégico do MPF.

O plano para garantir a acessibilidade a todas as edificações do MPF foi dividido em 3 etapas, tendo em vista a necessidade de priorização orçamentária e a dimensão das intervenções técnicas. No planejamento orçamentário do MPF há um plano interno com recursos específicos para a realização das adequações nas edificações em todos os estados.

### **ETAPA 1 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES**

O objetivo da etapa 1 de acessibilidade às edificações é garantir o acesso ao público externo, isto é, aos cidadãos que procuram o MPF. Compreende a criação de uma rota acessível da calçada externa da edificação até a Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC), com a adequação de calçadas, rampas, escadas externas, estacionamentos, circulações, portas, sanitários públicos e balcões de atendimento. Esta etapa está descrita na cartilha “Acessibilidade – Diretrizes básicas

para edificações de uso público”. Também serão atendidos nesta etapa os servidores com deficiência e em exercício na Instituição. Além disso, todas as novas sedes do MPF construídas atendem à legislação pertinente.

A etapa 1 abrange as adequações nos seguintes aspectos: vagas reservadas, calçadas, piso tátil (acesso), sinalização de escadas, rampas,, plataforma elevatória, adequação de corrimãos e guarda-corpos, balcões acessíveis, portas acessíveis (entrada da edificação até a sala de atendimento ao cidadão), sala de atendimento ao cidadão, sanitários públicos acessíveis e acessibilidade para servidores em exercício.

## **ETAPA 2 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES**

Na etapa 2 de acessibilidade às edificações, o objetivo principal consiste em atender – obedecendo ao percentual de pessoas com deficiência frente à população total – às necessidades de qualquer servidor e membro que venha a ser lotado na Unidade. Para isso, complementa as adequações propostas na etapa anterior com adequação dos ambientes de uso coletivo, das demais portas, instalação de piso tátil interno onde for necessário, revisão de escadas e elevadores e aquisição de mobiliário, com percentual que atenda à legislação pertinente.

A etapa 2 abrange as adequações dos seguintes aspectos: lanchonetes, restaurantes e refeitórios; biblioteca; portas acessíveis em toda a edificação; piso tátil nos demais ambientes, quando pertinente; revisão de escadas; revisão de elevadores; e mobiliário.

## **ETAPA 3 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES**

A etapa 3 de acessibilidade às edificações tem por ideal tornar os edifícios acessíveis para todos os cidadãos, considerando as exceções da Norma Brasileira (NBR) 9050/2015, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para os casos de reforma.

A etapa 3 envolve todas as demais adequações necessárias para garantir a acessibilidade plena das edificações, considerando as exceções da Norma para os casos de reforma.

## **PROJETO ESTRATÉGICO PARA ATENDIMENTO DA ETAPA 1 DE ACESSIBILIDADE**

No segundo semestre de 2015, foi aprovado pelo Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP) do MPF o projeto “Atendimento da Etapa 1 de Acessibilidade na PGR, PRRs e PRs”, que visa concretizar a implementação dos requisitos de acessibilidade nas unidades do MPF situadas nas capitais dos estados e em Brasília, com o objetivo posterior de multiplicar o conhecimento para que servidores de cada unidade atendida sejam capazes de implementar as adequações nas procuradorias da República nos municípios (PRMs).

O projeto aprovado inclui treinamento, levantamento *in loco*, elaboração de especificações para contratação de projeto, análise de projeto e elaboração de especificações para contratação de reforma para atender aos requisitos de acessibilidade.

Em 2017 foram visitadas 10 unidades do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Procuradoria da República no Distrito Federal, Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, Procuradoria da República em Minas Gerais, Procuradoria da República em Roraima, Procuradoria da República no Pará, Procuradoria da República no Ceará e Procuradoria da República no Sergipe.

O prazo estabelecido no Planejamento Estratégico do MPF como meta para que todas as edificações do MPF atendam à etapa 1 de acessibilidade é até 2020.

### **EVOLUÇÃO DAS ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO EXERCÍCIO DE 2017**

Por meio dos Levantamentos Nacionais de Edificações 2016 e 2017, foi diagnosticada a evolução das adequações das edificações para atendimento da etapa 1 de acessibilidade. No levantamento são verificadas 12 exigências relacionadas à acessibilidade. Até dezembro de 2017, 25 edificações cumpriam 100% das exigências, garantindo total acesso do público externo às edificações do MPF. Em 2015, a quantidade era de 10 edificações totalmente adequadas. Em 2016 esse número subiu para 45, mas no último levantamento realizado em fevereiro de 2018 esse número caiu para 25. Em relação ao total de edificações em uso pelo MPF, o índice caiu de 19% em 2016, para 10% em 2017.

Apesar desse dado indicar uma queda significativa das edificações do MPF que atendem todos os 12 requisitos de acessibilidade, a leitura feita pela SEA é a de que o valor de 19,92% provavelmente estava alto devido à falta de conhecimento técnico dos responsáveis pela avaliação dos imóveis, muitas vezes realizada por servidores da área administrativa que podem ter interpretado a NBR-9050/2015 de forma inadequada. Em janeiro de 2016 a média de requisitos cumpridos em todas as edificações ocupadas pelo MPF era de 64% e no levantamento de 2017 foi verificado que esse percentual caiu para 58%. O motivo dessa queda segue o indício de dificuldade de avaliação por parte dos responsáveis pelo levantamento das condições de acessibilidade das edificações.

**Quadro 49 – Distribuição das edificações adequadas para atendimento da etapa 1**

<b>Estado</b>	<b>Total de edificações</b>	<b>Quantidade de edificações totalmente adequadas às exigências de acessibilidade</b>	<b>Percentual das edificações totalmente adequadas</b>
AC	2	2	100%
AL	2	0	-
AM	4	0	-
AP	1	0	-
BA	14	0	-
CE	6	0	-
DF	9	2	22%
ES	5	0	-
GO	4	0	-
MA	5	0	-
MG	23	3	13%
MS	7	0	-
MT	5	4	80%
PA	7	0	-
PB	6	0	-
PE	10	1	10%
PI	6	0	-
PR	20	1	5%
RJ	18	1	6%
RN	7	0	-
RO	3	0	-
RR	2	0	-
RS	22	0	-
SC	16	0	-
SE	5	1	20%
SP	31	8	26%
TO	3	2	67%
<b>Total Geral</b>	<b>243</b>	<b>25</b>	<b>10%</b>

#### 9.4.2 ACESSIBILIDADE DO PORTAL DO MPF

Ao longo de 2017, foram implementadas importantes soluções para o Portal do MPF no que diz respeito à acessibilidade. Novas funcionalidades foram implantadas nos meses de outubro e novembro, concluindo um complexo processo iniciado em 2016. As mudanças tiveram como objetivo principal tornar o Portal do MPF totalmente aderente ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG). Desse modo, os esforços de adequação se deram em quatro frentes:

- a) adequações de código, incorporando soluções à programação interna do Portal do MPF;
- b) disponibilização de ferramenta que traduz conteúdos digitais em Libras (VLibras);
- c) funcionalidade de varredura e preenchimento com informações padronizadas dos conteúdos já armazenados no Portal do MPF (passivo);
- d) modificações nos formulários de edição de conteúdo, com o objetivo de facilitar a alimentação de material acessível.

Vale destacar que o Portal do MPF é um importante ponto de contato com o cidadão e integra, em um ambiente com navegação unificada, informações antes dispersas em mais de 30 sítios do MPF. O referido portal foi desenvolvido na plataforma Plone, amplamente adotada por diversos órgãos da esfera federal, entre outros motivos, por ter reconhecida aderência a padrões de acessibilidade para conteúdos de internet.

A reunião de informações de diferentes plataformas, ao mesmo tempo que representou um importante avanço institucional, com impacto no relacionamento com a sociedade, mostrou-se também como um grande desafio. Especificamente, no que diz respeito à acessibilidade, destaca-se o fato de que parte do conteúdo do Portal do MPF foi migrada de sítios que originariamente não eram compatíveis em sua integralidade ao requisitos do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), o que, em casos específicos, reduzia o grau de acessibilidade de determinados conteúdos.

A partir dessas ações, o Portal do MPF alcançou notas de acessibilidade no Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios do Governo Federal (ASES) e no AccessMonitor, a partir do Web Content Accessibility Guidelines (WCAG 2.0), respectivamente, de 92,41% e 5.5.

**Quadro 50 – Acessibilidade de áreas do Portal do MPF**

URL	Nota ASES	Nota AccessMonitor
<a href="http://mpf.mp.br">http://mpf.mp.br</a>	92,41%	5.5
<a href="http://mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato">http://mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato</a>	93,3%	5.5



## 9.5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM NÚMEROS

Dentre as prioridades definidas no Planejamento Estratégico Institucional estão: a aproximação com o cidadão, o fortalecimento da imagem institucional e o fomento do relacionamento com públicos de interesse. Nesse contexto, o Portal do MPF apresenta-se como uma das principais ferramentas de comunicação com a sociedade e com a imprensa.

O acesso ao Portal do MPF cresceu ao longo de 2017. Estabelecendo um comparativo com o ano anterior, o número de acessos à página aumentou aproximadamente 43%, tendo sido visitado por quase de 1,3 milhões de usuários.

**Quadro 51 – Acessos ao Portal do MPF**

Acessos	2016	2017
Sessões	1.758.040	2.530.461
Usuários	1.085.224	1.293.257
Visualizações de páginas	4.757.469	6.758.842

Vinculado ao Portal do MPF está o Portal da Transparência criado para prestar contas à sociedade dos investimentos feitos no órgão. O Portal da Transparência do MPF consolidou-se como segundo colocado na avaliação dos portais da transparência realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). No ano passado, o site recebeu aproximadamente 310 mil usuários, chegando a mais de 1,4 milhões de acessos.

Outro canal que promove o contato institucional com a sociedade, especialmente com o público infanto-juvenil, é o site Turminha do MPF (<http://www.turminha.mpf.mp.br>.) Os temas relacionados à atuação institucional são abordados em uma linguagem apropriada a esse perfil. O site recebe cerca de meio milhão de visitas semestrais, tendo superado em 2017, a marca de 842.958 de visualizações. Por meio dessa página, os usuários podem encaminhar suas dúvidas acerca da atuação institucional. É recorrente também o pedido de materiais para a realização de pesquisas escolares.

Informações sobre o combate à corrupção também têm sido bastante acessadas com destaque para a página da Lava Jato no Portal do MPF - disponível em <http://lavajato.mpf.mp.br> - que alcançou 1.178.609 visualizações em 2017. Já a página que reúne informações sobre o combate à corrupção - disponível em <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br> - alcançou 136.586 visualizações no mesmo período.

Vale destacar que o uso da internet tem sido utilizado como uma das principais estratégias de divulgação de campanhas lançadas pelo MPF, com o objetivo de disseminar informações ao público externo e aos integrantes da instituição. Em agosto de 2017, foi lançada a campanha “Não deixe a história desaparecer, muito menos se repetir”, para divulgar o site [Brasil: Nunca Mais Digit@l](#), que disponibiliza virtualmente mais de 850 mil páginas de processos judiciais

movidos contra presos políticos durante a ditadura militar. Além disso, a campanha foi veiculada em redes sociais, cinemas, rádios e TVs públicas.

Em novembro, o MPF lançou o *hotsite* Amazônia Protege, que reúne informações sobre o projeto de mesmo nome que visa combater o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica. Com uma nova metodologia de trabalho, que utiliza imagens de satélite e cruzamento de dados públicos, o MPF instaurou ações civis públicas contra os responsáveis pelos desmatamentos ilegais com mais de 60 hectares registrados entre 2015 e 2016 pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe). No *hotsite*, está disponível para consulta do cidadão um mapa interativo com as áreas-alvo das ações do MPF. Foram quase 10 mil visualizações até o final de dezembro de 2017, atraindo 2.600 usuários.

Em dezembro de 2017, mais de 261 mil contas seguiam o perfil da PGR no Twitter. Diariamente, a conta da PGR divulga pelo menos 20 tuítes, com link direto para as principais notícias publicadas no portal da Instituição na Internet.

O MPF utilizou suas contas nas redes sociais para promover campanhas e ações de mobilização para os temas e posições defendidos pela Instituição. Em junho de 2017, foi realizada a ação digital #RetrocessoAmbientaNão, que objetivou esclarecer o público sobre os riscos presentes em Projetos de Lei e Medidas Provisórias em andamento no Congresso Nacional que trariam grandes prejuízos ao meio ambiente do país. A mobilização resultou em 11.710 tuítes, contando com a participação de 3.436 pessoas e 165 milhões de impressões no Twitter. A *hashtag* #RetrocessoAmbientaNão alcançou os *trending topics* nacionais durante o dia. A mobilização capitaneada pelo MPF também contou com a adesão de órgãos governamentais, Organizações Não Governamentais e até celebridades.

Outra importante ação de mobilização nas mídias sociais foi o Abril Indígena, que proporcionou grande repercussão no Facebook, ao longo de todo o mês, para uma temática que usualmente é pouco tratada na rede.

Alcançando esses públicos de interesse e buscando apoiar o aprimoramento da atuação institucional, também foram desenvolvidas 99 identidades visuais para projetos e eventos e lançadas 47 publicações em 2017. Entre elas, destacam-se a série de relatórios de atuação sobre crimes da ditadura, os tratados de extradição e em matéria penal, a cartilha da pesca artesanal legal, a coletânea de artigos sobre tráfico de pessoas e a cartilha “O Ministério Público e a igualdade de direitos LGTBI”.

**Quadro 52 – Tiragens das principais publicações**

<b>Publicação em Destaque</b>	<b>Tiragem</b>
Crimes da Ditadura Militar - Série Relatórios de Atuação	1.500 exemplares
Tratados de Extradicação	1.000 unidades
Tratados em Matéria Penal (3 volumes)	1.000 unidades
Cartilha Pesca Artesanal Legal	2.000 unidades
Cartilha O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBT	7.000 unidades
Coletânea de Artigos Tráfico de Pessoas	online

Ressalta-se, ainda, a realização de 97 audiências públicas durante o ano de 2017. Instrumento de atuação extrajudicial do MPF, a audiência pública é usada para levantar subsídios para a instrução de procedimentos ou inquéritos civis públicos. Uma oportunidade de aproximação direta com o cidadão, possibilitando que todos os interessados possam ter voz no trato de assuntos que atingem diretamente suas vidas. Entre os temas abordados estão: meio Ambiente; saúde (incluindo violência obstétrica/ violência sexual); segurança Pública (incluindo sistema socioeducativo); populações indígenas; educação; cidadania; ciganos e comunidades tradicionais; direitos humanos; imigrantes e refugiados.

A questão ambiental destacou-se em diversos estados, sendo a temática majoritária no Pará, em Santa Catarina e em Minas Gerais. A seguir alguns exemplos de audiências realizadas em 2017:

- Impactos ambientais das ocupações irregulares nas margens de Furnas (MPF/MG);
- Ocupação da Ilha de Porto Belo (MPF/SC);
- Mudanças de regras para uso e ocupação do solo em Santarém (MPF/PA);
- Violência obstétrica (MPF/PB);
- Demandas de pacientes renais no estado (MPF/MG);
- Audiência pública em alusão aos 100 dias da rebelião no Lar do Garoto (MPF/PB);
- Impacto ambiental indústria salina (MPF/RN);
- Segurança Pública e manifestações sociais (MPF/GO).

### **9.5.1. APERFEIÇOAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A IMPRENSA**

Além de esforços para aperfeiçoar a comunicação com a sociedade, a Comunicação do MPF tem investido no aperfeiçoamento da comunicação com a imprensa e com o público interno, conforme determina um dos objetivos estratégicos da Instituição. É fato que ao fortalecer o diálogo com a imprensa fortalece-se o diálogo com o cidadão, pois o intuito é que as informações divulgadas por meio dos veículos de comunicação sejam de fácil compreensão, fidedignas, transparentes e céleres.

Esse relacionamento com imprensa é realizado diariamente, inclusive em finais de semana. Em 2017, foram realizados quase 28 mil atendimentos à imprensa somando os esforços de todas as assessorias de Comunicação Social do MPF no país.

Para o público interno, uma importante ação de comunicação desenvolvida em 2017 foi a campanha Único Digital, que divulgou a nova metodologia de procedimentos administrativos eletrônicos para os cerca de 1.200 membros e mais de 10 mil servidores. Foram produzidas matérias para a intranet nacional, *hotsite*, vídeos, e-mails e animações, utilizando todos os nossos veículos internos de comunicação. A campanha foi realizada em módulos, conforme o sistema era implantado nas unidades do MPF em todo país, de maio a setembro de 2017.

Nos meses de março e abril, a Comunicação Interna trabalhou também para o engajamento dos integrantes da Instituição para participarem do Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, com o objetivo de levantar as fontes de bem-estar e de mal-estar no trabalho da nossa Instituição. A percepção global de membros, servidores, terceirizados, estagiários e adolescentes aprendizes do MPF é positiva em relação às condições de trabalho da Instituição. Esse foi um dos principais resultados obtidos pela pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho que teve a participação de mais de 9.500 integrantes do MPF em todo o país.

## **10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

### **10.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

O Ministério Público Federal obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), do Manual SIAFI.

Em cumprimento ao disposto nos normativos supracitados e na Orientação Contábil nº 50/2010, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, foi realizada a depreciação dos bens móveis registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, observando os prazos de vida útil econômica do ativo e de valor residual, por conta contábil, definidos na referida Macrofunção.

Por sua vez, a depreciação dos bens imóveis da UPC, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, foi registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Quanto ao cálculo da amortização de ativo intangível, informamos que foi utilizado o método das cotas constantes, observando-se a vigência contratual. Portanto, não foram amortizadas as aquisições de licenças de uso de software com vida útil indefinida, ou seja, que não possuem prazo contratual, em observância ao estabelecido no MCASP e na Orientação Contábil nº 20/2015, da AUDIN-MPU.

As avaliações e mensurações das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível, são efetuadas de acordo com o disposto na NBC T 16.10 e no MCASP, em especial, na Parte II (tópico 3 - Mensuração de Ativos e Passivos).

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2017, destacamos no quadro abaixo, as seguintes variações patrimoniais e seus respectivos valores:

**Quadro 53 – Variação Patrimonial**

<i>Variação Patrimonial Diminutiva</i>	<i>Valor R\$</i>
Depreciação de Bens Móveis	39.626.246,49
Depreciação de Bens Imóveis	23.556.860,18
Amortização de Intangível	6.950,74
<b>Total</b>	<b>63.190.057,41</b>
<i>Variação Patrimonial Aumentativa</i>	<i>Valor R\$</i>
Reavaliação de Bens Imóveis	10.131.048,98
<b>Total</b>	<b>10.131.048,98</b>

## **10.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE**

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), além de setorial orçamentária e financeira, funciona também como setorial de custos do Ministério Público Federal (MPF). Subordinada à SPO, a Subsecretaria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira (SUBCEOF) é a responsável pela organização das informações de custos da Instituição.

Os relatórios para a análise de custos no âmbito do MPF são consolidados a partir de relatórios do Sistema de Informação de Custos (SIC). São utilizados como objeto de custos as Unidades Gestoras Executoras (UGEs) que correspondem a Procuradoria Geral da República (PGR), Procuradorias Regionais da República (PRRs) e as Procuradorias da República (PRs). Já os itens de custos foram determinados a partir da classificação existente no Manual do Portal de Custos do Governo Federal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, verificáveis no site <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacoes/portal-de-custos> e elencados a seguir:

### **1. Custos de Pessoal**

Pessoal ativo

Encargos patronais

Pessoal Inativo/pensionistas

### **2. Custos Gerais**

Tecnologia da informação

Água e esgoto

Energia elétrica

Telefonia

Copa e Cozinha

Limpeza

Vigilância

Demais serviços prediais

Apoio administrativo

Serviços técnicos especializados

Serviços de saúde

Demais serviços de terceiros

Diárias

Passagens

Material de consumo

Transferências não obrigatórias

Serviços da dívida pública

Despesas de exercícios anteriores – controláveis

Demais custos controláveis

Depreciação/Amortização/Exaustão

Transferências obrigatórias

Benefícios previdenciários

Despesas de exercícios anteriores – não controláveis

Demais custos não controláveis

Aliados aos itens de custos elencados e aos dados obtidos no Tesouro Gerencial / SIC, a análise de custos do MPF utiliza os dados físicos obtidos no Portal da Transparência do MPF e em relatórios internos.

Os custos de pessoal, e os relativos a tecnologia da informação, diárias e passagens, são executados de forma centralizada e seu rateio ainda depende de alterações nos processos administrativos, operacionais e dos sistemas informatizados da Instituição. Dessa forma, a análise dos custos por objeto de gasto, pertinente a essas despesas, ainda está em desenvolvimento, para que seja possível realizar uma correlação entre as métricas físicas disponíveis e os custos registrados no SIC.

Os relatórios dos custos gerais, com exceção dos citados no parágrafo anterior, possibilitam a análise das UGEs com maiores custos, observando-se a correlação das métricas físicas disponíveis até o momento e os custos apurados.

Os custos apurados são disponibilizados aos gestores da instituição em relatório padronizado. Os resultados de 2017 são apresentados a seguir:



**Quadro 54 – Demonstrativo de custo por item****Demonstrativo dos Custos - Por Item de Custo****Ministério Público Federal - Consolidado**

R\$ 1,00

<b>Item de Custo</b>	<b>Custo Direto</b>
<b>Custos de Pessoal</b>	
Pessoal Ativo	2.518.502,085
Encargos Patronais	376.071,965
Pessoal Inativo / Pensionistas	145.901,926
<b>Custos Gerais</b>	
Serviços de Saúde	83.402.023,22
Vigilância	80.598.168,05
Demais Serviços de Terceiros	60.257.658,35
Aluguel e Condomínio	50.022.999,51
Tecnologia da Informação	41.729.901,92
Apoio Administrativo	34.760.544,59
Limpeza	29.041.920,44
Demais Serviços Prediais	27.552.598,20
Diárias	23.299.323,27
Energia Elétrica	22.745.299,34
Serviços Técnicos Especializados	14.631.208,69
Material de Consumo	12.165.003,17
Copa e Cozinha	10.833.980,59
Passagens	8.096.922,81
Telefonia	7.937.950,07
Demais Custos Não Controláveis	5.107.131,94
Água e Esgoto	3.278.034,57
Transferências Não Obrigatórias	276.310,40
Outros	272.046,90
Demais Custos Controláveis	101.081,99
Benefícios Previdenciários	11.244,00
<b>Total Geral</b>	<b>3.556.597.328</b>

### 10.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

A organização das demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, segundo as normas de regência da matéria, e os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 438/2012 (**Anexos A – E ao item 10.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas**).

A conformidade contábil das unidades gestoras do Ministério Público Federal foi realizada pela Setorial Contábil do Ministério Público da União (unidade gestora 200101 – Auditoria Interna do MPU), observando os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, o plano de contas da União, a conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, cumpre informar que os servidores responsáveis pelo registro da conformidade contábil não exerceram funções conflitantes com essa atividade, respeitando o princípio da segregação de função.

A unidade jurisdicionada Ministério Público Federal possui as seguintes unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI:

**Quadro 55 – Unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI**

<b>Código</b>	<b>Unidade Gestora</b>
200100	Secretaria de Administração – SA/MPF
380004	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF
200097	Secretaria Geral – SG/MPF
200069	Procuradoria da República no Acre
200093	Procuradoria da República em Alagoas
380005	Procuradoria da República no Amapá
200071	Procuradoria da República no Amazonas
200031	Procuradoria da República na Bahia
200082	Procuradoria da República no Ceará
200023	Procuradoria da República no Distrito Federal
200038	Procuradoria da República no Espírito Santo
200066	Procuradoria da República no Goiás
200078	Procuradoria da República no Maranhão
200064	Procuradoria da República no Mato Grosso
200040	Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul
200035	Procuradoria da República em Minas Gerais
200075	Procuradoria da República no Pará
200053	Procuradoria da República no Paraná
200087	Procuradoria da República na Paraíba
200090	Procuradoria da República em Pernambuco
200080	Procuradoria da República no Piauí

<b>Código</b>	<b>Unidade Gestora</b>
200043	Procuradoria da República no Rio de Janeiro
200085	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
200061	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
200046	Procuradoria da República em Rondônia
380006	Procuradoria da República em Roraima
200049	Procuradoria da República em São Paulo
200058	Procuradoria da República em Santa Catarina
200022	Procuradoria da República em Sergipe
200201	Procuradoria da República no Tocantins
200208	Procuradoria Regional da República – 1ª Região – DF
200045	Procuradoria Regional da República – 2ª Região – RJ
200204	Procuradoria Regional da República – 3ª Região – SP
200102	Procuradoria Regional da República – 4ª Região – RS
200207	Procuradoria Regional da República – 5ª Região – PE

Nos demonstrativos abaixo, são evidenciadas as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações (alerta ou ressalva) e a descrição das ocorrências não sanadas até o final do exercício de 2017, indicando as justificativas da não regularização.

## **DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SIAFI – 2017**

### **Quadro 56 – Unidade Gestora: 200022 – Procuradoria da República – SE**

<i>Ocorrência</i>	<i>Quantidade</i>
315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	2
700 FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
708 COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>	<b>7</b>

### **Quadro 57 – Unidade Gestora: 200031 – Procuradoria da República - BA**

<i>Ocorrência</i>	<i>Quantidade</i>
315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	4
318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	3
674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
731 ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
<b>Total</b>	<b>9</b>

### **Quadro 58 – Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República - MG**

<i>Ocorrência</i>	<i>Quantidade</i>
315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	5
316 FALTA/ATRASSO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	2
606 SDO ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	1
632 SLD ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBILIZ.	1
640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700 FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	4
708 COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	2
<b>Total</b>	<b>18</b>

**Quadro 59 – Unidade Gestora: 200038 – Procuradoria da República - ES**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	4
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
708	COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	2
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
<b>Total</b>		<b>11</b>

**Quadro 60 - Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República - MS**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
<b>Total</b>		<b>3</b>

**Quadro 61 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República - RJ**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	11
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
708	COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>		<b>14</b>

**Quadro 62 - Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região - RJ**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	4
<b>Total</b>		<b>7</b>

**Quadro 63- Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República - RO**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	7
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORT.AT.INTANGIVEL	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	4
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
<b>Total</b>		<b>18</b>

**Quadro 64 - Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República - SP**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	2
606	SDO ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
697	SALDO INVERTIDO – PASSIVO COMPENSADO	1
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
<b>Total</b>		<b>10</b>

**Quadro 65 – Unidade Gestora: 200053 – Procuradoria da República - PR**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	8
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	3
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	3
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

**Quadro 66 - Unidade Gestora: 200058 – Procuradoria da República - SC**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	7
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	1
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	2
<b>Total</b>		<b>10</b>

**Quadro 67 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria da República - RS**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
<b>Total</b>		<b>5</b>

**Quadro 68 – Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria da República - MT**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	7
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	2
632	SLD ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL.	3
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
<b>Total</b>		<b>14</b>

**Quadro 69 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República - GO**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	4
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	5
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	4
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	1
<b>Total</b>		<b>19</b>

**Quadro 70 – Unidade Gestora: 200069 – Procuradoria da República - AC**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	6
632	SLD ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
<b>Total</b>		<b>8</b>

**Quadro 71 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República - AM**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	2
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
<b>Total</b>		<b>8</b>

**Quadro 72 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República - PA**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	6
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1
697	SALDO INVERTIDO – PASSIVO COMPENSADO	2
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

**Quadro 73 – Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República - MA**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	5
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1
<b>Total</b>		<b>7</b>

**Quadro 74 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República - PI**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	11
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	2
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>		<b>18</b>

**Quadro 75 – Unidade Gestora: 200082 – Procuradoria da República - CE**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
<b>Total</b>		<b>1</b>

**Quadro 76 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República - RN**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGIVEL	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	3
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>		<b>9</b>

**Quadro 77 – Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República - PB**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	3
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVAÇÃO	2
<b>Total</b>		<b>9</b>

**Quadro 78– Unidade Gestora: 200090 – Procuradoria da Republica - PE**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>		<b>1</b>

**Quadro 79– Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República - AL**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX. NAO CONFERE C/RMA	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL SEP. AT. IMOBILIZ.	1
<b>Total</b>		<b>6</b>

**Quadro 80 – Unidade Gestora: 200097 – Secretaria Geral do MPF**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	2
<b>Total</b>		<b>2</b>

**Quadro 81 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	4
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	9
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	7
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGIVEL	1
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT. COMP.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	2
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	5
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
<b>Total</b>		<b>33</b>

**Quadro 82– Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região - RS**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
<b>Total</b>		<b>2</b>

**Quadro 83 – Unidade Gestora: 200201 – Procuradoria da República - TO**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	5
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
<b>Total</b>		<b>9</b>

**Quadro 84 – Unidade Gestora: 200204 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região - SP**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL SEP. AT. IMOBILIZ.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	2
<b>Total</b>		<b>9</b>

**Quadro 85 – Unidade Gestora: 200207 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região - PE**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	2
<b>Total</b>		<b>3</b>

**Quadro 86 – Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região - DF**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
<b>Total</b>		<b>3</b>

**Quadro 87 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	11
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	4
768	FALTA IDENTIF BENEFICIARIO CONTROLE AUX MORADIA	12
<b>Total</b>		<b>31</b>

**Quadro 88– Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República - AP**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	11
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	2
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL SEP. AT. IMOBILIZ.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
<b>Total</b>		<b>22</b>

**Quadro 89 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República - RR**

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	6
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS	1
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	5
708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVAÇÃO	4
<b>Total</b>		<b>20</b>



## DEMONSTRATIVO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS – 2017

### Quadro 90 – Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTA 123119909.	A DIVERGÊNCIA CONTÁBIL EXISTENTE ENTRE O RMB E O SIAFI DESTA PR/MS NA CONTA 123119909 REFERE-SE À DIVERGÊNCIA ACARRETADA POR ERRO NA PLATAFORMA QUE GERA OS RELATÓRIOS DE DEPRECIÇÃO ENVIADOS PELA PGR, QUE PERSISTE DESDE OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2015. TAL DIVERGÊNCIA JÁ FOI APONTADA NAS DILIGÊNCIAS CONTÁBEIS Nº 335/2015 E 86/2016. NO ENTANTO, ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO OBTIVEMOS NENHUM RESULTADO QUANTO À REGULARIZAÇÃO. ESTE SETOR DE LOGÍSTICA ESTÁ ENVIDANDO ESFORÇOS PARA SOLUCIONAR A SITUAÇÃO JUNTO À DIVISÃO DE PATRIMÔNIO DA PGR E ESTÁ REALIZANDO CONTATOS COM A SUBSECRETARIA DE SISTEMAS NEGOCIAIS DA PGR, UNIDADE RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA DE GERAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE DEPRECIÇÃO, PARA VERIFICAR AS POSSIBILIDADES DE CORREÇÃO DA DIVERGÊNCIA EXISTENTE E REGULARIZÁ-LA.

### Quadro 91 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
603	DIVERGÊNCIA ENTRE RMA X SIAFI, CONTA 115610100, ITENS 16 E 17.	A UNIDADE GESTORA NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTAS 123110101 E 123110201.	A UNIDADE GESTORA NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA.

### Quadro 92 – Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região - RJ

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTA 123119909.	1) CONTA 123119909 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS. CONFORME VERIFICADO, NÃO FOI REALIZADO NO SISTEMA ASIWEB NA CONTA 142125100 (PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS), O VALOR DE R\$ 46.016,40, REFERENTE ÀS PERSIANAS INSTALADAS NO EDIFÍCIO VALPARAÍSO - 15º ANDAR, CONFORME NS 001108 DE 21/12/2017 DO SIAFI. ISTO POSTO, CONSIDERANDO-SE A NECESSIDADE DE CORREÇÃO DE LANÇAMENTOS PRETÉRITOS, SOLICITO AUXÍLIO DESTA AUDITORIA QUANTO À OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO DEVIDO SANEAMENTO .

### Quadro 93 – Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTA 12311.99.05.	A DIFERENÇA SE REFERE A SALDO NA CONTA BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO, EM FUNÇÃO DE DOAÇÃO DE VEÍCULO EFETUADA PELA PR/SP AO EXÉRCITO EM DEZEMBRO/2017, MAS RECEBIDA CONTABILMENTE PELO BENEFICIÁRIO APENAS EM JANEIRO/2018. TAL RECEBIMENTO FOI SOLICITADO EM 18/12/2017, VIA E-MAIL, AO RESPONSÁVEL PELOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DO COMANDO DA 2ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO EM SÃO PAULO, 1º SARGENTO FÁBIO SILVA.

**Quadro 94 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria República – RS**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAF X RMB, CONTA 12311.03.03.	(...) TRATA-SE DE UMA DIFERENÇA DE R\$ 180,95 NO VALOR DA CONTA 123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL, ENTRE OS VALORES DO RMB (R\$ 4.800.536,37) E DO SIAFI (R\$ 4.800.717,32). ESTA DIFERENÇA SURTIU NO EXERCÍCIO DE 2016 (2016NP000076, 2016NS000130, DE 04/02/2016), E REFERIA-SE A UM COMPLEMENTO DE PAGAMENTO DE FORNECEDOR REGISTRADO NO SIAFI E, SEM RAZÃO APARENTE, NÃO INCORPORADO PELO SISTEMA DA PGR, EM SEU RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO MENSAL. FORAM REALIZADAS ALGUMAS TRATATIVAS ENTRE ESTA UNIDADE E A DIVISÃO DE PATRIMÔNIO DA PGR, SEM ENCONTRARMOS SOLUÇÃO. NA ÉPOCA, HOUVE TAMBÉM O OFÍCIO GABPC/PR/RS/Nº 3783/2016 EXPLICANDO O FATO, MAS, ATÉ O MOMENTO, A SITUAÇÃO PERDURA. TENTAREMOS RETOMAR ESTA QUESTÃO E RESOLVER NESTE EXERCÍCIO.

**Quadro 95 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República - GO**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGENCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTAS 123110102, 123110105, 123110107, 123110201, 123110301, 123110302, 123110303, 123110402, 123110405 E 123110801.	ALGUNS FORNECEDORES FIZERAM A ENTREGA DE ALGUNS MÓVEIS NO FINAL DE DEZEMBRO, APÓS O PRÓPRIO ENVIO DO RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO PELA DIPAT/PGR. CONSULTADO, O SR. SECRETÁRIO AUTORIZOU O RECEBIMENTO E PAGAMENTO AINDA EM 2017 VISANDO DEIXARMOS O MÍNIMO POSSÍVEL EM RESTOS A PAGAR. A DIFERENÇA, PORTANTO JÁ ERA ESPERADA. AS INCONSISTÊNCIAS SERÃO SANADAS COM O RMB DE JANEIRO DE 2018.

**Quadro 96 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
603	DIVERGÊNCIA ENTRE RMA X SIAFI, CONTA 115610100, ITENS 16 E 17.	<p>- NA CONTA 113180116, A PENDÊNCIA FOI REFERENTE AO SALDO DO SIAFI X ASI NO VALOR DE 135,30, VALOR ESTE DO ITEM DE FITA ISOLANTE, QUE NA NOTA DE EMPENHO ESTAVA NA CONTA 16, PORÉM NO ASI NÃO HÁ SUBITEM DESTE ITEM NESTA CONTA. ENTÃO, FIZ O LANÇAMENTO NA CONTA 26- 11380126- MATERIAL ELÉTRICO E LANCEI COMO SAÍDA - CONSUMO IMEDIATO E O PAGAMENTO FOI FEITO COMO ESTOQUE. PORTANTO, MANDEI E-MAIL PARA O SETOR DE ALMOXARIFADO DA PGR PARA VERIFICAR COMO FAÇO PARA COLOCAR O SALDO DE R\$ 135,30, NA CONTA 26, COMO ESTOQUE, VISTO QUE A CONTA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE JÁ SE ENCONTRA REGULARIZADA, SALDO ASI X SIAFI.</p> <p>- NA CONTA 113180117- FICOU PENDENTE A ENTRADA DE R\$ 249,00, VISTO QUE O PAGAMENTO FOI REALIZADO POSTERIORMENTE AO FECHAMENTO DO ASI, JÁ QUE HAVIAM MUITOS MATERIAIS CHEGANDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DE DEZEMBRO DE 2017, MAS A ENTRADA JÁ FOI REALIZADA EM JANEIRO DE 2018, SANANDO ESTA DIVERGÊNCIA.</p> <p>A OUTRA PENDÊNCIA SE DEVE AO FATO DA ENTRADA Nº 2017/000057 FOI FEITA COMO CONSUMO IMEDIATO, PORÉM O CORRETO SERIA DAR A ENTRADA COMO ESTOQUE, ENTÃO FIZ A ALTERAÇÃO PERTINENTE NO ASI ANTES DO LANÇAMENTO DAS SAÍDAS NO SIAFI,</p>

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
		PORÉM A DIFERENÇA DE 3.450,00 ESTÁ APARECENDO NA CONTA 17, COMO SE O VALOR ESTIVESSE DIMINUÍDO NO ASI E A MAIS NO SIAFI. ESTA DIVERGÊNCIA TAMBÉM FOI ENCAMINHADA AO SETOR DE ALMOXARIFADO PARA A PGR, A FIM DE SANÁ-LA.
640	DIVERGENCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTAS 123110125, 123110301 E 123110302.	<p>- NA CONTA 123110125, O PAGAMENTO FOI REALIZADO AINDA EM 2017, VISTO QUE O BEM CHEGOU NA DATA DE 28.12.2017, PORÉM O ASI ENCONTRAVA-SE FECHADO, CONFORME ORIENTAÇÕES. A ENTRADA FOI REFERENTE AO MOTOR PARA PORTÃO, NOTA DE RECEBIMENTO Nº 2018/000001, VALOR DE R\$ 2.395,50. PORTANTO, A ENTRADA FOI EFETUADA EM JANEIRO DE 2018 E A PENDÊNCIA SANADA.</p> <p>- NA CONTA 123110301, O PAGAMENTO FOI REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2017, O ASI JÁ ESTAVA FECHADO, PORTANTO A ENTRADA FOI EFETUADA EM JANEIRO DE 2018. O VALOR DE R\$ 1.229,00 , ENTRADA 2018/00004, AR-CONDICIONADO.</p> <p>-NA CONTA 123110302, A DIFERENÇA FOI DE 3.180,00 REFERENTE À AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PROTOCOLADORES. A ENTRADA FOI CADASTRADA INDEVIDAMENTE, VISTO QUE NO ASI, O VALOR TOTAL FICOU EM R\$ 1.060,00, SENDO ESTE O VALOR DE 01 RELÓGIO E FORAM ADQUIRIDOS TRÊS UNIDADES. FOI REALIZADA A BAIXA COMO CADASTRO INDEVIDO E FEITA NOVA ENTRADA COM O VALOR TOTAL CORRETO.</p>

**Quadro 97 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA**

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
640	DIVERGENCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTA 123110303.	<p>QUANTO AO RMB, O LANÇAMENTO DA DEPRECIÇÃO DE DEZEMBRO FOI REALIZADO ATRAVÉS DO PA-2017PA000064, EM 29/12/2017. CONTUDO, O AJUSTE DA DEPRECIÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017, FOI REALIZADO ATRAVÉS DO PA 200075/2018NS000138, DE 29 DE JANEIRO DE 2017.</p> <p>QUANTO A DIVERGÊNCIA ESPECÍFICA DA CONTA 123110303, JÁ HAVIA SIDO REPORTADA AO SETOR PATRIMONIAL DA PGR, CONTUDO, ELES ESTAVAM COM PROBLEMA NO SISTEMA ASIWEB. ESTAMOS AGUARDANDO MAIS INFORMAÇÕES SOBRE COMO PROCEDER. ASSIM QUE NOS FOR INFORMADA A SOLUÇÃO, ESTA SERÁ SANADA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.</p>

**Quadro 98 – Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República – MA**

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
640	DIVERGÊNCIA RMB X SIAFI, CONTA 123110102 E 123110303.	EM ATENDIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIFICATIVAS QUANTO A DIVERGÊNCIAS ENTRE CONTAS NO RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS (RMB) E SIAFI, REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017, EXPLICO QUE: TODAS AS ENTRADAS DE NOTAS FISCAIS FORAM DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ATUALIZADAS NESTE SETOR DE LOGÍSTICA, NO ENTANTO, PROBLEMAS DE ORDEM SISTÊMICA, DOS QUAIS AS RAZÕES AINDA NÃO ESTÃO DEVIDAMENTE

	ESCLARECIDAS PELA PGR, E QUE FOGEM TOTALMENTE DA MINHA ALÇADA, SÃO A CAUSA DA DIVERGÊNCIA. O MESMO PROBLEMA SE REPETIU EM VÁRIAS PR'S DO BRASIL COM POUCAS EXCEÇÕES. SENDO ASSIM, FORAM-ME APENAS REPASSADOS UM NOVO RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO COM ORIENTAÇÕES, ATRAVÉS DE EMAIL, PARA AJUSTE DOS VALORES NO SIAFI. RELATÓRIO QUE AINDA POSSUI INCONSISTÊNCIA ENTRE CONTAS. QUANTO ÀS CONTAS 123110102 E 123110303: A PRIMEIRA ESTÁ COM OS VALORES DEVIDAMENTE CONVERGENTES; JÁ A SEGUNDA, DIVERGENTES PELAS RAZÕES ACIMA EXPOSTAS.
--	--

**Quadro 99 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA RMB X SIAFI, CONTAS 123110105, 123110124, 123110125, 123110201, 123110301, 123110302, 123110303, 123110402, 123110405, 123110501 E 123110503.	A EXISTÊNCIA DAS INCONGRUÊNCIAS QUE CULMINOU NA DILIGÊNCIA RETRO, FOI MOTIVO DA CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE TRABALHO, ATRAVÉS DA PORTARIA PR/PI Nº 52/2017 E 248/2017, AS QUAIS TIVERAM COMO ESCOPO DETECTAR AS RAZÕES DAS DIVERGÊNCIAS, BEM COMO PROMOVER AS MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO E CORREÇÃO NOS SISTEMAS RESPECTIVOS, DIGA-SE – SIAFI E ASIWEB. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA REFERIDA COMISSÃO FOI CONCLUÍDA EM 30/8/2017, TENDO ESTE TRABALHO PASSADO PELO CRIVO DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE O QUAL LAVROU MANIFESTAÇÃO ATRAVÉS DE PARECER, ONDE APONTA UMA SÉRIE DE PROVIDÊNCIAS. O PGEA FOI DEVOLVIDO A PR/PI EM MEADOS DE NOVEMBRO DE 2017. ENTRETANTO, MUITAS ALTERAÇÕES DE RESPONSABILIDADE E DE FUNÇÃO OCORRERAM NESTA UNIDADE ADMINISTRATIVA NO ÚLTIMO ANO, ESPECIALMENTE NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2017, O QUE FATALMENTE RETARDOU E/OU INVIABILIZOU A EXECUÇÃO DE UMA SÉRIE DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INCLUSIVE ÀS RELATIVAS AO ASSUNTO TRATADO. (...) ALIADO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA CARENTE DE NOVOS SERVIDORES E ÀS MUDANÇAS DE GESTÃO E DE ESTRUTURA INTERNA NOS ÚLTIMOS ANOS, ESPECIALMENTE EM 2017, CULMINARAM NA SITUAÇÃO QUE SE APRESENTA. (...) POR FIM, DESTACAMOS QUE SERÁ DETERMINADO AOS SETORES AFINS DESTA PROCURADORIA QUE A REALIZAÇÃO DOS AJUSTES DEVERÃO OCORRER NA MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL, SENDO CONCEDIDO ATÉ 28/2/2017, COMO LIMITE DE PRAZO MÁXIMO PARA A COMPLETA REALIZAÇÃO DOS LANÇAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS, OBJETIVANDO A CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DAS CONTAS NO SISTEMA SIAFI, EM CONFRONTO COM O SISTEMA PATRIMONIAL ASIWEB.

**Quadro 100 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA RMB X SIAFI NAS CONTAS 123110103 E 123110402.	QUANTO A DIVERGÊNCIA DO SALDO DAS CONTAS 123110103 E 123110402 DEVEU-SE AO PAGAMENTO DE BENS POSTERIORMENTE AO FECHAMENTO DO RMB DE DEZEMBRO. ESSES BENS FORAM LANÇADOS APÓS O FECHAMENTO DO RMB DE DEZEMBRO E, PORTANTO, O RMB E SALDO CONTÁBIL ESTARÃO CORRETOS QUANDO O MÊS DE JANEIRO DE 2018 FOR FECHADO.
643	FALTA AMORTIZAÇÃO DOS BENS	QUANTO A AMORTIZAÇÃO DOS BENS INTANGÍVEIS E

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
	INTANGÍVEIS CONSTANTES DA CONTA 124110101.	AO ATRASO DO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS, ESPERAVA-SE UMA SOLUÇÃO DE TI DA PGR PARA A PRODUÇÃO DE RELATÓRIO ESPECÍFICO PARA A CONTA 124110101, CONFORME É DISPONIBILIZADO PARA AS DEMAIS CONTAS DE PATRIMÔNIO. ENTRETANTO, DIANTE DISSO, FAREMOS OS CÁLCULOS DE AMORTIZAÇÃO NESTE SETOR, SOLICITANDO O PRAZO DE ATÉ O FIM DE FEVEREIRO PARA AMORTIZAR OS SOFTWARES INCLUSIVE MENSALMENTE.

**Quadro 101 – Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República – PB**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTA 1231100303.	NÃO FOI PERCEBIDO A TEMPO A DIVERGÊNCIA NA CONTA 123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL, NO VALOR DE R\$ 16.566,48, A MAIOR NO ASI. ESTE FATO OCORREU EM MAIO/2017, PORÉM ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO HAVÍAMOS PERCEBIDO ESTA DIFERENÇA, ATÉ A PRESENTE DILIGÊNCIA. NAS PRÓXIMAS CONFERÊNCIAS, VAMOS FAZER A CONFRONTAÇÃO POR CADA CONTA ENTRE ASIWEB E SIAFI PARA QUE NÃO VENHA MAIS OCORRER ESTA FALHA.

**Quadro 102– Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República - AL**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
603	DIVERGÊNCIA ENTRE RMA X SIAFI, CONTA 115610100, ITEM 26.	NO ÚLTIMO DIA DE FECHAMENTO DO MÊS, (SEXTA FEIRA) 29 DE DEZEMBRO/2017, SERIA EFETUADO UM PAGAMENTO PARA A EMPRESA BITCOM TECNOLOGIA LTDA NO VALOR DE R\$ 9.531,00 NO SISTEMA SIAFI. PORÉM, O TEMPO LIMITE PARA OPERAÇÕES FINANCEIRAS DENTRO DO SIAFI SE ESGOTOU. RECEBEMOS A INFORMAÇÃO DE HAVERIA UMA EXTENSÃO DE PRAZO PARA O SÁBADO 30/12 E COM A AUTORIZAÇÃO DO SECRETARIO ESTADUAL RESOLVI DAR ENTRADA DOS MATERIAIS NO SISTEMA ASI PARA QUE NÃO PRECISASSE VIR AO SÁBADO, ENFIM... NO SÁBADO O SIAFI NÃO AUTORIZOU ESSE PAGAMENTO E ASSIM HOVE O DESEQUILÍBRIO ENTRE AS DUAS CONTAS, ONDE NO MÊS 01/01/2018 JÁ ENTRAM EM SINTONIA NOVAMENTE.

**Quadro 103 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTAS 123110102, 123110107, 123110125, 123110201, 123110301, 123110303, 123110402, 123110405, 123110501 E 1213110801.	A UNIDADE GESTORA NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA.
643	FALTA AMORTIZAÇÃO DOS BENS INTANGÍVEIS CONSTANTES DA CONTA 124110101.	A UNIDADE GESTORA NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA.

**Quadro 104 - Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região - DF**

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB E SIAFI, CONTAS 123110402 E 123110801.	APÓS LANÇAMENTO DA DEPRECIÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017 NO SIAFI, FOI VERIFICADA DIFERENÇA ENTRE O SALDO DE DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS DETALHADO NA CONTA CONTÁBIL 123810100 DO SIAFI E O SALDO

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
		INFORMADO NO RELATÓRIO GPS CONSULTA, DISPONIBILIZADO PELA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO – DIPAT DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, O QUAL FOI UTILIZADO COMO BASE PARA O REFERIDO LANÇAMENTO. APESAR DE A DIPAT/PGR TER ENCAMINHADO NOVO RELATÓRIO GPS CONSULTA, BEM COMO INSTRUÇÕES PARA EXECUTAR AS CORREÇÕES DOS LANÇAMENTOS, O NOVO DOCUMENTO TAMBÉM APRESENTOU DIVERGÊNCIAS, NÃO SENDO POSSÍVEL SANAR A PENDÊNCIA ATÉ O MOMENTO. (...) A DLSG AGUARDA UM POSICIONAMENTO DO SETOR COMPETENTE DA PGR PARA EFETUAR OS AJUSTES NECESSÁRIOS NO TOCANTE AOS LANÇAMENTOS DAS DEPRECIÇÕES DOS BENS MÓVEIS DE DEZEMBRO/2017.

**Quadro 105 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF**

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
674	SALDO APROVADO NA CONTA 218810447 (C/C F0190000000 18821908828).	O SALDO NA CONTA É RELACIONADO AO CRÉDITO REJEITADO DA FOLHA DA PAE, DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. NÃO CONSEGUIMOS CONTATO COM BENEFICIÁRIO, ENTRETANTO O CRÉDITO É DEVIDO, POR ISSO A PERMANÊNCIA DO SALDO.
768	FALTA IDENTIFICAÇÃO CONTROLE BENEFICIÁRIO PAGAMENTO DE AUXÍLIO MORADIA POR CPF.	EM ATENÇÃO À MENSAGEM SIAFI 2015/1338703, INFORMO A VOSSA SENHORIA A IMPOSSIBILIDADE DE REGISTRO MANUAL INDIVIDUALIZADO DAS DESPESAS COM MORADIA, POR CPF, DOS MEMBROS DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. PARA TANTO, CONFORME CONSTA NA CITADA MENSAGEM, SOLICITO IMPLEMENTAR OS PROCEDIMENTOS DE AUTOMAÇÃO DIRETAMENTE NA APROPRIAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, COM USO DE ALGO SEMELHANTE À LISTA DE CREDORES A FIM DE QUE POSSAMOS EFETIVAR OS LANÇAMENTOS.

**Quadro 106 - Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República - AP**

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB E SIAFI, CONTAS 123110105, 123110303, 123110801.	A UNIDADE GESTORA NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA.

**Quadro 107 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR**

<b>Código Ocorrência</b>	<b>Motivação</b>	<b>Justificativa da Unidade Gestora</b>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB E SIAFI, CONTAS 123110301 E 123110303.	REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS NO SIAFI E NO SISTEMA ASI-WEB: TAL FATO FOI OCASIONADO POR DOIS FATOS: EQUÍVOCO NO REGISTRO DO BEM NO SISTEMA ASI-WEB, APÓS POUCOS MINUTOS DE FECHADO O SISTEMA PARA LANÇAMENTO, COM ENGANHO NA DIFERENÇA DE FUSO HORÁRIO DE BRASÍLIA E BOA VISTA, GERANDO A DIFERENÇA ENTRE O SISTEMA DE PATRIMÔNIO E O SIAFI. DE OUTRO LADO, NA FASE DE EMPENHO, A DESPESA FOI CLASSIFICADA EM SUBITEM ERRADO, E O MESMO NÃO FOI OBSERVADO QUANDO DE SUA LIQUIDAÇÃO PARA PERMITIR A REALIZAÇÃO DA CORREÇÃO. DESSA FORMA, O PAGAMENTO FOI PROCESSADO COM O ERRO CAUSANDO O DESEQUILÍBRIO NAS CONTAS 123110301 E 123110303.
674	SALDO APROVADO NA CONTA	REFERE-SE AO PROCEDIMENTO DA DILIGÊNCIA Nº

<b><i>Código Ocorrência</i></b>	<b><i>Motivação</i></b>	<b><i>Justificativa da Unidade Gestora</i></b>
	11311.02.00.	001/2018, TENDO SIDO CORRIGIDO COM A BAIXA REALIZADA ATRAVÉS DO DOCUMENTO 2018PA000001, GERANDO A 2018NS000002.

---

## 11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 11.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2017, foram expedidos um total de oito Acórdãos. Um contendo determinação ao Ministério Público da União e sete ao Ministério Público Federal, dos quais quatro tratam-se de determinações, dois de recomendações e um de ciência de ato. A seguir, apresenta-se uma visão geral sobre as deliberações, com a indicação do número, destinatário, modalidade e síntese da deliberação e das providências adotadas pela UPC:

**1) Acórdão 6.790/2017 - Segunda Câmara.** Determina ao Ministério Público da União a adoção de providências para anular da Portaria PGR/MPU nº 565, de 14/8/2013, por meio da qual o antigo emprego de confiança, denominado Função de Assessoramento Superior (FAS), ocupado por Andréa Valéria Carvalho da Silva (CPF 381.581.081-72) até o início da vigência da Lei 8.112/1990, foi transformado em cargo de provimento efetivo, tendo em vista a comprovação de que a servidora fora contratada pelo Órgão, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por prazo indeterminado, após a promulgação da Constituição Federal de 1988; 9.2.2. informe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, se procedeu à transformação de outros cargos em comissão em cargos efetivos, a exemplo do que ocorreu com a servidora Andréa Valéria Carvalho da Silva. **Providência adotada:** resposta enviada à Auditoria Interna do MPU, por meio do Ofício nº 2021/2017/SGP 833/2017/GAB/PGR, de 28/08/2017, informando que o PGR ingressou no TCU com pedido de reexame da matéria, nos termos do art. 286 do Regimento Interno da Corte de Contas.

**2) Acórdão nº 358/2017 - TCU – Plenário.** Encaminha ao Ministério Público Federal para ciência, o relatório de levantamento sobre a situação de governança e gestão de pessoas na Administração Pública Federal, sem, contudo, terem sido apontadas recomendações ou determinações. Providência adotada: Prejudicada.

**3) Acórdão de Relação nº 3.636/2017 - 2ª Câmara.** Julga as contas do MPF relativas ao exercício de 2014 regulares, com ressalva, dando quitação aos responsáveis, e encaminha oito recomendações, as quais encontram-se descritas, juntamente com as medidas adotadas, no abaixo:

#### Quadro 108 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento – I

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC-027.560/2015-5	Acórdão nº 3636/2017 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1	Aviso nº 361 – GP/TCU	18 de maio de 2017
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				



Ministério Público Federal
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>
<p>1.7.1. recomendar ao Ministério Público Federal (MPF), com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que:</p> <p>1.7.1.1. implemente, mantenha, monitore e revise os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo órgão;</p> <p>1.7.1.2. identifique eventuais pontos de falhas de comunicação interna, e proceda ao seu saneamento e aprimoramento;</p> <p>1.7.1.3. padronize procedimentos e instruções operacionais, de forma a obter ganhos de escala e eficiência;</p> <p>1.7.1.4. defina, nos casos de delegação de autoridade e competência, as responsabilidades com suficiente clareza;</p> <p>1.7.1.5. aprimore os itens referentes ao elemento Informação e Comunicação, no âmbito do sistema de controles internos;</p> <p>1.7.1.6. proceda à elaboração de um plano de comunicação entre os níveis hierárquicos, bem como um plano de comunicação com outras partes interessadas;</p> <p>1.7.1.7. implemente mecanismos de monitoramento e avaliação do funcionamento do seu sistema de controle interno;</p> <p>1.7.1.8. aperfeiçoe o planejamento orçamentário e a execução das despesas de investimento.</p>
<b>Medidas adotadas</b>
<p>As providências visando ao atendimento das recomendações 1.7.1 estão documentadas no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.00.000.010045/2017-93 e encontram-se sintetizadas na Nota Técnica nº 135/2017/ASTEC/SG, dentre as quais elencam-se as seguintes medidas:</p> <p>1) a área de documentação e informação jurídica destacou a sua participação, anualmente, na elaboração do Plano de Gestão do MPF, contribuindo, no que diz respeito às suas atribuições, com a gestão orçamentária do MPF. Destacou a criação de lista de e-mails exclusiva para envio e recebimento de demandas entre as área vinculadas. Apontou, também, a publicação de informativos visando atualização e estabelecimento de padronização de rotinas de trabalho em todas as unidades do MPF, bem como a sua participação na elaboração do calendário de contratações no âmbito da Procuradoria Geral da República, visando auxiliar no planejamento e na qualidade do gasto público, assim como na efetividade das aquisições do Órgão.</p> <p>2) a Secretaria de Engenharia e Arquitetura, informou que vem trabalhando na elaboração de notas técnicas, com o objetivo de instruir e uniformizar práticas técnicas da área de engenharia e arquitetura do MPF.</p> <p>3) por sua vez, a Secretaria de Administração destacou a certificação ISO 9001:2015 na área de contratação, que proporciona a melhoria contínua dos seus processos de trabalho, com identificação, registro e correção das não conformidades. Informou, também, a aprovação do Manual da Qualidade da SA e a instituição do Sistema de Contratações Compartilhadas do MPF, por meio da Portaria nº 1020, de 15 de agosto de 2014, com a finalidade de realizar licitações por Registro de Preços com a participação de várias unidades do MPF. A iniciativa foi reconhecida com o 3º lugar no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público de 2015, na categoria “Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional”.</p> <p>Acrescenta, ainda, que foi estabelecido o Acordo de Cooperação nº 01/2015, entre o Ministério Público Federal, a Escola Superior do Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público, para estabelecer regimento de Sistema de Licitações Conjuntas (SLC).</p> <p>4) a Secretaria de Gestão Estratégica salientou que o Escritório de Processos atuou no mapeamento e na melhoria de processos de trabalho da Instituição, sendo que, em 2016, foram publicados 117 manuais de processos de trabalho nas unidades do MPF, entre área meio e fim. Destacou o investimento na melhoria contínua e na gestão da qualidade dos processos do MPF, com a busca, desde de 2015, da certificação de processos nos padrões da norma ISO 9001. Em 2015, foram certificados 2 processos de trabalho do Gabinete do Procurador-Geral da República, 3 processos da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e 3 processos da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2008. Já em 2016, foram certificados 2 processos de trabalho do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2015. Concluiu destacando o aperfeiçoamento do planejamento orçamentário, por meio da realização de estudos em 2017, visando a instituição, da metodologia denominada Plano de Gestão, que consolida o planejamento físico-orçamentário de 33 unidades distribuídas pelo país e que permite a rastreabilidade de todas as ações do Órgão e tem o fito principal de alinhar o planejamento com o orçamento, acompanhando o controle da execução das ações.</p> <p>5) a Secretaria de Planejamento e Orçamento informou que a quase totalidade dos restos a pagar inscritos em 2014 foram pagos no ano seguinte, não se prolongando no tempo além do estritamente necessário. Destacou que em 2017, tais restos a pagar estão praticamente extintos (saldo de 0,7% dos valores inscritos em 2014). Informa que realiza</p>

interação mais estreita com os gestores, visando esclarecimentos e conscientização acerca dos desafios enfrentados pelo MPF na área orçamentário-financeira, além de análise mais criteriosa e técnica das demandas das unidades no tocante a projetos de construção e reformas, com envolvimento de outras Secretarias Nacionais.

Especificamente quanto ao item 1.7.1.1., as providências adotadas pelo Ministério Público Federal estão descritas neste Relatório, no item 4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos.

Por fim, em relação ao item 1.7.1.4., no MPF as delegações de autoridade e competência decorrem de ato normativo cujas responsabilidades são formalmente definidas. Encontram-se previstas essencialmente no Regimento Interno Diretivo e no Regimento Interno Administrativo da Instituição, bem como em portarias esparsas, conforme o caso. Tal processo de delegação é constantemente aprimorado e revisto para atender o interesse da administração.

**4) Acórdão nº 2.779/2017 – Plenário.** Recomenda a adoção de medidas conforme abaixo discriminado:

**Quadro 109 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - II**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC-014.133/2017-2	Acórdão nº 2779/2017 - TCU - Plenário	9.1.2	Ofício 0029/2018-TCU/Semag, de 22/2/2018	23 de fevereiro de 2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério Público Federal				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.2 (...) tendo em vista o disposto no art. 107 da Ec 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, § 6º, da Lei nº 13.473/2017, que adotem medidas com o intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas.				
Medidas adotadas				
A recomendação foi recebida neste exercício e está sendo providenciada a formação de Grupos de Trabalho, visando a elaboração de estudos e apresentação de propostas para a adoção de medidas de otimização das despesas discricionárias. A constituição dos colegiados e demais atos pertinentes aos trabalhos estão sendo documentados no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.00.000.005047/2018-41.				

**5) Acórdão nº 1.120/2017 – Plenário.** Determina a anulação, no prazo de quinze dias dos atos administrativos que concederam o reajuste de 13,23%, em decorrência da aplicação da Lei nº 10.698/2003, abstendo-se de efetuar os pagamentos correspondentes. **Providência adotada:** foi enviada resposta ao TCU por meio do Ofício GAB/PGR/Nº 731, de 27/07/2017, comunicando que o Ministério Público da União não efetuou pagamento do referido reajuste aos seus servidores e que foram realizados, apenas, pagamentos motivados por decisões judiciais.

**6) Acórdão nº 1.463/2017 - Primeira Câmara.** Determina que se faça cessar pagamentos decorrentes de ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa. **Providência adotada:** foi enviada resposta ao TCU, por meio do Ofício MPF/PGR/SGP/Nº 1052, de 31 de maio de 2017, informando que tornou sem efeito o ato de concessão inicial de aposentadoria.

7) **Acórdão nº 1.765/2017 - Primeira Câmara.** Determina que se faça cessar pagamentos decorrentes de ato impugnado no prazo de trinta dias. **Providência adotada:** foi enviada resposta ao TCU, por meio do Ofício nº 887/2017/GAB/SGP, de 18 de maio de 2017, informando a adequação dos pagamentos nos termos do Acórdão.

8) **Acórdão nº 6.456/2017 - Primeira Câmara.** Determina a cessação dos pagamentos com base em ato impugnado; e a orientação de interessado sobre a possibilidade de manter sua aposentadoria com base em outro fundamento legal, como o art. 3º da EC 47/2005 ou 6º da EC 41/2003. **Providência adotada:** Foi enviada resposta ao TCU, por meio do Ofício MPF/PGR/SGP/Nº 2156, de 11 de setembro de 2017, comunicando que tornou sem efeito o ato que gerou os pagamentos e que encaminhou a orientação ao interessado, em conformidade com o Acórdão em questão.

Cabe destacar que no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), o acompanhamento de processos em trâmite no TCU, bem como a instrução de processos administrativos de interesse do Secretário Geral é, via de regra, realizado pela Assessoria Técnica da Secretaria Geral (ASTECSG), em conformidade com o Art. 12, incisos VII e X<sup>6</sup>, do Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015. No desempenho dessas atribuições, a ASTECSG tem o suporte da Assessoria de Apoio da Secretaria Geral. As determinações e recomendações do TCU são recebidas e distribuídas aos responsáveis das Unidades Gestoras responsáveis – Secretarias Nacionais vinculadas à Secretaria Geral – de acordo com a pertinência temática do assunto. Essas áreas tomam ciência das demandas e, dentro dos prazos assinalados, encaminham as informações sobre providências adotadas quanto às deliberações do Órgão de Controle Externo. Em 2017, com a implantação do Sistema Único Eletrônico, o acompanhamento e a fixação dos prazos para a prestação das informações pelas áreas responsáveis, passaram a ser controlados por meio desse Sistema

---

6 VII - instruir processos administrativos de competência do Secretário-Geral;

(...)

X - acompanhar os processos de interesse do Ministério Público Federal em trâmite no Conselho Nacional do Ministério Público, no Tribunal de Contas da União e em outros órgãos externos.

## **11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

O órgão de controle interno do Ministério Público Federal (MPF) é a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), cujo Regimento Interno consta do Anexo Único da Portaria PGR/MPU nº 53, 29 de maio de 2017. As recomendações da AUDIN-MPU às diversas unidades gestoras que compõem o MPF totalizaram 151. O conjunto de recomendações analisado compreende aquelas expedidas nos relatórios de auditoria emitidos no ano de 2017.

Registre-se que além da atribuição referida no **item 11.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU**, o acompanhamento das demandas do órgão de controle interno do MPF também é desempenhado pela Assessoria Técnica da Secretaria Geral (ASTEC/SG).

Para verificar o cumprimento das recomendações da AUDIN-MPU, a ASTEC/SG analisou as Notas de Auditoria referentes aos Relatórios de Auditoria de 2017. As referidas Notas consideraram não acatadas ou acatadas parcialmente 12 das 151 recomendações expedidas no exercício, correspondendo a um percentual de atendimento da ordem aproximada de 92%.

Dentre as recomendações emitidas pelo Órgão de Controle Interno (AUDIN/MPU), que implicam relevante impacto e abrangência na gestão, cita-se como exemplo, sem prejuízo de outras, as constantes do Relatório de Auditoria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal nº 57/2017 e que dizem respeito à avaliação da qualidade do controle interno da unidade no cumprimento de normas e regulamentos que regem o pagamento de Gratificação de Atividade de Segurança, de Gratificação de Perícia e de Gratificação por Exercício Cumulativo de Ofício. No expediente são encaminhadas as medidas constantes dos itens 8.1 a 8.3, todas voltadas à melhoria dos processos de trabalho referentes às aludidas gratificações.

### **11.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO**

No Ministério Público Federal (MPF), as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário são apuradas e acompanhadas pelas seguintes áreas: a Comissão Permanente Disciplinar (CPD) e a Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas (ASSAD).

O Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria nº 382, de 5 de maio de 2015, define, dentre outras responsabilidades, que:

- a CPD possui a atribuição para: apurar a responsabilidade de servidor nos casos de irregularidades no âmbito do Ministério Público Federal, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar; auxiliar e orientar as demais unidades do Ministério Público Federal sobre os procedimentos a serem tomados em casos de ocorrência de irregularidades praticadas por servidor e verificar, mediante inspeção ou por determinação da autoridade superior, a regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do Ministério Público Federal.
- a ASSAD possui a competência para: expedir ou receber representações e comunicações sobre infrações praticadas por licitantes e contratados; propor ao Secretário de Administração, de ofício ou por provocação do fiscal, a instauração de processo administrativo em face de licitantes e contratados; encaminhar relatório conclusivo com proposta de arquivamento ou aplicação de penalidades administrativas e registrar, nos sistemas pertinentes, as sanções aplicadas.

No exercício de 2017, a ASSAD atuou sobre 190 (cento e noventa) procedimentos de gestão administrativa para apuração de responsabilidade por dano ao erário no MPF, dos quais 86 (oitenta) foram pagos e 90 (noventa e seis) não foram recolhidos, os demais referem-se a procedimentos que não geraram penalidade pecuniária, conforme **Anexos A e B ao item 11.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.**

No tocante à CPD, que executa todos os atos administrativos necessários para a realização das investigações, produção de provas de materialidade e autoria das ocorrências de irregularidades e/ou impropriedades ocorridas nos limites impostos pela Lei nº 8.112/90, informam-se nos quadros abaixo os demonstrativos sintéticos das 3 (três) comissões de inquérito em processos administrativos disciplinares instaurados na unidade no exercício de 2017, com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção.

**Quadro 110 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR N° 1.00.000.002077/2016-97 - Dano ao Erário**

<b>Número do processo:</b> MPF/PGR N° 1.00.000.002077/2016-97
<b>Ato instaurador:</b> ( X ) Portaria ( ) Ordem de Serviço ( ) Outros
<b>Número do Ato:</b> SG/MPF N° 301 Data: 04/04/2016
<b>Irregularidade/Ilegalidade:</b> ( X ) Dano ao Erário ( ) Fraude ( ) Corrupção
<b>Fatos:</b> Apuração de batida em carro oficial com carro elétrico na garagem da PGR-Sede, que culminou em PAD n° MPF/PGR N° 1.00.000.002638/2018-67, acima especificado.
<b>Situação do processo:</b> ( ) em andamento ( x ) concluído
<b>Julgamento:</b> ( ) absolvição ( ) apenação ( x ) Abertura de PAD
<b>Pena aplicada:</b> Determinação de abertura de PAD para apuração.
<b>Remessa dos autos:</b>
<b>Recomendação de instauração de TCE?</b>
<b>Valor:</b> Valor do dano ainda não quantificado.

**Quadro 111– Demonstrativo de Processo – MPF/PGR N° 1.15.000.002204/2016-72 - Dano ao Erário**

<b>Número do processo:</b> MPF/PGR N° 1.15.000.002204/2016-72
<b>Ato instaurador:</b> ( X ) Portaria ( ) Ordem de Serviço ( ) Outros
<b>Número do Ato:</b> PORTARIA/GAB N° 566 Data: 25/08/2016
<b>Irregularidade/Ilegalidade:</b> ( X ) Dano ao Erário ( ) Fraude ( ) Corrupção
<b>Fato:</b> Suposto ato de promover a contratação direta de empresa e aquisição de material acima de valor contratual. A autoridade instauradora é o Procurador-Chefe da Procuradoria do Ceará.
<b>Situação do processo:</b> ( X ) em andamento ( ) concluído
<b>Julgamento:</b> Não julgado.
<b>Penalidade aplicada:</b> Aguardando decisão
<b>Remessa dos autos:</b> Não houve.
<b>Recomendação de instauração de TCE?</b> Faltam elementos para a decisão de instauração de TCE.
<b>Observação:</b> Valor do dano ainda não quantificado.

**Quadro 112– Demonstrativo de Processo – MPF/PGR N° 1.15.000.002199/2016-06 - Dano ao Erário**

<b>Número do processo:</b> MPF/PGR N° 1.15.000.002199/2016-06
<b>Ato instaurador:</b> ( X ) Portaria ( ) Ordem de Serviço ( ) Outros
<b>Número do Ato:</b> PORTARIA/GAB N° 698 Data: 16/12/2016
<b>Irregularidade/Ilegalidade:</b> ( X ) Dano ao Erário ( ) Fraude ( ) Corrupção
<b>Fatos:</b> Suposta promoção de contratação direta da empresa Portobello Shop. A autoridade instauradora é o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Ceará.
<b>Situação do processo:</b> ( X ) em andamento ( ) concluído
<b>Julgamento:</b> em andamento.
<b>Penalidade aplicada:</b> Processo em fase de instrução.
<b>Remessa dos autos:</b> Não houve.
<b>Recomendação de instauração de TCE?</b> Faltam elementos para a decisão de instauração de TCE.
<b>Observação:</b> Valor do dano ainda não quantificado.

#### **11.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993**

No tocante à demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, verificou-se que todas as Unidades do MPF adotaram os procedimentos previstos na Lei 8.666/1993, conforme **Anexo ao item 11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993.**

## **11.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS**

Da análise dos dados, constatou-se que 22 Unidades do MPF realizaram a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos. As demais Unidades não realizaram por não possuírem contratos com empresas optantes pelo benefício da Lei 12.546/2011, conforme **Anexo ao item 11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos.**



### Anexo ao item 2.3 – Organograma

Unidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação 2017
Conselho Superior do Ministério Público Federal	Aprovar a proposta orçamentária do MPF e regimentos internos de órgãos finalísticos. Elaborar e aprovar as normas e as instruções referentes à distribuição de inquéritos e procedimentos e à carreira de procurador da República – concursos públicos, distribuição de membros, designações, promoção na carreira, entre outros assuntos.	Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Procurador-Geral da República	1º/1/2017 – 7/9/2017
		Raquel Elias Ferreira Dodge	Procuradora-Geral da República	18/9/2017 – 31/12/2017
		José Bonifácio Borges de Andrada	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2017 – 4/9/2017
		Luciano Mariz Maia	Vice-Procurador-Geral da República	18/9/2017 – 31/12/2017
		José Bonifácio Borges de Andrada	Subprocurador-Geral da República	5/9/2017-31/12/2017
		Mario Luiz Bonsaglia	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2017 – 31/12/2017
		Alcides Martins	Subprocurador-Geral da República	9/8/2017-31/12/2017
		Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Subprocurador-Geral da República	9/8/2017-31/12/2017
		José Flaubert Machado Araújo	Subprocurador-Geral da República	9/8/2017-31/12/2017
		Nívio de Freitas Silva Filho	Subprocurador-Geral da República	18/9/2017-31/12/2017
		Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Subprocurador-Geral da República	9/8/2017-31/12/2017
		Raquel Elias Pereira Dodge	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2017 – 17/09/2017
		Lindora Maria Araujo	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2017 – 31/12/2017
Corregedoria do Ministério Público Federal	Fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público Federal	Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho	Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2017 – 08/10/2017
		Oswaldo Jose Barbosa Silva	Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	9/10/2017 – 31/12/2017
		José Adonis Callou de Araújo Sá	1º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2017 – 8/10/2017
		Sandra Veronica Cureau	2º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	9/10/2017 -31/12/2017
		Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho	2º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2017 – 8/10/2017
		Roberto Luis Oppermann Thome	3º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	9/10/2017 – 31/12/2017
Gabinete do Procurador-Geral da República	Prestar suporte direto ao procurador-geral da República no exercício de suas funções institucionais.	Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Procurador-Geral da República	1/1/2017 – 17/9/2017
		Raquel Elias Ferreira Dodge	Procurador-Geral da República	18/09/2017 – 31/12/2017
		José Bonifácio Borges de Andrada	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2017 – 4/9/2017
		Luciano Mariz Maia	Vice-Procurador-Geral da República	18/9/2017 – 31/12/2017

**Anexo ao item 2.3 Organograma**

<b>Unidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação 2017</b>
Secretaria-Geral do Ministério Público Federal	Planejar, coordenar e executar as atividades referentes ao suporte administrativo do Ministério Público Federal.	Blal Yassine Dalloul	Secretário-Geral	1º/1/2017 – 17/9/2017
		Wilson Rocha de Almeida Neto	Secretário-Geral Adjunto	1º/1/2017 - 17/9/2017
		Zani Cajueiro Tobias de Souza	Secretário-Geral	19/9/2017- 30/10/2017
		Alexandre Camanho de Assis	Secretário-Geral	31/10/2017 - 31/12/2017
		Cláudia de Fátima Marques Roque	Secretário-Geral Adjunto	02/10/2017 – 31/12/2017

## Anexo ao item 2.4 – Macroprocessos Finalísticos

Órgão Interno	Macroprocesso	Temas	Descrição	Produtos e Serviços no período do relatório	Principais Clientes
1ª CCR	Defesa dos Interesses da Sociedade	Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em geral	Atua nos feitos cíveis relativos à educação, à saúde, à moradia, à mobilidade urbana, à previdência (inclusive as complementares pública e privada) e assistência social, aos conflitos fundiários, bem como na fiscalização dos atos administrativos em geral.	Grupos de Trabalho Relatorias Especiais Membro Focalizador Projetos Finalísticos Ações Coordenadas Procedimentos Deliberados Enunciados Recomendações Orientações	Sociedade
2ª CCR		Criminal	Atua na área criminal, excetuados os temas de atuação das 4ª, 5ª e 7ª Câmaras (crimes contra o patrimônio e ambientais, corrupção e controle externo da atividade policial e sistema prisional).	Grupos de Trabalho (GT sobre Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional, GT sobre Crimes Tributários e Fiscais, GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, GT Justiça de Transição) Grupos de apoio (GA ao Combate ao Trabalho Escravo - GACEC, GA ao Tribunal do Júri, GA ao Combate à Lavagem de Dinheiro, GA sobre Criminalidade Cibernética, GA sobre Criminalidade em Regiões de Fronteira) comissões (Comissão Permanente de Gestão e Implementação de Business Intelligence - BI, Comissão sobre Teses Recursais) forças-tarefas (FT Araguaia, FT Ava-Guarani, FT Caso Fazenda Brasil Verde) procedimentos deliberados enunciados Orientações	Sociedade
3ª CCR		Consumidor e Ordem Econômica	Atua na defesa do consumidor, da concorrência e da regulação da atividade econômica, acompanhando as respectivas políticas públicas.	Grupos de Trabalho procedimentos deliberados enunciados Recomendação	Sociedade
4ª CCR		Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	Atua na área de meio ambiente e patrimônio cultural, tratando especificamente dos temas relacionados à flora, à fauna, às áreas de preservação, à gestão ambiental, às reservas legais, à zona costeira, à mineração, aos transgênicos, aos recursos hídricos e à preservação do patrimônio cultural, entre outros.	Grupos de Trabalho ( Intercamerais e Interinstitucional) Sub GT procedimentos deliberados Enunciados Orientações Recomendações ações coordenadas Projetos Finalísticos	Sociedade
5ª CCR		Combate à Corrupção	Atua no combate à corrupção e nos feitos relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, nos crimes praticados por funcionário público ou por particulares (arts. 332, 333 e 335 do Código Penal) contra a administração em geral, inclusive contra a administração pública estrangeira, bem como nos crimes de responsabilidade de prefeitos e de vereadores e nos previstos na Lei de Licitações.	Grupos de Trabalho Grupos de Trabalho Intercamerais Comissão de Assessoramento procedimentos deliberados enunciados Orientações	Sociedade
6ª CCR		Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	Atua especificamente nos temas relacionados às populações indígenas e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas, ciganos).	Grupos de Trabalho Grupos de Trabalho intercamerais procedimentos revisados Recomendação (Recomendação 01/2017 à Funai - registros de terras demarcadas e homologadas)	Sociedade
7ª CCR		Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional	Atua nas matérias concernentes ao controle externo da atividade policial e sistema prisional. O objetivo é velar pela regularidade, adequação e eficiência da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias, com vistas ao aprimoramento da persecução penal e melhor atendimento do interesse público. Além disso, pretende garantir à sociedade a efetiva e correta execução da pena, tendo em vista suas finalidades e a preservação dos direitos e garantias do sancionado, nos termos da lei e da Constituição Federal.	Grupos de Trabalho procedimentos deliberados enunciado	Sociedade

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

**Ações de responsabilidade da UJ – OFSS**

(Ações vinculadas a Programas de Operações Especiais de Gestão, visto que o Ministério Público da União não é contemplado com programas temáticos PPA)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	28.846.0909.00H7.0001			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		<b>Código:</b> 0909	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.043.871,00						
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.331.0581.00M1.0001			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
803.916,00	803.916,00	803.916,00	752.939,71	752.939,71		50.976,29
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
143.362,24	18.279,93	125.081,65				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	09.272.0089.0181.0001			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			<b>Código:</b> 0089	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
320.092.500,00	391.592.500,00	391.592.500,00	390.110.969,52	390.110.969,52		1.481.530,48
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.206.035,28	413.311,11					

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	09.274.0909.0536.0001			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			<b>Código:</b> 0909	<b>Tipo:</b> Operações Especiais	
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.352,00	11.352,00	11.244,00	11.244,00	11.244,00		
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.09HB.0001			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
368.227.324,00	368.371.195,00	359.189.355,74	358.874.078,84	358.874.078,84		315.276,90
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
815.248,39	93.815,80	467.699,52				



**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	28.846.0909.0C04.5664			<b>Tipo:</b> Operação Especial		
<b>Título</b>	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			<b>Código:</b> 0909	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.711.600,00						
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.110E.0238			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista – RR					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.000.000,00	3.900.000,00	3.900.000,00	1.725.801,76	1.725.801,76		2.174.198,24
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	36	36	5
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.839.760,24	3.839.760,24		Edifício construído	% de execução física	11	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.11SD.0269			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém – PA					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.400.000,00	7.020.000,00	7.020.000,00	5.236.794,59	5.236.794,59		1.783.205,41
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído		% de execução física		22	22	8
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
1.956.410,95	1.956.410,95		Edifício construído		% de execução física	5

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.1203.5027			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre – RS					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.800.000,00	16.800.000,00	16.800.000,00	14.473.291,34	14.473.291,34		2.326.708,66
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	28	28	27
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.814.381,12	1.791.760,05		Edifício construído	% de execução física	3	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.058.139B.1751			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Arapiraca – AL					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.200.000,00	5.200.000,00	5.200.000,00	4.071.873,44	4.071.873,44		1.128.126,56
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	64	64	46
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.007.584,70	1.007.584,70		Edifício construído	% de execução física	12	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.139J.2138			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Jequié - BA					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00					
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	26		
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
			Edifício construído	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.13A2.5296			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cáceres – MT					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	999.999,28	999.999,28		0,72
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	24	24	34
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.147.000,00	1.147.000,00		Edifício construído	% de execução física	38	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.13BX.0363			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém – PA					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	4101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	2.777.468,00	2.777.468,00		722.532,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	42	42	18
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
992.892,03	992.892,03		Edifício construído	% de execução física	10	



**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.14ZS.3132			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sete Lagoas – MG					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.113.950,52	2.113.950,52		386.049,48
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	44	44	56
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
480.000,00	480.000,00		Edifício construído	% de execução física	9	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.14ZT.0421			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína – TO					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00				45.508,84	
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	7	7	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.165.039,59	2.373.059,03		Edifício construído	% de execução física	39	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.14ZU.3341			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro – RJ					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.517.359,00	1.517.359,00	1.517.359,00	17.140,72	17.140,72		1.500.218,28
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado			% de execução física	4	4	1
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
24.396.833,43	16.109.134,79		Edifício reformado	% de execução física	66	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.15AS.5401			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sinop – MT					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	1.563.466,66	1.563.466,66		936.533,34
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	65	65	52
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
733.900,00	733.900,00		Edifício construído	% de execução física	25	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.15AU.3310			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Macaé – RJ					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	2.000.000,00					
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	49		
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
27.237,17			Edifício reformado	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.15IK.3341			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	415.460,20	164.243,24	164.243,24		251.216,96
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	16	16	5
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
212.040,26		212.040,26	Edifício reformado	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.1E30.0001			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.500.000,00	9.200.000,00	6.579.774,19	34.101,32	34.101,32		6.545.672,87
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Instalação modernizada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				23	23	34
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
17.513.480,14	11.839.449,66	47.580,07	Instalação modernizada		Unidade	26

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.1E30.0054			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - No Estado de Mato Grosso do Sul					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	4101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	500.000,00				500.000,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Instalação modernizada			Unidade	1	1	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
			Instalação modernizada		Unidade	



**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.301.0581.2004.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
86.000.664,00	86.000.664,00	85.998.534,79	85.800.959,17	85.800.241,22	717,95	197.575,62
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
383.213,66	301.538,52	40.372,52			24.672	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.331.0581.2010.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.230.028,00	23.150.028,00	23.086.429,78	23.028.795,98	23.028.795,98		57.633,80
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
212.345,72	8.934,42	203.386,12				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.331.0581.2011.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
943.109,00	1.263.109,00	1.173.474,55	1.142.732,58	1.142.732,58		30.741,97
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
21.541,32	1.534,58	19.590,39				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.331.0581.2012.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
118.003.392,00	119.595.689,00	119.115.147,29	118.942.628,09	118.942.628,09		172.519,20
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
506.082,33	26.084,36	408.550,83				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.20TP.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.186.518.837,00	2.128.509.437,00	2.128.509.437,00	2.123.576.455,17	2.123.576.455,17		4.932.981,83
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
3.646.433,55	3.593.240,40	36.023,48				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.216H.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos – Nacional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
58.382.176,00	57.382.176,00	56.793.939,41	56.779.623,05	56.779.623,05		14.316,36
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
				1.176	1.176	1.083
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 1/1/2017</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Realizada</b>	
96.310,06	22.034,58					

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.125.0581.2508.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão e	Manutenção
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.534.720,00	5.234.720,00	2.882.328,50	633.223,56	633.223,56		2.249.104,94
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Unidade Aparentada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				33	33	2
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
6.147.818,68	4.943.258,69	168.871,33	Unidade Aparentada		Unidade	32

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.131.0581.2549.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Comunicação e Divulgação Institucional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.817.360,00	9.917.360,00	9.537.052,27	8.471.552,49	8.471.552,49		1.065.499,78
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Matéria veiculada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				83.000	83.000	74.902
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.810.887,67	1.441.730,65	941.796,04	Matéria veiculada	Unidade	258	



**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.3752.0001			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Implantação de Procuradorias nas Varas Federais					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.000.000,00	12.480.000,00	946.202,92	669.271,63	614.564,13		276.931,29
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Procuradoria implantada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				15	15	4
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
2.912.241,17	2.886.093,31	11.147,86	Procuradoria implantada		Unidade	4

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.062.0581.4264.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
563.884.526,00	496.384.526,00	479.735.853,00	421.084.640,54	418.856.177,00	2.228.463,54	58.651.212,46
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Parecer elaborado			Unidade	2.018.791	2.018.791	2.115.168
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
67.873.878,48	43.787.044,71	4.670.875,46	Parecer elaborado	Unidade	192.674	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.062.0581.4264.0229			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal – No Município de Tabatinga-AM					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	777.843,50	777.843,50	777.843,50		
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Parecer elaborado			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				3.500	3.500	3.500
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
			Parecer elaborado	Unidade		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.7E53.1436			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa – PB					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	364.230,73	10.491,20	10.491,20		353.739,53
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Edifício construído			% de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado
				1	1	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.623.681,62			Edifício construído	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.7J45.3273			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória – ES					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	10.000.000,00	288.861,46	47.218,74	47.218,74		241.642,72
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	20	20	1
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.627.810,93	661.511,08	157.224,71	Edifício construído	% de execução física	1	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.7U76.1883			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Lagarto - SE					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.580.000,00	1.580.000,00					
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Edifício construído			% de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado
				28		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
750.000,00		750.000,00	Edifício construído	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.122.0581.7X71.0229			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Tabatinga - AM					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00					
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
Edifício reformado			% de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado
				100		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
			Edifício construído	% de execução física		

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.122.0581.7X73.5664			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região em Brasília - DF					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	993.935,57	29.726,87	29.726,87		964.208,70
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado			% de execução física	100	100	1
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
			Edifício construído	% de execução física		



**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.301.2100.2004.5664			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	59101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar Inscritos 2017</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.167.662,37	1.167.662,37	1.167.662,37	1.155.432,00	1.155.432,00		12.230,37
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
101.021,31	96.105,92	22,20				

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

**Ações de outras unidades orçamentárias executadas parcialmente pelo MPF**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	03.301.0581.2004.0053			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	34103					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.209.694,00	14.209.694,00	14.209.694,00	14.209.694,00	14.209.694,00		
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

**Ações de outras unidades orçamentárias executadas parcialmente pelo MPF**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.301.0581.2004.5664			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34105					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
209.160,00	209.160,00	209.160,00	209.160,00	209.160,00		
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
45.084,36	45.084,36					

**Anexo A ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

**Ações de outras unidades orçamentárias executadas parcialmente pelo MPF**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	03.128.0581.20HP.0001			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581		<b>Tipo:</b>	Gestão	e
<b>Unidade Orçamentária</b>	34105					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
349.079,04	349.079,04	349.079,04	349.079,04	349.079,04		
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
340.693,38	337.443,07					

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

**Ações não previstas LOA do exercício – Restos a pagar – OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.10TY.1853			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju – SE				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
33.323.617,75		256.565,70	Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.1132.3166			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia – MG				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
162.864,14	156.294,48	6.569,66	Edifício construído	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.114S.0101			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo – SP				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
54.928,60			Edifício reformado	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.11KE.0101			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre – RS				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
129.880,90	129.687,61	193,29	Edifício construído	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.12A0.0101			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu – PR				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
179.876,56			Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.139G.2261			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Salvador – BA				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
2.749.073,00			Terreno adquirido	Unidade	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.139W.2056			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal – RN				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
178.274,71	178.274,71		Edifício reformado	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.13BH.3756			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ourinhos – SP				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
10.183,50	10.183,50		Edifício construído	% de execução física	



**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.13BI.3914			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São João da Boa Vista – SP				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
27.624,00	27.624,00		Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.13BS.3346			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo – RJ				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
816.098,67	760.168,39	55.930,28	Edifício reformado	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.14ZR.0600			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias - MA				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.132.137,48	588.177,70	543.959,78	Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.153T.3341			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
6.440.000,00			Imóvel adquirido	Unidade	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.15AM.0211			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Manaus - AM				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
936.600,00	187.320,00		Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.15AN.1964			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Barreiras – BA				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
5.768.215,96	3.852.010,51		Edifício construído	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.15B0.3341			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.870.000,00			Imóvel adquirido	Unidade	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.15L7.0238			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
717.848,31	717.848,31		Edifício reformado	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.1146.4798			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul – RS				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
167.235,90	127.104,44	5.323,96	Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.1067.1721			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada – PE				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
84.978,33	10.917,30	74.061,03	Edifício construído	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.7U88.1869			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Estância – SE				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.163.383,97	10.163,58	1.150.000,00	Edifício construído	% de execução física	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	03.122.0581.7U89.0734			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em São Luís – MA				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
220.660,22			Edifício construído	% de execução física	

**Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA**

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	03.122.0581.7W41.3923			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em São José dos Campos - SP				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				
<b>Programa</b>	Defesa da Ordem Jurídica	<b>Código:</b> 0581	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	34101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
191.190,00	57.357,00		Edifício construído	% de execução física	

**Anexo ao item 3.9 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores**

Valores em R\$1,00

<b>Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados</b>					
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 1/1/2017 (a)</b>	<b>Pagos (b)</b>	<b>Cancelados (c)</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2017 (d)=(a-b-c)</b>	
2016	1.277.978,99	1.266.820,20	2.884,17	8.274,62	
2015	59.158,25	55.827,02	96,19	3.235,04	
2014	22.001,32	21.034,18	3,09	964,05	
2013	2.581,75			2.581,75	
2012	10.293,42		4.509,04	5.784,38	
2011	14.202,63	6.695,75	7.506,88		
2010					
2009					
2008	943.658,64			943.658,64	
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>					
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 1/1/2017 (e)</b>	<b>Liquidados (f)</b>	<b>Pagos (g)</b>	<b>Cancelados (h)</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2017 (i)=(e-g-h)</b>
2016	111.340.196,53	79.119.502,75	79.110.813,10	3.614.163,50	28.615.219,93
2015	49.709.020,75	28.042.328,94	28.042.328,94	6.117.582,18	15.549.109,63
2014	9.090.657,75	584.819,13	584.819,13	356.495,98	8.149.342,64
2013	18.460.112,00	266.555,03	266.555,03	130.594,57	18.062.962,40
2012	17.201.019,41	41.131,68	41.131,68	97.856,74	17.062.030,99
2011	128.647,89			32.502,89	96.145,00
2010	183.546,84			3.670,28	179.876,56
2009					
2008	54.928,60				54.928,60



**Anexo A ao item 3.10 - Informações sobre a Execução das Despesas**

Unidade orçamentária: Ministério Público Federal					Código UO: 34101		UGO: 200097	
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	377.068.039,69	10,11%	353.486.312,92	10,61%	300.621.996,69	8,27%	254.831.461,14	7,91%
a)Convite	16.134,29	0,00%	138.865,00	0,00%	15.228,37	0,00%	106.000,00	0,00%
b)Tomada de Preços	3.754.192,03	0,10%	1.551.626,77	0,05%	2.002.195,74	0,06%	136.717,09	0,00%
c)Concorrência	48.165.345,67	1,29%	32.972.290,26	0,99%	36.094.115,49	0,99%	13.339.499,21	0,41%
d)Pregão	325.132.367,70	8,72%	318.823.530,89	9,57%	262.510.457,09	7,22%	241.249.244,84	7,49%
e) Concurso								
f)Consulta								
g)Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2.Contratações Diretas (h+i)	184.400.555,98	4,95%	143.610.288,47	4,31%	177.689.463,74	4,89%	135.999.130,86	4,22%
h)Dispensa	82.879.323,88	2,22%	80.788.894,92	2,42%	78.339.193,65	2,15%	75.832.926,62	2,36%
i)Inexigibilidade	101.521.232,10	2,72%	62.821.393,55	1,89%	99.350.270,09	2,73%	60.166.204,24	1,87%
3.Regime de Execução Especial	420.205,18	0,01%	384.744,63	0,01%	420.205,18	0,01%	384.744,63	0,01%
j)Suprimento de Fundos	420.205,18	0,01%	384.744,63	0,01%	420.205,18	0,01%	384.744,63	0,01%
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	2.899.623.285,60	77,77%	2.572.630.761,16	77,20%	2.892.893.496,39	79,54%	2.568.234.783,48	79,76%
k)Pagamento em Folha	2.879.291.292,74	77,22%	2.554.936.657,57	76,66%	2.872.561.503,53	78,98%	2.550.540.679,89	79,21%
l)Diárias	20.331.992,86	0,55%	17.694.103,59	0,53%	20.331.992,86	0,56%	17.694.103,59	0,55%
5.Outros	267.106.425,08	7,16%	262.489.025,70	7,88%	265.386.875,78	7,30%	260.532.837,25	8,09%
6.Total das Despesas da UPC (1+2+3+4+5)	3.728.618.511,53	100,00%	3.332.601.132,88	100,00%	3.637.012.037,78	100,00%	3.219.982.957,36	100,00%

**Anexo B ao item 3.10 - Informações sobre a Execução das Despesas**

Unidade Orçamentária: Ministério Público Federal			Código da UO: 34.101				UGO: 200097	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processado		Valores Pagos	
MATERIAL DE CONSUMO	12.246.475,92	13.255.318,21	8.109.945,54	8.960.764,33	4.136.530,38	4.294.553,88	8.066.793,34	8.949.703,36
PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	3.220,00		3.220,00				3.220,00	
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	281.614,40	3.220,00	276.310,40	3.220,00	5.304,00		276.310,40	3.220,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.926.593,32	6.719.169,23	7.901.394,33	6.405.660,19	25.198,99	313.509,04	7.901.394,33	6.405.660,19
SERVICOS DE CONSULTORIA	23.760,00	233.433,57	10.800,00	6.873,00	12.960,00	226.560,57	10.800,00	6.873,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PFISICA	39.379.900,96	36.302.091,62	38.360.197,50	35.318.387,85	1.019.703,46	983.703,77	38.339.378,91	35.306.628,74
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	178.194.000,15	172.194.578,30	170.289.289,61	166.435.490,26	7.904.710,54	5.759.088,04	168.710.703,97	165.701.640,18
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ (MOD 90 E 91)	260.848.440,12	224.091.126,35	233.107.225,40	197.500.169,89	27.741.214,72	26.590.956,46	233.023.875,59	196.979.406,39
AUXILIO-ALIMENTACAO	118.997.409,27	116.104.156,20	118.824.890,07	116.026.624,70	172.519,20	77.531,50	118.824.890,07	116.026.624,70
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS (MOD 90 E 91)	1.292.135,48	1.183.202,06	1.237.349,92	1.125.240,07	54.785,56	57.961,99	1.237.349,92	1.124.694,74
AUXILIO-TRANSPORTE	4.789.845,17	4.208.160,47	4.617.670,21	4.191.160,47	172.174,96	17.000,00	4.617.670,21	4.191.160,47
PENSOES ESPECIAIS	11.244,00	10.560,00	11.244,00	10.560,00			11.244,00	10.560,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MOD 90 E 91)	2.423.875,11	2.891.162,36	2.414.853,51	2.890.417,64	9.021,60	744,72	2.414.853,51	2.890.417,64
INDENIZACOES E RESTITUICOES	66.613.494,01	70.099.559,91	66.046.620,50	69.120.045,86	566.873,51	979.514,05	65.988.725,40	69.120.045,86
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	234.193,65	217.256,28	234.193,65	172.477,63		44.778,65	234.193,65	172.477,63
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processado		Valores Pagos	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>



**Anexo C ao item 3.10 - Informações sobre a Execução das Despesas**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	200097	020001	34101.03.062.0581.4264			40.000,00
	200097	090002	34101.03.062.0581.4264			28.534,00
	200097	110407	34101.03.062.0581.4264			137.084,00
	200097	135019	34101.03.062.0581.4264			45.220,00
	200097	080019	34101.03.062.0581.4264			12.500,00
	200097	090033	34101.03.062.0581.4264			6.639,00
	200097	090026	34101.03.062.0581.4264			11.736,00
	200097	200109	34101.03.062.0581.4264			103.332,00
	200097	170115	34101.03.062.0581.4264			4.659,00
<b>Recebidos</b>	590001	200097	59101.03.301.2100.2004			1.167.662,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						

**Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos**

<b>Unidade concedente ou contratante: 200097 - SECRETARIA GERAL-MINISTERIO PUBLICO FEDERAL</b>						
Nome	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Outras Transferências	5	4	4	196.493,34	87.003,41	313.483,45
Termo de execução descentralizada	4	2	4	193.211,00	61.035,73	265.187,40
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>389.704,34</b>	<b>148.039,14</b>	<b>578.670,85</b>

**Anexo D ao item 3.10 Informações sobre a execução das despesas**  
**Quadro – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200097	200234	34101.03.062.0581.4264			911.766,00
Recebidos	200234	200100	34105.03.122.0581.20HP			349.079,00
	200234	200100	34105.09.301.0581.2004			209.160,00
	200234	380004	34105.03.122.0581.20HP			286.962,00
	200009	200100	34103.09.301.0581.2004			14.209.694,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

**Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

<b>Unidade concedente ou contratante: 200097 - SECRETARIA GERAL-MINISTERIO PUBLICO FEDERAL</b>						
Nome						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Outras Transferências	5	4	4	196.493,34	87.003,41	313.483,45
Termo de execução descentralizada	4	2	4	193.211,00	61.035,73	265.187,40
Totais	9	6	8	389.704,34	148.039,14	578.670,85

**Anexo ao item 3.12 – Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho**

<b>Denominação</b>	<b>Índice Observado em 2016</b>	<b>Índice Observado em 2017</b>	<b>Índice Previsto</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fórmula de cálculo</b>
Acessibilidade	4,95%	19,57%	100% até 2020	Anual	(Número de Unidades adequadas / Total de Unidades) * 100
Apoio de pesquisa e análise à investigação	84%	84,00%	80% em 2017 100% até 2020	Semestral	(Número de Unidades adequadas / Total de Unidades do MPF)*100
Arquivamento definitivo	Mensuração em reformulação	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	Semestral	(Número de arquivamentos por solução do problema / Número de processos extrajudiciais no período, excluídos arquivamentos por declínio de competência e os em virtude de prescrição) * 100
Capacitação Estratégica	40%	46,33%	50% em 2017	Semestral	(Nº de ações diretamente relacionadas ao planejamento estratégico / Nº de ações realizadas) * 100
Comunicação interna	87,35%	60,50%	80% ao ano	Semestral	(Nº de membros e servidores satisfeitos com as ações de comunicação / Nº de membros e servidores que avaliaram as ações) * 100
Cumprimento da Estratégia	61,11%	69,23%	100% até 2020	Semestral	(Nº de metas cumpridas / Nº de metas do Planejamento Estratégico Institucional) * 100
Cumprimento da LOA	98,96%	89,34%	95% ao ano	Semestral	(Total de despesas liquidadas + restos a pagar / Provisão recebida) * 100
Cumprimento de Recomendações	89,32%	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	Semestral	(Recomendações acatadas no período / Total de recomendações expedidas no período) * 100
Demandas periciais reprimidas	10,17%	8,45%	25%	Semestral	(Quantidade de perícias pendentes há 6 meses / Perícias solicitadas) * 100
Favorabilidade das ações cíveis/tutela	72,56%	77,64%	75% ao ano	Semestral	(Número de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) * 100
Favorabilidade das ações criminais	77,53%	78,16%	75% ao ano	Semestral	(Número de ciências em ações criminais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações criminais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) * 100
Favorabilidade das ações de improbidade	74,26%	73,26%	75% ao ano	Semestral	(Número de ciências em ações de improbidade favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações de improbidade favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) * 100
Favorabilidade das ações eleitorais	85,89%	86,24%	75% ao ano	Semestral	Número de ciências em ações eleitorais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações eleitorais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) * 100

Denominação	Índice Observado em 2016	Índice Observado em 2017	Índice Previsto	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Favorabilidade das ações judiciais	76,67%	77,52%	75% ao ano	Semestral	(Número de ciências favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) * 100
Favorabilidade no ajuizamento de ações	94,11%	94,68%	75% ao ano	Semestral	(Denúncias aceitas pelo Judiciário / Denúncias encaminhadas ao Judiciário) * 100
Gestão ambiental	Mensuração em reformulação	Mensuração em reformulação	100% até 2020 Indicador em reformulação	Semestral	(Número de Unidades adequadas / Número de Unidades) * 100
Implantação do Planejamento Estratégico	93,75%	95,31%	94% em 2017 e 100% até 2020	Semestral	(Nº de unidades gestoras, Câmaras, PFDC e Secretarias com Painel de Contribuição implantado / Nº total de unidades) * 100
Participação Legislativa	80%	75,32%	80% em 2017	Semestral	(Participações em audiências públicas de interesse do MPF / Total de audiências públicas com convite de participação do MPF) * 100
Percepção de Imagem do MPF	Mensuração em reformulação	76,2%	70% até 2017	Bienal	(Número de respondentes satisfeitos / Número de respondentes) * 100
Planejamento Estratégico de TI	77,27%	81,82%	80% em 2017 e 100% em 2020	Semestral	(Número de metas cumpridas / Número de metas do PETI) * 100
Planejamento Orçamentário	98,61%	97,22%	95% ao ano	Semestral	(Total provisionado / Total planejado) * 100
Prescrição de procedimentos extrajudiciais	Mensuração em reformulação	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	Semestral	(Número de PICs, IPLs e ICPs prescritos / Número de PICs, IPLs e ICPs finalizados) * 100
Prescrição em processos judiciais	1,26%	1,19%	Meta em estudo	Semestral	(Número de ações judiciais extintas pela prescrição / Número de ações encaminhadas ao MPF pelo Judiciário) * 100
Proximidade física com o cidadão	81,7%	87,61%	100% até 2020	Anual	(Número de Unidades com SAC / Número de Unidades) * 100
Quantidade de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs)	Mensuração em reformulação	144	100 ao ano	Semestral	(TACs cumpridos no período / Total de TACs expedidos no período) * 100
Quantitativo de condenações	Mensuração em reformulação	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	Semestral	Quantidade de condenações
Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)	36	10	40 em agosto de 2017 Indicador em reformulação	Semestral	Número de enunciados aprovados pelo Colegiado da Câmara, publicados e divulgados.

<b>Denominação</b>	<b>Índice Observado em 2016</b>	<b>Índice Observado em 2017</b>	<b>Índice Previsto</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fórmula de Cálculo</b>
Quantitativo de membros	98,04%	97,27%	90% até 2020	Semestral	(Quantidade de Ofícios ocupados / Total de Ofícios do MPF) * 100
Quantitativo de servidores	96,37%	97,7%	95% até 2020	Semestral	(Número de servidores existentes / Número de servidores definido a partir dos critérios fixados pelas instâncias competentes) * 100
Repercussão na mídia	100%	99,78%	90% ao ano	Trimestral	Número de publicações espontâneas na mídia que citam o MPF ou suas Unidades no período.
Ressarcimento de danos monetários	R\$ 8.510.297,86	Mensuração em reformulação	Meta em estudo	Semestral	Valor total do montante recuperado pelo MPF
Rotatividade de Membros (evasão)	0,18%	0%	Abaixo de 1% ao ano	Semestral	(Número de Membros que se desligaram do MPF/ Número de Membros do quadro efetivo do MPF no final do período)*100
Rotatividade de servidores (evasão)	1,52%	0,16%	Abaixo de 5% ao ano	Semestral	(Número de servidores que se desligaram do MPF/ Número de servidores do quadro efetivo do MPF no final do período)*100
Satisfação Institucional (membros)	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	80% até 2020	Anual	(Número de membros satisfeitos com a instituição / Número de respondentes da pesquisa) * 100
Satisfação Institucional (servidores)	Mensuração em reformulação	Indicador em reformulação	80% até 2020	Anual	(Número de servidores satisfeitos com a instituição / Número de respondentes da pesquisa) * 100
Segurança institucional	50,75%	Indicador em reformulação	100% até 2017	Semestral	(ATS realizadas x 100 /total de Unidades PRs, PRRs, PRMs) + (PSO em conformidade com o PSI x 100/total de unidades PRs, PRRs e PRMs) / 2
Transparência	95,8%	99,84%	100% em 2017	Trimestral	(Número de usuários satisfeitos com a transparência / Número de respondentes da pesquisa) * 100



**Anexo ao item 3.13 – Outras Informações da Gestão Estratégica**

<b>Portfólio do Escritório de Projetos do MPF</b>	<b>Classificação</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Situação</b>
Gestão Socioambiental	Administrativo	10/10/2012	16/05/2017	Encerrado
Qualidade da Água	Finalístico	01/09/2014	31/05/2017	Encerrado
Ministério Público Federal pelo Gerenciamento Costeiro R\$ 0,00 MPFGERCO	Finalístico	15/09/2014	28/02/2018	Execução
MPF na Comunidade	Finalístico	01/03/2015	20/12/2017	Planejamento
Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas	Finalístico	02/08/2015	15/03/2017	Execução
Certificação na Norma ISO 9001:2008 dos Gabinetes do PGR e do Secretário R\$ 0,00 Geral	Administrativo	23/03/2015	30/07/2017	Encerrado
Certificação na Norma ISO 9001:2008 da 1ª e 3ª Camara de Coordenação e Revisão	Administrativo	23/03/2015	30/07/2017	Encerrado
Memória e Verdade R\$ 0,00 Repositório Digital	Finalístico	21/01/2016	30/08/2017	Suspensão
Cruzamento de dados relativos a beneficiários do Programa Bolsa Família R\$ 0,00 BIR\$ 0,00 PBF	Finalístico	04/05/2015	28/02/2017	Execução
Projeto Maxakali	Finalístico	10/03/2015	10/07/2017	Execução
Projeto Reforma Agrária	Finalístico	22/05/2015	31/03/2017	Execução
Relatórios Gerenciais da Secretaria de Gestão de Pessoas	Administrativo	01/06/2015	04/06/2016	Execução
Oráculo R\$ 0,00 Versão 2: Base Centralizada de Informações Cadastrais e Financeiras do MPU	Administrativo	03/08/2015	24/06/2016	Execução
Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas	Finalístico	01/06/2016	01/10/2017	Encerrado
O aprimoramento da representação (fiscal ou não) para fins penais da Receita Federal	Finalístico	01/08/2016	18/12/2017	Execução
Gestão por Competências (GPC)	Administrativo	15/03/2016	16/03/2018	Execução
MPEDUC 2.0 R\$ 0,00 Novo Sistema de Gestão dos Projetos do MPEDUC	Finalístico	30/11/2015	26/01/2017	Encerrado
Sistema de Solicitação Eletrônica de Capacitação R\$ 0,00 SEC	Administrativo	30/11/2015	02/10/2017	Encerrado
Sistema de Gestão de Eventos	Administrativo	01/10/2015	11/08/2017	Execução
Sistema de Seleção Automatizada de Membros R\$ 0,00 SISAM	Administrativo	22/02/2016	31/03/2017	Encerrado
SISCONTA ELEITORAL R\$ 0,00 Pleito 2016	Finalístico	01/02/2016	20/12/2017	Execução
Mapeamento de Ofícios e Funções da 7ª CCR	Finalístico	16/09/2016	30/04/2018	Execução
Rede Nacional de Atuação Emergencial da PFDC/MPF na Temática da Epidemia de Vírus Transmitido pelo aedes aegypti (dengue, chicungunha e zica) R\$ 0,00 PFDC/RENAEDCZ	Finalístico	01/02/2016	31/01/2017	Execução
Aperfeiçoamento da Ferramenta de Inquéritos Policiais da 7ª CCR (FIPOL)	Finalístico	20/06/2016	19/12/2017	Execução
Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas R\$ 0,00 Fase II	Finalístico	01/06/2016	15/12/2017	Execução
Sistemática de Monitoramento do Direito ao Início do Tratamento do Câncer	Finalístico	01/08/2016	31/08/2017	Execução
Sistema de Controle de Frequência de Estagiários	Administrativo	12/09/2016	30/11/2017	Execução
Sistema de Controle de Telefonia / CONTEL	Administrativo	14/09/2016	13/09/2017	Execução

**Anexo ao item 3.13 – Outras Informações da Gestão Estratégica**

<b>Portfólio do Escritório de Projetos do MPF</b>	<b>Classificação</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Situação</b>
Carona Solidária	Administrativo	01/09/2016	19/12/2017	Encerrado
Sistema de Gerenciamento de Certificados do MPF	Administrativo	01/09/2016	06/03/2017	Encerrado
Saúde em Rede	Administrativo	19/09/2016	19/12/2017	Execução
Fortalecimento Nacional da Segurança do Ministério Público Federal	Administrativo	25/07/2016	31/05/2017	Encerrado
SIGOV R\$ 0,00 Sistema de Governança Institucional do MPF R\$ 0,00 Fase 2	Administrativo	01/09/2016	24/10/2017	Execução
Certificação na norma ISO 9001:2015 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão	Administrativo	12/05/2016	30/06/2017	Encerrado
Certificação na norma ISO 9001:2015 do Escritório de Projetos	Administrativo	01/09/2016	15/11/2017	Suspensão
BI da Revisão da 3ª CCR	Administrativo	01/09/2016	29/06/2018	Execução
Padronização de Ementas	Administrativo	08/08/2016	30/08/2017	Encerrado
Sistema de Controle Eletrônico do Teletrabalho do MPF	Administrativo	15/08/2016	30/06/2017	Encerrado
Sistema de Painel de Controle de Procedimentos da 1ª CCR R\$ 0,00 Parte 1	Administrativo	01/08/2016	01/08/2017	Execução
Plano Diretor de Saúde	Administrativo	12/08/2016	12/06/2017	Encerrado
Projeto de Gestão do Conhecimento da 6ª CCR	Finalístico	01/10/2016	01/04/2018	Execução
Novo Sistema de Concurso de Procurador da República / CPR 2.0	Administrativo	31/10/2016	20/12/2017	Execução
Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada	Administrativo	10/11/2016	09/11/2017	Execução
Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP 2.0	Administrativo	01/11/2016	31/10/2017	Encerrado
APTUS 5.0	Finalístico	09/01/2017	15/12/2017	Execução
Qualidade de Vida no Trabalho R\$ 0,00 QVT	Administrativo	03/10/2016	29/09/2017	Encerrado
Implantação da Metodologia Building Information Modeling nos Processos de Trabalho de Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura / BIM	Administrativo	17/10/2016	09/05/2018	Execução
Projeto Desenvolver R\$ 0,00 Programa de Desenvolvimento Gerencial R\$ 0,00 Líder Coach	Administrativo	04/06/2016	03/12/2017	Execução
Modernização do Sistema Pericial	Administrativo	19/09/2016	06/07/2018	Encerrado
Painel de Indicadores da Secretaria Geral	Administrativo	01/10/2016	22/09/2017	Execução
Aldeia da Memória R\$ 0,00 Biblioteca Virtual do MPF R\$ 0,00 Fase 2	Finalístico	24/10/2016	23/10/2017	Execução
Sistema de Alerta Precoce e Resposta Rápida de Conflitos Sociais	Finalístico	01/04/2017	01/12/2017	Execução
Certificação ISO 9001:2015 da Secretaria de Administração	Administrativo	01/09/2016	31/07/2017	Encerrado
Plano Diretor de Gestão de Pessoas	Administrativo	16/09/2016	28/04/2017	Execução
Implantação do Procedimento Eletrônico	Administrativo	15/09/2016	31/08/2017	Encerrado
Atendimento da Etapa 1 de Acessibilidade na PGR, PRRs e PRs/Acessibilidade R\$ 0,00 Fase 2	Administrativo	15/12/2016	14/12/2017	Execução

**Anexo ao item 3.13 – Outras Informações da Gestão Estratégica**

<b>Portfólio do Escritório de Projetos do MPF</b>	<b>Classificação</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Situação</b>
BI Fraudes Previdenciárias R\$ 0,00 Fase 1	Finalístico	20/11/2016	20/11/2017	Execução
Formação técnica de equipes para fiscalização de manutenção predial e consultoria em gestão de manutenção predial	Administrativo	15/01/2017	15/12/2017	Execução
Projeto Examinat 2.0	Administrativo	14/12/2016	02/12/2017	Execução
Sistema de Seleção Automatizada de Membros R\$ 0,00 SISAM (Módulo Itinerâncias)	Administrativo	06/03/2017	02/03/2018	Execução
EXTRACTUS 2.0	Administrativo	09/01/2017	24/11/2017	Execução
SITTEL 2017	Finalístico	09/01/2017	19/12/2017	Execução
MPEduc 3.0 R\$ 0,00 Desenvolvimento de Site Integrado	Finalístico	29/05/2017	08/07/2018	Execução
Radar Ambiental R\$ 0,00 Fase 1	Finalístico	09/01/2017	15/12/2017	Execução
Transparência das Informações Ambientais R\$ 0,00 Fase 1	Finalístico	09/01/2017	31/05/2018	Execução
Sistema de Gestão de Estágio Probatório de Servidores	Administrativo	04/09/2017	17/11/2018	Iniciação
Sistema Único 2017	Administrativo	09/01/2017	19/12/2017	Execução
Gestão das tabelas do CNMP no MPF	Finalístico	21/08/2017	15/12/2017	Execução
Sistema Cidadão Etapa 5	Finalístico	28/08/2017	23/07/2018	Iniciação
Efetivação das Condenações por Ato de Improbidade Administrativa	Finalístico	24/11/2016	15/09/2017	Iniciação
Plano Diretor de Segurança	Administrativo	19/01/2017	31/08/2017	Suspensão
Aplicativo de Publicações	Administrativo	01/11/2016	29/09/2017	Suspensão
Identificação Patrimonial Via Simba R\$ 0,00 IPS	Finalístico	09/01/2017	13/07/2017	Planejamento
Portal da Rede de Biblioteca do MPF	Administrativo	01/06/2017	30/06/2018	Planejamento
Dialogo entre a Alta Administração e os Servidores do MPF	Administrativo	12/06/2017	15/09/2017	Planejamento
Sistematização do Atendimento e Mensuração de Resultados em Comunicação	Administrativo	02/02/2017	19/12/2017	Execução
Laboratório de Inovação do MPF R\$ 0,00 Unidade de Inovação da SIR\$ 0,00SAÚDE	Administrativo	02/05/2017	25/10/2017	Iniciação
Certificação ISO 9001:2015 na Sala de Atendimento ao Cidadão R\$ 0,00 PR/BA	Administrativo	01/03/2017	15/09/2017	Execução
Preservação da História e da Memória Institucional do MPF no PR/RS	Administrativo	04/09/2017	23/12/2018	Execução
Mapeamento dos fluxos finalísticos da 1ª, 2ª e 3ª instância	Finalístico	06/06/2017	31/08/2017	Iniciação
Programa Fortificar Agente	Administrativo	21/08/2017	20/08/2018	Execução
Portal de Solicitações de Serviços de Infraestrutura de TI R\$ 0,00 PSSITI	Administrativo	14/08/2017	13/08/2018	Iniciação
Nova Rede Nacional do MPF	Administrativo	14/08/2017	19/12/2018	Iniciação
Portal de Contas Partidárias da PRE/DF	Finalístico	01/09/2017	31/08/2018	Iniciação

**Anexo ao item 3.13 – Outras Informações da Gestão Estratégica**

<b>Portfólio do Escritório de Projetos do MPF</b>	<b>Classificação</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Situação</b>
Projeto Catálogo Nacional de Serviços da AUDIN	Administrativo	02/10/2017	02/10/2018	Iniciação
Cidadão em Ação	Finalístico	26/06/2017	26/06/2018	Iniciação
Dimensionamento da Força de Trabalho do MPF	Administrativo	01/06/2017	28/02/2018	Planejamento

1. Abrange custos de gratificação por projeto, contratações, investimentos e aquisições em geral, despesas de diárias e passagens e capacitação. A Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica, no contexto da Gestão de Projetos, é responsável pela programação e execução orçamentária dos recursos de gratificação por projetos, apenas. As informações de programação e execução orçamentária dos demais recursos é de responsabilidade da Unidade Administrativa de Gestão respectiva

**Anexo A ao Item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários**

UNIDADE MPF	Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)
	TOTAL DE CONTRATOS
PGR	28
PRR-1ªR	6
PRR-2ªR	10
PRR-3ªR	10
PRR-4ªR	7
PRR-5ªR	3
PR/AC	14
PR/AL	5
PR/AM	17
PR/AP	3
PR/BA	6
PR/CE	21
PR/DF	6
PR/ES	10
PR/GO	28
PR/MA	17
PR/MG	13
PR/MS	6
PR/MT	10
PR/PA	9
PR/PB	20
PR/PE	6
PR/PI	4
PR/PR	8
PR/RJ	18
PR/RN	11
PR/RO	4
PR/RR	10
PR/RS	8
PR/SC	39
PR/SE	4
PR/SP	20
PR/TO	12

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República			CNPJ: 26.989.715/0050-90			
UG/Gestão: 200100			Informações sobre os contratos			
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviço técnicos continuados de adequação e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos no edifício-sede da Procuradoria Geral da República, na imóveis administrados pela PGR/MPF e nas áreas circunvizinhas aos lotes, com fornecimento de todo material de consumo, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, sem custos adicionais para o Contratante, e fornecimento de peças e componentes com ressarcimento	RCS TECNOLOGIA LTDA (08.220.952/0001-22)	24/03/2015	23/03/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Prestação de serviços de faturamento, processamento de contas médicas e auditoria técnica relativos à rede credenciadas do Distrito Federal, bem como às demais unidades da Federação no que se referir ao credenciamento com a Gama Saúde e com a Unimed FESP, a serem executados de forma centralizada na sede do Plan-Assiste/MPF em Brasília.	BRASILMED AUDITORIA MEDICA E SERVICOS S/S LTDA (00.706.148/0001-46)	03/02/2017	02/02/2019	Ensino Médio Completo	A
2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de todos os materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da sede da PGR, e seus anexos.	CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA (26.414.755/0001-26)	09/05/2014	08/05/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Prestação de serviços de manutenção predial, com mão de obra de marceneiro, pintor, pedreiro, ajudante, encarregado, vidraceiro, serralheiro e fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços.	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA - EPP (06.200.377/0001-70)	14/04/2014	13/04/2017	Sem exigência	E
2016	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de som e imagem no Edifício- Sede da Procuradoria Geral da República e nos imóveis administrados pela PGR/MPF.	MATOS E RANGEL LTDA - ME (38.055.117/0001-45)	18/06/2016	17/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço de apoio administrativo, transporte de mobiliário e afins, operação de fotocópia, operação de telemarketing, serviço de ascensorista, operação de mesa telefônica, mecânica automotiva e lavagem de veículo oficiais	WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS EIRELI (56.419.492/0001-09)	10/08/2015	09/08/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de serviço por meio de mão de obra residente de almoxarife, marceneiro e ajudante de marceneiro, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo.	DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (03.591.509/0001-44)	04/11/2015	03/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR	ASBIBOP - SERVICOS DE BOMBEIRO BRIGADISTA PARTICULAR CIVIL LTDA - EPP (10.811.374/0001-40)	16/07/2015	15/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de serviços técnicos de operação de áudio no estúdio de rádio da PGR.	MATOS E RANGEL LTDA - ME (38.055.117/0001-45)	16/07/2015	15/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço técnicos de operação do sistema de monitoramento, manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores, marca Thyssenkrupp, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata, mediante ressarcimento	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA (90.347.840/0006-22)	14/08/2015	13/08/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	prestação de serviços de gerenciamento, monitoramento, manutenção preventiva, manutenção corretiva com fornecimento de peças e suporte técnico em solução de telefonia IP Easy PABX, incluindo: sistema de bilhetagem, tarifação, gerenciamento, monitoramento, console de operadora, correio de voz e Session Border Controller, com técnico residente, visando atender a Procuradoria Geral da República e algumas Unidades do Ministério Público Federal - MPF.	DIGI SOLUCOES DE COMUNICACAO LTDA (06.126.611/0001-67)	05/12/2016	04/12/2018	Ensino Médio Completo	P
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, em regime de empreitada global, para atender às necessidades da Procuradoria Geral da República - sede, anexos e residência do titular da chefia do Ministério Público da União.	AGROSERVICE SEGURANCA LTDA (03.602.646/0001-37)	04/09/2017	03/09/2018	Ensino Fundamental Completo	A
2017	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva, operacionalização, implantação e remanejamento de pontos de rede de dados e de ramais no Sistema de Cabeamento Estruturado, com fornecimento de mão de obra, sem fornecimento de peças, nas dependências da sede da Procuradoria Geral da República, em seus Anexos I, II e III e nas representações do MPF nas dependências da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, todos em Brasília - DF; e, ainda, em outros que porventura venham a ser incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE, conforme as especificações técnicas e condições constantes do Edital e seus Anexos, para o período de 12 (doze) meses.	RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA MANUTENÇÕES E SERVIÇOS - ME (11.162.311/0001-73)	05/10/2017	04/10/2018	Ensino Médio Completo	A
2015	Prestação de serviço técnicos continuados de manutenção, monitoramento e operação do Sistema de Automação Predial, a serem executados nas dependências da PGR/MPF.	DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (03.591.509/0001-44)	23/11/2015	22/11/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República					CNPJ: 26.989.715/0050-90	
UG/Gestão: 200100						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação dos serviços técnicos de operação dos sistemas de sonorização e comunicação audiovisual e captação de imagens em padrão Broadcasting da PGR.	MATOSE RANGEL LTDA - ME (38.055.117/0001-45)	26/09/2013	26/09/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de serviço de gerenciamento e execução de atividades para atender o berçário da PGR compreendendo atividades relacionadas ao cuidado e educação de crianças em faixa etária de 3 a 14 meses, tais como: psicopedagogia, execução de serviços administrativos, limpeza/desinfecção, preparo de alimentação/cozinha exceto lactário, fornecimento de gênero alimentícios, utensílios e eletrodomésticos de pequeno e médio porte para copa/cozinha, materiais pedagógicos, material de consumo, maquinas e equipamentos necessários	APECE SERVICOS GERAIS LTDA (00.087.163/0001-53)	19/06/2015	18/06/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2013	Prestação de serviços de faturamento, processamento das contas médicas e auditoria técnica, relativa à rede credenciada junto ao convênio Gama Saúde, a serem executados de forma centralizada na sede do Plan-Assiste/MPF em Brasília, com o fornecimento de mão de obra residente.	AUDICARE CONSULTORIA AUDITORIA E GESTAO EM SAUDE LTDA - EPP (05.285.983/0001-73)	10/06/2013	02/02/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de empresa para prestação de serviços de copeiragem no edifício sede da PGR e anexos.	CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA (26.414.755/0001-26)	06/06/2016	05/06/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede estruturada de dados e voz, sem fornecimento de peças e com mão de obra residente.	CONNECT COM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA (00.308.141/0001-76)	15/08/2012	14/08/2017	Sem exigência	E
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção nos sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação mecânica e ar comprimido, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, nos termos do contrato, no edifício da Procuradoria Geral da República (PGR)	DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (03.591.509/0001-44)	07/08/2013	06/08/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva do sistema hidrossanitário, gás liquefeito de petróleo - GLP, irrigação automatizada, poço semi-artesiano, sistema de combate a incêndio constituído por hidrantes e chuveiros automáticos e sistema de Dióxido de Carbono CO2.	PROCLIMA ENGENHARIA LTDA (00.578.617/0001-99)	09/12/2014	08/03/2018	Sem exigência	P
2014	Contratação de serviços técnicos especializados para prestação de serviços de revisor de texto e de programador visual, a fim para auxiliar a Secretaria de Comunicação Social.	PRIME CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA (12.978.443/0001-30)	22/10/2014	21/10/2018	Ensino Superior Completo	P
2015	prestação de serviços continuados de licenciamento perpétuo, de atualização de versão e de suporte técnico do software NetIQ Access Manager, de atualização de versão e de suporte técnico do software Suse Linux Enterprise Server, bem como de serviço de suporte dedicado local (DSE Premium) a ser prestado nas dependências da PGR, todos na modalidade denominada Master License Agreement (MLA).	INGRAM MICRO INFORMÁTICA LTDA (81.627.838/0001-01)	29/12/2015	28/12/2018	Ensino Superior Completo	P
2016	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços profissionais de fotografia, com mão de obra especializada residente de repórter fotográfico, bem como a prestação de serviços sob demanda na área de fotografia.	CINCOM COMUNICAÇÃO ASSESSORIA INTERNACIONAL LTDA (15.130.087/0001-99)	28/06/2016	27/06/2018	Ensino Médio Completo	P
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção civil com fornecimento de mão de obra.	RCS TECNOLOGIA LTDA (08.220.952/0001-22)	19/10/2017	18/10/2018	Ensino Fundamental Completo	A
2012	Prestação de serviços de Vigilância Armada e Desarmada, a serem executados nas dependências da PGR e seus dois Anexos.	AGROSERVICE SEGURANCA LTDA (03.602.646/0001-37)	20/07/2012	03/09/2017	Sem exigência	E
2013	Prestação de serviço continuado de manutenção de jardins, inclusive de vasos com plantas ornamentais, nas dependências da Procuradoria Geral da República e seus edifícios anexos, situados em Brasília, com uma área aproximada 40.200 m² de grama esmeralda e de 1.300 m² de área sombreada, no qual compreenderá o fornecimento de mão de obra e de todos os equipamentos, ferramentas, insumos e Equipamento	CAP - PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO LTDA - ME (06.998.221/0001-87)	01/08/2013	31/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de serviços técnicos de gerenciamento, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento no sistema telefônico PABX AASTRA MX-ONE 4.1 SP 7 e periféricos da PGR, de seus anexos, das dependências das representações do MPF junto ao CADE, STF, STJ, TST e Câmara dos Deputados Anexo II, em Brasília-DF, conforme especificações técnicas	DAMOVO DO BRASIL S.A. (56.795.362/0001-70)	30/09/2015	29/09/2018	Ensino Médio Completo	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Acre					CNPJ: 26.989.715/0006-17	
UG/Gestão: 200069						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de Serviços Terceirizados de Limpeza e Conservação para a Procuradoria da República no Município de Cruzeiro do Sul - AC	C E Z VASCONCELOS E CIA. LTDA. (16.747.373/0001-60)	07/10/2016	02/08/2018	Sem exigência	P
2016	contratação dos serviços de mensageiro e recepcionista para a procuradoria da república no acre	COMLIMP LTDA - ME (08.785.473/0001-53)	10/07/2016	09/03/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de prestadores de serviços terceirizados para o posto de serviço de Jardinagem, para atender à Procuradoria da República no Acre.	D. S MAIA LIMA (13.286.217/0001-51)	04/09/2017	05/09/2019	Sem exigência	A
2013	Contratação de Auxiliar de Serviços Gerais para a PR/AC.	CONCEITOS LIMPEZA & CONSERVACAO LTDA - ME (10.631.537/0001-03)	09/12/2013	08/01/2019	Sem exigência	P
2014	Contratação dos serviços de copeiro e garçom.	COMLIMP LTDA - ME (08.785.473/0001-53)	11/09/2014	10/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Pregão Eletrônico para contratação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de climatização (central tipo Chiller), automação, rede elétrica e infraestrutura de rede estruturada, com mão de obra residente e fornecimento de material, peças e componentes , no edifício-sede da PR/AC.	MPM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP (09.531.729/0001-69)	05/09/2017	04/09/2019	Ensino Médio Completo	A
2017	Contratação de serviços continuados de copeiro, garçom, mensageiro, operador de reprografia, recepcionista, telefonista, auxiliar de serviços diversos para atender às necessidades da Procuradoria da República no Acre (PR/AC) e da Procuradoria da República em Cruzeiro do Sul (PRM/CZS).	CONCEITOS LIMPEZA & CONSERVACAO LTDA - ME (10.631.537/0001-03)	18/10/2017	17/10/2018	Sem exigência	A
2017	Contratação emergencial - Manutenção Elétrica, Automação e Sistema de Ar-condicionado nas dependências da Procuradoria da República no Acre.	JURUÁ SERVIÇOS TÉCNICOS - EPP (01.153.381/0001-01)	24/02/2017	23/08/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de serviços continuados de recepcionista para atender à Procuradoria da República em Cruzeiro do Sul.	MAXIMUS EMPRESARIAL LTDA (03.927.476/0001-60)	14/10/2016	13/10/2017	Sem exigência	E
2013	Contratação de Serviços de Vigilância Armada para a Procuradoria da República no município de Cruzeiro do Sul - AC.	INVIACRE SEGURANCA LTDA EIRELI - EPP (07.134.755/0001-28)	09/12/2013	09/08/2017	Sem exigência	E
2014	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERADOR DE MÁQUINA REPROGRÁFICA, PARA A SEDE DA PR/AC.	COMLIMP LTDA - ME (08.785.473/0001-53)	03/09/2014	02/01/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades da Procuradoria da República no Acre - PR/AC, sendo contratados com base na Área Física a ser limpa, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local objeto da contratação.	C E Z VASCONCELOS E CIA. LTDA. (16.747.373/0001-60)	01/02/2018	31/07/2018	Sem exigência	A
2014	Contratação de Serviços de Telefonista para a Procuradoria da República no Acre - PR/AC.	CONCEITOS LIMPEZA & CONSERVACAO LTDA - ME (10.631.537/0001-03)	02/07/2014	16/08/2017	Ensino Médio Completo	E
2015	Contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância armada diurna e noturna para a nova Sede da Procuradoria da República no Acre.	INVIACRE SEGURANCA LTDA EIRELI - EPP (07.134.755/0001-28)	12/05/2015	09/09/2018	Sem exigência	P



## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Alagoas				CNPJ: 26.989.715/0007-06		
UG/Gestão: 200093						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de aprendizes para a pr/al e prm arapiraca	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA - CIEE (61.600.839/0001-55)	18/02/2014	17/02/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de reprografia para a PR/AL e PRM/Arapiraca/AL, mediante a disponibilização de 2 (duas) máquinas reprográficas multifuncionais (copiadoras/impressoras/scanners) e seus respectivos programas (softwares) de funcionamento, com tecnologia digital a laser, incluindo instalação e assistência técnica dos equipamentos (manutenção preventiva e corretiva), fornecimento de mão de obra (2 operadores, sendo 1 para cada máquina), treinamento e suporte aos usuários e todas as peças, componentes e acessórios necessários, bem como todo o suprimento (material de consumo), exceto papéis reprográficos.	BSF LOCACAO DE MAQUINAS E SERVICOS EIRELI - EPP (10.969.324/0001-96)	05/09/2016	04/09/2018	Sem exigência	P
2017	Contrato para prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, higienização e serviços gerais, copeiragem, contínuo, assistência de manutenção, jardinagem, recepcionistas e supervisor de serviços gerais nas dependências do CONTRATANTE, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário (m² limpo) para os serviços de limpeza e conservação e empreitada por preço global para os demais serviços.	GLOBAL SERVICOS & COMERCIO LTDA (09.439.320/0001-17)	10/01/2018	09/01/2019	Sem exigência	A
2016	Contratação, por Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada em vigilância patrimonial para a prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua com concessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, para atender às necessidades do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Justiça Federal (JF), no Estado de Alagoas.	PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (11.179.264/0007-66)	20/11/2016	19/05/2018	Sem exigência	P
2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, copeiragem, aux. carga e descarga, aux. serviços gerais, jardinagem e recepcionista para a Procuradoria da República no Estado de Alagoas, capital (nova sede) e Arapiraca, conforme especificado no ANEXO I do Edital.	W. E. ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - EPP (00.977.166/0001-62)	10/10/2012	09/01/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Amazonas					CNPJ: 26.989.715/0008-89	
UG/Gestão: 200071						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Procedimento relativo a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção predial, para atender as necessidades da PRM-Tabatinga.	NORTE SUL SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - ME (21.345.025/0001-05)	01/02/2018	31/01/2019	Sem exigência	A
2015	Convênio com a Câmara Municipal de Manaus - Memorial Digital do MPF nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS (04.503.504/0001-85)	25/08/2015	24/08/2030	Sem exigência	P
2013	Despacho de autorização de deflagração de pregão com vistas à contratação de serviço de mensageria. PREGÃO N° 02/2013.	SVX SERVICOS PROFISSIONAIS, CONSTRUCOES E TRANSPORTE LTDA - EPP (13.183.508/0001-14)	17/06/2013	16/06/2017	Sem exigência	E
2017	Procedimento Administrativo referente a prestação do serviço de Serviço de Manutenção Predial e Jardinagem à Procuradoria da República no Estado do Amazonas	ALIANCA SERVICOS DE LIMPEZA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS (08.676.917/0001-12)	01/10/2017	30/09/2018	Sem exigência	A
2017	Contratação - ALIANÇA SERVIÇOS DE LIMPEZA E COMÉRCIO - Apoio Administrativo - PRM-Tabatinga.	ALIANCA SERVICOS DE LIMPEZA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS (08.676.917/0001-12)	11/08/2017	10/08/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Contrato 11/2017 - Apoio Administrativo - PRAM.	GRIFON SERVICOS DE ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA - EPP (13.366.314/0001-54)	07/08/2017	06/08/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Referente ao contrato n° 09/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de mensageria para atender às necessidades da Procuradoria da República no Amazonas.	GRIFON SERVICOS DE ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA - EPP (13.366.314/0001-54)	19/06/2017	18/06/2018	Ensino Médio Completo	A
2013	CONTRATAÇÃO DE OPERADORES PARA REPROGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO NA PR/AM	SVX SERVICOS PROFISSIONAIS, CONSTRUCOES E TRANSPORTE LTDA - EPP (13.183.508/0001-14)	10/04/2013	09/04/2017	Sem exigência	E
2014	OBJETO: Prestação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra exclusiva e eventual, isumos e ferramentas necessárias à prestação do serviço	SUPLEX SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO LTDA - EPP (04.465.383/0001-24)	11/08/2014	30/09/2017	Sem exigência	E
2015	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DESTA PROCURADORIA NOS PRÉDIOS SEDE E ANEXO E NAS PROCURADORIAS NOS MUNICÍPIOS DE TABATINGA E TEFÉ.	TAWRUS SEGURANçA E VIGILçNCIA LTDA - ME (09.406.386/0001-00)	07/11/2015	06/11/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de apoio administrativo para a PR/AM.	DEPA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAççES DA AMAZçNIA (06.291.321/0001-79)	03/10/2016	06/08/2017	Sem exigência	E
2017	Procedimento Administrativo referente à instauração de PGEA para o contrato n° 05/2017.	LDS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP (15.150.504/0001-65)	22/05/2017	21/05/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Procedimento Administrativo referente à contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Operador de Reprografia à Procuradoria da República no Amazonas.	LDS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP (15.150.504/0001-65)	10/04/2017	09/04/2018	Sem exigência	A
2015	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de recepção nas dependências das diferentes unidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	DEPA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAççES DA AMAZçNIA (06.291.321/0001-79)	06/11/2015	05/11/2018	Sem exigência	P
2017	Licitação e contratação do serviço de Limpeza e conservação.	AMAZONTEC SERVICOS TECNICOS LTDA - ME (03.374.266/0001-92)	11/01/2017	10/01/2019	Sem exigência	A
2017	Convênio estagiários.	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (06.053.723/0001-35)	03/10/2017	03/10/2018	Sem exigência	A
2015	Contratação de serviço de copeiragem nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (09.172.237/0001-24)	26/08/2015	25/08/2018	Sem exigência	P

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Amapá						CNPJ: 26.989.715/0009-60
UG/Gestão: 380005						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e de restauração ou readequação das características das instalações elétricas e prediais visando atender a Procuradoria da República no Estado do Amapá, compreendendo o fornecimento de mão de obra, material e dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.	ABRASSE EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP (10.686.604/0001-97)	22/09/2015	21/12/2017	Ensino Médio Completo	E
2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância armada e operação de monitoramento eletrônico no edifício-sede da CONTRATANTE, localizado na Avenida Ernestino Borges, nº 535, Centro, Macapá-AP, em seus anexos, bem como em bens imóveis que estejam sob sua posse, compreendendo o fornecimento de materiais e dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços	VIGEX VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA (12.753.624/0001-69)	11/11/2015	13/02/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização, por resultado (metro quadrado limpo) com fornecimento de materiais, nas áreas internas e externas e serviços mediante postos de trabalho de limpeza, artífices, serviços gerais, garçomagem, copeiragem, recepção e contínuos/mensageria no edifício-sede da procuradoria da república no amapá, localizado na avenida ernestino borges, nº 535 e centro e macapá/ap, em seus anexos e bens imóveis que estejam de posse da contratante , bem, ainda, nos seus bens móveis, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário e dos equipamentos adequados à execução dos serviços.	J. C. A - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP (03.044.791/0001-40)	01/06/2015	31/05/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado da Bahia					CNPJ: 26.989.715/0010-01	
UG/Gestão: 200031						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprodução e digitalização de documentos diversos como processos judiciais, documentos extrajudiciais e procedimentos administrativos, a serem executados nas dependências da Procuradoria da República na Bahia.	URPASA - OBRAS, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI EPP (14.387.146/0001-46)	14/11/2016	13/11/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conservação e limpeza, outros serviços de apoio administrativo de auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo, copeira, garçom, recepcionista, telefonista e supervisor de serviços, e serviços de limpeza de jardins e de reservatórios de água, com fornecimento de equipamentos e materiais, a serem executados nas dependências da Procuradoria da República na Bahia em Salvador e das Procuradorias da República nos municípios de Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.	NILTEK SERVICOS LTDA EIRELI - ME (02.544.972/0001-72)	01/08/2015	31/07/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de segurança patrimonial ostensiva com vigilância armada e desarmada para serem executados nas sedes da Procuradoria da República em Salvador (PR/BA) e das Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.	MAP SERVICOS DE SEGURANCA LTDA (00.435.781/0001-47)	01/11/2015	31/10/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e adequação de instalações físicas, eletromecânicas, de lógica e hidrossanitárias inclusive das motobombas principais e reservas dos sistemas de esgoto, água pluvial e água fria, com fornecimento de mão de obra, e emprego de equipamentos, materiais e peças necessários para execução dos serviços nas sedes da Procuradoria da República no Estado da Bahia e, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial corretiva com emprego de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI - nas demais Procuradorias da República situada nos Municípios, e nas que serão instaladas.	AS ENGENHARIA EIRELI EPP (17.700.934/0001-39)	01/07/2016	27/04/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de instituição sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem, para selecionar e encaminhar à contratante o número de 11 (onze) aprendizes de Auxiliar de Serviços Administrativos, inscritos em Programa de Aprendizagem profissional voltado para a formação técnico-profissional metódica, na forma dos artigos 428 a 433 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação dada pela Lei nº 10.097/2000; do Decreto n. 5598/2005; bem como da Resolução n. 76/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público.	CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (61.600.839/0005-89)	08/01/2016	07/01/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de análises de faturas, processamento de contas médicas, contrato e tabelas hospitalares e outros serviços correlatos pertinentes à rede credenciada junto ao Programa, a serem executados de forma centralizada na sede do PLAN ASSISTE MPF em Salvador.	BRASILMED AUDITORIA MEDICA E SERVICOS S/S LTDA (00.706.148/0001-46)	18/08/2014	17/08/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará						CNPJ: 26.989.715/0011-84	
UG/Gestão: 200082							
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2018	Prestação de serviços continuados de copeiragem e conservação e limpeza nas dependências da Procuradoria da República no Município de Crateús, localizada à Rua Firmino Rosa, 769, Centro, CEP 63.700-000, Crateús/CE, realizados por 1 (um)(a) copeiro(a) e 1 (um)(a) servente, com jornada máxima de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no período diurno.	ESCUDO LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI EPP (04.393.639/0001-35)	15/01/2018	14/01/2019	Sem exigência	A	
2015	Prestação de serviços continuados de copeiragem nas dependências da Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte.	LDS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP (15.150.504/0001-65)	13/10/2015	12/10/2018	Sem exigência	P	
2013	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PR/CE e PRM/Itapipoca.	PROTEMAXI SEGURANCA PATRIMONIAL ARMADA LTDA (04.808.914/0001-34)	05/12/2013	04/12/2018	Sem exigência	P	
2017	Prestação de serviços continuados de copeiragem nas dependências da PRM/Sobral, localizada à Rua Iolanda P. C. Barreto, 200, Derby Clube, CEP 62.042-270, e da PRM/Juazeiro do Norte, localizada à Rua Jonas de Sousa Silva, 60, Lagoa Seca, CEP 63.040-140, realizado por 1 (um)(a) copeiro(a), com jornada máxima de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no período diurno, em cada unidade.	SAMER DOS SANTOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI e ME (09.166.965/0001-23)	01/10/2017	30/09/2018	Sem exigência	A	
2013	Prestação de serviços terceirizados de copeiragem e de conservação e limpeza, nas dependências das PRMs de Sobral e Juazeiro do Norte.	LIDER SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME (41.305.228/0001-77)	01/04/2013	30/09/2017	Sem exigência	E	
2012	Prestação de serviços de copeiragem para a PR/CE.	ATTITUDE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (09.019.150/0001-11)	21/06/2012	20/06/2017	Sem exigência	E	
2013	Prestação dos serviços terceirizados de copeiragem para a PRM/Crateús.	LIDER SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME (41.305.228/0001-77)	17/06/2013	15/01/2018	Sem exigência	P	
2012	Serviços de jardinagem para a PR/CE, mediante locação de mão de obra.	ATTITUDE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (09.019.150/0001-11)	21/06/2012	20/06/2017	Sem exigência	E	
2015	Prestação de serviços continuados de conservação e limpeza, com fornecimento de material, nas dependências da PRM/Itapipoca.	L & S SOLUCOES EM SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - ME (14.828.536/0001-04)	03/03/2015	02/03/2018	Sem exigência	P	
2016	Prestação de serviços de jardinagem para a PRM/Juazeiro do Norte.	IMPÉRIO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. - ME (10.491.127/0001-04)	13/10/2016	12/10/2018	Sem exigência	P	
2013	Prestação de serviços de auxiliar de escritório na sede da PRM/Crateús-CE.	FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI (06.234.467/0001-82)	17/10/2013	16/10/2018	Sem exigência	P	
2015	Prestação de serviços continuados de conservação e limpeza, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Ceará e da Procuradoria da República no Município de Juazeiro do Norte/CE.	FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI (06.234.467/0001-82)	13/10/2015	12/10/2018	Sem exigência	P	
2016	Prestação de serviços continuados de auxiliar administrativo para a PR/CE e PRM Limoeiro do Norte.	ESCUDO LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI EPP (04.393.639/0001-35)	15/08/2016	14/08/2018	Sem exigência	P	
2015	Prestação de serviços continuados de auxiliar de escritório nas dependências da PRM/Itapipoca.	L & S SOLUCOES EM SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - ME (14.828.536/0001-04)	03/03/2015	02/03/2018	Sem exigência	P	
2015	Prestação de serviços continuados de recepção e telefonia para a Procuradoria da República no Estado do Ceará.	FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI (06.234.467/0001-82)	02/08/2015	01/08/2018	Sem exigência	P	
2013	Prestação de serviços terceirizados de conservação e limpeza, nas dependências das PRMs de Sobral e Limoeiro do Norte.	ATTITUDE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (09.019.150/0001-11)	01/04/2013	31/03/2018	Sem exigência	P	
2012	Serviços continuados de auxiliar de escritório nas dependências das Procuradorias da República nos Municípios de Sobral e de Juazeiro do Norte.	ATTITUDE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (09.019.150/0001-11)	10/10/2012	09/10/2017	Sem exigência	E	
2016	Prestação de serviços continuados de vigilância armada nas dependências da Procuradorias da República nos Municípios de Crateús, Sobral, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Itapipoca.	ANDRADE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. EPP (17.551.327/0001-54)	05/12/2016	04/12/2018	Sem exigência	P	
2017	Prestação de serviços continuados de copeiragem e jardinagem nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Ceará e seus Anexos, localizada à Rua João Brígido, 1260, CEP 60135-080, Joaquim Távora, Fortaleza-CE.	LDS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP (15.150.504/0001-65)	21/06/2017	20/06/2018	Sem exigência	A	
2015	Prestação de serviços continuados de copeiragem nas dependências da PRM/Itapipoca.	L & S SOLUCOES EM SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - ME (14.828.536/0001-04)	03/03/2015	02/03/2018	Sem exigência	P	
2013	Prestação dos serviços terceirizados de conservação e limpeza para a PRM/Crateús.	LIDER SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME (41.305.228/0001-77)	17/06/2013	15/01/2018	Sem exigência	P	

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal						
UG/Gestão: 200023					CNPJ: 26.989.715/0012-65	
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Procedimento visando a adesão à ata nº 06/2016 da PR/SC, para contratação, por demanda, de empresa especializada para tratamento do acervo documental e em gestão da informação para o acervo composto por até 600 (seiscentos) metros lineares de documentos da área administrativa e finalística da Procuradoria da República no Distrito Federal	ACERVO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (72.317.266/0001-73)	30/10/2017	29/10/2018	Ensino Superior Completo	A
2016	Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, com mão de obra residente, diurna e noturna, visando ao controle de acesso e à segurança de pessoas, bens patrimoniais, documentos e veículos nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme as especificações constantes do Edital.	MULTSERV - SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA (04.689.445/0001-81)	30/06/2016	29/06/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de almoxarifades, assistentes administrativos nível II, assistente administrativo nível básico e recepcionistas, nas dependências do edifício sede da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme as especificações do Termo de Referência nº 09/2015.	G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (08.744.139/0001-51)	10/05/2016	09/05/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços de Brigada de Incêndio, para execução das atividades de prevenção e combate a princípios de incêndios, controle de pânico, abandono de edificação e primeiros socorros, nas dependências do edifício da PR/DF	BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (36.770.857/0001-38)	21/10/2015	20/10/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada em paisagismo e jardinagem, com fornecimento de material e mão-de-obra, para a prestação de serviços de conservação, manutenção e limpeza das áreas verdes da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e Escola Superior do Ministério Público (ESMPU).	FLORART PAISAGISMO LTDA - EPP (36.831.212/0001-68)	01/04/2016	31/03/2019	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal e Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU.	MANCED ENGENHARIA E SERVICOS DE MANUTENCAO, CONSERVACAO E SEGURANCA PATRIMONIAL (10.578.768/0001-09)	19/02/2016	18/02/2019	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo						CNPJ: 26.989.715/0013-46
UG/Gestão: 200038						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de pessoa jurídica para - Prestação de serviços de recepcionista, copeiragem, contínuo, artífice e auxiliar de escritório, com fornecimento de mão de obra, nas dependências do edifício sede da Procuradoria da República no Espírito Santo e suas unidades localizadas nos municípios de São Mateus, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.	JRQ MASTER CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP (04.325.499/0001-68)	05/02/2017	04/02/2019	Sem exigência	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, nas dependências do MPF/ES, com fornecimento de mão de obra e de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços. CONTRATADA: ADSERVICON - ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E CONTABILIDADE LTDA - EPP.	ADSERVICON - ADMINISTRACAO , SERVICOS & CONTABILIDADE LTDA - (09.489.558/0001-57)	01/01/2017	31/12/2018	Sem exigência	A
2015	Prestação de serviços de recepcionista auxiliar de serviços gerais, artífice, auxiliar de escritório e operador de máquina copiadora com fornecimento de mão de obra, nas dependências do edifício sede da PRES e PRMs de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares.	VIVA TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI - ME (12.423.368/0001-41)	05/11/2015	04/02/2017	Sem exigência	E
2013	OBJETO: Vigilância patrimonial armada para a PRM LINHARES/ES	VISEL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (32.401.341/0001-65)	07/01/2014	06/01/2017	Sem exigência	E
2016	Vigilância e segurança patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra e equipamentos nas dependências da Procuradoria da República no Município de Linhares.	MONITORE SEGURANCA PATRIMONIAL S.A. (05.014.372/0003-52)	07/01/2017	06/01/2019	Sem exigência	A
2016	Solicitação de contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários para atender às necessidades da Procuradoria da República no Município de Colatina.	MONITORE SEGURANCA PATRIMONIAL S.A. (05.014.372/0003-52)	31/08/2016	30/08/2018	Sem exigência	P
2017	contratação de instituição sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem, para selecionar e encaminhar à contratante o número de 02 (dois) aprendizes de Auxiliar de Serviços Administrativos.	INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO (33.583.592/0028-90)	15/05/2017	14/05/2019	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Solicitação de contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários para atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, assim como nas Procuradorias da República nos Municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus	VISEL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (32.401.341/0001-65)	31/08/2016	30/08/2018	Sem exigência	P
2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO. Solicitante: Comissão de Obras do MPF/ES. Resumo: Contratação, via Pregão, de serviços (portaria e limpeza) para o canteiro de obras da nova sede da PR/ES.	SERVILIMP SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA DE VITORIA LTDA (15.454.201/0001-36)	17/10/2016	16/10/2017	Sem exigência	E
2015	Contratação de empresa sem fins lucrativos, para selecionar, recrutar e encaminhar à PRES 01 (um) menor aprendiz para desempenharem atividades administrativas. CONTRATADA: Centro de Integração Empresa Escola Do Espírito Santo ç CIEE-ES.	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO ESPIRITO SANTO (01.219.199/0001-06)	14/12/2015	14/11/2017	Sem exigência	E

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Goiás					CNPJ: 26.989.715/0014-27	
UG/Gestão: 200066						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de serviço continuado de manutenção no sistema de climatização do edifício-sede da PR-GO.	TERMEC INDUSTRIA E CONSTRUCOES EIRELI - ME (20.296.523/0001-34)	24/07/2017	24/07/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Contratação de instituição sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem, para selecionar e encaminhar à CONTRATANTE o número de 02 (dois) aprendizes de Auxiliar de Serviços Administrativos, inscritos em Programa de Aprendizagem profissional voltado para a formação técnico-profissional metódica, na forma dos artigos 428 a 433 do Decreto-Lei nº 5.452/1943, com redação dada pela Lei nº 10.097/2000; da Lei 11.580/2005; do Decreto n. 5598/2005; bem como da Resolução n. 76/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público.	INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO (33.583.592/0051-30)	04/09/2017	31/12/2018	Sem exigência	A
2016	Contratação de empresa especializada em serviços de Vigilância Armada acompanhado de anexos e orçamento. Os serviços será prestados na Procuradoria da República em Rio Verde/GO.	A NACIONAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (01.193.606/0001-53)	17/12/2016	17/12/2018	Sem exigência	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, envolvendo um posto de recepcionista para atender à demanda da Procuradoria da República em Rio Verde GO	MPIRES SERVICOS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13.714.479/0001-70)	30/04/2013	30/04/2017	Sem exigência	E
2012	Contratação de empresa especializada na manutenção predial preventiva e corretiva de forma continuada do sistema de ar condicionado central, incluindo fornecimento de equipamentos, ferramentas e manutenções (chiller e tratamento de água de condensação) do edifício sede da PR-GO.	ARCONTEC - TECNOLOGIA TERMICA LTDA (02.787.548/0001-59)	09/07/2012	09/07/2017	Sem exigência	E
2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância da PRM Pólo Luziânia/Formosa-GO.	CENTRO OESTE VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI (04.701.639/0001-55)	22/04/2014	22/04/2018	Sem exigência	P
2014	Empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção e revitalização de jardins nas instalações do edifício sede da PRGO.	FLORART PAISAGISMO LTDA - EPP (36.831.212/0001-68)	23/12/2014	23/12/2018	Ensino Médio Completo	P
2015	Atendendo à solicitação desta Coordenadoria, encaminhamos o Termo de Referência para manutenção predial, após revisão. Informamos que, a integra do documento, incluindo seus anexos, foi encaminhada por e-mail, tendo em vista a necessidade de atualização dos valores monetários e possíveis intervenções e ajustes para a publicação do referido Edital.	ENERGIZA ENGENHARIA - ME (17.856.676/0001-84)	16/04/2015	16/04/2018	Sem exigência	P
2017	Termo de Referência para contratação de empresa especializada em serviços de Recepcionista na PRM Rio Verde/GO	IMPERIAL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP (15.715.620/0001-84)	02/05/2017	02/05/2018	Sem exigência	A
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança armada e desarmada para atender à demanda da sede da PRGO.	DIAGONAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP (03.154.566/0001-66)	22/11/2013	22/11/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de limpeza e conservação e de copeiragem, incluindo mão de obra e respectivos insumos, para a sede da Procuradoria da República no Município de Rio Verde - GO.	LOGOS LIFE GESTÃO PATRIMONIAL LTDA (17.847.301/0001-58)	18/07/2016	18/07/2018	Sem exigência	P
2015	termo de referência para a contratação de telefonistas e recepcionistas.	HK SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (15.718.607/0001-89)	03/08/2015	03/08/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de limpeza, asseio e conservação, incluindo a mão de obra e o fornecimento de produtos e demais insumos, a serem empregados nas áreas externa e interna do edifício-sede da Procuradoria da República em Goiás, situada na Av. Olinda, Qd. G, Lt. 02, Park Lozandes, CEP 74.884-120, Goiânia-GO, conforme detalhes constantes no Anexo I do Edital.	LOGOS LIFE GESTÃO PATRIMONIAL LTDA (17.847.301/0001-58)	01/07/2016	01/07/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de conservação e limpeza para sede da prm/aps-uru.	PH PARACATU SERVICE EIRELI - ME (08.656.318/0001-37)	12/12/2016	12/12/2018	Sem exigência	P



## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Goiás						CNPJ: 26.989.715/0014-27
UG/Gestão: 200066						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	termo de referência para a contratação de dois postos de auxiliar de limpeza e conservação para a prm luziânia	CONFIANCA ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI - EPP (04.829.840/0001-12)	26/05/2014	26/05/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços operacionais nas atividades específicas para 1 posto de contínuo para atender a demanda da PRM de Rio Verde/GO.	NET PROJETOS EIRELI - EPP (06.308.467/0001-80)	24/11/2014	24/11/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem nas dependências do edifício-sede da PR/GO.	IMPERIAL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP (15.715.620/0001-84)	08/08/2016	08/08/2018	Sem exigência	P
2017	Contratação de serviços de Recepcionista na PRM Luziânia/Formosa.	MARINEIDE LUIZA DA SILVA DE MORAIS - ME (36.990.588/0001-15)	16/10/2017	16/10/2018	Ensino Médio Completo	A
2015	Contratação de empresa para prestação dos serviços continuados para a PRM Luziânia/Go.	HK SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (15.718.607/0001-89)	06/08/2015	06/08/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de dois postos de contínuo na prm/anápolis/go.	HK SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (15.718.607/0001-89)	24/08/2015	11/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recepcionista para a Procuradoria da República no município de Luziânia.	SVS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP (03.169.846/0001-48)	14/10/2016	14/10/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de um posto de Auxiliar de Manutenção Predial para atuar nas áreas de manutenção civil e marcenaria, com valores atualizados definidos em conjunto com o setor de licitação e contratos. Os valores dos insumos que serviram de base para a composição do preço máximo admitido foram obtidos em conformidade com a nova Instrução Normativa 05/2014 do MPOG.	ENERGIZA ENGENHARIA - ME (17.856.676/0001-84)	04/05/2016	04/05/2018	Sem exigência	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua para 2 postos de carregador (chapa) nas dependências da Pr-GO.	MAXIMA EMPREENDEMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP (16.962.460/0001-30)	16/08/2013	16/08/2017	Sem exigência	E
2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada diurna e noturna.	DIAGONAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP (03.154.566/0001-66)	14/09/2012	13/11/2017	Sem exigência	E
2014	Prestação de serviços continuados de copeiragem	EDITHAL SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA (11.108.001/0001-70)	12/12/2014	12/12/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de fornecimento de mão-de-obra de contínuos.	SEMPRE ALERTA GESTÃO EMPRESARIAL E SERVIÇOS GERAIS LTDA (03.470.083/0001-70)	26/10/2015	26/10/2018	Ensino Médio Completo	P
2017	Contratação do serviço de carregadores para a PRGO.	ALIANCA SERVICOS DE LIMPEZA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS (08.676.917/0001-12)	17/08/2017	17/08/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	contratação de serviço de vigilância armada para a procuradoria da república no município de anápolis.	DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANCA LTDA - ME (16.649.674/0001-51)	14/11/2017	14/11/2018	Sem exigência	A

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Maranhão							
UG/Gestão: 200078						CNPJ: 26.989.715/0015-08	
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2016	Prestação de serviço de manutenção predial da PR/MA	CONAAT EMPREENDIMENTOS LTDA (07.118.909/0001-98)	02/12/2016	30/11/2018	Sem exigência	P	
2016	Prestação de serviço de manutenção predial da PR/MA	CONAAT EMPREENDIMENTOS LTDA (07.118.909/0001-98)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P	
2013	Contratação regular de empresa de vigilância armada para a prm/bacabal, considerando a atual prestação por meio de contrato emergencial.	TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP (10.325.594/0001-64)	17/03/2013	17/03/2018	Sem exigência	P	
2016	Contratação de serviços especializados de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República no Município de Balsas - PRM/Balsas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP (10.325.594/0001-64)	10/02/2016	10/02/2019	Sem exigência	P	
2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, de dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República no Maranhão (São Luís) e para as Procuradorias da República em Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CSG CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA - EPP (13.519.211/0001-87)	08/07/2016	07/07/2018	Sem exigência	P	
2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, de dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República no Maranhão (São Luís) e para as Procuradorias da República em Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CSG CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA - EPP (13.519.211/0001-87)	22/10/2016	22/10/2018	Sem exigência	P	
2016	Prestação de serviço de manutenção predial da PR/MA	CONAAT EMPREENDIMENTOS LTDA (07.118.909/0001-98)	14/11/2016	13/11/2018	Sem exigência	P	
2017	Contratação de serviço de vigilância – PRM/Caxias	S H VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP (11.029.232/0001-99)	01/09/2017	28/02/2018	Ensino Fundamental Completo	A	
2014	Contratação de empresa de vigilância armada	S H VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP (11.029.232/0001-99)	16/02/2014	15/02/2019	Sem exigência	P	
2013	Contratação de prestação de serviços especializados de limpeza, conservação, recepção, artífice e office - boy, em conformidade com o descrito no termo de referência anexo i do edital do pregão eletrônico nº 15/2013. os serviços serão executados nas prms imperatriz e caxias	CSG CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA - EPP (13.519.211/0001-87)	21/10/2013	23/04/2018	Sem exigência	P	

**Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários**

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Maranhão						
UG/Gestão: 200078				CNPJ: 26.989.715/0015-08		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de serviços de vigilância armada e desarmada para a PRMA.	TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP (10.325.594/0001-64)	01/02/2015	01/02/2019	Sem exigência	P
2014	Solicita à ca/prma o aumento no número de postos de vigilância diurna no edifício-sede da pr/ma.	TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP (10.325.594/0001-64)	01/06/2014	31/05/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, de dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República no Maranhão (São Luís) e para as Procuradorias da República em Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CSG CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA - EPP (13.519.211/0001-87)	02/12/2016	02/12/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de serviços terceirizados de manutenção de ar-condicionado	SIAT - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE APLICAÇÕES TÉCNICAS LTDA - EP (07.370.988/0001-20)	24/12/2016	23/06/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, de dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República no Maranhão (São Luís) e para as Procuradorias da República em Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (11.056.054/0001-95)	07/07/2016	07/07/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço de manutenção predial da PR/MA	CONAAT EMPREENDIMENTOS LTDA (07.118.909/0001-98)	14/11/2016	13/11/2018	Sem exigência	P
2017	Contratação de serviços indicando o objeto, a justificativa e as especificações, objetivando a contratação de 01 (um) faturista para a Seção do Plan-Assiste-PR/MA.	PIEER SERVICE LTDA - ME (02.563.740/0001-61)	01/02/2017	31/01/2019	Sem exigência	A

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais						
UG/Gestão: 200035				CNPJ: 26.989.715/0016-99		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de vigilância para a sede da prmg e unidades municipais do mpf em minas gerais.	TBI SEGURANCA EIRELI (07.534.224/0001-22)	15/09/2014	14/09/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de manutenção predial do edifício sede da prmg.	SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP (01.548.339/0001-90)	03/05/2015	02/05/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Contratação de empresa especializada em serviços/programa menor aprendiz para a prmg.	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO ESTADO DE MG (06.974.176/0001-20)	21/12/2015	20/12/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de contínuo/mensageiro para a sede da prmg e unidades municipais do mpf em minas gerais.	BRITANICA ADMINISTRACAO & TERCEIRIZACAO EIRELI - EPP (02.908.313/0001-78)	01/08/2014	31/07/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de portaria, copeiragem e garçom para a sede da prmg e unidades do mpf em minas gerais.	GESTSERVI - GESTAO & TERCERIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA - ME (13.892.384/0001-46)	19/08/2014	18/08/2017	Sem exigência	E
2015	Prestação de serviços de conservação, limpeza, jardinagem e limpeza de veículos oficiais para a sede da prmg e unidades do mpf em minas gerais.	BRITANICA ADMINISTRACAO & TERCEIRIZACAO EIRELI - EPP (02.908.313/0001-78)	19/08/2015	18/08/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Prestação de serviços de recepcionista, garçom e copeira para a sede da prmg e prms manhuaçu, montes claros, passos, patos de minas, sete lagoas, uberaba, uberlândia, varginha e viçosa.	Claudio Antonio Moraes Eireli (06.094.697/0001-93)	19/08/2017	18/08/2018	Ensino Fundamental Completo	A
2014	Prestação de serviços de operador de máquina copiadora para a sede da prmg.	PRESTCON - PRESTACAO DE SERVICOS CONTAGEM LTDA - ME (13.192.004/0001-60)	16/06/2014	15/06/2017	Sem exigência	E
2015	Prestação de serviços de telefonista por portador de necessidades especiais para a prmg.	HK SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (15.718.607/0001-89)	01/12/2015	30/11/2017	Sem exigência	E
2013	prestação de serviços de manutenção do sistema de ar condicionado central do edifício-sede da prmg.	ACOMAR REFORMA E REFRIGERACAO LTDA - EPP (00.062.861/0001-02)	13/11/2013	12/11/2018	Sem exigência	P
2017	Prestação de serviços de operador de fotocopiadora para a sede da procuradoria da república em minas gerais.	UP SERVIÇOS EIRELI - EPP (10.315.410/0001-85)	16/08/2017	15/08/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Contratação de empresa para prestação do seguinte serviço de natureza contínua: auxiliar administrativo, garçom e telefonista na PRMS em Campo Grande, e recepção nas PRM's de Dourados, Corumbá e Ponta Porã.	SILVIA HELENA FERNANDES JUCA E CIA LTDA - EPP (09.484.770/0001-21)	15/09/2014	14/09/2018	Sem exigência	A
2015	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: manutenção predial, englobando manutenção preventiva e corretiva e serviços de engenharia de pequena monta, com fornecimento de mão de obra e materiais, nas instalações dos prédios que abrigam as sedes da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e das Procuradorias nos municípios do Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Corumbá, Coxim e Naviraí.	GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP (03.688.640/0001-24)	03/05/2015	02/05/2018	Sem exigência	P

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso						CNPJ: 26.989.715/0018-50
UG/Gestão: 200064						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviço de estafeta em barra do garças	RIBEIRO DOS SANTOS E CIA LTDA - ME (08.900.850/0001-58)	26/08/2013	25/08/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviço de recepção em Cuiabá, Cáceres, Barra do Garças e Sinop	A A ARAUJO BRASIL SERVICOS - ME (10.230.958/0001-22)	02/11/2014	01/11/2018	Sem exigência	P
2014	Contratação de estafeta para Rondonópolis	RIBEIRO DOS SANTOS E CIA LTDA - ME (08.900.850/0001-58)	02/07/2014	01/07/2018	Sem exigência	P
2014	Contratação de serviços de vigilância.	UNIVERSAL SEGURANCA LTDA - EPP (08.830.513/0001-31)	23/05/2014	22/05/2018	Sem exigência	P
2013	Prestação de serviço de estafeta na PR/MT	RIBEIRO DOS SANTOS E CIA LTDA - ME (08.900.850/0001-58)	02/01/2014	01/01/2019	Sem exigência	P
2017	Contratação emergencial serviços de limpeza, aguardando finalização de certame licitatório.	FORTES COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERV DE LIMP E CONS LTDA-EPP (21.250.438/0001-06)	20/01/2017	19/07/2017	Sem exigência	E
2015	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviço, de forma continuada, de copeiragem e garçom na Procuradoria da República em Mato Grosso.	A A ARAUJO BRASIL SERVICOS - ME (10.230.958/0001-22)	17/10/2015	16/10/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa de limpeza e conservação na PR/MT e PRMs.	A DE C VENTURELLI - EPP (02.595.192/0001-51)	20/01/2016	19/01/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, a ser realizado na sede da Procuradoria da República em Mato Grosso (PR/MT) e PRMs vinculadas.	LIDERANÇA - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME (16.968.052/0001-96)	01/09/2017	31/08/2018	Sem exigência	A
2014	Prestação de serviços de Recepção a ser prestado na PRM Rondonópolis.	A A ARAUJO BRASIL SERVICOS - ME (10.230.958/0001-22)	28/07/2014	27/07/2018	Sem exigência	P

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul						CNPJ: 26.989.715/0017-70
UG/Gestão: 200040						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de empresa para prestação do seguinte serviço de natureza contínua: auxiliar administrativo, garçom e telefonista na PRMS em Campo Grande, e recepção nas PRM's de Dourados, Corumbá e Ponta Porã.	SILVIA HELENA FERNANDES JUCA E CIA LTDA - EPP (09.484.770/0001-21)	01/10/2017	30/09/2018	Sem exigência	A
2015	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: manutenção predial, englobando manutenção preventiva e corretiva e serviços de engenharia de pequena monta, com fornecimento de mão de obra e materiais, nas instalações dos prédios que abrigam as sedes da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e das Procuradorias nos municípios do Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Corumbá, Coxim e Naviraí.	GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP (03.688.640/0001-24)	15/04/2015	14/04/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de copeiragem na PR/MS e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí e serviços de recepção na PR/MS e na PRM de Naviraí.	L.F. PRESTADORA DE SERVICOS E DECORACOES LTDA (02.401.411/0001-14)	01/07/2016	31/12/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação na PR/MS e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí.	SERVPLAN - SERVICOS AUXILIARES LTDA - EPP (26.852.970/0001-09)	02/01/2015	31/12/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviço de vigilância armada nas dependências da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e Procuradorias da República nos Municípios de Corumbá, Dourados, Ponta Porã, Três Lagoas, Coxim e Naviraí.	SJT SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - EPP (15.712.329/0002-33)	21/05/2015	20/05/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa para prestação do seguinte serviço de natureza contínua: auxiliar administrativo, garçom e telefonista na PRMS em Campo Grande, e recepção nas PRM's de Dourados, Corumbá e Ponta Porã, conforme especificações constantes dos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2016, da proposta da CONTRATADA e dos documentos constantes do processo nº 1.21.000.001724/2016-61.	BRILHAR SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (10.648.254/0001-74)	01/12/2016	30/09/2017	Sem exigência	E

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante								
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Pará						CNPJ: 26.989.715/0019-31		
UG/Gestão: 200075						Informações sobre os contratos		
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.		
			Início	Fim				
2016	Contrato nº 12/2016 - Contratação de Auxiliares Administrativos para a PR/PA e PRMs de Altamira, Marabá e Santarém. (ARP nº 02/2016 - PE nº 01/2016).	SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (11.056.054/0001-95)	28/11/2016	28/11/2018	Sem exigência	P		
2015	Processo licitação para registro de preços visando futura e eventual aquisição de serviços vigilância armada nas dependências das unidades do Ministério Público Federal no Pará.	POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA (02.650.833/0001-23)	01/08/2015	01/08/2018	Sem exigência	P		
2013	Contrato nº 13/2013, firmado com instituição sem fins lucrativos, por dispensa de licitação (Art. 24, XIII, da lei 8.666/93), para manutenção do Programa Adolescente Aprendiz na PR/PA.	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA - CIEE (61.600.839/0001-55)	01/08/2013	03/11/2017	Sem exigência	E		
2017	Contrato nº 09/2017 para aquisição de serviços de operador de copiadora, registrado na ARP- nº 08/2017 (Lote 4), cuja beneficiária é a empresa LG Serviços Profissionais Ltda. - ME.	LG SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA - ME (06.028.733/0001-10)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A		
2016	Contrato de prestação de serviços de natureza continuada de Limpeza e Conservação, compreendendo o fornecimento de mão de obra, uniformes, EPIs e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas unidades do Ministério Público Federal no Pará, compreendendo as sedes (original e provisória) da PR/PA e as sedes das unidades nos municípios de Altamira, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí.	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME (00.660.928/0001-00)	14/11/2016	14/05/2018	Sem exigência	P		
2016	Contratação de serviços de Copeiragem para as sedes da PR-PA e PRM's de Altamira, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí, através da ARP nº 02/2016, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2016.	SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (11.056.054/0001-95)	01/04/2016	01/04/2018	Sem exigência	P		
2013	Contrato firmado com a empresa T.B. Figueiredo Nunes Engenharia e Construção, beneficiária da ARP nº 01/2013-PRPA, decorrente do PE nº 06/2012-PRPA, para a prestação de serviços de recepcionista nas dependências da PRPA e PRMs (Altamira, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí).	T B FIGUEIREDO NUNES SERVICOS GERAIS (10.450.194/0001-80)	01/11/2013	31/10/2018	Sem exigência	P		
2015	Convênio nº 01/2015. Celebração de convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, que tem por escopo permitir a recuperação e reintegração ao convívio social dos apenados egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, por intermédio da execução de serviços gerais no complexo-sede da PRPA.	SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO PARA (05.929.042/0001-25)	06/04/2015	06/04/2017	Sem exigência	E		
2016	Contratação de serviços de Mensageria para as sedes da PR-PA e PRM's de Altamira, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí, através da ARP nº 02/2016, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2016.	SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (11.056.054/0001-95)	01/04/2016	01/04/2018	Sem exigência	P		

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado da Paraíba						CNPJ: 26.989.715/0020-75	
UG/Gestão: 200087							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
			2014	Contratação de serviços de recepcionista e auxiliar administrativo prm/monteiro, limpeza prm/patos e limpeza prm/sousa - akylles sousa do nascimento (aliança terceirização de serviços), cnpj 14.601.896/0001-79			AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)
2014	Prestação do serviço de operação de fotocopiadora, com fornecimento de mão de obra necessária à execução dos serviços, para a procuradoria da república na paraíba, e procuradorias da república em campina grande, sousa, patos e monteiro.	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (10.339.944/0001-41)	01/06/2014	31/05/2018	Sem exigência	P	
2015	objeto: prestação de serviços de recepcionista, auxiliar administrativo e auxiliar de carga e descarga para a pr/pb (joão pessoa), recepcionista e auxiliar de carga e descarga para a prm/campina grande e recepcionista para a prm/patos	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)	01/10/2015	30/06/2017	Sem exigência	E	
2017	contrato mpf/pb nº 11/2017 (zêlo) - contratação de empresa especializada na prestação de serviço de faturista.	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (10.339.944/0001-41)	01/10/2017	30/09/2018	Ensino Superior Completo	A	
2017	contrato mpf/pb nº 17/2017 - contratação de empresa para prestação de serviços de recepcionista, auxiliar de carregue e auxiliar administrativo, para as unidades de joão pessoa e campina grande, a ser firmado com a empresa: ibrapp - instituto brasileiro de políticas públicas, cnpj nº 09.611.589/0001-39.	INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (09.611.589/0001-39)	03/07/2017	02/07/2018	Sem exigência	A	
2015	OBJETO: Prestação de Serviço continuado de Recepcionista, Copeira, Operador de Fotocopiadora, Limpeza e Conservação e Auxiliar Administrativo para a Procuradoria da República em Guarabira.	JPA PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - EPP (07.369.073/0001-02)	01/09/2015	31/08/2018	Sem exigência	P	
2015	Prestação de serviços continuados de Contínuo e Garçon para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e Copeira, Limpeza e Conservação para a PRM/Campina Grande	CONTRATE SERVICOS LTDA - EPP (10.774.803/0001-57)	22/07/2015	21/07/2018	Sem exigência	P	
2017	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos continuados de manutenção, monitoramento e operação do sistema de automação predial para a pr/pb.	REAL ENERGY LTDA (41.116.138/0001-38)	23/10/2017	22/10/2018	Ensino Superior Completo	A	
2017	Contratação de empresa para prestação de serviço de recepcionista, auxiliar de carregue, auxiliar administrativo e limpeza, para as unidades de sousa, patos e monteiro, a ser firmado com a empresa: d&l - serviços de apoio administrativo ltda, cnpj nº 09.172.237/0001-24.	D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (09.172.237/0001-24)	03/07/2017	02/07/2018	Sem exigência	A	
2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação e copeiragem para a procuradoria da república na paraíba.	TRATTO COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICOS LTDA. - ME (13.493.557/0001-53)	29/05/2017	28/05/2018	Sem exigência	A	
2013	Prestação do serviço de CARREGO E DESCARREGO, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Patos.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)	07/10/2013	30/06/2017	Sem exigência	E	
2014	Prestação do serviço continuado de dedicação exclusiva de mão de obra, de vigilância armada, e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e Procuradoria da República em Campina Grande, Sousa, Patos, Monteiro e para a futura sede, em Guarabira.	KAIROS SEGURANCA LTDA (09.377.459/0001-83)	01/02/2015	31/01/2019	Sem exigência	P	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de bombeiro civil.	Centro e Form de Bombeiros Civis e Soc. Emerg. Fire Ltda ME (18.312.072/0001-30)	01/10/2017	30/09/2018	Sem exigência	A	
2013	Prestação do serviço de LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO e COPEIRAGEM, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa).	GLAUBER HENRIQUE NASCIMENTO TERCEIRIZACAO ME (17.982.526/0001-17)	01/09/2013	31/05/2017	Sem exigência	E	
2013	Prestação de serviço de recepcionista (01), com fornecimento de mão de obra e material necessário à sua execução, para a Procuradoria da República em Sousa	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)	01/10/2013	30/06/2017	Sem exigência	E	
2015	Prestação de serviços continuados de auxiliar administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a unidade de João Pessoa	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)	19/10/2015	30/06/2017	Sem exigência	E	
2015	Prestação de serviços continuados de COPEIRAGEM E LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, de dedicação exclusiva de mão de obra, para a Procuradoria da República em Monteiro.	DEFESA SERVICE-SERVICOS GERAIS LTDA - ME (13.940.738/0001-80)	01/10/2015	30/06/2017	Sem exigência	E	
2015	Prestação do serviço de Manutenção Predial, de dedicação exclusiva de mão de obra para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e para as Procuradorias da República em Campina Grande e Sousa	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (14.601.896/0001-79)	01/10/2015	30/06/2017	Sem exigência	E	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção predial, para as unidades de campina grande e sousa/pb.	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI (10.339.944/0001-41)	01/07/2017	30/06/2018	Sem exigência	A	
2017	Contrato mpf/pb 13/2017 (engear), para prestação de serviços de manutenção predial, climatização e hidrossanitário.	ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERACAO LTDA. (00.976.914/0001-92)	01/06/2017	31/05/2018	Sem exigência	A	



## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Pernambuco						CNPJ: 26.989.715/0021-56
UG/Gestão: 200090						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços terceirizados de operador de PABX, a fim de atender às necessidades da PRPE.	POOL RECIFE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELLI EPP (02.951.247/0001-19)	01/07/2016	30/06/2017	Sem exigência	E
2016	Serviços terceirizados de operador de reprografia, recepcionista, auxiliar administrativo, garçom e copeiro, a fim de atender às necessidades das unidades de 1.ª Instância do MPF em Pernambuco.	SERCOSEV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP, (08.717.223/0001-86)	01/07/2016	30/06/2018	Sem exigência	P
2015	Serviços de vigilância armada.	INTERFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA. (04.008.185/0002-12)	14/12/2015	13/12/2017	Sem exigência	E
2015	Serviços de terceirização de limpeza e conservação	ETICA EMPREENDIMENTO E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP (09.422.042/0001-95)	16/11/2015	15/11/2017	Sem exigência	E
2016	Serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Ar Condicionado, do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco e dos municípios do Cabo de Santo agostinho, Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina.	HIPERMAR SERVIÇOS REFRIGERAÇÃO LTDA e ME (14.149.808/0001-40)	18/08/2016	17/08/2017	Sem exigência	E
2012	Serviços de manutenção predial.	JENEC CONSTRUCOES & SERVICOS LTDA - ME (05.153.669/0001-37)	18/06/2012	17/06/2017	Sem exigência	E
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Piauí						CNPJ: 26.989.715/0022-37
UG/Gestão: 200080						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Processo Administrativo instaurado visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Servente de Limpeza, Telefonista, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais, Copeiragem, Garçom e Auxiliar Administrativo I, para atender a PR/PI e PRMs de Parnaíba/PI, Floriano/PI, Picos/PI, São Raimundo Nonato/Pi e Corrente/PI.	ABSOLUTA LTDA - EPP (10.820.620/0001-20)	21/10/2016	20/10/2018	Sem exigência	P
2015	Serviços Técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício sede da Procuradoria da República do Piauí	NEW AIR REFRIGERAÇÃO LTDA (00.468.893/0001-02)	06/07/2015	05/07/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de prestação de serviços continuados de vigilância armada nas dependências da Procuradoria da República do Estado do Piauí, em TERESINA-PI e Procuradoria da República nos municípios de CORRENTE-PI, FLORIANO-PI, PARNAÍBA-PI, PICOS-PI e SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	PIVSEG-PIAUI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME (10.674.819/0001-98)	02/06/2016	01/06/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, monitoramento e operação dos sistemas elétricos, de automação e de detecção e alarme de incêndio, sistemas hidrossanitários, pluviais e de combate a incêndio e serviços de manutenção civil, com mão de obra residente.	ENERGIZA ENGENHARIA - ME (17.856.676/0001-84)	22/06/2016	21/06/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Paraná						
UG/Gestão: 200053				CNPJ: 26.989.715/0023-18		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção predial, preditiva e corretiva na sede da PRM/Foz do Iguaçu	LABOR OBRAS LTDA (08.431.911/0001-85)	26/09/2016	25/09/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra residente, materiais, ferramentas e equipamentos, compreendendo os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema elétrico, hidráulico, equipamentos de refrigeração, rede estruturada, serviços de marcenaria, pequenos serviços e reparos civis relacionados à manutenção predial dos imóveis ocupados pela Procuradoria da República no Estado do Paraná, em Curitiba/PR	MOA MANUTENCAO E OPERACAO LTDA (00.192.707/0001-47)	20/10/2016	30/11/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra residente, materiais, ferramentas e equipamentos, na Procuradoria da República no Paraná PR/PR, compreendendo os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema elétrico, hidráulico, equipamentos de refrigeração, rede estruturada, serviços de marcenaria, pequenos serviços e reparos civis relacionados à manutenção predial dos imóveis ocupados pela PR/PR.	PGE Incorporadora de Obras Ltda (06.303.138/0001-46)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A
2013	Serviço de vigilância armada, com fornecimento de mão-de-obra, para a Procuradoria da República no Estado do Paraná, em Curitiba/PR, e suas unidades jurisdicionadas localizadas em Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória.	MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA SS LTDA (77.998.912/0001-29)	01/08/2013	31/03/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de Copeiragem, Recepcionista, Telefonista e Auxiliar de Serviços Gerais.	I.F. PIRES LOPES SERVIÇOS ESPECIALIZADOS ME. (01.048.117/0001-08)	09/01/2017	31/01/2018	Sem exigência	A
2016	Prestação de serviço de Limpeza para o Estado do Paraná.	FEDERAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (13.691.967/0001-09)	06/02/2017	05/02/2019	Sem exigência	A
2012	Contratação de serviços de Recepção, suporte operacional, copeiragem e telefonista para PR/PR e PRMs.	LABOR OBRAS LTDA (08.431.911/0001-85)	09/01/2013	08/01/2017	Sem exigência	E
2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e demais atividades correlatas, para a PR/PR e PRMs jurisdicionadas.	LABOR OBRAS LTDA (08.431.911/0001-85)	05/02/2014	04/02/2017	Sem exigência	E

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro						CNPJ: 26.989.715/0024-07	
UG/Gestão: 200043							
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2012	Contratação de prestação de serviços de suporte operacional (Auxiliar de Serviços Gerais - ASG) nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos municípios a ela vinculadas	GRAUPP CONSERVADORA LTDA - ME (10.413.205/0001-52)	11/06/2012	11/07/2017	Sem exigência	E	
2016	contratação de empresa especializada no serviço de digitalização com mão de obra residente.	LIVING RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA-EPP (19.621.646/0001-14)	01/11/2016	01/11/2018	Sem exigência	P	
2016	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação para todas as unidades da procuradoria da república no estado do rio de janeiro.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA - ME (10.413.205/0001-52)	22/03/2016	21/03/2018	Sem exigência	P	
2014	Processo administrativo destinado à contratação de serviços reprográficos, com locação de equipamentos, fornecimento de material e disponibilização de mão de obra.	ULTRAPEL LOCACAO E SERVICOS LTDA (27.859.008/0001-64)	16/07/2014	16/07/2018	Sem exigência	P	
2012	Contratação de prestação de serviços continuados de segurança patrimonial ostensiva com vigilância orgânica	VIGBAN EMPRESA DE VIGILANCIA BANC COM E INDUSTRIAL LTDA (33.746.207/0001-69)	01/12/2012	27/08/2017	Sem exigência	E	
2016	Trata-se de pedido de instauração de procedimento de gestão administrativa destinado à deflagração de certame licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra especializada ç ascensorista ç para atender as necessidades desta Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.	ASA BRASIL SERVIÇOS EIRELI (05.213.468/0001-88)	06/06/2016	06/06/2018	Sem exigência	P	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepcionista, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos Municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia e Volta Redonda.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA - ME (10.413.205/0001-52)	11/06/2017	11/06/2018	Ensino Médio Completo	A	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio às rotinas operacionais e administrativas e de contínuo/mensageiro, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos Municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia e Volta Redonda. Inclusão das PRMs Itaperuna e Macaé em 18/01/2018.	ADMINISTRADORA IPIRANGA LTDA (00.385.735/0001-80)	12/07/2017	12/08/2018	Sem exigência	A	
2012	Contratação dos serviços copeiragem, com fornecimento de materiais, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos Municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Teresópolis e Volta Redonda	GRAUPP CONSERVADORA LTDA - ME (10.413.205/0001-52)	02/08/2012	01/04/2017	Sem exigência	E	
2014	Contratação de operador de elevador de carga de veículos e materiais (ascensoristas) para prm/são joão de meriti	LAPA TERCEIRIZACOES E PLANEJAMENTO LTDA (09.060.537/0001-11)	01/09/2014	01/09/2018	Ensino Fundamental Completo	P	
2017	contratação de instituição especializada na aplicação do projeto "menor aprendiz", por meio de programas de aprendizagem de acordo com a lei federal nº 10.097/2000 (lei do aprendiz).	CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - RJ (33.661.745/0001-50)	30/06/2017	30/06/2018	Ensino Fundamental Completo	A	

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro						CNPJ: 26.989.715/0024-07
UG/Gestão: 200043						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de serviços de vigilância armada e de segurança patrimonial para as dependências da procuradoria da república no estado do rio de janeiro e suas unidades municipais de angra dos reis, campos dos goytacazes, itaperuna, macaé, niterói, nova friburgo, petrópolis, resende, são gonçalo, são joão de meriti, são pedro da aldeia e volta redonda.	VIGFAT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA (10.380.412/0001-58)	19/08/2017	19/08/2018	Sem exigência	A
2012	Contratação de prestação de serviços de recepcionista nas dependências da procuradoria da república no estado do rio de janeiro e das procuradorias da república nos municípios a ela vinculadas	GRAUPP CONSERVADORA LTDA - ME (10.413.205/0001-52)	11/06/2012	11/06/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de manutenção predial preventiva e corretiva para a prj e todas as unidades municipais vinculadas, bem como de serviços de chaveiro e de vidraceiro para a prj.	MANCED ENGENHARIA E SERVICOS DE MANUTENCAO, CONSERVACAO E SEGURANCA PATRIMONIAL (10.578.768/0001-09)	05/02/2016	04/04/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais, nas dependências da PR/RJ e das PRM/Angra dos Reis, PRM/Campos dos Goytacazes, PRM/Itaperuna, PRM/Macaé, PRM/Niterói, PRM/Nova Friburgo, PRM/Petrópolis, PRM/Resende, PRM/São Gonçalo, PRM/São João de Meriti, PRM/São Pedro da Aldeia e PRM/Volta Redonda.	MORADA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP (12.645.977/0001-45)	03/04/2017	03/04/2019	Sem exigência	A
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, para a prj e todas as unidades municipais vinculadas. valor mensal: r\$ 51.110,30.	ENGEPAK OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP (11.033.129/0001-12)	05/04/2017	05/04/2018	Sem exigência	A
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brigada de incêndio, no âmbito da procuradoria da república no estado do rio de janeiro.	ATAC-FIRE EXTINTORES COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP (01.229.958/0001-11)	23/05/2017	23/05/2018	Sem exigência	A
2012	Contratação de prestação de serviços de brigada de incêndio, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, nas dependências do edifício Sede da PRRJ	S.M. 21 ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. (02.566.106/0001-82)	09/04/2012	09/04/2017	Sem exigência	E

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte						CNPJ: 26.989.715/0025-80
UG/Gestão: 200085						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação dos serviços de carregadores na PRRN.	LABOR PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - EPP (13.312.604/0001-15)	01/10/2015	30/09/2018	Sem exigência	P
2017	Processo para contratação de entidade sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a formação e integração de aprendizes ao mercado de trabalho, em atenção ao PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ.	CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO (12.978.003/0001-83)	03/04/2017	12/09/2018	Sem exigência	A
2016	Contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com postos fixos na sede da PR/RN e na PRM-Mossoró, mas que podem ser deslocados para as demais unidades do Estado, de acordo com a necessidade do serviço.	LABOR PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - EPP (13.312.604/0001-15)	25/01/2016	24/01/2019	Sem exigência	P
2014	Contratação do serviço de vigilância armada para todas as unidades da PRRN.	ROLAND VIGILANCIA EIRELI (07.573.987/0001-82)	01/08/2014	31/07/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação do serviço de TELEFONISTA para a sede da PR/RN.	W. E. SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP (08.563.494/0001-24)	06/11/2017	05/11/2018	Ensino Médio Completo	A
2015	Prestação do serviço de COPA em todas as unidades da PRRN.	LIMPSEV TERCEIRIZACAO EM SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP (14.725.699/0001-61)	18/05/2015	17/05/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO para a PRRN e PRMs.	DIAGONAL SERVIÇOS PROFISSIONAIS EIRELI - ME (07.187.088/0001-41)	02/05/2016	01/05/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação dos serviços de recepcionistas em todas as unidades da PRRN.	SUPREMA PROMOCAO DE EVENTOS LTDA - ME (11.569.395/0001-64)	03/11/2015	02/11/2018	Sem exigência	P
2017	serviços de vigilância para as unidades da prrn.	ROLAND VIGILANCIA EIRELI (07.573.987/0001-82)	01/08/2017	31/07/2018	Sem exigência	A
2013	Encaminha Termo de Referência para contratação de operadores de máquinas reprodutivas.	LABOR PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - EPP (13.312.604/0001-15)	01/03/2013	28/02/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação dos serviços de telefonistas na sede da PRRN	CLEAN - LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA (09.131.378/0001-07)	05/11/2015	04/11/2017	Sem exigência	E

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul						CNPJ: 26.989.715/0022-28	
UG/Gestão: 200061							
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2015	Serviço de vigilância armada nas procuradorias de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Lajeado, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Erechim	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0002-08)	21/05/2015	21/05/2018	Sem exigência	P	
2013	Contrato de Recepção e copeiragem.	UNISERV - UNIAO DE SERVICOS LTDA (02.294.475/0001-63)	07/11/2013	31/12/2018	Sem exigência	P	
2013	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para o edifício-sede da PR/RS (Manutenção Predial).	BRASERV LTDA - EPP (94.331.832/0001-34)	25/01/2013	24/07/2018	Sem exigência	P	
2016	Prestação de serviços de análises de faturas, processamento de contas médicas, contrato e tabelas hospitalares e outros serviços correlatos pertinentes à rede credenciada junto ao Programa, a serem executados de forma centralizada na sede do PLAN ASSISTE MPF em Porto Alegre/RS.	BRASILMED AUDITORIA MEDICA E SERVICOS S/S LTDA (00.706.148/0001-46)	13/10/2016	12/10/2018	Sem exigência	P	
2015	Processo para contratação de nova empresa - menor aprendiz.	MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (93.459.345/0001-99)	05/11/2015	04/11/2018	Sem exigência	P	
2015	Serviços de vigilância armada, por meio de 17 postos de trabalho contratados com empresa terceirizada, nos moldes do estabelecido no Anexo I do edital do Pregão nº 01/2015 para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no RS e demais localidades no interior do Estado procuradorias de Canoas, Novo Hamburgo.	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0002-08)	18/06/2015	22/06/2018	Sem exigência	P	
2012	Contrato serviços de limpeza PR/RS e PRMs - UNISERV.	UNISERV - UNIAO DE SERVICOS LTDA (02.294.475/0001-63)	01/09/2012	28/02/2018	Sem exigência	P	
2013	Contrato de vigilância. PortalSul, vigilância.	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA - EPP (03.994.920/0001-60)	21/10/2013	21/10/2018	Sem exigência	P	

**Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários**

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Rondônia						
UG/Gestão: 200046				CNPJ: 26.989.715/0026-60		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados.	PROJEBEL SERVIÇOS COMERCIO LTDA - ME (02.295.753/0001-05)	01/03/2017	29/04/2018	Sem exigência	A
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de conservação e limpeza, recepção, contínuo e copeiragem, com o fornecimento dos uniformes e materiais de limpeza, na sede da Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO-PRM/Vilhena, localizada na Av. Brasil, nº 681, Conjunto Xavier Maia ç Vila Ivanete, CEP: 69.903-018-Rio Branco/AC, bem como na sede da Procuradoria da República do Município de Guajará-Mirim/RO-PRM/Gujará-Mirim, com previsão de ser instalada na Av Duque de Caxias 2409, Santa Luzia, 76957-000, Guajará-Mirim/RO.	RED PONTES EIRELI (03.417.593/0001-84)	15/05/2014	14/05/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA ARMADA, para atender as necessidades das unidades do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia (MPF/RO).	ESTACAO VIP SEGURANCA PRIVADA LTDA. (09.228.233/0002-00)	29/01/2015	29/01/2019	Ensino Médio Completo	P
2015	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de recepção, telefonista, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação, contínuo e artífice, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos (uniformes, materiais e equipamentos) necessários à execução dos serviços na sede da Procuradoria da República em Rondônia ç PR/RO e na II. Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO - PRM/Ji-Paraná	ELETROPORTO SERVICOS EIRELI - ME (04.844.192/0001-73)	30/04/2015	01/03/2017	Sem exigência	E

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Roraima					CNPJ: 26.989.715/0027-41	
UG/Gestão: 380006						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância ostensiva.	PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA (17.428.731/0171-00)	01/10/2014	30/04/2018	Sem exigência	P
2017	Serviços continuados de limpeza e conservação nesta Procuradoria da República no Estado de Roraima.	G REFRIGERACAO COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA - ME (02.037.069/0001-15)	08/05/2017	07/05/2018	Sem exigência	A
2017	Contratação de serviços continuados de recepção/atendimento com mão de obra.	ALIANCA SERVICOS DE LIMPEZA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS (08.676.917/0001-12)	25/09/2017	24/09/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Contratação de serviços continuados de Apoio Operacional residente de contínuo destinado atender a Procuradoria da República no Estado de Roraima.	QUEIROZ E LAMY LTDA - ME (14.117.810/0001-37)	18/01/2017	17/01/2018	Sem exigência	A
2016	Solicitação para abertura de processo de licitação destinado a contratação pessoa jurídica prestadora de fornecedora de serviços de copa e operação de máquinas reprográficas visando substituir contrato em fase de encerramento e atender a Procuradoria da República no Estado de Roraima com a continuidade de serviço essencial à Administração da unidade.	SAN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP - ME (10.282.449/0001-43)	01/09/2016	31/08/2017	Sem exigência	E
2017	1. Considerando o disposto no Memorando nº 38/2017/CA/PRRR, AUTORIZO a abertura de processo administrativo para contratação de serviços continuados de copeiragem, com mão de obra, tendo em vista a iminência do exaurimento da vigência do atual contrato, firmado com a empresa SAN COMÉRCIO SERVIÇOS, que não demonstrou interesse pela prorrogação contratual. 2. Ao Setor de Gestão Documental (SGD), ao qual solicito a autuação deste termo com seus anexos para em seguida ser devolvido a esta Secretaria Estadual para demais providências.	EXTREMO NORTE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI - ME (04.451.516/0001-03)	06/09/2017	05/09/2018	Sem exigência	A
2014	Contratação de empresa para prestação remanescente de serviços de limpeza e conservação à PR-RR.	VITTORIA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME (10.631.850/0001-41)	03/11/2014	05/05/2017	Sem exigência	E
2016	Solicitação para abertura de processo de licitação destinado a contratação pessoa jurídica prestadora de serviços de manutenção predial com artefice, serviços elétricos e fornecimento de materiais visando atender a Procuradoria da República no Estado de Roraima.	ISOLU SERVICE LTDA - ME (12.720.960/0001-05)	15/08/2016	14/08/2017	Sem exigência	E
2016	Solicitação para abertura de processo de licitação destinado a contratação pessoa jurídica prestadora de serviços copeiragem e recepção visando atender a Procuradoria da República no Estado de Roraima de forma contínua.	ND COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP (05.567.810/0001-48)	05/05/2016	05/09/2017	Sem exigência	E
2016	Solicitação para abertura de processo de licitação destinado a contratação pessoa jurídica prestadora de fornecedora de serviços de copa e operação de máquinas reprográficas visando substituir contrato em fase de encerramento e atender a Procuradoria da República no Estado de Roraima com a continuidade de serviço essencial à Administração da unidade.	NEW SOLUTIONS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (01.832.691/0001-52)	01/09/2016	31/08/2018	Sem exigência	P



## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina						CNPJ: 26.989.715/0029-03
UG/Gestão: 200058						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PRM/Rio do Sul	ADSERVIG - VIGILANCIA LTDA (05.497.780/0001-40)	05/06/2016	04/06/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de vigilância armada para a PRM/Chapecó	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA (87.134.086/0002-04)	15/01/2016	14/01/2018	Sem exigência	P
2016	contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem e recepção para a sede da Procuradoria da República no município de São Miguel do Oeste/SC	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P
2014	Serviço de vigilância armada para a PR/SC.	ONDREPSB-SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA (82.949.652/0001-31)	01/11/2014	31/10/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço de vigilância armada para a PRM/Tubarão	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA (87.134.086/0002-04)	18/04/2016	17/04/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de serviços de limpeza e conservação para a PRM/Caçador	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	03/12/2015	02/12/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem, garçom, recepção, reprografia, apoio operacional, zeladoria, eletricista e apoio administrativo (contínuo) para a pr/sc e prms. interessados: pr/sc e prms. modalidade: pregão eletrônico contratante: procuradoria da república em santa catarina	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	29/11/2016	28/11/2018	Sem exigência	P
2016	contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem e recepção para a sede da Procuradoria da República no município de Joinville/SC - CT 38/2016	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	24/10/2016	23/10/2018	Sem exigência	P
2016	serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Criciúma/SC	SC SEG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP (11.967.535/0001-52)	01/11/2016	30/11/2017	Sem exigência	E
2016	serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Jaraguá do Sul/SC. Autuação de PGEA do CT 35/2016	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (79.283.065/0001-41)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P
2017	O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem, recepcionista e zelador para a Procuradoria da República no município de Criciúma/SC	BRASILRECRUTA MÃO DE OBRA EIRELI EPP (07.593.524/0001-82)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A
2013	Serviço de vigilância armada para São Miguel do Oeste.	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA - EIRELI (05.449.286/0001-00)	01/08/2013	31/07/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PRM/Itajaí	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA SS LTDA. (77.998.912/0008-03)	01/09/2016	31/08/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina					CNPJ: 26.989.715/0029-03	
UG/Gestão: 200058						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, encarregado, copeiragem, garçom, operador de reprografia, recepcionista, apoio operacional, zeladoria, electricista e apoio administrativo para a sede da Procuradoria da República em Santa Catarina/SC	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	24/10/2016	23/10/2018	Sem exigência	P
2016	contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Rio do Sul/SC. CT 45/2016 - SALETE KAPP	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	01/11/2016	30/11/2017	Sem exigência	E
2016	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PRM/Mafra	ADSERVIG - VIGILANCIA LTDA (05.497.780/0001-40)	01/07/2016	30/06/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço de vigilância armada para a PRM/Jaraguá do Sul	ADSERVIG - VIGILANCIA LTDA (05.497.780/0001-40)	05/06/2016	31/03/2017	Sem exigência	E
2016	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PRM/Blumenau	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA SS LTDA. (77.998.912/0008-03)	05/06/2016	04/06/2018	Sem exigência	P
2016	serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Blumenau/SC	SC SEG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP (11.967.535/0001-52)	01/11/2016	30/11/2017	Sem exigência	E
2016	Contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem e recepção para a sede da Procuradoria da República no município de Chapecó/SC. CT 42/2016	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P
2016	serviços terceirizados de copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Caçador/SC. CT 34/2016	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (79.283.065/0001-41)	03/10/2016	02/10/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de vigilância armada para a PRM/Concórdia	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0001-27)	15/01/2016	14/01/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço continuado de vigilância armada para a PRM/Joaçaba	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0001-27)	01/05/2016	30/04/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviço de vigilância armada para a PRM/Lages	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA - EIRELI (05.449.286/0001-00)	01/06/2016	31/05/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de vigilância armada para a PRM/Caçador	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0001-27)	10/01/2016	31/01/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação para a sede da PRM/Concórdia.	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	03/12/2015	02/12/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina						CNPJ: 26.989.715/0029-03	
UG/Gestão: 200058							
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2016	Serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Mafra/SC. CT 36/2016	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (79.283.065/0001-41)	03/10/2016	30/11/2017	Sem exigência	E	
2017	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a Procuradoria da República no município de Blumenau/SC	SETIMA - SERVICOS DE LIMPEZA LTDA. - ME (07.618.334/0001-72)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A	
2016	serviços terceirizados de limpeza e conservação, copeiragem e recepcionista para a sede da Procuradoria da República no município de Itajaí/SC. CT 33/2016	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (79.283.065/0001-41)	03/10/2016	02/10/2018	Sem exigência	P	
2016	Abertura de PGEA de contratação, contrato nº 40/2016, empresa: PLANSUL Planejamento e Consultoria Ltda.	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	03/10/2016	02/10/2018	Sem exigência	P	
2016	Contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Lages/SC. CT 44/2016 - SALETE KAPP	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P	
2016	Contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a sede da Procuradoria da República no município de Joaçaba/SC. CT 43/2016.	SALETE KAPP E CIA. LTDA. - EPP (05.793.882/0001-03)	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P	
2014	Serviço de vigilância armada para PRM/Criciúma.	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA (87.134.086/0002-04)	05/12/2014	04/12/2018	Sem exigência	P	
2017	1.1 Contratação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA, com a utilização de armamento letal e dispositivos não letais a serem executados nas dependências da sede da Procuradoria da República no Município de Jaraguá do Sul/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I deste edital).	SEGVILLE VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP (14.576.552/0001-57)	03/04/2017	02/04/2018	Sem exigência	A	
2017	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeiragem para a Procuradoria da República no município de Mafra/SC.	Segville Serviços de Limpeza e Conservação EIRELI (01.567.432/0001-41)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A	
2017	O presente instrumento tem como objeto a contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação e copeira para a Procuradoria da República de Rio do Sul/SC	Segville Serviços de Limpeza e Conservação EIRELI (01.567.432/0001-41)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A	
2016	Prestação de serviço de vigilância armada para a PRM/Joinville	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA - EIRELI (05.449.286/0001-00)	01/06/2016	31/05/2018	Sem exigência	P	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, com mão de obra residente, de análises internas de contas médico-hospitalares, faturamento, apoio operacional, bem como outras atividades inerentes necessárias ao assessoramento para o Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal, PLAN-ASSISTE/MPF-PR/SC	SAUDE SUPLEMENTAR SOLUCOES EM GESTAO DE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA (10.981.905/0001-43)	08/01/2018	07/01/2019	Ensino Médio Completo	A	
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA, com a utilização de armamento letal e dispositivos não letais a serem executados nas dependências das sedes das Procuradorias da República nos municípios de Blumenau/SC e Caçador/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I deste edital).	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA SS LTDA. (77.998.912/0008-03)	01/02/2018	31/01/2019	Ensino Médio Completo	A	

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo					CNPJ: 26.989.715/0031-28	
UG/Gestão: 200049						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contrato ct 01-16 - prestação de serviços de auditoria médica - cópia de documentos oriundos do processo administrativo 1.34.001.002223/2015-52 de contratação de serviços de auditoria média para atender as necessidades do plan assiste.	BRASILMED AUDITORIA MEDICA E SERVICOS S/S LTDA (00.706.148/0001-46)	18/01/2016	17/01/2019	Sem exigência	P
2017	termo de autuação para instauração de procedimento de gestão administrativa - pgea para elaboração de contrato nº 45/2017 para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de jardinagem, asseio, conservação, limpeza e higienização, com fornecimento de todos os materiais de consumo e todo equipamento necessário à execução dos serviços para atender às necessidades das procuradorias da república nos municípios de assis e jaú. pregão eletrônico nº 18/2017. ata de registro de preços nº 26/2017.	RCA Serviços Gerais Ltda (04.544.668/0001-50)	01/08/2017	31/07/2018	Sem exigência	A
2016	contrato nº 41/2016 - rca serviços gerais ltda. - prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos - prms araraquara, assis, bauru, guaratinguetá, itapeva, jaú, marília, ourinhos, ribeirão preto, santos, são carlos e são joão da boa vista.	RCA Serviços Gerais Ltda (04.544.668/0001-50)	01/08/2016	31/07/2017	Sem exigência	E
2016	contrato nº 42/2016 - arcolimp serviços gerais ltda. - prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos - prms araçatuba, franca, presidente prudente, são bernardo do campo e são josé dos campos	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA (05.576.482/0001-46)	01/08/2016	31/10/2017	Sem exigência	E
2015	Contrato 62-15 de prestação de Serviços de Vigilância Armada, Desarmada e de Segurança Patrimonial, para as dependências das Unidades da Procuradorias da República no Estado de São Paulo localizadas na Capital (PR/SP-Capital) e nos Municípios (PRMs) de Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatuba, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Itapeva, Jales, Jaú, Jundiá, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté.	SECURITY SEGURANÇA LTDA (00.332.087/0001-02)	18/11/2015	17/11/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de prestação de serviços de mão de obra para atender a PR/SP Capital e a PRM Guarulhos, haja vista a informação da Divisão de Contratações sobre o fim da vigência do atual contrato nº 34/12, sem possibilidade de prorrogação, com a Empresa AME - Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais.	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME (64.917.818/0001-56)	01/06/2017	31/05/2018	Sem exigência	A
2012	Contratação de prestação de serviços de mão de obra ç 6 (seis) Auxiliares Administrativos, 1 (um) Assistente de Almoxarifado, 1 (um) Auxiliar de Almoxarifado, 2 (duas) Telefonistas e 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais para atender a Procuradoria da República no Estado de São Paulo na Capital e a Procuradoria da República no Município de Guarulhos.	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME (64.917.818/0001-56)	01/06/2012	31/05/2017	Sem exigência	E
2011	Prestação de serviços de conservação, limpeza e copeiragem, com fornecimento dos materiais necessários para a pr-sp.	VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZACAO LTDA (02.907.432/0001-06)	01/01/2012	31/12/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de jardinagem, asseio, conservação, limpeza e higienização, bem como de serviços de copeiragem, com fornecimento de todos os materiais de consumo e todo equipamento necessário à execução dos serviços para atender às necessidades das procuradorias da república nos municípios de osasco, santos e são carlos.	GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELLI - ME (14.914.101/0001-82)	01/08/2017	31/07/2018	Sem exigência	A

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo					CNPJ: 26.989.715/0031-28	
UG/Gestão: 200049						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de serviços de limpeza para prm/registro	Sete Bahia Terceirização Ltda - EPP (13.515.708/0001-27)	08/05/2017	07/05/2018	Sem exigência	A
2016	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção dos sistemas prediais instalados no edifício sede da procuradoria da república no estado de são paulo	MOA MANUTENCAO E OPERACAO LTDA (00.192.707/0001-47)	09/01/2017	08/01/2019	Sem exigência	A
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mãos de obra 03 (três) postos terceirizados de auxiliar administrativo por dispensa de licitação - contratação de portadores de deficiência física, para atender à Coordenadoria Jurídica - COJUD PR/SP.	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME (64.917.818/0001-56)	01/09/2016	31/07/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de mão de obra com portadores de necessidades especiais - auxiliares administrativos e telefonistas.	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME (64.917.818/0001-56)	13/05/2015	12/05/2018	Sem exigência	P
2018	Prestação de serviços continuados de jardinagem, asseio, conservação, limpeza e higienização, com fornecimento de todos os materiais de consumo e todo equipamento necessário à execução dos serviços para atender às necessidades da procuradoria da república no município de andradina. pregão eletrônico nº 18/2017. ata de registro de preços nº 27/2017.	Riomix 10 Serviços, Comércio e Representações Ltda. (12.135.947/0001-99)	22/01/2018	21/01/2019	Sem exigência	A
2017	Prestação de serviços de vigilância armada, desarmada e de segurança patrimonial, para as dependências das unidades das procuradorias da república no estado de são paulo localizadas na capital (pr/sp-capital) e nos municípios de andradina, aracatuba, araraquara, bauru, bragança paulista, campinas, caraguatatuba, franca, guaratinguetá, guarulhos, itapeva, jales, jaú, jundiá, marília, osasco, ourinhos, piracicaba, presidente prudente, registro, ribeirão preto, santos, são bernardo do campo, são carlos, são joão da boa vista, são josé do rio preto, são josé dos campos, sorocaba e taubaté. pregão eletrônico nº 14/2017. ata de registro de preços nº 39/2017.	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI (13.649.411/0001-54)	01/10/2017	31/05/2019	Sem exigência	A
2016	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos - prms campinas e guarulhos	VL Terceirização Ltda (08.439.717/0001-46)	01/08/2016	30/09/2017	Sem exigência	E
2015	Contratação de Serviços de Reprografia e Digitalização para a central de cópias da PR-SP.	RICOHLOR COMERCIO E SISTEMAS REPROGRAFICOS EIRELLI - EPP (00.783.573/0001-39)	04/05/2015	03/05/2018	Sem exigência	P
2014	Autuação Contrato 41/2014- Plataforma X PRSP X Campinas, Guarulhos,Ribeirão, Santos e SJRpreto. Objeto: Apoio Operacional e Logístico.	PLATAFORMA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP (02.738.552/0001-27)	03/09/2014	02/09/2018	Sem exigência	P
2016	Contratação de serviços de mão de obra - 10 postos terceirizados de auxiliar administrativo - para atender a demanda de trabalhos da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME (64.917.818/0001-56)	19/12/2016	18/12/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos - prms bragança paulista, caraguatatuba, jales, jundiá, piracicaba, são josé do rio preto, sorocaba e taubaté.	Agile Terceirização Ltda - EPP (03.767.254/0001-28)	01/08/2016	31/07/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Sergipe						
UG/Gestão: 200022					CNPJ: 26.989.715/0030-47	
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de Vigilância Armada no âmbito da PR/SE.	N. C. VIGILANCIA LTDA (14.531.173/0001-40)	04/10/2013	03/10/2017	Sem exigência	E
2013	Prorrogação do contrato 04/2012 - Serviços contínuos de limpeza e conservação, auxiliar de serviços gerais, copeira, garçom, recepcionista, telefonista, operador de equipamento multifuncional, electricista, bombeiro hidráulico e encarregado.	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	18/12/2013	30/04/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, encarregado, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de serviços administrativos, copeira, garçom, recepcionista e telefonista, operador de equipamento multifuncional, auxiliar de manutenção predial, electricista e bombeiro hidráulico com fornecimento de materiais e uniformes, a serem executados nas dependências da Procuradoria da República em Sergipe em Aracaju/SE, conforme especificações constantes dos anexos que fazem parte do edital.	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (78.533.312/0001-58)	18/04/2017	17/04/2018	Ensino Fundamental Completo	A
2017	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de segurança patrimonial ostensiva, com vigilância armada, a serem executados na sede da Procuradoria da República em Sergipe.	N. C. VIGILANCIA LTDA (14.531.173/0001-40)	29/09/2017	28/09/2018	Sem exigência	A

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante							
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Tocantins						CNPJ: 26.989.715/0056-86	
UG/Gestão: 200201							
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2016	Contratação de empresa em caráter emergencial para execução dos serviços de limpeza e conservação, copeiragem, recepcionista e Garçon no âmbito da sede da PR/TO.	FENIX GESTÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL (04.795.101/0001-57)	13/10/2016	12/04/2017	Sem exigência	E	
2013	Prestação de serviços de carregamento entrega e movimentação de cargas, mercadorias, mobiliários, processos e equipamentos em geral nas dependências do edifício-sede da PR-TO.	MAXIMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP (16.962.460/0001-30)	09/12/2013	19/04/2017	Sem exigência	E	
2017	Procedimento de Gestão Administrativa para instrução e acompanhamento do Contrato nº 02/2017, firmado entre a PR-TO e a empresa CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA para prestação de serviço na PRM-ARAGUAÍNA, após ter sido declarada vencedora do Pregão Eletrônico nº 11/2016, realizado através do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.36.000.000912/2016-49.	CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (31.546.484/0005-26)	24/01/2017	23/01/2019	Sem exigência	A	
2016	Prestação de serviços de vigilância armada ostensiva, preventiva e contínua que entre si celebram a união por intermédio da procuradoria da república no estado do tocantins e a empresa confederal vigilância e transporte de valores ltda. (sede palmas)	CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (31.546.484/0005-26)	13/12/2016	12/12/2018	Sem exigência	P	
2017	Contratação de entidade sem fins lucrativos inscrita no cadastro nacional de aprendizagem para selecionar, recrutar e encaminhar à contratada 02 (dois) aprendizes que irão desempenhar atividades administrativas nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Tocantins.	RENAPSI - REDE NAC DE APREND., PROM. SOCIAL E INTEGRAÇÃO (37.381.902/0001-25)	11/12/2017	10/12/2019	Sem exigência	A	
2017	Procedimento de Gestão Administrativa para instrução e acompanhamento do Contrato nº 10/2017, firmado entre a PR-TO e a empresa J. D. & S. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI ME. para prestação de serviço no Edifício-Sede da PRM-ARAGUAÍNA - GRUPO 3 no Pregão Eletrônico SRP nº 03/2017.	J.D.& S. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI -ME (08.583.683/0001-69)	20/04/2017	19/04/2018	Ensino Fundamental Completo	A	
2013	termo de referencia para contratação de empresa para limpeza e conservação da prm/araguaína	GLOBAL PRODUcoes E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME (09.384.382/0001-79)	28/01/2013	28/03/2017	Sem exigência	E	
2017	Prestação de serviço na PRM-GURUPI, após ter sido declarada vencedora do Pregão Eletrônico nº 11/2016, realizado através do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.36.000.000912/2016-49.	CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (31.546.484/0005-26)	11/01/2017	10/01/2019	Sem exigência	A	
2016	Contratação de empresa em caráter emergencial para execução dos serviços de limpeza e conservação, copeiragem, recepcionista e Garçon no âmbito da PRM-Gurupi.	FENIX GESTÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL (04.795.101/0001-57)	01/11/2016	30/04/2017	Sem exigência	E	
2016	Procedimento visando realização de Pregão Eletrônico para a contratação de CONTÍNUOS para atender a demanda na PR/TO e PRM-Araguaína. PREGÃO ELETRÔNICO 04/2016.	PIEER SERVICE LTDA - ME (02.563.740/0001-61)	29/07/2016	28/07/2018	Sem exigência	P	
2017	Prestação de serviço No Edifício-Sede da PR-TO em Palmas Referente: GRUPO 1 - Pregão Eletrônico SRP nº 03/2016 PGEA nº 1.36.000.000856/2016-42.	FENIX GESTÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL (04.795.101/0001-57)	17/04/2017	16/04/2018	Ensino Fundamental Completo	A	
2017	Prestação de serviço no Edifício-Sede da PRM-GURUPI - GRUPO 2 - Pregão Eletrônico SRP nº 03/2017.	J.D.& S. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI -ME (08.583.683/0001-69)	20/04/2017	19/04/2018	Ensino Fundamental Completo	A	

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região						CNPJ: 26.989.715/0064-96
UG/Gestão: 200208						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, nas dependências do edifício da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.	AGROSERVICE SEGURANCA LTDA (03.602.646/0001-37)	01/12/2013	30/11/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, para atender às necessidades de fornecimento de mão de obra e equipamentos essenciais ao andamento dos trabalhos nas dependências do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.	ADTEL TECNOLOGIA EIRELI (06.926.324/0001-31)	14/11/2015	13/11/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação dos serviços de limpeza em geral, de lavagem dos veículos oficiais, de serviços reprográficos e respectivo encarregado.	DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA (09.370.244/0001-30)	01/11/2014	29/04/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços contínuos de preservação e combate a incêndios, controle de pânico, primeiros socorros, abandono de edificação e treinamento de brigada voluntária, com o fornecimento dos materiais necessários a serem executados nas dependências da PRR1.	GOLD SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E LIMPEZA EIRELI - EPP (05.020.143/0001-89)	12/11/2016	11/11/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de copeiragem, garçom, recepcionista, contínuo e respectivo encarregado, nas dependências do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.	VISAO ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA (01.708.458/0001-62)	01/11/2014	31/10/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação dos serviços de gerenciamento e manutenção do Berçário localizado no Edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.	PRIME CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA (12.978.443/0001-30)	08/06/2016	07/06/2018	Sem exigência	P



## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 2ª Região						CNPJ: 26.989.715/0066-58
UG/Gestão: 200045						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva para as unidades desta Procuradoria Regional da República PRR2.	MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA (73.678.005/0001-41)	22/08/2016	21/08/2019	Sem exigência	P
2014	Serviço de vigilância armada e desarmada para a PRR2	BMC VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP (13.349.640/0001-53)	24/02/2014	23/02/2019	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de operação, manutenção preventiva (incluindo) e manutenção corretiva de condicionadores de ar central do tipo self-contained vertical refrigerados à água e manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar tipo janela, condicionadores de ar tipo split, geladeiras, bebedouros, purificadores de água, bem como a adequação da rede de dutos de ventilação do sistema de refrigeração	UPDATE COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA LTDA M (07.993.467/0001-29)	16/12/2014	15/12/2018	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de reprografia	ULTRAPEL LOCACAO E SERVICOS LTDA (27.859.008/0001-64)	27/08/2014	26/08/2018	Sem exigência	P
2015	contratação de programa menor aprendiz.	CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - RJ (33.661.745/0001-50)	01/10/2015	30/09/2019	Sem exigência	P
2015	prestação de serviço de suporte logístico e operacional.	APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA (05.969.071/0001-10)	07/07/2015	06/07/2018	Sem exigência	P
2014	Serviços de copeiragem	FB TERCERIZACAO LTDA - ME (12.313.874/0001-88)	03/02/2014	02/02/2019	Sem exigência	P
2014	Serviço de brigadistas.	S.M. 21 ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. (02.566.106/0001-82)	24/02/2014	23/02/2018	Sem exigência	P
2014	Serviços de limpeza e conservação	UPDATE COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA LTDA M (07.993.467/0001-29)	03/02/2014	02/02/2019	Sem exigência	P
2016	serviços de recepcionistas.	APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA (05.969.071/0001-10)	18/07/2016	17/08/2018	Sem exigência	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 3ª Região						CNPJ: 26.989.715/0058-48
UG/Gestão: 200204						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos continuados de operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva de sistemas, componentes e instalações prediais, e sistemas de climatização e afins, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços no edifício sede da CONTRATANTE.	GALAPAGOS CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (02.912.440/0001-40)	01/04/2015	31/03/2018	Sem exigência	P
2017	Prestação de serviços continuados de Prevenção e Combate a Incêndio, com fornecimento de materiais e equipamentos, para o edifício-sede da CONTRATANTE.	BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (03.022.122/0001-77)	01/12/2017	30/11/2018	Sem exigência	A
2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio, com fornecimento de materiais e equipamentos	SEMPRE VIDAS SERVICOS LTDA - EPP - EPP (18.407.444/0001-01)	01/12/2015	30/11/2017	Sem exigência	E
2012	Contratação de empresa especializada na execução de SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, com fornecimento de todo o material de consumo e equipamentos adequados à execução dos serviços, nas dependências do Edifício-sede da CONTRATANTE	RAY TONY SERVICOS DE LIMPEZA E PORTARIA LTDA (10.643.999/0001-40)	21/01/2012	19/01/2017	Sem exigência	E
2014	Contratação de empresa especializada na execução de Serviços de VIGILÂNCIA E SEGURANÇA para o Edifício-sede da CONTRATANTE	SECURITY SEGURANÇA LTDA (00.332.087/0001-02)	01/04/2014	31/03/2018	Sem exigência	P
2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de copeiragem, a ser realizado por garçom e copeiras, com fornecimento de material de consumo e equipamentos, nas dependências do Edifício-sede da CONTRATANTE, incluindo fornecimento de mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, mediante as seguintes Cláusulas e condições.	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA (05.576.482/0001-46)	20/11/2012	19/05/2018	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas modalidades de recepcionista e mensageiro, com mão de obra residente, no edifício-sede da Contratante	A. FRUGONI LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA (10.189.253/0001-09)	18/01/2016	17/01/2019	Sem exigência	P
2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e conservação das áreas ajardinadas e de todos os vasos existentes nas dependências do edifício sede da CONTRATANTE, incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos.	RAY TONY SERVICOS DE LIMPEZA E PORTARIA LTDA (10.643.999/0001-40)	10/04/2015	09/04/2017	Sem exigência	E
2017	Contratação de empresa especializada em tratamento de acervo documental e em gestão da informação para o acervo da área administrativa e finalística da Procuradoria Regional da República da 3ª Região e PRR/3ª Região.	ACERVO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (72.317.266/0001-73)	29/09/2017	28/09/2018	Ensino Superior Completo	A
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências do Edifício-sede e de seus bens móveis, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região	TOTALCOB SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA - EPP (10.398.338/0001-05)	20/01/2017	19/01/2019	Sem exigência	A

### Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região						
UG/Gestão: 200102				CNPJ: 94.953.767/0001-89		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Contratação de instituição para o Programa Adolescente Aprendiz.	MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (93.459.345/0001-99)	17/07/2017	16/11/2018	Sem exigência	A
2015	Prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais e de recepção.	S & M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA - EPP (04.350.057/0001-71)	01/12/2015	30/11/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de copeiragem, garçom, limpeza e telefonistas.	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA (94.851.250/0001-89)	01/12/2015	30/11/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de manutenção, monitoramento e operação do sistema de automação predial.	IBSYSTEMS ENGENHARIA LTDA (16.669.312/0001-22)	03/11/2015	02/11/2018	Ensino Superior Completo	P
2014	Contratação de serviços continuados de vigilância armada, noturna e diurna para a PRR 4ª Região.	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. (10.364.152/0002-08)	01/12/2014	30/11/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de operação e manutenção do sistema de ar condicionado, refrigeração, ventilação mecânica e ar comprimido, com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição imediata.	CERT LTDA (04.689.066/0001-91)	20/05/2015	19/05/2018	Ensino Superior Completo	P
2015	Serviços técnicos continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento.	CIBAM ENGENHARIA EIRELI - EPP (01.211.015/0001-61)	11/06/2015	10/06/2018	Ensino Fundamental Completo	P

## Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 5ª Região						
UG/Gestão: 200207					CNPJ: 26.989.715/0059-29	
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimentos de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados por esta PRR-5ª Região.	F. NETO ENGENHARIA LTDA - EPP (41.075.623/0001-00)	01/07/2015	30/06/2018	Sem exigência	P
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação, copa, garçonaria, recepcionista, telefonista, operação de máquina reprográfica, serviços gerais e encarregado.	GLAUBER HENRIQUE NASCIMENTO TERCEIRIZACAO ME (17.982.526/0001-17)	15/12/2016	14/12/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviços de vigilância armada na sede da Procuradoria Regional da República 5ª Região	FAMASEG SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP (18.143.512/0001-72)	20/09/2015	19/09/2018	Sem exigência	P
<b>Observações: Informações extraídas do Sistema de Gestão Administrativas (SGA) com alimentação descentralizada pelas Unidades do MPF.</b>						
<b>LEGENDA:</b>						
Ano do contrato: Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços pela unidade contratante;						
Objeto: Objeto da contratação;						
Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada;						
Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas: Datas de início e fim do contrato;						
Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado;						
Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).						

Anexo A ao item 6.4 – Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

UNIDADE MPF	ITEM 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	
	ESPAÇOS CEDIDOS	QTD.
PGR	SIM	5
PRR-1R	SIM	4
PRR-2R	NÃO	0
PRR-3R	SIM	1
PRR-4R	SIM	3
PRR-5R	NÃO	0
PR/AC	SIM	1
PR/AL	SIM	1
PR/AM	NÃO	0
PR/AP	NÃO	0
PR/BA	SIM	1
PR/CE	SIM	1
PR/DF	SIM	3
PR/ES	SIM	1
PR/GO	NÃO	0
PR/MA	NÃO	0
PR/MG	SIM	1
PR/MS	NÃO	0
PR/MT	NÃO	0
PR/PA	NÃO	0
PR/PB	NÃO	0
PR/PE	NÃO	0
PR/PI	NÃO	0
PR/PR	SIM	1
PR/RJ	SIM	3
PR/RN	NÃO	0
PR/RO	NÃO	0
PR/RR	NÃO	0
PR/RS	SIM	3
PR/SC	NÃO	0
PR/SE	NÃO	0
PR/SP	SIM	3
PR/TO	SIM	0

### Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República</b>		
<b>UG/Gestão: 200100</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0050-90</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 113/114
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.392.696/0001-49
	Nome ou Razão Social	<b>ANPR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso 2/2017, precária e onerosa, da sala 113/114 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria Geral da República, com 270,58m <sup>2</sup> , para funcionamento da Associação Nacional dos Procuradores da República
	Prazo da Cessão	04/05/2017 a 03/05/2022
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 937,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 3.342,11 por meio de GRU código 18.822-0

### Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República</b>		
<b>UG/Gestão: 200100</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0050-90</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 115
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.679.308/0001-05
	Nome ou Razão Social	<b>ASMPF – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso 1/2017, precária e onerosa, da sala 115 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria Geral da República, com 63,60m <sup>2</sup> , para funcionamento da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal.
	Prazo da Cessão	03/05/2017 a 02/05/2022
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 937,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 785,58 por meio de GRU código 18.822-0

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República</b>		
<b>UG/Gestão: 200100</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0050-90</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 107
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	<b>BANCO DO BRASIL S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso 2/2015, onerosa, da sala 107 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria Geral da República, com 76,60m <sup>2</sup> , para funcionamento de posto avançado, bem como cinco vagas de terminais de autoatendimento, sendo três no 1º andar do bloco B, uma no 3º andar do bloco A e uma no 2º subsolo do Anexo I (SAF Sul Qd. 2 Lt. 9).
	Prazo da Cessão	19/08/2015 a 18/08/2018
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.611,04
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 1.192,47 por meio de GRU código 18.822-0	



**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República</b>		
<b>UG/Gestão: 200100</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0050-90</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 109
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/2660-58
	Nome ou Razão Social	<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso 1/2015, onerosa, da sala 109 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria Geral da República, com 45,12m2, para funcionamento de posto bancário, bem como três vagas de terminais de autoatendimento, sendo uma no 1º andar do bloco B, uma no 3º andar do bloco A e uma no 2º subsolo do Anexo I (SAF Sul Qd. 2 Lt. 9).
	Prazo da Cessão	11/02/2015 a 10/02/2019
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.256,37
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	R\$ 750,61 por meio de GRU código 18.822-0

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República</b>		
<b>UG/Gestão: 200100</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0050-90</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 108
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	<b>BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Presencial nº 5/2015.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso 3/2015, precária e onerosa, da sala 108 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria Geral da República, com 33,90m2, para funcionamento de agência bancária, bem como duas vagas de terminais de autoatendimento, sendo uma no 1º andar do bloco B e uma no 3º andar do bloco A. Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência e de reajuste do rateio das despesas assinado em 7/6/2016.
	Prazo da Cessão	03/07/2015 a 02/07/2018
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.283,27
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 590,00 por meio de GRU código 18.822-0

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região</b>		
<b>UG/Gestão: 200208</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0064-96</b>
<b>QUADRO 1</b>		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, Sala 102, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.487.714/0001-15
	Nome ou Razão Social	CRYSTAL ALIMENTAÇÃO LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de restaurantes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade de Tomada de Preços
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial dos serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses (2/2/2016 a 1/2/2018) Prorrogado por mais 12 meses (2/2/2018 a 1/2/2019)
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala no primeiro andar do edifício, com aproximadamente (34 m²) trinta e quatro metros quadrados, compreendendo cozinha e área de atendimento.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de ocupação mensal reajustada para <b>R\$ 2.152,51</b> (dois mil cento e cinquenta dois reais e cinquenta e um centavos), a contar de 2/2/2018. O valor mensal da taxa de ocupação poderá sofrer desconto de até 100% (cem por cento), conforme o desempenho da CESSIONÁRIA quanto à qualidade dos serviços prestados.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG/ Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, 0,4 % (porcentagem aproximada da área cedida em relação à área total do edifício) do valor dos contratos de Vigilância e das contas de água e energia elétrica.	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>QUADRO 2</b>		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, Térreo, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.00.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de 1 (um) Terminal de Autoatendimento Eletrônico (TAE)
	Prazo da Cessão	60 meses (27/8/2016 a 26/8/2021)
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 1m <sup>2</sup> , localizada no térreo do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não é cobrada taxa de ocupação, a cessionária apenas recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, sua participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG/ Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, à título de participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica, o equivalente ao consumo médio mensal do equipamento eletrônico: 247,14 kWh (duzentos e quarenta e sete vírgula quatorze quilowatts hora), considerando que o terminal ficará em funcionamento pleno das 6:00 às 22:00 horas de segunda a sexta, e ficará no modo <i>stand-by</i> aos fins de semana, feriados e das 22:01 às 05:59 horas nos dias úteis. O preço do kWh (quilowatt hora) considerado para o cálculo é o pago pela CEDENTE no mês.	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>QUADRO 3</b>		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, Térreo, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de 1 (um) Terminal de Autoatendimento Eletrônico (TAE)
	Prazo da Cessão	60 meses (3/2/2016 a 2/2/2021)
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 1m <sup>2</sup> , localizada no térreo do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não é cobrada taxa de ocupação, a cessionária apenas recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, sua participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG/ Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, à título de participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica, o equivalente ao consumo médio mensal do equipamento eletrônico: 332,64 kWh (trezentos e trinta e dois vírgula sessenta e quatro quilowatts hora). O preço do kWh (quilowatt hora) considerado para o cálculo é o pago pela CEDENTE no mês.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>QUADRO 4</b>		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, Térreo, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/2660-58
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de 1 (um) Terminal de Autoatendimento Eletrônico (TAE)
	Prazo da Cessão	60 meses (14/8/2017 a 13/8/2022)
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 1m <sup>2</sup> , localizada no térreo do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1 <sup>a</sup> Região.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não é cobrada taxa de ocupação, a cessionária apenas recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, sua participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG/ Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, à título de participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica, o equivalente ao consumo médio mensal do equipamento eletrônico: 384,64 kWh (trezentos e oitenta e quatro vírgula sessenta e quatro quilowatts hora), considerando que o terminal ficará em funcionamento pleno das 06:00 às 22:00 horas de segunda a sexta, e ficará no modo <i>stand-by</i> aos fins de semana, feriados e das 22:01 às 05:59 horas nos dias úteis. O preço do kWh (quilowatt hora) considerado para o cálculo é o pago pela CEDENTE no mês	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 3ª Região</b>		
<b>UG/Gestão: 200204</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0058-48</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	00772500-2
	Endereço	Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2.020 – 15º Andar
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.359.783/0002-85
	Nome ou Razão Social	FABIANO AUGUSTO CALCIOLARI MARIN – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete / Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão 20/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa do uso da área, a título precário, para exploração de serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	45 m² do 15º andar do edifício-sede da PRR/3ª Região, situado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2.020, Bela Vista, São Paulo/SP
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A título de ocupação de área, o valor é de R\$ 292,16, correspondente a ¼ da média do valor de mercado para locações próximas ao edifício da Concessora.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RA – GRU 18822-0 – outros recolhimentos
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	0,24% (área da lanchonete em relação à área total da concessora) incidente sobre os contratos vigentes de serviços terceirizados de manutenção predial, segurança e bombeiros. Soma do valor de custo unitário de sacos de lixo gerados pela lanchonete, conforme custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta. Custo mensal de gás natural, água e luz, calculados multiplicando-se o consumo conferido nos medidores individuais instalados na lanchonete, multiplicados pelas respectivas tarifas vigentes à época do cálculo, acrescidos dos impostos legais.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região</b>		
<b>UG/Gestão: 200102</b>		CNPJ: 94.953.767/0001-89
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00018.500.3
	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3712-54
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminal eletrônico de autoatendimento bancário.
	Prazo da Cessão	5 ANOS, DE 9/7/2015 A 8/7/2020
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 1.08m², localizada no andar térreo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	NÃO SE APLICA



**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região</b>		
<b>UG/Gestão: 200102</b>		CNPJ: 94.953.767/0001-89
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00018.500.3
	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminal eletrônico de autoatendimento bancário.
	Prazo da Cessão	60 MESES, DE 28/7/2015 A 27/7/2020
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 2,5m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	NÃO SE APLICA

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região</b>		
<b>UG/Gestão: 200102</b>		CNPJ: 94.953.767/0001-89
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00018.500.3
	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.418.228/0001-12
	Nome ou Razão Social	JOSIANE ROSA RESTAURANTE – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão eletrônico PRR4 nº 02/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial de fornecimento de refeições – restaurante e cafeteria – por empresa do ramo.
	Prazo da Cessão	12(doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses. Vigência: 22/2/2016 a 21/2/2018. O contrato será prorrogado, por meio de Termo Aditivo de Prorrogação, o qual aguarda aprovação da Chefia da Unidade.
	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço está localizado no 10º andar, na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS. Descrição: – Refeitório 232,71m²; – Hall de entrada do restaurante (onde ficarão os balcões térmicos e caixa) 67,92m²; – Cafeteria 9,04m²; – Cozinha 47,33m²; – Recebimento de louças 5,53m²; – Administração e nutricionista 3,55m²; – Depósito e aquecedor de passagem 2,44m²; – Área de preparo alimentos 11,24m²; – Estoque utensílios descartáveis 3,64m²; – Estoque seco e despensa 4,34m²; – Circulação interna da cozinha 18,51m²; – Depósito de material de limpeza 2,35m²; – Circulação de acesso depósito de lixo 2,37m²; – Lixo orgânico 1,91m²; – Lixo inorgânico 1,91m²; – Circulação do acesso aos vestiários 8,37m²; – Vestiário Masculino 2,75m²; – Vestiário Feminino 2,75m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A Concessionária deverá ressarcir mensalmente o valor relativo à utilização da linha telefônica, água e energia elétrica da cozinha e demais ambientes do restaurante, com exceção do consumo de energia elétrica da iluminação e sistema de ar condicionado central do refeitório e hall de entrada do restaurante, que será pago pela Contratante. O valor relativo à despesa com a linha telefônica será calculado com base na informação contida na conta telefônica discriminada enviada pela empresa operadora da linha. Valor relativo à despesa com água será calculado a partir do registro constante em medidor específico. O valor relativo à despesa com energia elétrica da cozinha e demais ambientes do restaurante será calculado com base no consumo mensal indicado pelo medidor específico, podendo, caso necessário, ser estimado com base em parâmetros de consumo.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

**Unidade Contratante**

<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Acre</b>		
<b>UG/Gestão: 200069</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0006-17</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>013900337500-7 e 013900339500-8</b>
	Endereço	Alameda Ministro Miguel Ferrante 340, Portal da Amazônia, Rio Branco Acre
Identificação do Cessionário	CNPJ	26.989.715/0045-23
	Nome ou Razão Social	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão público que integra o MPT.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não houve seleção, apenas atendimento do pedido de cessão do espaço pela PRT 14ª Região, em razão do fechamento da antigas sede do PTM em Rio Branco, para reforma do imóvel e construção de nova Sede.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Servir de Sede provisória da Procuradoria do Trabalho no Município de Rio Branco/AC, visando promover a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos naquela localidade.
	Prazo da Cessão	<b>24 meses</b>
	Caracterização do espaço cedido	3 Gabinetes completos (gabinete de membro, ante sala e sala de assessoria jurídica) no 3º piso da sede da PR/AC, totalizando 174,69m² de área útil.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Destaque de R\$ 69.892,00 para custeio de 1 posto de vigilância armada entre set/2017 e dez/2017 e participação na prestação de serviço de limpeza e copeiragem.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Empenho da Despesa
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Aplicação direta
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Já informado.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Alagoas</b>		
<b>UG/Gestão: 200093</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0007-06</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	278500401.500-7 Uso da parte superior (laje) do edifício sede da PR/AL, para uso de equipamento de internet pela empresa Veloo Net.
	Endereço	Avenida Juca Sampaio, 1800, Barro Duro, Maceió – Alagoas
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.059.661/0001-02
	Nome ou Razão Social	VELOO NET LTDA-EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de comunicação multimídia – SCM Provedores de acesso às redes de comunicações Provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Quando houve a aquisição do edifício sede da PR/AL a empresa já estava com os equipamentos instalados e em funcionamento
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Viabilização de internet banda larga para bairros carentes da região (inclusive escolas); Fornecimento de um <i>link</i> de contingência à disposição do órgão para suprir falhas técnicas eventualmente existentes no <i>link</i> principal, de sorte a impedir que os servidores da PR/AL se privem do acesso à internet.
	Prazo da Cessão	Até 30/12/2016 (situação em 31/12/2016: Termo de Cessão Expirado)
	Caracterização do Espaço Cedido	Parte superior (laje)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não há valores envolvidos, apenas os benefícios citados no item “Finalidade do Uso do Espaço Cedido”
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	não se aplica
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	não se aplica

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República na Bahia</b>		
<b>UG/Gestão: 200031</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0010-01</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849.00764.500-7
	Endereço	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo – Doron. CEP 41.194-015. Salvador – Ba.
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.279.292/0001-78
	Nome ou Razão Social	Rita de Cassia Nascimento Brito – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviço de lanchonete.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogáveis.
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 75m <sup>2</sup> localizada no pavimento térreo da sede da PR/BA.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de ocupação de R\$ 2.483,63.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	18822-0 – STN outras receitas
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recursos destinados à Secretaria do Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio mensal das despesas com serviços comuns: água/esgoto, energia elétrica, vigilância e manutenção, proporcional ao percentual da área ocupada, que é de 0,77% do imóvel.	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará</b>		
<b>UG/Gestão: 200082/00001</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0011-84</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>1389.00481.500-5</b>
	Endereço	Rua João Brígido, 1.260 – Joaquim Távora – Fortaleza-CE
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/2459-76
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não se aplica
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação, por parte do Permissionário, de um terminal de saque de numerário e outros serviços.
	Prazo da Cessão	20/4/2012 a 19/4/2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Uma área de 5m <sup>2</sup> (cinco metros quadrados) do pavimento térreo do Edifício Sede da Procuradoria da República no Estado do Ceará.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A outorga é gratuita
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal</b>		
<b>UG/Gestão: 200023/00001</b>		<b>CNPJ:26.989.715/0012-65</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.604.378/0001-92
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO PROCURADOR PEDRO JORGE DE MELO E SILVA – FPJ
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fundação sem fins lucrativos.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de uso de bem público.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Execução exclusiva das atividades previstas em Estatuto.
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala T-27
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 15.161,37
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU, Código de recolhimento: 18822-0 – Tesouro Nacional.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhido ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	1,3% do total referente às despesas com serviços comuns no Edifício-Sede da PR/DF – manutenção predial, água/esgoto, rede de dados e voz, energia elétrica e manutenção de elevadores.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal</b>		
<b>UG/Gestão: 200023/00001</b>		<b>CNPJ:26.989.715/0012-65</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	38.069.126/0001-95
	Nome ou Razão Social	M.P.V de Azeredo – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite 01/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete
	Prazo da Cessão	36 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	34,05 m <sup>2</sup> – 1º subsolo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.937,26
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU, Código de recolhimento: 18822-0 – Tesouro Nacional
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhido ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	0,34% do total referente às despesas com serviços comuns no Edifício-Sede da PR/DF – manutenção predial, vigilância, água/esgoto e energia elétrica



**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal</b>		
<b>UG/Gestão: 200023/00001</b>		<b>CNPJ:26.989.715/0012-65</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3147-06
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não se aplica.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminais eletrônicos para saques, consultas, transferências de valores e emissão de comprovantes diversos do Banco do Brasil S/A.
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	2m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	não se aplica

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Espírito Santo – PR/ES</b>		
<b>UG/Gestão: 200038</b>		<b>CNPJ:26.989.715/0013-46</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705002435007
	Endereço	Av. Jerônimo Monteiro, 625, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-003
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não se aplica.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminais eletrônicos para saques, consultas, transferências de valores e emissão de comprovantes diversos do Banco do Brasil S/A.
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	2m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	não se aplica

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais</b>		
<b>UG/Gestão: 200035/0001</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0016-99</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123 00355.500-0
	Endereço	Avenida Brasil, nº 1877, Pilotis, Funcionários, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.964.945/0001-40
	Nome ou Razão Social	Bar e Restaurante Teriyaki LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante/Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Cessão 26/2016, referente ao Pregão nº 06/2016.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial dos serviços de lanchonete e restaurante, com fornecimento de alimentos preparados.
	Prazo da Cessão	02/12/2016 a 01/12/2018 – Podendo ser prorrogado até 60 meses.
	Caracterização do Espaço Cedido	Espaço para restaurante/lanchonete: cozinha (10,5m²), balcão interno (16,34m²), extensão do balcão interno (5,2m²), 2 depósitos (1,52m²-cada) e sistema de exaustão instalado na cozinha.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Ocupação mensal de: R\$1.135,00, perfazendo total anual de: R\$13.620,00. Além da taxa de ocupação, há o recolhimento do valor correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor total das faturas mensais de energia elétrica, de água e dos serviços de vigilância, todos da sede da Procuradoria da República em Minas Gerais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República do Estado do Paraná</b>		
<b>UG/Gestão: 200053</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0023-18</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>753500344500-6</b>
	Endereço	Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba-PR
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	Delegacia da Receita Federal do Brasil – 9ª Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão Público Federal – Ministério da Fazenda
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Provisória até a ratificação do termo definitivo
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço Público Federal
	Prazo da Cessão	30/9/2017 (podendo ser renovado)
	Caracterização do Espaço Cedido	Prédio/condomínio
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00 – Cessão sem ônus ao cessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há nada para informar
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não há nada para informar
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	Não há nada para informar

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro</b>		
<b>UG/Gestão: PR/RJ</b>		<b>26.989.715/0024-07</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6001.04901.500-2</b>
	Endereço	Hall dos elevadores do 4º andar do prédio da PR/RJ na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Necessidade dos servidores da PR/RJ
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Auto Atendimento Eletrônico (PAE)
	Prazo da Cessão	<b>60 (sessenta) meses</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	Hall dos elevadores do 4º andar do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 42,29 (quarenta e dois reais, vinte e nove centavos) referente à taxa de uso e R\$ 36,81 (trinta e seis reais, oitenta e um centavos) da taxa de rateio – valores referentes à dezembro de 2017.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,0111% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz, água e esgoto e brigada de incêndio.	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro		
UG/Gestão: PR/RJ		26.989.715/0024-07
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.04901.500-2
	Endereço	Sala 10, localizada na sobreloja e <i>hall</i> dos elevadores do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Necessidade dos servidores da PR/RJ
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Auto Atendimento Bancário (PAB) e Eletrônico (PAE)
	Prazo da Cessão	<b>60 (sessenta) meses</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala 10, localizada na sobreloja e <i>hall</i> dos elevadores do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 751,72 (setecentos e cinquenta e um reais, setenta e dois centavos) referente à taxa de uso e R\$ 667,64 (seiscentos e sessenta e sete reais, sessenta e quatro centavos) referente ao rateio de despesas – valores referentes a dezembro de 2017.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	0,2013% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz; água e esgoto e brigada de incêndio.	

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro</b>		
<b>UG/Gestão: PR/RJ</b>		<b>26.989.715/0024-07</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6001.04901.500-2</b>
	Endereço	Sala 02, localizada na sobreloja do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	40.260.218/0001-08
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA PR/RJ
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Solicitação da Associação / Necessidade dos servidores
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento aos Servidores
	Prazo da Cessão	<b>60 (sessenta) meses</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala 2, localizada na sobreloja do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 523,37 (quinhentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos), valor da taxa de uso e R\$ 408,90 (quatrocentos e oito reais, noventa centavos) da taxa de rateio.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	0,197% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz; água e esgoto e brigada de incêndio.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul</b>		
<b>UG/Gestão: 200061</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0022-28</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>8801.00438.500-7</b>
	Endereço	Praça Rui Barbosa. 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	95.156.899/0001-42
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do MPF/RS
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de natureza associativa de interesse dos servidores da PR-RS.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Avaliação de conveniência e oportunidade da cessão, de acordo com os seguintes critérios: (1) Utilidade e necessidade das atividades desenvolvidas pela entidade para a promoção dos interesses dos servidores associados. (2) Disponibilidade do espaço físico. (3) Solicitação formal do interessado e celebração de Termo de Cessão de Uso, de acordo com o exarado pelo CNMP no processo nº 0.00.000.000095/2008-27.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento aos associados.
	Prazo da Cessão	<b>01.04.2017 à 31.03.2019</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala com 25,84m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Janeiro/Setembro 2017): R\$ 3.536,83. Valores Pendentes (Outubro/Dezembro 2017): R\$ 1.248,96.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m² x área utilizada.



**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul</b>		
<b>UG/Gestão: 200061</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0022-28</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>8801.00438.500-7</b>
	Endereço	Praça Rui Barbosa, 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.206.941/0008-15
	Nome ou Razão Social	SINASEMPU – Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União
	Atividade ou Ramo de Atuação	Sindicato dos Servidores
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Avaliação de conveniência e oportunidade da cessão, de acordo com os seguintes critérios: (1) Utilidade e necessidade das atividades desenvolvidas pela entidade para a promoção dos interesses dos servidores filiados. (2) Disponibilidade do espaço físico. (3) Solicitação formal do interessado e celebração de Termo de Cessão de Uso, de acordo com o exarado pelo CNMP no processo nº 0.00.000.000095/2008-27.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimentos aos associados
	Prazo da Cessão	<b>21.06.2016 à 20.06.2018</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	sala com 20,16 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Janeiro/Dezembro 2016): R\$ 4.010,08.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m² x área utilizada.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul</b>		
<b>UG/Gestão: 200061</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0022-28</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>8801.00438.500-7</b>
	Endereço	Praça Rui Barbosa. 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.770.041/0001-06
	Nome ou Razão Social	EVANDRO LEONAN BATISTA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de cafeteria, com fornecimento de alimentos preparados.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão Remunerada de Uso, mediante Licitação (Tomada de Preços nº 03/2015).
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	A Cessão do espaço possui a finalidade de melhor atender às necessidades de alimentação/refeição de Membros e Servidores da PR/RS, haja vista a facilidade e economia de tempo em deslocamentos e a relativa escassez de opções de alimentação/refeição de qualidade, nas proximidades do prédio.
	Prazo da Cessão	<b>27.10.2015 a 26.10.2017</b>
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 36,35 m <sup>2</sup> localizada no 13º e ½ andar.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Janeiro/Março 2017): R\$ 1.102,76 Valores Pendentes (Abril/Dezembro 2017): R\$ 2.989,06.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Custos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m <sup>2</sup> x área utilizada.

## Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Unidade Contratante		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo</b>		
<b>UG/Gestão: 200049/00001</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0031-28</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.01632.500-3
	Endereço	Rua Frei Caneca, nº 1360, São Paulo-SP, CEP: 01307-002
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.457.406/0001-75
	Nome ou Razão Social	Empório Comércio e Serviços Eireli – EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico 29/2017 – Contrato de cessão onerosa 62/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de Cafeteria
	Prazo da Cessão	1/11/2017 a 31/10/2018
	Caracterização do espaço cedido	O espaço cedido possui área de aproximadamente 51,40m <sup>2</sup> , sendo todo construído em alvenaria, e dotado de bancadas para atendimento ao público usuário dos serviços a serem prestados.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	1) A CONCESSIONÁRIA deverá recolher, mensalmente, em favor da PR/SP, a título de taxa de uso das dependências, instalações e equipamentos, os seguintes valores: 1.1) O percentual de 0,19% (dezenove centésimos por cento) – correspondente à relação da área de concessão com a área total da PR/SP (37,5 m <sup>2</sup> / 20.000 m <sup>2</sup> ) – incidente sobre as contas mensais de água e luz relativas ao Edifício-Sede da PR/SP; 1.2) O percentual de 0,19% (dezenove centésimos por cento) – correspondente à relação da área de concessão com a área total da PR/SP (37,5 m <sup>2</sup> / 20.000 m <sup>2</sup> ) – incidente sobre os valores contratuais do serviço de vigilância no Edifício-Sede da PR/SP; 1.3) O valor, por mês, correspondente ao custo de coleta de sacos de lixo gerado pela Cafeteria e Restaurante – conforme o custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta na PR/SP; 1.4) Além dos valores acima estabelecidos, deverá ser efetuado, também, o recolhimento do valor total (100% - cem por cento) da conta telefônica relativa ao telefone ou ramal disponibilizado pela PR/SP à CONCESSIONÁRIA.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento mensal em favor da PR/SP.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento à Conta Única.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	1.1) O percentual de 0,19% (dezenove centésimos por cento) – correspondente à relação da área de concessão com a área total da PR/SP (37,5 m <sup>2</sup> / 20.000 m <sup>2</sup> ) – incidente sobre as contas mensais de água e luz relativas ao Edifício-Sede da PR/SP; 1.2) O percentual de 0,19% (dezenove centésimos por cento) – correspondente à relação da área de concessão com a área total da PR/SP (37,5 m <sup>2</sup> / 20.000 m <sup>2</sup> ) – incidente sobre os valores contratuais do serviço de vigilância no Edifício-Sede da PR/SP; 1.3) O valor, por mês, correspondente ao custo de coleta de sacos de lixo gerado pela Cafeteria e Restaurante – conforme o custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta na PR/SP; 1.4) Além dos valores acima estabelecidos, deverá ser efetuado, também, o recolhimento do valor total (100% - cem por cento) da conta telefônica relativa ao telefone ou ramal disponibilizado pela PR/SP à CONCESSIONÁRIA.

**Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas**

<b>Unidade Contratante</b>		
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo</b>		
<b>UG/Gestão: 200049/00001</b>		<b>CNPJ: 26.989.715/0031-28</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.01632.500-3
	Endereço	Rua Frei Caneca, nº 1360, São Paulo-SP CEP: 01307-002
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancos múltiplos, com carteira comercial.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Está em tratativa a formalização do termo de cessão.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de 2 terminais de autoatendimento.
	Prazo da Cessão	Está em tratativa a formalização do termo de cessão.
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 4m <sup>2</sup> no 1º subsolo do edifício-sede da PR/SP.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação 2017**

<b>Código</b>	<b>Projeto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Planejamento Estratégico e Planejamento de TI</b>	<b>Valores orçados (Planejado)</b>	<b>Valores Despendidos (Realizado)</b>	<b>Prazo de início</b>	<b>Prazos de conclusão</b>
P0114	MPEDUC 2.0 - Novo Sistema de Gestão dos Projetos do MPEDUC	Os registros atuais das informações de diagnóstico, acompanhamento e recomendações contidos nos projetos de melhoria da educação são realizados em ferramentas que já não atendem mais às necessidades de controle nem abarcam o volume de informações atualmente manipulados. Portanto, busca-se a evolução das ferramentas já existentes para abarcar as necessidades atuais, assim como prever uma plataforma mais segura de continuidade dos avanços futuros do MPEduc.	Evolução do sistema no que diz respeito aos módulos de acesso, questionário e gestão, de forma a aperfeiçoar o armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes aos projetos do MPEDUC. Houve a implementação de melhorias no armazenamento dos dados, a fim de facilitar a publicação das informações dos projetos no site e na plataforma de <i>Business Intelligence</i> (BI).	OE24 - Aproximação com o cidadão OE23 - Atuação preventiva OE22 - Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais	R\$ 125.448,23	R\$108.499,30	30/11/2015	26/01/2017
P0116	Sistema de Gestão de Eventos	- Promover o gerenciamento integrado de eventos pelas unidades demandantes, envolvendo as etapas de planejamento, orçamentação, aprovação, publicação, inscrição, reserva de passagens e hospedagem, realização e avaliação.  - Modernizar a ferramenta de agenda de contatos e compromissos para unidades administrativas, membros e servidores, de forma integrada à gestão de eventos.	Prover um gerenciamento centralizado e integrado de todo o ciclo de vida do evento, bem como evoluir a ferramenta de agenda de contatos e compromissos de forma a integrar a essa gestão do evento.	OE05 - Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável  OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$93.036,01	R\$86.191,25	01/10/2015	11/08/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

Código	Projeto	Descrição	Resultados esperados	Planejamento Estratégico e Planejamento de TI	Valores orçados (Planejado)	Valores Despendidos (Realizado)	Prazo de início	Prazos de conclusão
P0114	MPEDUC 2.0 - Novo Sistema de Gestão dos Projetos do MPEDUC	Os registros atuais das informações de diagnóstico, acompanhamento e recomendações contidos nos projetos de melhoria da educação são realizados em ferramentas que já não atendem mais às necessidades de controle nem abarcam o volume de informações atualmente manipulados. Portanto, busca-se a evolução das ferramentas já existentes para abarcar as necessidades atuais, assim como prever uma plataforma mais segura de continuidade dos avanços futuros do <u>MPEduc</u> .	Evolução do sistema no que diz respeito aos módulos de acesso, questionário e gestão, de forma a aperfeiçoar o armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes aos projetos do MPEDUC. Houve a implementação de melhorias no armazenamento dos dados, a fim de facilitar a publicação das informações dos projetos no site e na plataforma de <u>Business Intelligence (BI)</u> .	OE24 - Aproximação com o cidadão OE23 - Atuação preventiva OE22 - Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais	R\$ 125.448,23	R\$108.499,30	30/11/2015	26/01/2017
P0116	Sistema de Gestão de Eventos	- Promover o gerenciamento integrado de eventos pelas unidades demandantes, envolvendo as etapas de planejamento, orçamentação, aprovação, publicação, inscrição, reserva de passagens e hospedagem, realização e avaliação. - Modernizar a ferramenta de agenda de contatos e compromissos para unidades administrativas, membros e servidores, de forma integrada à gestão de eventos.	Prover um gerenciamento centralizado e integrado de todo o ciclo de vida do evento, bem como evoluir a ferramenta de agenda de contatos e compromissos de forma a integrar a essa gestão do evento.	OE05 - Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$93.036,01	R\$86.191,25	01/10/2015	11/08/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

P0117	P0117 - Sistema de Seleção Automatizada de Membros - SISAM	Desenvolver aplicação objetivando seleção de membros para atividades de acumulação de ofícios, os quais exijam a sua atuação em autos do MPF	Garantir celeridade, transparência, eficiência e segurança nesta acumulação de ofícios, como também a possibilitar maior responsividade e acessibilidade do sistema.	OE15 - Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$128.321,52	R\$109.665,97	22/02/2016	31/03/2017
P0129	Sistema de Controle de Frequência de Estagiários	Disponibilizar um sistema nacional, a ser hospedado em um único servidor de aplicações em infraestrutura nacional do MPF, otimizando os recursos humanos, eliminando retrabalho bem como custos redundantes de desenvolvimento e manutenção de sistemas locais para o controle de frequência dos estagiários.	Padronização, racionalização, gerenciamento e controle do registro de frequências dos estagiários do MPF, adicionando celeridade, segurança da informação e transparência do processo.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$147.852,40	R\$131.684,49	12/09/2016	30/11/2017
P0130	Sistema de Controle de Telefonia / CONTEL	Apoiar a gerência dos contratos de telefonia fixas e móveis do Ministério Público Federal junto às respectivas operadoras, controlando as linhas telefônicas e dispositivos adquiridos ou fornecidos em regime de comodato dos contratos.	Facilitar a auditoria das contas telefônicas, verificando a conformidade contratual, rateio das despesas (quando forem identificadas ligações particulares ou excedendo valores permitidos) de telefonia entre os membros e servidores usuários do serviço, através de emissão e	OE05 - Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 128.662,27	R\$113.759,56	14/09/2016	13/09/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

			controle de GRU, bem como a geração de informação para subsidiar glosas em faturas, em caso de cobranças indevidas, gerando economia de recursos financeiros para o MPF.					
P0134	Sistema de Gerenciamento de Certificados do MPF	Atualmente, o Ministério Público Federal possui uma Autoridade Certificadora (AC) baseada em ambiente Novell, sendo utilizada para emissão de certificados digitais para uso de VPN, máquinas servidoras internas e assinatura digital de documentos não críticos. Para documentos críticos, o MPF possui contrato com a SERASA para emissão de certificados na cadeia <u>ICP-Brasil</u> , entretanto esses certificados possuem um custo alto e por isso não são usados para todas as finalidades.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Suporte aos padrões de segurança em conformidade com as melhores práticas;</li> <li>2- Isolamento da raiz para maior segurança;</li> <li>3- Validação online de certificados revogados;</li> <li>4- Provimento de uma solução com alta disponibilidade para maior nível de disponibilidade;</li> <li>5 - Geração de relatórios gerenciais a partir de registros executados pelo sistema;</li> <li>6 - Provimento de modelos de certificados que contenham dados que serão usados em todas as emissões de certificados de uma determinada AC, diminuindo o esforço repetitivo do operador;</li> <li>7 - Emissão de certificados para máquinas;</li> <li>8 - Documentação da solução e dos procedimentos de administração da solução;</li> <li>9 - Automação e integração com ferramentas de automação através de</li> </ol>	OE14 - Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 45.675,20	R\$44.041,01	01/09/2016	06/03/2017



**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

			Interface de Programação de Aplicação ( <u>Application Programming Interface</u> – API).					
P0148	Novo Sistema de Concurso de Procurador da República / CPR 2.0	Busca-se com o projeto em foco a evolução das ferramentas já existentes e a implementação de novas funcionalidades para abarcar as necessidades atuais, assim como prever uma plataforma mais segura de continuidade dos avanços futuros do Sistema de Concurso de Procurador da República.	Gerenciamento do processo de seleção de Procuradores da República, com módulos integrados e compatibilidade de acesso via dispositivos móveis ( <u>tablets</u> e <u>celulares</u> ).	OE14 - Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	R\$100.249,31	R\$88.415,31	31/10/2016	20/12/2017
P0149	Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada	Projeto de desenvolvimento de um novo Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada, no âmbito do Ministério Público Federal.	Padronização, racionalização, gerenciamento e controle do registro de frequência dos usuários, além de permissão da atualização da linguagem de desenvolvimento e banco de dados, possibilitando flexibilidade e agilidade de adaptações e desenvolvimento de novas funcionalidades.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$258.423,07	R\$231.846,28	10/11/2016	09/11/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

P0150	Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP 2.0	Implementação e informatização dos Catálogos Nacionais de Serviços das secretarias e assessorias nacionais para uma melhor gestão dos pedidos efetuados pelos usuários do MPF às respectivas secretarias e assessorias nacionais, capacitando as equipes de atendimento na utilização do Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP;	Padronizar a forma de solicitação de serviços das secretarias e assessorias nacionais envolvidas; Padronização dos tipos de serviços disponíveis aos membros e servidores do MPF, com base nos Catálogos Nacionais de Serviços das secretarias e assessorias nacionais envolvidas; Redução do tempo de resolução de incidentes e problemas, por meio do uso de uma base de conhecimentos das secretarias e assessorias nacionais envolvidas; Implantação de política de acordo de nível de serviço; Melhoria na gestão e no controle das solicitações de pedidos das secretarias e assessorias nacionais envolvidas.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$198.491,79	R\$ 190.932,26	01/11/2016	31/10/2017
P0151	APTUS 5.0	Evoluir o APTUS com vistas a ampliar os recursos já disponíveis no sistema	Potencializar a gestão do conhecimento no âmbito das áreas finalística e administrativa do MPF; Melhorar a usabilidade do sistema; Permitir a interoperabilidade com outros sistemas; Dar maior robustez e disponibilidade à aplicação.	OE08 - Implementar o processo de Gestão do Conhecimento OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e	R\$212.362,76	R\$142.008,99	09/01/2017	15/12/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

				comunicação alinhadas com a estratégia				
P0155	Modernização do Sistema Pericial	Adaptar o Sistema Pericial para melhorar o atendimento das demandas do órgão	Aumentar a celeridade e contribuir para uma melhor qualidade do conhecimento gerado pelo sistema.	OE13 - Assegurar corpo pericial flexível às demandas	R\$256.349,72	R\$126.418,27	19/09/2016	Previsto 06/07/2018  Encerrado em 16/11/2017 devido à mudança da estrutura organizacional
P0162	Implantação do Procedimento Eletrônico	Promover a mudança cultural e fomentar a correta utilização do sistema com suporte para o procedimento administrativo e extrajudicial eletrônico no MPF.	Adequação do processo de trabalho, hoje efetuado em meio físico, ao modus operandi em meio eletrônico; Elaboração de normatização de forma a padronizar e guiar os usuários quanto às novas rotinas de trabalho que sejam comuns às áreas afetadas; Levantamento de infraestrutura física, pessoal e de necessidade de maquinário junto aos setores; Capacitação de servidores e multiplicadores a informação; <del>Endomarketing</del> Endomarketing de forma a divulgar o andamento e resultado do projeto, bem como mostrar as vantagens de se adotar o procedimento	OE12 - Fortalecer a segurança institucional OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	R\$642.725,85	R\$587.842,64	15/09/2016	31/08/2017

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

			eletrônico no órgão; Implantação do procedimento eletrônico através de palestras motivacionais e acompanhamento do trabalho nos diversos setores, sanando dúvidas, realizando o atendimento local para fazer acontecer o procedimento eletrônico.					
P0168	Sistema de Seleção Automatizada de Membros - SISAM (Módulo Itinerâncias)	Desenvolver o módulo de itinerância no sistema SISAM a fim de prover a seleção automatizada de membros para o desempenho de suas funções em unidade distinta da própria	Proporcionar maior celeridade, transparência, eficiência e segurança da informação.	OE15 - Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$155.005,28	R\$113.041,80	06/03/2017	02/03/2018

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

P0169	EXTRACTUS 2.0	<p>O objetivo deste projeto é ampliar os recursos já disponíveis no sistema EXTRACTUS, desenvolvendo novas características que, aliadas às já existentes, darão mais robustez, escalabilidade, facilidade de uso e trará características diferenciadas ao sistema.</p> <p>Além disso, substituirá o <u>GCONS-Administrativo</u>, absorvendo seus relatórios e dando-lhes os mesmos ganhos já citados.</p>	<p>Integração do EXTRACTUS com os sistemas SNP e ARGUS; Emissão de relatórios operacionais flexíveis e dinâmicos Melhora no desempenho e facilidade de uso</p>	<p>OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	R\$170.061,26	R\$164.869,99	09/01/2017	24/11/2017
P0171	<u>MPEduc 3.0 - Desenvolvimento de Site Integrado</u>	<p>Evoluir o sistema <u>MPEduc</u> no que diz respeito aos tipos de perfis de acesso a informação.</p>	<p>Desenvolver site integrado com o sistema. Evoluir a análise da informação realizada pelo BI. Modelar o processo de trabalho do <u>MPEduc</u> e evoluir a padronização do fluxo da informação. Gestão descentralizada da informação, por meio de vários perfis de acesso. Cadastramento das informações do projeto uma só vez. Processo de trabalho formalizado nas localidades executantes do <u>MPEduc</u>. Relatórios estatísticos com dados de diversas origens: <u>MPEduc</u>, Único e INEP.</p>	<p>OE24 - Aproximação com o cidadão OE23 - Atuação preventiva OE15 - Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada OE22 - Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	R\$90.593,68	R\$72.587,20	29/05/2017	08/07/2018

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

P0176	Sistema Único 2017	Ampliar as funcionalidades dos expedientes eletrônicos no Sistema Único, em especial: Peticionamento eletrônico para os procedimentos extrajudiciais e processos administrativos; Inquérito Policial Eletrônico, integrado ao sistema ePol; Melhorias no Procedimento Extrajudicial e no Processo Administrativo Eletrônicos, tais como: controle de prazos, reformulação de anotações, controle de temporalidade e reformulação do visualizador de integras; Acompanhamento dos autos judiciais não baixados, de interesse do MPF, e que estão na justiça; Ampliação da entrada automática de autos judiciais para todas as unidades do MPF; Evoluções na distribuição automática unificada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Validade jurídica: processos integros, assinados eletronicamente e disponíveis sob demanda;</li> <li>• Visualização compartilhada do processo;</li> <li>• Maior agilidade no trâmite de autos judiciais, autos extrajudiciais e processos administrativos;</li> <li>• Ampliação da capacidade de resposta do MPF;</li> <li>• Redução no uso de papel;</li> <li>• Redução do impacto ambiental e de custos (papel, toner, equipamentos);</li> <li>• Melhoria na qualidade dos trabalhos;</li> <li>• Redução dos custos de armazenamento dos processos;</li> <li>• Otimização dos recursos humanos dos gabinetes.</li> </ul>	OE17 - Aperfeiçoar a atuação judicial OE16 - Fortalecer a atuação extrajudicial OE11 - Fortalecer as estruturas de apoio à investigação OE18 - Garantir o pleno exercício do poder investigatório OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	R\$836.632,03	R\$745.110,08	09/01/2017	19/12/2017
P0177	Gestão das tabelas do CNMP no MPF	Documentar os processos relacionados à gestão das tabelas do CNMP no MPF, disponibilizar as tabelas no banco Corporativo, diagnosticar erros de uso das tabelas do CNMP no sistema Único (judicial, extrajudicial e administrativo).	Processos de gestão das tabelas do CNMP documentados, tabelas taxonômicas do CNMP disponibilizadas no banco Corporativo, erros de uso das tabelas do CNMP diagnosticados tempestivamente.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$65.060,87	R\$47.230,32	21/08/2017	15/12/2017
P0179	Sistema Cidadão Etapa 5	Incorporar novas funcionalidades ao Sistema Cidadão, além de unificar as	- Melhoria na acessibilidade e na manutenibilidade do Sistema Cidadão;	OE24 - Aproximação com o cidadão OE09 - Fomentar	R\$33.439,27	R\$0,00	28/08/2017	23/07/2018

**Anexo A ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2017**

	<p>tecnologias usadas na interface web e no aplicativo móvel, melhorando ainda os requisitos previstos em etapas anteriores, a manutenibilidade e usabilidade do sistema. Essas melhorias agregarão valor tanto para o cidadão quanto para os atendentes.</p> <p>Além disso, o novo escopo de funcionalidades aumentará o leque de serviços prestados pelo sistema, a exemplo da possibilidade de registro de manifestação para a Ouvidoria do MPF via aplicativo móvel e acompanhamento de manifestações feita por um atendente/servidor deficiente visual (acessibilidade no módulo interno).</p>	<p>- Maior proximidade entre o cidadão e a Ouvidoria do MPF;</p>	<p>relacionamento com públicos de interesse</p>				
--	---	--	---	--	--	--	--

**Anexo B ao item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação  
Treinamentos dos Servidores de TIC do MPF em 2017**

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	IAW (IMPLEMENTINGA RUBA WLAN) E AIRWAVE	Informática	Informação e Comunicação	40	15
2017	REGULAÇÃO EM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - MÓDULO I	Direito	Consumidor	22,5	1
2017	O FUTURO É... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1,5	1
2017	O FUTURO É... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1,5	3
2017	(PALESTRA) TEMPO PRA VIDA: O USO DAS HORAS NAQUILO QUE DE FATO IMPORTA	Comunicação	Interpessoal	1	1
2017	(WORKSHOP) TEMPO PRA VIDA: O USO DAS HORAS NAQUILO QUE DE FATO IMPORTA	Comunicação	Interpessoal	3	1
2017	1ª CAPACITAÇÃO SOBRE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	Direito	Previdenciário	13	1
2017	2ª TURMA: TREINAMENTO DA SOLUÇÃO WIRELESS ARUBA	Informática	Rede	40	8
2017	A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	8	2
2017	A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	Segurança	Pre-requisito para GAS/Inteligência	1,5	1
2017	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUA VIDA	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1,75	7
2017	A TRÍADE DO TEMPO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA - ETAPA 1 - (BELO HORIZONTE)	Arquitetura	Arquitetura	12	2
2017	ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA - ETAPA 1 (NATAL-RN)	Arquitetura	Arquitetura	12	1
2017	ALGORITMOS I: SELECTION, INSERTION E INTRODUÇÃO A ANÁLISE	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	ALIMENTAÇÃO PRÉ E PÓS-TREINO	Saúde	Nutrição	1,3	3
2017	ALURA - ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	Informática	Software/Aplicativos	16	1
2017	ALURA - ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	Informática	Software/Aplicativos	18	1
2017	ALURA - ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	Informática	Software/Aplicativos	18	1
2017	ALURA - DOCKER: CRIANDO CONTAINERS SEM DOR DE CABEÇA	Informática	Software/Aplicativos	10	1
2017	ALURA - HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	Informática	Software/Aplicativos	14	1
2017	ALURA - IONIC 1 PARTE 1: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES HÍBRIDAS MOBILE	Informática	Software/Aplicativos	8	1
2017	ALURA - IONIC 1 PARTE 2: PLUGINS E PERSISTÊNCIA DE DADOS	Informática	Software/Aplicativos	6	1
2017	ALURA - IONIC 2 PARTE 1: APLICAÇÕES HÍBRIDAS MOBILE AINDA MAIS PODEROSAS	Informática	Software/Aplicativos	10	1
2017	ALURA - IONIC 2 PARTE 2: APLICAÇÕES HÍBRIDAS MOBILE AINDA MAIS PODEROSAS	Informática	Software/Aplicativos	10	1
2017	ALURA - IONIC PARTE 1: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES HÍBRIDAS MOBILE	Informática	Software/Aplicativos	8	1
2017	ALURA - JAVA E JPA: PERSISTE SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	Informática	Software/Aplicativos	17	1
2017	ALURA - JAVA EE PARTE 1: CRIE SUA LOJA ONLINE COM CDI, JSF, JPA	Informática	Software/Aplicativos	14	1
2017	ALURA - MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	Informática	Software/Aplicativos	6	1
2017	ALURA - MÉTODOS ÁGEIS: INTRODUÇÃO	Informática	Software/Aplicativos	12	1



ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD. PARTICIPANTES
2017	ALURA - MICROCOPY: A INFLUÊNCIA DO MICRO COPY NA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	Informática	Software/Aplicativos	8	1
2017	ALURA - REDES PARTE 2: MONTANDO UM PROJETO DO CLIENTE ATÉ O PROVEDOR DE SERVIÇOS	Informática	Software/Aplicativos	10	1
2017	ALURA - REVISÃO UX: FERRAMENTAS DO BRIEFING AO PROTÓTIPO	Informática	Software/Aplicativos	6	1
2017	ALURA - SCRUM PARTE 1: GERENCIE O SEU PROJETO DE FORMA ÁGIL	Informática	Software/Aplicativos	5	1
2017	ALURA - SERVLETS: FUNDAMENTOS DE JAVA NA WEB	Informática	Software/Aplicativos	16	1
2017	ALURA - SWIFT 3: DESENVOLVENDO PARA IOS NO XCODE PARTE 3	Informática	Software/Aplicativos	9	1
2017	ALURA - UX PRODUTO: MONITORE, MENSURE E TESTE O SEU PROJETO	Informática	Software/Aplicativos	2	1
2017	ALURA - UX RESEARCH: COMECE A ENTENDER O SEU USUÁRIO	Informática	Software/Aplicativos	5	1
2017	ALURA - UX USABILITY: FACILITE A VIDA DO SEU USUÁRIO NO MOBILE	Informática	Software/Aplicativos	10	1
2017	ALURA - WINDOWS SERVER	Informática	Software/Aplicativos	7	1
2017	ALURA - WINDOWS SERVER	Informática	Software/Aplicativos	7	1
2017	ALURA - WINDOWS: INTRODUÇÃO AO PROMPT	Informática	Software/Aplicativos	5	1
2017	ALURA - WINDOWS: INTRODUÇÃO AO PROMPT	Informática	Software/Aplicativos	5	1
2017	AMBIENTAÇÃO PARA SERVIDORES DO MPF	Institucional	Ambientação	20	7
2017	ANÁLISE DE PONTO DE FUNÇÃO	Informática	Análise de Sistemas	16	6
2017	ANDROID I: CRIE SUA APP FANTÁSTICA COM ANDROID STUDIO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	ANDROID I: CRIE SUA APP FANTÁSTICA COM ANDROID STUDIO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	ANDROID II: INTEGRAÇÃO COM APPS E RECURSOS DO DEVICE	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ANDROID III: APRIMORE SUA APP COM FRAGMENTS, GOOGLE MAPS E GPS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	Informática	Banco de Dados - Oracle	18	1
2017	APLICANDO A RESOLUÇÃO CNMP 102/2013 NA PRÁTICA	Administração	Pública	20	1
2017	APONTAMENTOS SOBRE O NOVO CPC - FASE DE CONHECIMENTO	Direito	Processual Civil	40	2
2017	APRENDA A NEGOCIAR COM SEU DINHEIRO-SNEF 2017	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	5
2017	ARDUINO: DO ZERO AO JOGO	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	ARDUINO: INTRODUÇÃO À ROBÓTICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	Atendimento	Ao Público	20	1
2017	ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	3
2017	AULÃO - SISTEMA ÚNICO	Institucional	Sistemas	2	37
2017	AULÃO DE ÚNICO - MÓDULO JUDICIAL	Informática	Software/Aplicativos	1	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
2017	AULÃO DO SISTEMA ÚNICO JUDICIAL - TV MPF - PRM DE CAMPO MOURÃO/PR	Institucional	Sistemas	1	1
2017	AULÃO DO SISTEMA ÚNICO JUDICIAL - TV MPF - PRM DE GUARAPUAVA/PR	Institucional	Sistemas	1	1
2017	AULÃO DO SISTEMA ÚNICO JUDICIAL - TV MPF - PRM DE PARANAÍ/PR	Institucional	Sistemas	1	1
2017	AULÃO DO ÚNICO DIGITAL - OURINHOS	Institucional	Sistemas	2	1
2017	AULÃO DO ÚNICO DIGITAL - PR-SP	Institucional	Sistemas	2	1
2017	AULÃO DO ÚNICO DIGITAL - SOROCABA - TURMA 1	Institucional	Sistemas	2	2
2017	AULÃO DO ÚNICO DIGITAL - SOROCABA - TURMA 2	Institucional	Sistemas	2	1
2017	AULÃO DO ÚNICO JUDICIAL - RIBEIRÃO PRETO - TURMA 2	Institucional	Sistemas	1	1
2017	AULÃO ÚNICO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	2	1
2017	BOAS PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ACORDO COM IN SEGES/MPOG 05/2017	Administração	Pública	14	2
2017	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	16	1
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP - PRÁTICA - TURMA 1	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	3	2
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP - PRÁTICA - TURMA 2	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	3	1
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP - PRÁTICA - TURMA 4	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	3	1
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP - TEORIA - TURMA 1	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	5	3
2017	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP - TEORIA - TURMA 2	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	5	1
2017	CAPACITAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO COM ÊNFASE NA IN 05/2017	Direito	Administrativo	14	6
2017	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 1: PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION 1: INTRODUÇÃO AO GERENCIAMENTO DE TI	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION 2: ESTRATÉGIAS E DESENHO DE SERVIÇOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION 3: TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION 4: MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO LINUX LPI ESSENTIALS PARTE 1: EVOLUTION AND DISTRIBUTIONS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 4: GROUP FUNCTIONS	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 5: JOINS E SUBQUERIES	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 1: INTRODUCTION TO ORACLE	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 2: RETRIEVING DATA	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 3: SINGLE ROW FUNCTIONS	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 6: DML E TRANSACTION CONTROL	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 7: DATA DEFINITION LANGUAGE	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 2: GERENCIAMENTO DE INTEGRAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	CHROME DEVTOOL: ANÁLISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PÁGINAS WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	COBIT 5 FOUNDATIONS PARTE 1: INTRODUÇÃO A GOVERNANÇA CORPORATIVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	14	1
2017	COBIT 5 FOUNDATIONS PARTE 2: PRINCÍPIOS DO COBIT 5	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	COBIT 5 FOUNDATIONS PARTE 3: HABILITADORES DO COBIT 5	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	COLETA DE DADOS E PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	40	2
2017	COLETA DE DADOS E PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO - TURMA 2	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	40	3
2017	COLETA DE DADOS E PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO (TURMA 3) - SPEA E ASSPAD	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/contrainteligência	40	4
2017	COLETA DE DADOS E PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO (TURMA 4)	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	40	9
2017	COMBATE À CORRUPÇÃO - 2ª TURMA	Direito	Atualização	7,5	2
2017	COMO FAZER O SEU DINHEIRO VALER MAIS	Orçamento e Finanças	Economia	2	3
2017	COMO INVESTIR EM AÇÕES	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	5	4
2017	COMO UTILIZAR O SISTEMA FINANCEIRO A SEU FAVOR	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	4
2017	COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL	Direito	Atualização	3	1
2017	COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL	Comunicação	Interpessoal	60	3
2017	COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA	Comunicação	Interpessoal	40	3
2017	COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA	Comunicação	Comunicação	2	2
2017	CONFISCO ALARGADO DE BENS E A NOVA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO	Direito	Atualização	2	2
2017	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - NÍVEL BÁSICO	Orçamento e Finanças	Contabilidade	40	2
2017	CORDOVA & PHONEGAP: APPS MOBILE COM HTML, CSS E JS	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	CRIMES CIBERNÉTICOS	Direito	Atualização	1,25	2
2017	CURSO CAPACITAÇÃO ÚNICO DIGITAL - TURMA ÁREA MEIO E ÁREA FIM	Institucional	Sistemas	4	1
2017	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DIÁLOGOS E PRÁTICAS ELEITORAIS	Administração	Pública	4	1
2017	CURSO DE BRIGADA DE INCÊNDIO - NÍVEL BÁSICO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	10	1
2017	CURSO DE ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - TVMPF- PRM/TRÊS LAGOAS	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	13	1
2017	CURSO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	Arquivologia	Gestão de documentos	3	2
2017	CURSO DE GESTAO E FISCALIZACAO DE CONTRATOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	28	3
2017	CURSO DE INTELIGÊNCIA APLICADA	Segurança	Pre-requisito para	40	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
			GAS/Inteligência		
2017	CURSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	4	3
2017	CURSO DSPACE - CUSTOMIZAÇÃO E SUPORTE	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	22	5
2017	CURSO ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - TVMPF - PRM MARINGÁ	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	13	1
2017	CURSO GESTAO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TURMA 2	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	28	2
2017	CURSO INTRODUÇÃO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CURSO PRÁTICO	Direito	Administrativo	15	7
2017	CURSO PRÁTICO DE INVESTIMENTOS	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	8	1
2017	CURSO PRÁTICO DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - ASPECTOS ESPECÍFICOS E ROTINAS PRÁTICAS	Licitação e Contratos	Licitações, Contratos e Convênios	12	1
2017	CURSO PRÁTICO DE ÚNICO - MODULO ADMINISTRATIVO	Informática	Software/Aplicativos	10	2
2017	CURSO PREPARATÓRIO PARA APOSENTADORIA	Saúde	Qualidade de Vida	40	3
2017	CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	4	1
2017	CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	2	1
2017	CURSO SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO - ELETRÔNICO	Institucional	Sistemas	30	14
2017	CURSO SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO - ELETRÔNICO (TURMA 2)	Institucional	Sistemas	30	11
2017	CURSO SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO - ELETRÔNICO (TURMA 3)	Institucional	Sistemas	30	10
2017	CURSO SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO - ELETRÔNICO (TURMA 4)	Institucional	Sistemas	30	6
2017	CURSO ÚNICO DIGITAL - BAURU	Institucional	Sistemas	2	1
2017	CURSO ÚNICO DIGITAL - MARÍLIA - TURMA 2	Institucional	Sistemas	2,5	1
2017	CURSO ÚNICO DIGITAL - PR-SP - TURMA 1	Institucional	Sistemas	6	6
2017	CURSO ÚNICO DIGITAL - PR-SP - TURMA 3	Institucional	Sistemas	4	3
2017	CURSO ÚNICO DIGITAL - PR-SP - TURMA 4	Institucional	Sistemas	4	4
2017	DAS COMPETÊNCIAS ÀS TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	40	2
2017	DATA QUALITY MANAGEMENT	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	32	5
2017	DEFESA PESSOAL E PROTEÇÃO CONTRA TERCEIROS	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	30	1
2017	DESIGN PATTERNS JAVA I: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	DESIGN THINKING PARTE 1: UTILIZE UMA METODOLOGIA DE DESIGN PARA SOLUCIONAR DESAFIOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	DESIGN THINKING PARTE 2: ANALISE SUAS DESCOBERTAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	DESIGN THINKING PARTE 3: EXPERIMENTE SUAS IDEIAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	DIREITO DIGITAL E CRIMES DIGITAIS COMÂNFASE NA ÁREA TRIBUTÁRIA	Informática	Segurança da Informação	20	2
2017	DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	Direito	Previdenciário	4	1
2017	DJANGO: PROGRAMAÇÃO WEB COM PYTHON E SIMPLICIDADE	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	DOCÊNCIA ONLINE	Educação	Educação à Distância	60	22
2017	DOCÊNCIA ONLINE	Educação	Educação à Distância	60	19

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
2017	DOCKER: CRIANDO CONTAINERS SEM DOR DE CABEÇA	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ECLIPSE: PRODUTIVIDADE EXTREMA NA IDE COM JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	ECONOMIA CRIATIVA: SAIBA COMO MULTIPLICAR SEU DINHEIRO- SNEF 2017	Saúde	Qualidade de Vida	1	3
2017	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	60	2
2017	ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	13	1
2017	ESTATÍSTICA I: ENTENDA SEUS DADOS COM R	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ESTATÍSTICA I: ENTENDA SEUS DADOS COM R	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ESTATÍSTICA I: ENTENDA SEUS DADOS COM R	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ESTATÍSTICA II: APROFUNDANDO EM HIPÓTESES E CORRELAÇÕES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ESTATÍSTICA II: APROFUNDANDO EM HIPÓTESES E CORRELAÇÕES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ESTATÍSTICA II: APROFUNDANDO EM HIPÓTESES E CORRELAÇÕES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	EXPRESSÕES REGULARES: CAPTURANDO TEXTOS DE FORMA MÁGICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	EXPRESSÕES REGULARES: CAPTURANDO TEXTOS DE FORMA MÁGICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	EXPRESSÕES REGULARES: CAPTURANDO TEXTOS DE FORMA MÁGICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	FAÇA AS PAZES COM SUA BALANÇA	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2017	FAZER O POSSÍVEL X FAZER O MELHOR: A DIFERENÇA É VOCÊ QUEM FAZ!	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	5	1
2017	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE EMERGÊNCIA	Educação	Treinamento e Desenvolvimento	16	1
2017	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO	Administração	Pública	8	2
2017	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCENDIO NIVEL BASICO	Segurança	Pre-requisito para GAS/Patrimonial	20	1
2017	FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS	Educação	Treinamento e Desenvolvimento	20	1
2017	GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Administração	Pública	60	3
2017	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	Administração	Pública	60	5
2017	GESTÃO DE MUDANÇAS	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	60	1
2017	GESTÃO DE PROCESSOS	Administração	Pública	60	4
2017	GESTÃO DE PROJETOS	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	30	47
2017	GESTÃO DO CONHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	4	1
2017	GESTÃO E CONTRATAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Informática	Governança de TI	7	1
2017	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	Gestão Estratégica	Administração	16	1
2017	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA	Educação	de Adultos	60	1
2017	GESTÃO ELETRÔNICA DE JORNADA	Institucional	Sistemas	16	1
2017	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO MPF	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	10	1
2017	GESTÃO INTELIGENTE DE CONFLITOS	Gestão de Pessoas	Motivação	15	1
2017	GESTÃO POR PROCESSOS - MÓDULO PRÁTICO	Gestão	Gestão de Processos	40	3

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
		Estratégica			
2017	GESTÃO POR PROCESSOS - TEÓRICO	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	20	10
2017	GESTÃO SECRETARIAL	Secretariado	Secretariado	30	2
2017	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	Governança e Gestão de TIC aplicadas ao MPF	Institucional	Sistemas	40	81
2017	GPS CONSULTA	Institucional	Sistemas	20	3
2017	GULP: AUTOMAÇÃO DE TAREFAS FRONT-END	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	HADOOP FUNDAMENTAL OPEN SOURCE	Informática	Linguagem de Programação JAVA	24	4
2017	HTML E CSS: OS SEUS PRIMEIROS PASSOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	HTML E CSS: OS SEUS PRIMEIROS PASSOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	HTML E CSS: OS SEUS PRIMEIROS PASSOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	32	1
2017	HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	32	1
2017	HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	40	1
2017	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	I SEMINÁRIO SOBRE SAÚDE EMOCIONAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	Saúde	Psicologia	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA UNICO DA PRRN	Administração	Pública	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO - ÚNICO DIGITAL -TURMA 1 - MONITORES	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORES	Institucional	Sistemas	6	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA ÚNICO	Institucional	Sistemas	4	4
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA ÚNICO - ADMINISTRATIVO - USUÁRIOS FINAIS	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA ÚNICO - ADMINISTRATIVO - USUÁRIOS FINAIS	Institucional	Sistemas	4	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA ÚNICO - COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORES	Institucional	Sistemas	6	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA ÚNICO - EXTRAJUDICIAL - USUÁRIOS FINAIS	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO	Institucional	Sistemas	6	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO	Institucional	Sistemas	6	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORES	Gestão Estratégica	Administração	6	4
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - COMISSÃO	Institucional	Sistemas	5	2

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
	E MONITORES - TURMA 1				
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - COMISSÕES DE IMPLANTAÇÃO E MONITORES - PR/AP	Gestão Estratégica	Planejamento Estratégico	6	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - MÓDULO COMISSÃO	Institucional	Sistemas	5	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - MONITORES - EXTRAJUDICIAL E ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	6	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS	Gestão Estratégica	Administração	4	4
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS	Institucional	Sistemas	4	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - ADMINISTRATIVO - MANHÃ	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - EXTRAJUDICIAL - MANHÃ	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - EXTRAJUDICIAL - TARDE	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS (ADMINISTRATIVO)	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS ADMINISTRATIVO	Gestão Pública	Sistemas de Informação	4	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO DA PR/RN	Administração	Pública	6	2
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	4	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - CHAPECÓ	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - CRICIÚMA	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - JARAGUÁ DO SUL	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - JOINVILLE	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - RIO DO SUL	Institucional	Sistemas	5	1
2017	IMPLANTAÇÃO SISTEMA ÚNICO DIGITAL	Educação	Treinamento e Desenvolvimento	6	3
2017	INFORMATICA ANALYST	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	16	5
2017	INOVAÇÃO EM SEGURANÇA	Informática	Segurança da Informação	20	1
2017	INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO	Administração	Pública	60	6
2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017, COM ÊNFASE NA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	8	1
2017	INTEGRAÇÃO CONTÍNUA: MATURIDADE E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	INTELLIJ IDEA: AUMENTE A SUA PRODUTIVIDADE E PROJETOS JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	INTERFORENSICS	Informática	Informação e Comunicação	24	1
2017	INTERNET DAS COISAS: CONTROLE SEU AMBIENTE COM AMAZON ALEXA	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
2017	INTERNET DAS COISAS: MEDINDO E PUBLICANDO DADOS COM NODEMCU E MQTT	Informática	Banco de Dados - Oracle	9	1
2017	INTERNET SEGURA	Informática	Segurança da Informação	2	4
2017	INTRODUÇÃO AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	2	1
2017	INTRODUÇÃO AOS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	Educação	Educação Corporativa	1	2
2017	INVESTIMENTO- VÁ ALÉM DA CADERNETA DE POUPANÇA- SNEF 2017	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	6
2017	INVESTIMENTOS: NOÇÕES GERAIS	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	1
2017	IONIC 1 PARTE 1: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES HÍBRIDAS MOBILE	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	IONIC 1 PARTE 2: PLUGINS E PERSISTÊNCIA DE DADOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVA 8: TIRE PROVEITO DOS NOVOS RECURSOS DA LINGUAGEM	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVASCRIPT AVANÇADO II: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVASCRIPT AVANÇADO III: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADROES DE PROJETOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	JOGOS COM ANDROID: DESENVOLVA SEU PRÓPRIO FLAPPY BIRD	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	JORNADA DE ESTUDOS - CRIMES CIBERNÉTICOS: VISÃO JURÍDICA E TÉCNICA	Direito	Tecnologia da Informação	7	3
2017	JORNADA DE SEGURANÇA E PRIMEIROS SOCORROS	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	2	1
2017	JQUERY I: INTRODUÇÃO Á BIBLIOTECA CAMPEÃ DE JAVASCRIPT	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	JQUERY: MANIPULAÇÃO DINÂMICA DE CONTEÚDO	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	LAWTECH CONFERENCE	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	10	3
2017	LEAN STARTUP: PRIMEIROS PASSOS DA SUA STARTUP ENXUTA	Informática	Banco de Dados - Oracle	1	1
2017	LEI 9784/99 - PROCESSO ADMINISTATIVO	Direito	Administrativo	40	8
2017	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Direito	Público	60	2



ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD. PARTICIPANTES
2017	LIBRAS	Línguas	Libras	60	3
2017	LIBREOFFICE UTILIZANDO O LIBREOFFICE COM PRODUTIVIDADE NO TEXTO, PLANILHA E APRESENTAÇÕES	Informática	Software/Aplicativos	60	18
2017	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Licitação e Contratos	Licitações, Contratos e Convênios	30	5
2017	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - NÍVEL BÁSICO AO INTERMEDIÁRIO	Administração	Pública	60	3
2017	LINUX II: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	LINUX II: PROGRAMAS, PROCESSOS E PACOTES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO I: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO II: PRATIQUE COM DESENHOS, ANIMAÇÕES E UM JOGO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	LUNCH AND LEARN	Informática	Segurança da Informação	2	1
2017	MACHINE LEARNING II: AVANÇADO COM TIPOS DIFERENTES DE CLASSIFICAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	MACHINE LEARNING II: AVANÇANDO COM TIPOS DIFERENTES DE CLASSIFICAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	4	1
2017	MACHINE LEARNING: APRENDIZADO SUPERVISIONADO	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	MACHINE LEARNING: INTRODUÇÃO A CLASSIFICAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	MACHINE LEARNING: INTRODUÇÃO A CLASSIFICAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	MACHINE LEARNING: INTRODUÇÃO AO SISTEMAS DE RECOMENDAÇÕES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	MACHINE LEARNING: INTRODUÇÃO AO SISTEMAS DE RECOMENDAÇÕES	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	MÃES E PAIS DOS PRÓPRIOS PAIS	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2017	MARATONA DE PROGRAMAÇÃO: INTRODUÇÃO E BOAS PRÁTICAS DE UM PROGRAMADOR MARATONISTA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	MAYA PARTE 1: MODELAGEM INORGÂNICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	MAYA PARTE 2: MODELAGEM INORGÂNICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	MEAN STACK: CRIANDO APLICAÇÕES COMPLETAS COM JAVASCRIPT	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	MÉTODOS ÁGEIS: INTRODUÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	MICROSTRATEGY WEB DASHBOARDS E ANÁLISES INTERATIVAS	Informática	Informação e Comunicação	40	1
2017	MICROSTRATEGY WEB: RELATÓRIOS E DASHBOARDS	Informática	Software/Aplicativos	40	3
2017	MINDFULNESS E SEUS BENEFÍCIOS NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	4	2
2017	MINDFULNESS E SEUS BENEFÍCIOS NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	4	1
2017	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	MODELAGEM DE BANCO DE DADOS RELACIONAL: ÍNDICES E NORMALIZAÇÃO	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	MÓDULO COLEGIADO E MPF DIGITAL PARA CCR'S, NAOPS, CSMPF E CIMPf - TURMA 1	Informática	Informação e Comunicação	20	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD. PARTICIPANTES
2017	MODULO COLEGIADO E MPF-DIGITAL PARA CCR'S, NAOPS, CSMPF E CIMPF - TURMA 2	Informática	Informação e Comunicação	20	2
2017	MOGAB	Gestão Estratégica	Administração	2	4
2017	MONDODB: UMA ALTERNATIVAS AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	Informática	Banco de Dados - Oracle	6	1
2017	MONGODB: UMA ALTERNATIVA AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	Informática	Banco de Dados - Oracle	6	1
2017	MPF DIGITAL - IMPLANTAÇÃO DO ÚNICO DIGITAL - MONITORES	Institucional	Sistemas	6	3
2017	MPF-DIGITAL	Informática	Software/Aplicativos	4	3
2017	MPF-DIGITAL	Informática	Software/Aplicativos	4	3
2017	NÃO É NÃO: MULHER E VIOLÊNCIA	Direito	Geral	4	1
2017	NOÇÕES BÁSICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Orçamento e Finanças	Controle financeiro	40	16
2017	NODE.JS E HTTP: DESENVOLVENDO UMA API SEGUINDO O ESTILO REST	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	NODE.JS: INOVANDO COM JAVASCRIPT NO BACKEND	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	NOVO CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL - TURMA III	Direito	Processual Civil	60	1
2017	NOVOS DESAFIOS E OS DELITOS CIBERNÉTICOS - CICLO DE CAPACITAÇÃO JURÍDICA 2017	Direito	Penal	3	4
2017	O ACIDENTE ACONTECE ONDE A PREVENÇÃO FALHA	Saúde	Saúde	1	3
2017	O FUTURO É ... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1,5	1
2017	O FUTURO É ...VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR.	Gestão de Pessoas	Motivação	2	2
2017	O FUTURO É VIAJAR...MALHAR,ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	16
2017	O FUTURO É... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORA E INVESTIR	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	1
2017	O FUTURO É... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	1
2017	O FUTURO É... VIAJAR, MALHAR, ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	2	1
2017	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	Saúde	Qualidade de Vida	2	4
2017	OFICINA AO AR LIVRE	Saúde	Qualidade de Vida	8	4
2017	OFICINA DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA E PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	9	3
2017	OFICINA DE MAPEAMENTO DE PROCESSOS - PRRJ	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	25	1
2017	OPERAÇÃO LAVA-JATO:ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS	Direito	Penal	4	1
2017	ORACLE DATABASE 12C R2: ADMINISTRATION WORKSHOP ED 3	Informática	Banco de Dados - Oracle	40	4
2017	ORACLE I: APRENDA SQL USANDO ESSE FAMOSO BANCO DE DADOS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ORACLE II: CONSULTAS COMPLEXAS	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD. PARTICIPANTES
2017	ORIENTAÇÃO A OBJETOS: MELHORES TÉCNICAS COM JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	PALESTRA - INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	2	1
2017	PALESTRA MUSICAL AO RITMO DE JAZZ "SUA ATITUDE FAZ O CONJUNTO ACONTECER"	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	2
2017	PALESTRA "DEPRESSÃO E SUICÍDIO"	Medicina	Psiquiatria	1	1
2017	PALESTRA "EPIDEMIAS"	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2017	PALESTRA "O FUTURO É ...VIAJAR, MALHAR ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR"	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	1
2017	PALESTRA "O FUTURO É ...VIAJAR, MALHAR ESTUDAR, NAMORAR E INVESTIR".	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1,5	1
2017	PALESTRA "SAÚDE SEXUAL MASCULINA"	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	PALESTRA ALIMENTAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	Saúde	Nutrição	2	2
2017	PALESTRA CIDADANIA FINANCEIRA	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1	2
2017	PALESTRA DE ORIENTAÇÃO E PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Atendimento	Ao Cidadão	2	1
2017	PALESTRA MUSICAL - PR/PA	Gestão de Pessoas	Motivação	2	2
2017	PALESTRA MUSICAL DE ABERTURA DA SEMANA DO SERVIDOR - TRANSMISSÃO VIA TV MPF	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	1
2017	PALESTRA PREVENÇÃO DO CÂNCER	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2017	PALESTRA PRODUTIVIDADE PESSOAL	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	PALESTRA SOBRE A CAMPANHA NACIONAL - MOVIMENTO MAIO AMARELO	Gestão Publica	Ética/Cidadania	2	1
2017	PALESTRA SOBRE DESIGN THINKING	Educação	Treinamento e Desenvolvimento	2	11
2017	PALESTRA TEMPO PARA VIDA	Saúde	Qualidade de Vida	1	4
2017	PALESTRA USO DA MACONHA E DO ÁLCOOL POR ADOLESCENTES: MITOS E VERDADES	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2017	PALESTRA: CONTROLE DO ESTRESSE PELA PLENA ATENÇÃO - MINDFULNESS	Saúde	Gestão	2	1
2017	PALESTRA: "O ACIDENTE ACONTECE ONDE A PREVENÇÃO FALHA"	Engenharia	Segurança do Trabalho	1,5	1
2017	PALESTRA; "ORIENTAÇÃO PARA GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TCU"	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	2	1
2017	PERFORMANCE WEB I: OTIMIZANDO O FRONT-END	Informática	Banco de Dados - Oracle	20	1
2017	PERFORMANCE WEB II: CRITICAL PATH, HTTP/2 E RESOURCE HINTS	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	PLANEJAMENTO DO TEMPO	Educação	de Adultos	60	2
2017	PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE EMERGÊNCIA - EXERCÍCIO SIMULADO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	2	1
2017	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA VERBAL	Letras	Língua Portuguesa	30	9
2017	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL III - PONTUAÇÃO	Letras	Língua Portuguesa	40	16

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	PRECISAMOS FALAR SOBRE ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E MULTIPLICADORES	Institucional	Sistemas	5	2
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - TURMA 1	Institucional	Sistemas	3	9
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - TURMA 12	Institucional	Sistemas	3	1
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - TURMA 2	Institucional	Sistemas	3	10
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - TURMA 24	Institucional	Sistemas	3	1
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - TURMA DE MONITORES	Institucional	Sistemas	4	4
2017	PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIOS FINAIS - ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	4	2
2017	PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS	Direito	Geral	20	1
2017	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES (BARRETOS)	Institucional	Ambientação	14	1
2017	PROJETO FORTALECIMENTO NACIONAL DA SEGURANÇA DO MPF	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	16	1
2017	PROJETO DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	Direito	Geral	2	2
2017	PROJETO DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL	Direito	Geral	2	2
2017	PROJETO DIÁLOGOS COM ACADEMIA - A PEC 287/16 E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	Direito	Geral	2	4
2017	PROJETO DIÁLOGOS COM ACADEMIA - LEI DAS DROGAS: BALANÇO DE UMA DÉCADA	Direito	Geral	3	2
2017	PROJETO DIÁLOGOS COM ACADEMIA - MESA TEMÁTICA CRIMINALIDADE E FRONTEIRAS	Direito	Geral	2	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 21	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	20
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 26	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 33	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	18
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 35	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 41	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	4
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 42	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	2
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 43	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	6
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 44	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 45	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	5
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 46	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	2
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 48	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 49	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 50	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	4

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD. PARTICIPANTES
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 51	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 52	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 53	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 54	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 55	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	1
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 56	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 57	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	2
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 58	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	2
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 59	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	3
2017	PROJETO LÍDER COACH - TURMA 60	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	2
2017	PYTHON 2: PROGRAMANDO COM A LINGUAGEM	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	PYTHON 3 PARTE 1: INTRODUÇÃO À NOVA VERSÃO DA LINGUAGEM	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	PYTHON 3 PARTE 2: AVANÇADO NA LINGUAGEM	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	RASPBERRY PI: CARRO ESPIÃO COM CÂMERA, WIFI E SENSOR	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	RASPBERRY PI: CONTROLANDO O MUNDO COM GPIO	Informática	Banco de Dados - Oracle	16	1
2017	RASPBERRY PI: DA INSTALAÇÃO AO MEDIA CENTER	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	REACT PARTE 1: COMPONENTES REUTILIZÁVEIS PARA SUA WEBAPP	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	REACT PARTE 2: CONTAINER COMPONENTS E O CICLO DE VIDA DO REACT	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	REACT PARTE 3: A ARQUITETURA FLUX, IMPLEMENTAÇÃO DO REDUX E SERVER SIDE RENDERING	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	REDAÇÃO OFICIAL	Comunicação	Redação Oficial	60	1
2017	REDES PARTE 1: INTRODUÇÃO, CONCEITOS E PRÁTICA	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	REFORMA DA PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIO ESPECIAL	Direito	Previdenciário	3	4
2017	REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - MÓDULO II	Direito	Consumidor	22,5	1
2017	RELATÓRIOS DO TESOUREIRO GERENCIAL	Institucional	Sistemas	60	1
2017	RETRANSMISSÃO PALESTRA MUISCAL	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	2	1
2017	RETRANSMISSÃO TALKSHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	1	1
2017	RETRANSMISSÃO TALK-SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	1	1
2017	RETRANSMISSÃO TALK-SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	1	7
2017	SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	Atendimento	Ao Cidadão	60	4

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	SARAU LITERÁRIO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	2	1
2017	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	SEGURANÇA DE AUTORIDADES E COMBOIO-TURMA 2	Segurança	Pre-requisito para GAS/Segurança	20	3
2017	SEMEANDO BEM VIVER - AGRICULTURA URBANA EM ESPAÇOS PÚBLICOS	Agricultura	Gestão Ambiental	3	1
2017	SEMINÁRIO DE ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR	Saúde	Qualidade de Vida	3	1
2017	SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL - RUY MATTOS	Educação	Treinamento e Desenvolvimento	18	1
2017	SEMINÁRIO DE PERÍCIA DIGITAL E CRIMES CIBERNÉTICOS	Ciências	Perícia	4	7
2017	SEMINÁRIO REINO UNIDO-BRASIL - DIÁLOGOS SOBRE CORRUPÇÃO, PROCESSO PENAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	Direito	Internacional Público	10,5	1
2017	SEMINÁRIO: DIREITOS HUMANOS E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO	Direito	Humano	2	1
2017	SEO I: RANKEIE BEM NO GOOGLE	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	SEO II: MAIS TÉCNICAS PARA RANKEAMENTO	Informática	Banco de Dados - Oracle	5	1
2017	SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Direito	Administrativo	8	2
2017	SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO- SIOP	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	60	1
2017	SISTEMA UNICO - IMPLANTAÇÃO DO PGEA ELETRÔNICO - TURMA 1 - ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	4	3
2017	SISTEMA UNICO - IMPLANTAÇÃO DO PGEA ELETRÔNICO - TURMA 2 - ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	4	3
2017	SISTEMA UNICO - IMPLANTAÇÃO DO PGEA ELETRÔNICO - TURMA 4 - ADMINISTRATIVO	Institucional	Sistemas	4	2
2017	SISTEMA ÚNICO DIGITAL - ADMINISTRATIVO - TURMA 2	Institucional	Sistemas	4	2
2017	SISTEMA ÚNICO DIGITAL - ADMINISTRATIVO - TURMA 3	Institucional	Sistemas	4	3
2017	SISTEMA UNICO DIGITAL - MULTIPLICADORES/GESTORES	Institucional	Sistemas	6	1
2017	SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO - ELETRÔNICO (TURMA 5)	Institucional	Sistemas	30	10
2017	SOLID COM JAVA: ORIENTAÇÃO A OBJETOS COM JAVA	Línguas	Francês	8	1
2017	SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA DA HPE	Informática	Informação e Comunicação	3	1
2017	SPRING BOOT: AGILIDADE NO DESENVOLVIMENTO JAVA COM SPRING	Informática	Banco de Dados - Oracle	10	1
2017	SUPERE SEUS MEDOS, CONQUISTE SEUS SONHOS	Saúde	Qualidade de Vida	2	3
2017	SUPORTE EM PERÍCIAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	21	10
2017	SUPORTE EM PERÍCIAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	21	8
2017	TABELAS UNIFICADAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	8	7
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	1	1
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	4
2017	TALK SHOW - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PR/AM	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PR/SP	Saúde	Qualidade de Vida	1	3
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM BRAGANÇA PAULISTA	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM JALES	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM PIRACICABA	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM PRESIDENTE PRUDENTE - TURMA 1	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM RIBEIRÃO PRETO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM SÃO CARLOS	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW "QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" - PRM/TABATINGA	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2017	TALK SHOW DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	2
2017	TALK SHOW DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - TURMA 3	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW DE QVT - RETRANSMISSÃO PR/AL	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	1	1
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA DE TRABALHO	Saúde	Psicologia	1	1
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	11
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	2
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	1
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - 1ª RETRANSMISSÃO	Saúde	Qualidade de Vida	1	4
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - 2ª RETRANSMISSÃO	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2017	TALK SHOW QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - RETRANSMISSÃO PR/CE - TURMA 2	Saúde	Qualidade de Vida	1	1

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD PARTICIPANTES
2017	TALK SHOW QVT	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	1	3
2017	TDD E TESTES AUTOMATIZADOS COM JAVA	Informática	Linguagem de Programação JAVA	20	4
2017	TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE PARECERES	Administração	Pública	60	1
2017	TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	60	2
2017	TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/Investigação	20	1
2017	TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DO COLARINHO BRANCO	Direito	Processual Penal	3	2
2017	TESTES: TDD COM JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	TESTES: TDD COM JAVA	Informática	Banco de Dados - Oracle	12	1
2017	TRABALHO EM EQUIPE NO SERVIÇO PÚBLICO	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	60	2
2017	TRANSMISSÃO DA PALESTRA "COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL"	Direito	Atualização	2,5	1
2017	TRANSMISSÃO DO CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Qualidade no Serviço Público	Ferramentas de Qualidade	2	2
2017	TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA NO MPF	Gestão Publica	Transparência Pública	40	4
2017	TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MP	Gestão Publica	Transparência Pública	60	2
2017	TREINAMENTO DA FERRAMENTA MICROSTRATEGY	Informática	Informação e Comunicação	24	4
2017	TREINAMENTO DA SOLUÇÃO WIRELESS ARUBA	Informática	Rede	40	10
2017	TREINAMENTO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO (BRIGADA DE INCENDIO)	Segurança	Pre-requisito para GAS/Patrimonial	5	1
2017	TREINAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS E EVACUAÇÃO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	12	1
2017	TREINAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS E EVACUAÇÃO	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	12	1
2017	TREINAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS E EVACUAÇÃO	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	12	4
2017	TREINAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS E EVACUAÇÃO	Gestão de Pessoas	Treinamento, Desenvolvimento e Educação	12	1
2017	TREINAMENTO DO SISTEMA ÚNICO SERVIDORES PR-DF	Institucional	Sistemas	4	11
2017	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO GUIADO POR TESTES	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	32	16
2017	TREINAMENTO EM REDE SEM FIO IAW E AIRWAVE	Informática	Rede	40	10
2017	TREINAMENTO PARA ADMINISTRADORES EM SOLUÇÃO DE BIG-DATA	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	40	4
2017	TREINAMENTO PARA DESENVOLVEDORES EM SOLUÇÃO DE BIG-DATA	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	80	6
2017	TREINAMENTO PARA USUÁRIOS EM SOLUÇÃO DE BIG-DATA E GESTÃO DE CASOS INVESTIGATIVOS	Pesquisa e Análise	Pre-Requisito para GAS/pesquisa e análise	40	5
2017	TREINAMENTO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - MONITORES	Informática	Computação	6	1



ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_ PARTICIPANTES
2017	TREINAMENTO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO SISTEMA ÚNICO - USUÁRIO FINAL	Informática	Computação	4	1
2017	TREINAMENTO ÚNICO - TURMA ADMINISTRATIVO	Informática	Software/Aplicativos	4	3
2017	TREINAMENTO ÚNICO DIGITAL - TURMA COMISSÃO E MONITORES	Informática	Software/Aplicativos	6	1
2017	TREINAMENTO/OFICINA DE GESTÃO POR PROCESSOS - MÓDULO PRÁTICO	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	7	7
2017	TYPESCRIPT PARTE 1: EVOLUINDO SEU JAVASCRIPT	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	ÚNICO - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO - ADMINISTRATIVO - TURMA 1	Institucional	Sistemas	4	1
2017	ÚNICO - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO - ADMINISTRATIVO - TURMA 2	Institucional	Sistemas	4	1
2017	ÚNICO - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO - COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO	Institucional	Sistemas	4	1
2017	ÚNICO - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO - EXTRAJUDICIAL - TURMA 1	Institucional	Sistemas	4	1
2017	UNICO DIGITAL	Institucional	Sistemas	5	3
2017	ÚNICO DIGITAL - COMISSÕES E MONITORES	Institucional	Ambientação	6	1
2017	UNICO DIGITAL - USUÁRIOS FINAIS - TURMA 03	Institucional	Ambientação	4	1
2017	UNICO DIGITAL - USUÁRIOS FINAIS - TURMA 2 (ADMINISTRATIVO)	Institucional	Ambientação	4	1
2017	UNICO DIGITAL USUARIOS	Institucional	Sistemas	4	3
2017	USE A TECNOLOGIA A FAVOR DA SUAS FINANÇAS- SNEF	Saúde	Qualidade de Vida	1	6
2017	VAGRANT: AUTOMATIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ENTREGA CONTÍNUA	Informática	Banco de Dados - Oracle	8	1
2017	VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES COM XENSERVER NO MPF	Gestão Publica	Sistemas de Informação	18	8
2017	WORKSHOP - SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE E RESPOSTA RÁPIDA: EXPERIÊNCIAS DA AMÉRICA LATINA	Direito	Indigena	7	1
2017	WORKSHOP DE GESTÃO ESTRATÉGICA	Administração	Pública	11	3
2017	WORKSHOP DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Gestão Estratégica	Planejamento Estratégico	11	3
2017	WORKSHOP MINDFULNESS - ATENÇÃO PLENA NAS ORGANIZAÇÕES	Saúde	Qualidade de Vida	4	1
<b>TOTAL</b>				<b>6.629,8</b>	<b>1.379</b>

### Anexo A ao Item 8- Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		2. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		3. As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		4. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda aos itens 5 a 8.		5. A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		6. O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		7. O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		Caso a avaliação do item 7 seja positiva, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.	8. Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados trimestralmente no site da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		Caso o Item 8 seja positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	Outras informações (relacionadas aos itens 4 a 8)
			Avaliação		Avaliação		Avaliação		Avaliação		Avaliação		Avaliação		Avaliação						
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		Sim	Não		
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		Sim	Não		
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X		X		X		X												
PRR-1ºR	200208	26.989.715-0064/96	X		X		X		X												
PRR-2ºR	200045	26.989.715/0066-58		X	X			X		X											
PRR-3ºR	200204	26.989.715/0058-48	X		X		X		X												
PRR-4ºR	200102	94.953.767/0001-89		X	X		X		X												
PRR-5ºR	200207	26.989.715/0059-29		X	X		X		X												
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17		X		X		X		X											
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06		X	X		X		X												
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89		X	X		X		X												
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60		X		X		X		X											
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X		X		X		X												
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84		X	X		X		X												
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X		X		X		X												
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46		X	X		X		X												
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X		X		X		X												
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08		X		X		X		X											
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99		X	X		X		X												
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70		X	X		X		X												
PR/MT	200064	26.989.715/0018-50		X		X		X		X											
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31		X		X		X		X											
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75		X	X		X		X	X		X									
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56		X	X		X		X												
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X		X		X		X	X		X			X				X		
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18		X	X		X		X												
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07		X	X		X		X												
PR/RN	200085	2698715/0025-80		X	X		X		X												
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60		X		X		X		X											
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41		X	X		X		X												
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28		X	X		X		X												
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03		X		X		X		X											
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47		X	X		X		X												
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28		X	X		X		X												
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X		X		X		X												

Tendo em vista que as normas pertinentes, editadas no âmbito do poder executivo, não vinculam o Ministério Público Federal, *ex-vi* art. 127, § 2º, da Constituição Federal de 1988 e art. 22, *caput* e inciso IV, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve a necessidade de editar normativo interno com a finalidade de regulamentar o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. No MPF, o Programa de Gestão Socioambiental é instrumento equivalente ao que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Na PGR, aguarda-se deliberação do Secretário Geral do MPF para a publicação do documento.

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PGR	200100	26.989.715/0050-90	<p>Por meio da Portaria PGR/MPF n.º 923, de 18 de dezembro de 2013, o Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (SGS) foi instituído como o modelo de atuação institucional integrado à Gestão Sustentável.</p> <p>A referida portaria prevê que, estruturalmente, o SGS/MPF será integrado pelos Programas de Gestão Socioambiental (PGS) das unidades e que estes serão implementados em conformidade com os requisitos estabelecidos e regulamentados pelo Manual do Sistema.</p> <p>Neste sentido, em 15/05/2017, por meio da Portaria SG/MPF n.º 461, foi aprovado o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF onde foram concentradas as orientações necessárias à elaboração dos PGS com a finalidade de unificar as iniciativas e práticas do gerenciamento sustentável da instituição, alinhado à legislação vigente.</p> <p>Cumpra destacar que o PGS é instrumento equivalente ao Plano de Logística Sustentável instituído pelo Decreto n.º 7746/2012, disciplinado pela IN SLTI/MPOG n.º 10/2012.</p> <p>Na PGR, por força do estabelecido no Manual do SGS, por meio da Portaria SG/MPF n.º 809, de 16 de agosto de 2017, foi constituído o Comitê Local de Gestão Socioambiental (Ecotime), equipe multidisciplinar responsável por, entre outras, assegurar o planejamento, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua do Programa de Gestão Socioambiental.</p> <p>Preliminarmente, o Ecotime elaborou e apresentou o Diagnóstico Socioambiental da PGR que permitiu uma ampla visão situacional da gestão sustentável na unidade. A partir desse documento, foi elaborada a minuta do Programa de Gestão Socioambiental, atualmente aguardando deliberação da Secretaria Geral do MPF. Ressalta-se que embora pendente de regulamentação as diretrizes socioambientais, especialmente às relacionadas a contratações sustentáveis estão sendo implementadas em consonância com o Guia do MPF, publicado em 2016. No que tange ao uso racional dos recursos e bens públicos e do descarte adequado de resíduos, mantêm-se periodicamente campanhas de educação, conscientização e sensibilização do público interno e externo. A PGR promoveu, ainda, o projeto “Carona Solidária”, que por meio da disponibilização de vagas privativas na garagem busca incentivar membros e servidores a adotarem alternativas de transporte que contribuam com a mobilidade sustentável. Por fim, com o intuito de criar um banco de dados da gestão socioambiental, bem como dar transparência às ações e práticas da instituição, foi implantado o Módulo de Gestão Socioambiental no Sistema de Gestão Administrativa que agrega e consolida, nacionalmente, as informações de sustentabilidade do MPF.</p>
PRR-1ªR	200208	26.989.715-0064/96	<p>A preocupação da Procuradoria Regional da República da 1ª Região com a sustentabilidade no uso dos recursos pela instituição se manifesta desde a Portaria nº 07, de 10 de março de 2010 que criou a Assessoria de Gestão Socioambiental em caráter permanente.</p> <p>Neste período, conquistas significativas foram alcançadas como o Certificado “Selo A3P: Verde” concedido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2011; a participação no “Prêmio ANA 2014”, da Agência Nacional de Águas, devido às boas práticas na gestão dos recursos hídricos e o convênio firmado em 2009, com a COORTRAP - Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção, para a coleta dos resíduos recicláveis produzidos pela PRR-1ª Região.</p> <p>Em 2017, seguindo as orientações do Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF, após a realização do diagnóstico ambiental, a PRR-1ª Região publicou seu Programa de Gestão Socioambiental – PGS. Este é um instrumento de gestão em consonância com o Planejamento Estratégico do MPF, especificamente no seu Objetivo 10, com a definição de objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação.</p> <p>Ainda no ano de 2017, a Unidade firmou contrato com a empresa ECOSENSE para a coleta e disposição final ambientalmente correta de seus resíduos indiferenciados em obediência à Lei Distrital nº 5.610/2016. Para o ano de 2018, continua o monitoramento as metas socioambientais previstas no PGS. E, também, está em estudo a contratação de empresa especializada para a confecção do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS da PRR-1ª Região, uma exigência da Lei 12.305/2010 e da Lei Distrital nº 5.610/2016.</p>

## Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PRR-2ªRegião	200045	26.989.715/0066-58	Em que pese a Unidade não possuir um PLS, estamos envidando, ao máximo, esforços no sentido de estabelecer práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Ressalte-se também que as determinações do art. 16, do Decreto 7746/2012, são parcialmente atendidas, havendo intensas deliberações no âmbito de nossa Comissão de Gestão Ambiental.
PRR-3ªRegião	200204	26.989.715/0058-48	<p>A Comissão de Gestão Socioambiental da PRR3, constituída pela Portaria PRR/3ª Região nº 257, de 02 de setembro de 2016, realiza, desde 2009, ações monitoramento de recursos, acompanhamento da gestão de resíduos e ações/campanhas de conscientização. Em 2016, a Unidade institui seu Plano de Logística Sustentável (PLS) para aplicação em 2017. Contudo, devido a Portaria SG/MPF nº 461/2017, a PRR/3ª Região, alteramos a nomenclatura "PLS" para "Programa de Gestão Socioambiental", Portaria PRR/3ª Região nº262/2017, integrando os indicadores nível nacional o que adotando uma diretriz voltada a padronização e compromisso sustentável estabelecidos no Manual de Gestão Socioambiental do MPF. Os indicadores estão sendo alimentados no Sistema de Gestão Administrativa (SGA).</p> <p>A Comissão de Gestão Socioambiental tem buscado formalizar parcerias para as suas ações de conscientização, exemplo, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Na Semana do Meio Ambiente, realizamos a feira de orgânicos, coleta de lixo reciclável como raio X, medicamentos e lixo eletrônico. No TRF3 tivemos palestras “Acessibilidade e Meio Ambiente” e “O Plantador de Árvores – inspirando pessoas a desenvolver cidadania”.</p> <p>Realizamos campanhas educativas em vídeo <a href="http://intranet.prr3.mpf.mp.br/sr/socioambiental/index.php/noticias/322-dicas-de-economia">http://intranet.prr3.mpf.mp.br/sr/socioambiental/index.php/noticias/322-dicas-de-economia</a> alertando sobre a importância do uso consciente dos recursos disponíveis na Unidade.</p> <p>Temos o projeto PAT “Programa de Atendimento ao Terceirizado” que busca orientar os colaboradores das empresas terceirizados quanto as suas dúvidas jurídicas.</p> <p>Firmamos termo de Compromisso com a Cooperativa CooperGlicério que recolhe quinzenalmente os resíduos recicláveis produzidos na Unidade e encaminha relatório do que foi recolhido e o valor gerado a cada cooperado.</p> <p>As contratações da Unidade tem adotado critérios de sustentabilidade nas perspectivas econômica, ambiental e/ou social, demonstrando compromisso e preocupação da Unidade em busca de promover substituição de material por outro mais sustentável, pela logística reversa, pelas modalidades de contratações se registro de preço ou exclusividade de ME/EPP e ainda para as questões sociais de gênero, acessibilidade quando couber.</p>

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PRR 4ª Região	200102	94.953.767/0001-89	A Unidade instituiu, por meio da Portaria PRR4 nº 54, de 03 de junho de 2011, o Programa de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – ProGEAS, e criou a Comissão de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – COMGEAS, encarregada do planejamento, divulgação, implementação, manutenção e supervisão da execução do referido programa. O ProGEAS tem como objetivo implementar a gestão ambiental apoiada em ações transversais de sustentabilidade socioambiental, organizacional, educacional e jurídica, desenvolvendo projetos e planos de ação com esse objetivo. Os projetos executados desde então são os seguintes: Projeto Gerenciamento de Resíduos, Projeto Educação Ambiental, Projeto Consumo Consciente, Projeto Diretrizes de Sustentabilidade da Nova Sede, Projeto Diagnóstico, Projeto Redução do Consumo de Copos, Projeto Semana do Meio Ambiente. A PRR4 optou por aderir a um programa do próprio MPF, denominado de Sistema de Gestão Socioambiental do Ministério Público Federal (SGS), firmando o termo de adesão em 05 de junho de 2014, conforme estipulado pela Portaria PGR/MPF nº 923/2013. O Sistema abrange os seguintes pilares estabelecidos no Manual de Gestão Socioambiental do MPF: consciência e educação, contratações sustentáveis, consumo consciente, construções sustentáveis, acessibilidade, qualidade de vida, responsabilidade social. Informações sobre o Programa estão disponíveis na intranet do órgão: <a href="http://intranet.prr4.mpf.mp.br/intranet2/servicos-1/prr4-sustentavel">http://intranet.prr4.mpf.mp.br/intranet2/servicos-1/prr4-sustentavel</a> . Na unidade, ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, sendo que, atualmente, a gestão de resíduos vem sendo orientada por meio do subprojeto PRR4-Sustentável – Gerenciamento de Resíduos, autorizado pela Portaria PRR4 nº 167, de 25 de setembro de 2015. Por fim, as contratações da Unidade observam, além da legislação pertinente, o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, publicado em 2016, o qual pode ser conferido em <a href="http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/16_006_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf">http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/16_006_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf</a> , e o percentual de licitações sustentáveis da Unidade é acompanhado e mensurado por meio do indicador <i>Percentual de licitações com critérios de sustentabilidade</i> , previsto no Painel de Contribuição da PRR4, vinculado ao Planejamento Estratégico do MPF".
PRR 5ª Região	200207	26.989.715/0059-29	A PRR 5ª região possui Ecotime constituído por servidores integrantes de diversos setores da administração que se reúnem semanalmente a fim de realizar ações de conscientização e promover a adequada gestão dos resíduos da procuradoria. Dentre as ações realizadas estão: Separação do lixo em reciclável e orgânico; descarte de pilhas e baterias para descontaminação; descontaminação de lâmpadas fluorescentes; ações de conscientização em relação ao uso de copos descartáveis; consumo consciente de energia e água; contratações sustentáveis de acordo com os critérios do Guia de contratações sustentáveis do MPF e construções sustentáveis. O Ecotime está em processo de realização do diagnóstico socioambiental da unidade para que seja realizado o Programa de Gestão Socioambiental de acordo com as determinações do Manual de gestão socioambiental da PGR.
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	A PR/AC até o momento tem atendido às determinações do Decreto 7.746/2012. Foi estabelecida na unidade uma Comissão de Gestão Ambiental que está responsável por apresentar, dentro dos parâmetros legais, sugestões para o estabelecimento do Plano de gestão de logística sustentável (PLS), para posteriormente submeter tal plano à aprovação e posterior publicação.
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	A unidade está se empenhando para adoção de medidas de sustentabilidade ambiental, tais quais: licitações com critérios de sustentabilidade; coleta seletiva de lixo; campanhas de descarte de lixo eletrônico; descarte de lâmpadas e reatores; campanha interna de conscientização de uso racional de água e energia; economia no consumo de energia (algo em torno de 40% de redução); disponibilização de coletora de óleo de cozinha usado e de pilhas/baterias; substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED (impacto tanto na economia de energia quanto na redução de resíduos sólidos); incentivo ao uso de bicicletas (instalação de bicicletário); incentivo ao uso de escadas (realização de campanhas); plantação de diversas espécies de árvores nativas; política de economia de papel, além do aumento da quantidade de digitalizações; compra de copos em acrílico personalizados para redução do consumo de copos descartáveis, além do controle na disponibilização dos copos descartáveis; eliminação de agrotóxicos no combate às pragas no trato dos jardins.

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	A Unidade não possui um plano formal de gestão de logística sustentável, porém adota os procedimentos descritos no art. 16 do Decreto 7.746/2012.
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	Apesar dessa Unidade não possuir plano de gestão de logística sustentável (PLS), está se empenhando na adoção de medidas de sustentabilidade ambiental. Adotamos algumas boas práticas de gestão ambiental: a) Cartazes no refeitório orientando quanto ao descarte correto dos alimentos; b) Priorizamos o uso de copos de vidro e xícaras em detrimento ao uso de copos descartáveis; c) Adotamos medidas de economicidade de uso de energia; d) Priorizamos as licitações para atendimento dos critérios de sustentabilidade e principalmente no que tange ao uso dos aparelhos condicionadores de ar. Este ano empreenderemos esforços para criação de uma comissão para elaboração do nosso PLS e demais ideias de sustentabilidade.
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	A unidade não possui PLS, mas aderiu à A3P e ao Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (Portaria PGR/MPF Nº 923, de 18 de dezembro de 2013). O Manual do Sistema de Gestão Socioambiental mencionado nesta portaria foi publicado e as unidades estão em processo de elaboração de algo parecido com o PLS: o Programa de Gestão Socioambiental (PGS). O PGS da PGR ainda está em formato de minuta e deve ser publicado nos próximos meses. Utilizando o PGS da PGR como parâmetro, as unidades deverão publicar os PGSs locais logo em seguida. Apesar de ainda não dispor do PGS, a unidade utilizou o manual como referência para estabelecer seus indicadores, a partir do início de 2014, para acompanhá-los e tornar a unidade mais sustentável. Inicialmente, os indicadores estabelecidos foram: consumo de água per capita, consumo de energia per capita, consumo de copos plásticos per capita e consumo de papel (normal e reciclado) per capita. Depois disso, a PGR acrescentou um indicador para acompanhar as licitações sustentáveis e outro para acompanhar a implantação da coleta seletiva. A unidade conseguiu alguns avanços, como implantação da coleta de material eletrônico dos frequentadores da PRBA; coleta de óleo e coleta de baterias. Mas como é uma Comissão que cuida da Gestão Socioambiental, percebe-se uma lentidão maior no alcance dos objetivos. O MPU deve avaliar se não é prioritário criar um setor em cada unidade que cuide exclusivamente dos aspectos socioambientais.
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	Ser referência na adoção de práticas sustentáveis nas diversas áreas de atuação da Procuradoria da República no Estado do Ceará em seus setores administrativos e finalísticos, que adotem rotinas que implementem matrizes de responsabilidade e trabalhos educativos voltados para a conscientização da importância da preservação dos recursos materiais e humanos na unidade. Em janeiro de 2015 foi constituída uma Comissão de Gestão Socioambiental por meio da Portaria GAB/CHEFIA nº 77, de 27/01/2015, que realizou todo o levantamento para implementação do Plano de Ação da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), realizando diagnóstico ambiental da instituição, envolvendo os servidores e membros em pesquisas e definindo projetos e atividades prioritárias. Desta forma, com base nas informações levantadas, foram propostas as seguintes ações: troca gradativa de lâmpadas incandescentes, verificação do desligamento de aparelhos de ar condicionado, análise da viabilidade de implementação de painéis fotovoltaicos e aerogeradores, instalação de redutores de vazão nas torneiras, acompanhamento semanal do consumo de água para identificar vazamentos, entre outras que encontram-se em andamento.

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/DF	200023	26.989.715-0012-65	<p>A unidade não possui PLS, mas aderiu à A3P e ao Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (Portaria PGR/MPF Nº 923, de 18 de dezembro de 2013). O Manual do Sistema de Gestão Socioambiental mencionado nesta portaria existe apenas no formato de minuta. Apesar disso, a unidade utilizou o manual como referência para estabelecer 4 indicadores, a partir do início de 2014, para acompanhá-los e tornar a unidade mais sustentável. Foram eles: consumo de água per capita, consumo de energia per capita, consumo de copos plásticos per capita e consumo de papel (normal e reciclado) per capita. Depois disso, a PGR acrescentou um indicador para acompanhar as licitações sustentáveis e outro para acompanhar a implantação da coleta seletiva. O PLS da PGR está em processo de elaboração e, posteriormente, será utilizado como referência para criação do PLS da unidade. A unidade conseguiu alguns avanços, como implantação da coleta de material eletrônico dos frequentadores da PRBA; coleta de óleo e coleta de baterias. Mas como é uma Comissão que cuida da Gestão Socioambiental, percebe-se uma lentidão maior no alcance dos objetivos. O MPU deve avaliar se não é prioritário criar um setor em cada unidade que cuide exclusivamente dos aspectos socioambientais. OBS: Ressaltamos que o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental foi objeto de consulta pública recente.</p>
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	<p>Ao iniciar suas atividades, o GT constituído em 2011 definiu que a elaboração dos projetos Sustentabilidade e Reciclar deveria ser precedida do Diagnóstico Ambiental da PR/GO. Era importante identificar e dimensionar os aspectos ambientais relevantes que seriam tratados no estudo, para dar sustentação a propostas consistentes, capazes de, efetivamente, introduzir e ampliar critérios de consumo mais sustentáveis e práticas para a destinação mais adequada aos resíduos gerados na unidade. Dessa forma, o Grupo realizou reuniões setoriais para se inteirar de temas relativos à limpeza e conservação do prédio, ao consumo de papéis, à destinação de resíduos, aos equipamentos e insumos da área de informática, à compra de bens e materiais e à contratação de serviços. Na sequência, deu-se início a dois levantamentos que compõem o Diagnóstico Ambiental da PR/GO: um relativo à estrutura física da unidade (áreas, instalações, equipamentos, veículos, resíduos sólidos) e da população fixa e flutuante do edifício, e outro relacionado a compras, consumo e à contratação de serviços realizados pela Procuradoria a partir de 2010. Deu-se atenção especial à análise dos procedimentos administrativos relativos às compras e contratações de serviços. Após a definição dos temas que seriam objeto de estudo pelo GT, fez-se a seleção dos processos a eles relacionados e de cada um desses extraíram-se dados e informações para o diagnóstico e a apresentação de proposições para tornar as compras e contratações mais adequadas aos critérios de sustentabilidade. Nesta fase, cada tema foi cotejado com normas jurídicas e técnicas que alcançam questões ambientais: leis, decretos, instruções normativas, portarias e resoluções. Tais normas são de origens diversas: MMA, MME, MPOG, CONAMA, IBAMA, ABNT, INMETRO, ANVISA. Para análise dos temas, os autores também acessaram discussões jurídicas, técnicas e científicas relativas à adoção de práticas sustentáveis; inteiraram-se de experiências de gestão ambiental realizadas por diversas instituições; participaram do curso Sustentabilidade e Compras Públicas, do seminário Construções Sustentáveis e do workshop Procel EPP – Eficiência Energética nos Prédios Públicos, eventos promovidos pelo Programa de Gestão Ambiental da PGR. Os membros do GT, após, vieram a compor o GGSA Grupo de (Gestão Socioambiental), instituído pela Portaria nº 29/2013.</p> <p>Ações adotadas na Unidade: - criação do Grupo de Gestão Socioambiental para apresentação do Plano de Gestão Socioambiental da PR-GO (2011); - contribuição do GGSA na elaboração do Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (2013); - participação de quatro integrantes do GGSA no Curso de Gestão Socioambiental da PGR (2013); - elaboração, revisão e atualização do Plano de Gestão Socioambiental da PR-GO pelo GGSA. A primeira parte do Plano (diagnóstico) teve seu texto preliminar finalizado em 2012 e revisado em 2013, estando a segunda parte em construção (2012/2013); - indicação de inserção de algumas medidas com critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência relativos à contratação dos serviços de copeiragem e dos serviços de limpeza, manutenção e conservação predial (em fase de licitação) (2013).</p>

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	Implementamos medidas como a redução significativa do consumo de copos descartáveis, inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações, inclusão do sistema de cotas nos contratos de mão de obra terceirizada, redução do consumo de energia por medidas restritivas de uso e utilização de equipamentos econômicos, compra de cadeiras ergonômicas e outros. Em 2017, a PGR aprovou por meio da Portaria SG/MPF n. 461/2017 o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF. A Portaria SG/MPF n. 461/2017 prevê que as unidades devem implementar um Programa de Gestão Socioambiental, conforme as diretrizes estabelecidas no manual. Para melhor direcionar as unidade, a PGR se comprometeu em elaborar um modelo de programa, que poderá ser seguido pelas procuradorias. No entanto, considerando a mudança de chefia do MPF, o programa da PGR ainda não foi aprovado. Assim, o MPF/ES aguarda essa aprovação pela PGR para balizar seu programa.
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	A Unidade segue, dentro das limitações de seus quadros, as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746/2012. Com a recente edição do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF (em dezembro/2016), esta Procuradoria aplicará as diretrizes lá apontadas.
PR/MG	200035	26.989.715715/0016-99	A Administração da PR/MG tem tomado diversas medidas de redução de gastos com características e objetivos de melhorar a sustentabilidade. Exemplos: Coleta seletiva, uso de papel reciclado, troca sistemática de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED, troca dos acionamentos de água dos vasos sanitários pelo tipo de 2 teclas, opção de licitações com registro de preços e participação de outras unidades do MPF e órgãos federais, exigência – quando cabível – de logística reversa, entre outras. Acreditamos que falta maior apoio, capacitação e melhores estudos para evolução das iniciativas e melhoria de parâmetros de contratações de serviço ou aquisições de material.
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	A PR/MS aderiu ao Sistema de Gestão Ambiental do Ministério Público Federal, em 20/10/2014, por meio do Ofício nº 273/2014/GABPC, bem como elaborou o Diagnóstico de Sustentabilidade Socioambiental da PR/MS, faltando porém a elaboração do diagnóstico para as Procuradorias da República nos Municípios do Estado. Conta ainda com o Comitê de Gestão do Programa Socioambiental, instituído pela Portaria nº 107/2016, de 12 de maio de 2016. A Unidade realiza a gestão de resíduos sólidos recicláveis e sua destinação não ocorre com exatidão ao previsto no Decreto nº 5.940/2010, apenas pelo fato de que os resíduos não são recolhidos diretamente pela cooperativa de catadores locais. Desde 2016, a coleta dos resíduos recicláveis, devidamente separados, é feita pela companhia de coleta de lixo contratada pelo município, com registro de entrega incluindo peso e tipo de material, e posteriormente destinado ao centro de triagem municipal, administrado este sim, por cooperativas de catadores, sem fins lucrativos, que não tiveram êxito na participação do chamamento público realizado por esta Unidade, por falta de condições formais de habilitação. Até o exercício de 2017, a PR/MS incluiu, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental nos Termos de Referência das contratações de serviços e aquisições de bens, seguindo as orientações constantes no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF. A Unidade realiza monitoramento mensal do consumo de energia elétrica em todas as localidades do Estado, bem como o consumo de insumos (copo descartável, papel branco e reciclado, água engarrafada), orientando e incentivando o consumo consciente desses itens. Divulga na intranet e no informativo da Unidade as iniciativas, ações e orientações pertinentes ao tema socioambiental.
PR/MT	200064	26.989.715/0018-50	A unidade não possui Política de Sustentabilidade Ambiental devidamente instituída. Contudo, a gestão da unidade adota ações pontuais voltadas à promoção da sustentabilidade, como a destinação adequada de resíduos recicláveis, ações de economia de energia elétrica e água, além da inclusão de requisitos sustentáveis nas licitações, sempre que possível



### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/PA	200075	26.989.715/00019-31	Atualmente, não há políticas de sustentabilidade formalmente adotadas nesta unidade ministerial, em função de a sede provisória da PR/PA estar localizada em prédio comercial, o que impossibilita, sobremaneira, a adoção de práticas de sustentabilidade de forma global, tendo em vista a necessidade de obedecer o regimento condominial. Destaco contudo, que localmente a unidade já utiliza quase em sua totalidade o papel do tipo reciclado, bem como promove a sua coleta e entrega a entidades de reciclagem, tendo sido destinadas em 2017 mais de meia tonelada de documentos, além da confecção de blocos com papel reutilizado. Cabe ainda informar que em 2018 deverá ser instituída comissão com essa destinação.
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	A PR/PB adota critérios de sustentabilidade, conforme orientações da Portaria SG nº 151, de 6 de fevereiro de 2013.
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	A Comissão de Gestão Ambiental (COGEA) da unidade foi instituída pela Portaria MPF/PRPE/C. Adm./53, de 05 de junho de 2008. A unidade incluiu critérios de sustentabilidade no seu planejamento estratégico, com seus respectivos indicadores e metas, cujas medições são publicadas na internet e podem ser acessadas no endereço eletrônico: <a href="http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/estrategia-do-mpf-nos-estados">http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/estrategia-do-mpf-nos-estados</a> . Ao longo dos anos, o conceito de gestão ambiental utilizado por esta unidade foi ficando cada vez mais abrangente e, embora a COGEA tenha permanecido com a mesma nomenclatura inicial, suas atividades têm objetivado o desenvolvimento socioambiental da instituição, abarcando conceitos como acessibilidade e qualidade de vida no trabalho. A seguir serão listadas algumas das atividades desenvolvidas ou sugeridas pela COGEA: - Campanhas periódicas de descarte adequado do lixo; - Campanhas sobre o uso racional dos recursos; - Distribuição de mudas de alface orgânica; - Feira semanal de orgânico; - Dicas sobre sustentabilidade no Acontece (jornal da PRPE); - Campanha de vacinação contra a gripe; - Oficina de decoração natalina com materiais recicláveis.
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	O Plano de Logística Sustentável da PR/PI foi elaborado e apresentado a chefia da instituição em 12/05/2017 e estava pendente de aprovação, quando houve a publicação no mesmo ano da 2ª edição do Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF, contemplando de maneira específica a realização de medição e monitoramento do desempenho sustentável da instituição/unidade através de indicadores. Dessa forma, foram feitos os devidos ajustes no PLS com a inclusão dos referidos indicadores e, ainda, o acréscimo de indicadores constantes na Resolução CNJ nº 201, de 03 de março de 2015, e novamente foi submetido a chefia estando na iminência de aprovação. Não obstante, a Portaria PR/PI nº 157, de 31 de maio de 2017, designou nova comissão de implementação, acompanhamento e gestão do PLS, do MPF/PI, demonstrando o compromisso da unidade com a gestão socioambiental e o desempenho sustentável. Tão logo aprovado o PLS serão adotadas as medidas pertinentes a sua publicação semestral no <i>sítio</i> da unidade na <i>Internet</i> , conforme estabelece o art. 13 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012.
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	A unidade conta com rotinas básicas de sustentabilidade, entre as quais está a constante preocupação com a redução no consumo de energia, água, copos descartáveis, entre outros. Foi iniciada a troca gradativa das lâmpadas por LED visando economia energética. Neste sentido, existe ainda o acompanhamento e divulgação periódica na intranet do consumo de energia elétrica. Todas as unidades do Estado contam com coleta seletiva de resíduos sólidos e a capital possui contrato para coleta de resíduos médico hospitalares. Ainda, nas licitações, preocupa-se em exigir das empresas participantes requisitos de sustentabilidade para os bens a serem fornecidos.

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/RJ		26.989.715/0024-07	<p>A unidade mantém uma comissão instituída pela Portaria PR/RJ nº 1121/10/2014 para cuidar do Programa de Gestão Socioambiental, que tem como objetivo o aperfeiçoamento do desempenho sustentável e a definição de requisitos mínimos de atuação socioambiental a serem atendidos pela unidade.</p> <p>Com isso, mediante a realização de reuniões, foram estabelecidas diversas medidas em prol de uma atuação mais sustentável da unidade em questões como o consumo de água, energia, copos descartáveis, papel, além do incentivo na utilização de coleta seletiva de lixo, incentivo na adoção de biocombustível pela frota de veículos, realização de campanhas e palestras, entre outras medidas voltados ao tema. A comissão tem um caráter permanente e não se esgota com a adoção das ações acima citadas, havendo sempre o estabelecimento de outras metas e iniciativas a serem seguidas em prol de uma política constante de sustentabilidade ambiental.</p>
PR/RN	200085	26.989.715/0025-80	<p>A PR/RN possui um Comitê de Gestão Socioambiental instituído pela Portaria nº 188, de 10 de agosto de 2016. A Procuradoria busca continuamente implantar ações que minimizem os danos ambientais com adoção das seguintes ações: coleta seletiva de lixo, destinando os resíduos recicláveis para cooperativa de catadores através de Termo de Compromisso; coleta de pilhas e baterias; de óleo de cozinha. Distribuiu canecas para os Procuradores, servidores e colaboradores reduzindo assim o consumo/descarte de copos descartáveis; substituição de lâmpadas fluorescente por lâmpadas de Led. Além de ações permanentes, promove campanhas pontuais de forma a dinamizar a gestão socioambiental na Procuradoria.</p>
PR/RO	200046	26.989715/00026-	<p>Há pequenas iniciativas na unidade, como distribuição de canecas para todos servidores, membros e terceirizados para redução da compra de copos descartáveis; Previsão de Logística Reversa na compra de suprimentos de TI. A grande maioria de papel de impressão é do tipo reciclado.</p>
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	<p>A PR/RR não tem medido esforços nas ações de sustentabilidade ambiental a exemplo concreto do mérito dado à iniciativa titulada como “Economia com Sustentabilidade” (PR-RR-00023585/2016), honrosamente apropriado com o segundo lugar no saudável concurso interno do servidor exemplar 2016 – Portaria PR-RR nº 008, de 18 de janeiro de 2017 (PR-RR-00000853/2017), que consolidou as diretrizes implantadas e os resultados alcançados pelas iniciativas solo da unidade na visão de reduzir custos com energia elétrica em toda a PR-RR e ao mesmo tempo atender às diretrizes de sustentabilidade ambiental nacional e internacional, consoante o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como atender o previsto no Artigo 225 c/c com o art. 23, VI e 170, VI da CFB/88, alinhando a atuação da PR-RR ao proposto pelo Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário, com fulcro alicerçado no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012 e balizado pelo Acordo de Paris contra a mudança climática em nosso planeta.</p>

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	<p>A PR/RS possui Comissão designada pela Portaria Nº 373, de 08 de outubro de 2013, responsável pelo estudo e adoção de medidas que visam a promover práticas ambientais na Unidade. Entre as ações adotadas, destacamos:- aquisição de equipamentos de baixo consumo de energia elétrica (Selo Procel A);- substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas de LED;</p> <p>- utilização de reatores para lâmpadas com tecnologia de baixo consumo de energia;- monitoramento diário do gasto de energia elétrica e água, a fim de identificar de forma praticamente instantânea qualquer aumento de consumo que possa ser gerado em instalações e equipamentos, promovendo eficiência na correção do problema;- orientação para uso das impressoras no modo econômico e utilizando os dois lados do papel;- substituição quase integral de uso de copos descartáveis. Além disso, foi criada Comissão para Elaboração do 3º dia do Descarte da PR/RS, pela Portaria Nº 745, de 21 de outubro de 2015, com os seguintes objetivos:- colaborar com a proteção do meio ambiente, com o combate à poluição em qualquer de suas formas e com a preservação das florestas (CF, arts. 23, VI e VII);- implementar uma das funções institucionais do Ministério Público, a proteção do meio ambiente (CF, art. 129, III; Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, III, d);- observar o disposto no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como o estabelecido na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política de Resíduos Sólidos e a Portaria MPF/PGR nº 599, de 03 de dezembro de 2010;- reduzir o acúmulo de materiais inflamáveis que possam colocar em risco a segurança.</p>
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	<p>A PR/SC instituiu em janeiro de 2013, por meio da Portaria PRSC nº 2, de 9 de janeiro de 2013, o Comitê de Gestão Socioambiental - ECOTIME no âmbito da PR/SC. Nesse tempo foi realizado levantamento do cenário em que a procuradoria se encontrava nos temas relativos à sustentabilidade ambiental, entre esses: reciclagem; consumo de água e energia elétrica; adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações, entre outros. No fim do ano de 2014 foi realizado pregão eletrônico específico para aquisição de itens próprios às finalidades de uma política de gestão ambiental, como: lixeiras para papeis; coletores de lixo, lâmpadas e pilhas, lixeiras de separação de lixo, etc. Nos últimos dois anos, no entanto, as ações que visam a uma atuação mais efetiva dos pilares do programa de sustentabilidade têm encontrado obstáculo em suas ações em razão do número reduzido de servidores que atuam principalmente na área administrativa da instituição. Sendo impossível a destinação de um servidor para que atue de forma exclusiva, ou mesmo, de forma voluntária cedendo parte de seu tempo de labor para as atividades do tema. Espera-se para 2017, contando com a nomeação de novos servidores, que se possa avançar nas ações e buscar alinhamento com a política institucional.</p>
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	<p>Embora a Unidade não possua o PLS, ela possui a Comissão de Gestão Ambiental (Ecotime) e adota medidas com foco na sustentabilidade ambiental, tais como: - realização de controle diário do consumo de água e semanal do consumo de energia elétrica;</p> <p>- aquisição de equipamentos energéticos com a exigência do selo PROCEL; - aquisição de papel reciclado;</p> <p>- distribuição de cestos específicos para lixos seco e úmido, para possibilitar a reciclagem;- campanhas de conscientização e sensibilização ligadas à gestão socioambiental; - divisão das seções nos interruptores das salas, que permite que o usuário ligue a quantidade de lâmpadas necessárias ao seu conforto laboral, ao invés de interruptores que não possibilitam um uso mais individualizado, acarretando num consumo desnecessário e consequentemente mais oneroso; - ligações de água nos sanitários possuem dispositivos que possibilitam maior economia de água; - todas as torneiras dos lavatórios são do tipo automática (em relação ao seu fechamento) e todas as caixas acopladas para as descargas são do tipo “duplo acionamento” cujas quais, em ambos os casos, possibilitam o uso racional da água; - critérios de sustentabilidade nas licitações (ex: fornecimento de equipamentos de proteção individual, tratamento e disposição final adequada de resíduos, etc.);- controle de utilização dos copos descartáveis (distribuição somente na recepção do térreo e do 1º andar).</p>

### Anexo B ao item 8 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	Item 8 – Visão Geral da Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	<p>Embora esta PR/SP não possua Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) próprio, a PR/SP aderiu ao Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (Portaria PGR nº 923/2013). Em 2014 foi criada a Comissão de Gestão Socioambiental no âmbito da Procuradoria da República no Estado de São Paulo por meio da Portaria nº 1071/2014, de 20/05/2014, cujas atribuições são planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à gestão socioambiental na PR/SP e PRMs. Com relação à gestão ambiental em 2016, temos a destacar que: a administração da PR/SP envidou esforços para reduzir as contas e o consumo de luz nas unidades do MPF no Estado e, na capital, desde março, o horário de funcionamento do ar-condicionado foi limitado, sendo desligado às 17h30, e algumas lâmpadas dos corredores foram desativadas, sem impactos sobre a luminosidade; foram feitas vistorias pelo prédio para verificar o funcionamento dos sensores de presença, com a troca daqueles que apresentavam defeito; também foi lançada campanha de conscientização para a economia de energia, as peças de comunicação trouxeram dicas para otimizar o consumo no uso do ar-condicionado, computadores e iluminação; a Portaria PR/SP nº 236, de 12 de abril de 2016, restringiu o horário de funcionamento de todas as unidades da Procuradoria no Estado, que passaram a iniciar o expediente às 9h e encerrar as atividades às 19h, de segunda a sexta-feira; já foi licitada e está em execução a automação dos quatro <i>chillers</i> (sistema central de refrigeração e climatização) existentes na capital, com vistas a garantir melhorias nesses equipamentos voltadas para a economia energética e com redução de custos; existe a determinação de se realizar a lavagem de veículos apenas esporadicamente, e em caso de necessidade, utilizando-se de serviço de estabelecimentos que utilizem água comprovadamente de reúso; em todas as torneiras da capital, foram colocadas fitas <i>hellermann</i>, diminuindo o temporizador para redução de consumo de água por meio da redução de vazão das torneiras; sempre que a botoeira da caixa acoplada dos vasos sanitários apresenta defeito, é substituída pelo modelo <i>dual flush</i>, que permite o acionamento total ou parcial do volume da água da caixa acoplada. Com relação à separação do lixo, no edifício-sede da PR/SP na capital, existem, ao lado das estações de trabalho, lixeiras para coleta de papel e lixeiras para o lixo comum; nas copas foram colocados recipientes para a coleta de copos plásticos e no hall dos elevadores existem lixeiras de coleta seletiva de papel, plástico, metal e vidro. Os resíduos recicláveis são coletados diariamente e armazenados separadamente do lixo comum. Os resíduos recicláveis são destinados à Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério, conforme termo de Cooperação nº 1/2015. Nas PRMs, 26 Unidades realizam a separação do lixo reciclável e 6 possuem termos de compromisso formalizado com cooperativa de catadores de lixo. Nas demais Unidades, é a prefeitura que realiza a coleta dos resíduos recicláveis, a qual, em geral, possui convênio com cooperativas de catadores de lixo. Apenas uma Unidade não realiza a separação do lixo reciclável.</p>
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	<p>A Comissão de Gestão Ambiental do MPF/TO tem trabalhado com o objetivo de criar e manter plano com ações relacionadas à gestão do programa socioambiental da unidade, sistematizando uma série de medidas e ações que já vêm sendo executadas há alguns anos. Dentre essas, destacamos a coleta de materiais recicláveis, que se efetiva a partir de uma parceria com a Cooperan (Cooperativa de Produção de Recicláveis no Tocantins), a tentativa de disponibilizar instrumentos para propiciar a logística reserva de pilhas, lâmpadas e outros resíduos e medidas com o objetivo de reduzir o consumo de água e energia elétrica. Anualmente, a comissão tem objetivado elaborar diagnóstico administrativo socioambiental do MPF/TO, conforme exemplo no documento anexo, concluído no final de 2016. Por fim, têm sido realizadas ações alusivas à Semana do Meio Ambiente, como palestras e oficinas voltadas aos servidores da unidade, já estando em planejamento as atividades do presente ano.</p>

**Anexo ao item 8.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras**

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. É realizada na Unidade a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras?		2. Qual a quantidade de contratos que possuem critérios de sustentabilidade feitos em 2017?
			Avaliação		
			Sim	Não	
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X		19
PRR-1ªR	200208	26.989.715/0064/96	X		9
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58	X		14
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	X		6
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	X		1
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29	X		8
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X		11
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X		29
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X		4
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X		8
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X		2
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	X		2
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X		17
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X		17
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X		9
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X		15
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99	X		7
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X		8
PR/MT	200064	26.989.715/018-50	X		4
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X		6
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X		11
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X		18
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X		9
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	X		32
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07	X		7
PR/RN	200085	26.98.715/0025-80	X		8
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X		4
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	X		13
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X		26
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	X		32
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	X		10
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X		14
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X		10

## Anexo A ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
22/01/2018

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>5.431.187,94</b>	<b>1.105.086,94</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>412.580,00</b>	<b>412.580,00</b>	<b>492.670,76</b>	<b>80.090,76</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	412.580,00	412.580,00	492.670,76	80.090,76
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>3.741.000,00</b>	<b>3.741.000,00</b>	<b>1.556.745,62</b>	<b>-2.184.254,38</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.741.000,00	3.741.000,00	1.556.745,62	-2.184.254,38
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>172.521,00</b>	<b>172.521,00</b>	<b>3.381.771,56</b>	<b>3.209.250,56</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	122.521,00	122.521,00	2.850.285,40	2.727.764,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	5.855.450,68	5.855.450,68
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	-5.323.964,52	-5.373.964,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	<b>337.012,00</b>	<b>337.012,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	<b>337.012,00</b>	<b>337.012,00</b>
Alienação de Bens Móveis	-	-	337.012,00	337.012,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-

## Anexo A ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
22/01/2018

PAGINA  
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>5.768.199,94</b>	<b>1.442.098,94</b>
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>5.768.199,94</b>	<b>1.442.098,94</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>3.722.850.311,59</b>	<b>3.722.850.311,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>4.326.101,00</b>	<b>3.728.618.511,53</b>	<b>3.724.292.410,53</b>
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.733.818.456,00</b>	<b>3.651.509.753,00</b>	<b>3.632.969.525,22</b>	<b>3.584.297.898,63</b>	<b>3.582.514.097,29</b>	<b>18.540.227,78</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.911.594.132,00	2.888.473.132,00	2.879.291.292,74	2.872.561.503,53	2.872.561.503,53	9.181.839,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	822.224.324,00	763.036.621,00	753.678.232,48	711.736.395,10	709.952.593,76	9.358.388,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>132.884.278,00</b>	<b>121.904.278,00</b>	<b>95.648.986,31</b>	<b>54.998.028,14</b>	<b>54.497.940,49</b>	<b>26.255.291,69</b>
Investimentos	129.984.278,00	119.004.278,00	95.648.986,31	54.998.028,14	54.497.940,49	23.355.291,69
Inversões Financeiras	2.900.000,00	2.900.000,00	-	-	-	2.900.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.866.702.734,00</b>	<b>3.773.414.031,00</b>	<b>3.728.618.511,53</b>	<b>3.639.295.926,77</b>	<b>3.637.012.037,78</b>	<b>44.795.519,47</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

## Anexo A ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>3.866.702.734,00</b>	<b>3.773.414.031,00</b>	<b>3.728.618.511,53</b>	<b>3.639.295.926,77</b>	<b>3.637.012.037,78</b>	<b>44.795.519,47</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.866.702.734,00</b>	<b>3.773.414.031,00</b>	<b>3.728.618.511,53</b>	<b>3.639.295.926,77</b>	<b>3.637.012.037,78</b>	<b>44.795.519,47</b>

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.900.988,92</b>	<b>43.768.420,88</b>	<b>32.629.657,07</b>	<b>32.620.967,42</b>	<b>6.956.761,02</b>	<b>20.091.681,36</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.271.739,54	4.395.977,68	4.100.367,31	4.100.367,31	503.723,00	1.063.626,91
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14.629.249,38	39.372.443,20	28.529.289,76	28.520.600,11	6.453.038,02	19.028.054,45
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>78.926.944,32</b>	<b>67.571.775,65</b>	<b>75.424.680,46</b>	<b>75.424.680,46</b>	<b>3.396.105,12</b>	<b>67.677.934,39</b>
Investimentos	70.616.944,32	67.571.775,65	75.424.680,46	75.424.680,46	3.396.105,12	59.367.934,39
Inversões Financeiras	8.310.000,00	-	-	-	-	8.310.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>94.827.933,24</b>	<b>111.340.196,53</b>	<b>108.054.337,53</b>	<b>108.045.647,88</b>	<b>10.352.866,14</b>	<b>87.769.615,75</b>

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>997.109,17</b>	<b>1.280.561,24</b>	<b>1.298.172,56</b>	<b>14.999,37</b>	<b>964.498,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	997.109,17	1.280.561,24	1.298.172,56	14.999,37	964.498,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.695,75</b>	<b>45.508,84</b>	<b>52.204,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	6.695,75	45.508,84	52.204,59	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.003.804,92</b>	<b>1.326.070,08</b>	<b>1.350.377,15</b>	<b>14.999,37</b>	<b>964.498,48</b>



**Anexo B ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>5.768.199,94</b>	<b>21.312.360,14</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>3.728.618.511,53</b>	<b>3.332.601.132,88</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>9.485.500,06</b>	<b>16.561.472,04</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>3.392.487.562,30</b>	<b>3.029.908.565,92</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>4.289.848,52</b>	<b>4.780.042,57</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>336.130.949,23</b>	<b>302.692.566,96</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)		77,77	Seguridade Social (Exceto RGPS)	320.221.500,00	300.717.981,00
Alienação de Bens e Direitos	337.012,00		Operação de Crédito	13.795.612,14	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.952.836,52	4.779.964,80	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.113.837,09	1.965.500,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.007.148,84	-29.154,47	Outros Recursos Vinculados a Fundos		9.085,89
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>10.140.625.473,47</b>	<b>9.180.111.086,81</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>6.458.385.538,83</b>	<b>5.836.535.059,83</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	10.132.616.415,03	9.179.100.247,73	Resultantes da Execução Orçamentária	6.450.780.041,95	5.821.754.783,78
Cota Recebida	6.401.438.259,74	5.847.640.155,43	Repasso Concedido	1.739.587,33	1.217.449,14
Repasso Recebido	1.167.662,37	1.115.798,19	Sub-repasso Concedido	6.427.367.300,38	5.816.592.475,03
Sub-repasso Recebido	3.710.059.019,98	3.313.701.194,88	Cota Devolvida	4.598.929,92	
Sub-repasso Devolvido	19.951.472,94	16.643.099,23	Sub-repasso Devolvido	17.074.244,32	3.944.859,61
Independentes da Execução Orçamentária	8.009.058,44	1.010.839,08	Independentes da Execução Orçamentária	7.805.496,88	14.780.276,05
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.262,11	984.130,22	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		486.590,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.006.796,33	26.708,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.805.496,88	14.293.686,05
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>100.442.016,51</b>	<b>114.095.686,50</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>122.078.057,45</b>	<b>168.810.952,07</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.283.888,99	1.277.978,99	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.350.377,15	3.850.829,26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	89.322.584,76	111.340.196,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	108.045.647,88	161.417.834,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.835.013,16	1.474.093,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.095.374,72	1.219.975,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	529,80	3.417,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.586.657,70	2.522.312,13
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	53,85	3.417,63	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	3.586.657,70	2.522.312,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	475,95				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>346.956.210,89</b>	<b>369.384.222,22</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>284.709.793,00</b>	<b>346.956.210,89</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	346.956.210,89	369.384.222,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	284.709.793,00	346.956.210,89
<b>TOTAL</b>	<b>10.593.791.900,81</b>	<b>9.684.903.355,67</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.593.791.900,81</b>	<b>9.684.903.355,67</b>

# Anexo C ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
22/01/2018

PAGINA  
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>295.845.685,71</b>	<b>360.278.904,17</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.441.189,66</b>	<b>3.064.329,43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	284.709.793,00	346.956.210,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	57.895,10	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.927.401,13	3.644.767,59	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.190.948,02	2.618.423,69
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	8.940.746,35	9.227.457,23	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	267.745,23	450.468,46	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	192.346,54	445.905,74
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.528.762.291,95</b>	<b>1.452.709.626,55</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>46.184,00</b>	<b>46.184,00</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.702.350,20	722.900,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.702.350,20	722.900,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	46.184,00	46.184,00
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>3.487.373,66</b>	<b>3.110.513,43</b>
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>1.494.374.697,88</b>	<b>1.425.493.541,26</b>	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	242.012.126,31	231.313.264,44	Demais Reservas	-	24.695.435,90
Bens Móveis	424.134.084,17	377.299.054,38	Resultados Acumulados	1.821.120.604,00	1.785.182.581,39
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-182.121.957,86	-145.985.789,94	Resultado do Exercício	57.100.398,29	68.792.826,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.785.182.581,39	1.349.589.689,69
Bens Imóveis	1.252.362.571,57	1.194.180.276,82	Ajustes de Exercícios Anteriores	-21.162.375,68	366.800.065,15
Bens Imóveis	1.285.065.112,89	1.203.325.957,98	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-32.702.541,32	-9.145.681,14	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.821.120.604,00</b>	<b>1.809.878.017,29</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>31.685.243,87</b>	<b>26.493.185,29</b>			
Softwares	31.685.243,87	26.493.185,29			
Softwares	31.708.505,95	26.495.673,14			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-23.262,08	-2.487,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			

**Anexo C ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
22/01/2018

PÁGINA  
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.824.607.977,66</b>	<b>1.812.988.530,72</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.824.607.977,66</b>	<b>1.812.988.530,72</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>284.709.793,00</b>	<b>346.956.210,89</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>180.561.862,92</b>	<b>208.979.587,62</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.539.898.184,66</b>	<b>1.466.032.319,83</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.644.046.114,74</b>	<b>1.604.008.943,10</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2017	2016		2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>5.586.354,48</b>	<b>5.150.895,72</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>852.623.324,70</b>	<b>989.959.322,17</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.586.354,48	5.150.895,72	Execução dos Atos Potenciais Passivos	852.623.324,70	989.959.322,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.586.354,48	5.150.895,72	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.179.522,56	99.916,35
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	851.443.802,14	989.859.405,82
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.586.354,48</b>	<b>5.150.895,72</b>	<b>TOTAL</b>	<b>852.623.324,70</b>	<b>989.959.322,17</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>78.257.449,92</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>25.890.480,16</b>
Seguridade Social (Exoeto RGPS)	3.151,75
Operação de Crédito	22.125.631,42
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.761.229,10
Outros Recursos Vinculados a Fundos	467,89
<b>TOTAL</b>	<b>104.147.930,08</b>

Anexo D ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>10.175.398.968,43</b>	<b>9.390.231.266,29</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>602.286,68</b>	<b>4.636.170,33</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	602.286,68	4.636.170,33
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.549,19</b>	<b>14.889,81</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.549,19	14.889,81
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>10.153.895.285,96</b>	<b>9.231.678.587,42</b>
Transferências Intragovernamentais	10.140.625.473,47	9.180.111.086,81
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.269.812,49	51.567.500,61
<b>Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>19.298.425,03</b>	<b>139.747.245,88</b>
Reavaliação de Ativos	10.131.048,98	75.408.104,52
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.150.636,97	214.107,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16.739,08	64.124.943,83
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.594.421,57</b>	<b>14.154.372,85</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

## Anexo D ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.594.421,57	14.154.372,85
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>10.118.298.570,14</b>	<b>9.321.438.439,74</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>2.699.623.737,26</b>	<b>2.426.444.968,64</b>
Remuneração a Pessoal	2.112.405.880,48	1.877.645.595,24
Encargos Patronais	378.115.777,71	340.789.158,73
Benefícios a Pessoal	204.205.749,89	202.584.861,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.896.329,18	5.445.553,63
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>338.435.186,42</b>	<b>306.604.103,04</b>
Aposentadorias e Reformas	265.537.820,84	239.111.956,80
Pensões	72.094.518,02	66.787.692,11
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	802.847,56	704.454,13
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>589.736.060,03</b>	<b>530.449.307,67</b>
Uso de Material de Consumo	12.405.455,85	13.087.465,98
Serviços	514.140.546,77	473.572.751,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	63.190.057,41	43.789.090,43
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>10.429,13</b>	<b>5.123,30</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.979,42	4.064,05
Variações Monetárias e Cambiais	204,92	8,15
Descontos Financeiros Concedidos	4.244,79	1.051,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.467.720.074,55</b>	<b>5.849.075.400,94</b>
Transferências Intragovernamentais	6.458.385.538,83	5.836.535.050,83
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.334.535,72	12.540.341,11
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>16.436.406,90</b>	<b>201.735.905,48</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	263.665,83	11.394,18
Incorporação de Passivos	228,56	70.295.677,50
Desincorporação de Ativos	16.172.512,51	131.428.833,80

## Anexo D ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>1.251.642,02</b>	<b>1.175.207,30</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	294.794,05	287.451,71
Contribuições	956.847,97	907.755,59
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>5.085.033,83</b>	<b>5.948.423,37</b>
Premiações	3.220,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.081.813,83	5.948.423,37
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>57.100.398,29</b>	<b>68.792.826,55</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Anexo E ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 22/01/2018 PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>67.391.395,65</b>	<b>101.085.447,32</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>10.154.892.150,52</b>	<b>9.202.897.540,30</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>5.431.187,94</b>	<b>21.312.360,14</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	492.670,76	1.055.419,12
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.556.745,62	3.781.054,88
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.381.771,56	16.475.886,34
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>10.149.460.962,58</b>	<b>9.181.585.180,16</b>
Ingressos Extraorçamentários	8.835.013,16	1.474.093,35
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	475,95	-
Transferências Financeiras Recebidas	10.140.825.473,47	9.180.111.086,81
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-10.087.500.754,87</b>	<b>-9.101.812.092,98</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-3.241.839.535,81</b>	<b>-2.920.218.581,81</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-2.851.290.116,39	-2.572.906.770,55
Administração	-4.048,44	-10.950,22
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-390.535.524,63	-347.304.278,67
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

Anexo E ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	53,65	3.417,83
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-374.593.647,81</b>	<b>-341.316.163,44</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-374.593.647,81	-341.316.163,44
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-6.471.067.571,25</b>	<b>-5.840.277.347,73</b>
Despêndios Extraorçamentários	-9.095.374,72	-1.219.975,77
Transferências Financeiras Concedidas	-6.458.385.538,83	-5.836.535.050,83
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-3.586.657,70	-2.522.312,13
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-129.637.813,54</b>	<b>-123.513.458,65</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>337.012,00</b>	-
Alienação de Bens	337.012,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-129.974.825,54</b>	<b>-123.513.458,65</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-124.929.987,32	-113.509.099,68
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.044.838,22	-10.004.358,97
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



**Anexo E ao item ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 22/01/2018	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
-----------	----------------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-62.246.417,89</b>	<b>-22.428.011,33</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	346.956.210,89	369.384.222,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	284.709.793,00	346.956.210,89

**Anexo A ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

<b>UNIDADE MPF</b>	<b>Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário</b>		
	<b>NÚMERO DE PROCESSOS AUTUADOS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO</b>	<b>PROCESSOS PAGOS</b>	<b>PROCESSOS NÃO PAGOS</b>
PGR	21	8	13
PRR-1ªR	0	0	0
PRR-2ªR	0	0	0
PRR-3ªR	0	0	0
PRR-4ªR	1	0	1
PRR-5ªR	5	5	0
PR/AC	2	1	1
PR/AL	0	0	0
PR/AM	7	5	2
PR/AP	1	1	0
PR/BA	0	0	0
PR/CE	3	0	3
PR/DF	15	2	0
PR/ES	4	0	4
PR/GO	3	0	2
PR/MA	4	1	3
PR/MG	7	5	2
PR/MS	10	7	3
PR/MT	0	0	0
PR/PA	6	3	3
PR/PB	9	1	8
PR/PE	0	0	0
PR/PI	5	5	0
PR/PR	5	2	3
PR/RJ	17	9	8
PR/RN	5	2	3
PR/RO	6	1	5
PR/RR	7	2	5
PR/RS	1	1	0
PR/SC	0	0	0
PR/SE	10	2	8
PR/SP	14	6	8
PR/TO	22	17	5

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República – PGR				
UG/Gestão: 200100			CNPJ: 26.989.715/0050-90	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
PE 135/2014	Aquisição de materiais de engenharia - sensores e atuadores	19.605.002/0001-32	R\$ 1.904,98	NP
TC 28/2014	Prestação de serviços de agenciamento de hospedagem, organização de eventos e serviços correlatos, a serem realizados pelo Ministério Público Federal na região Centro Oeste	07.389.443/0001-65	R\$ 82.498,90	NP
ARP 53-A/2014	Fornecimento de servidores de rede	04.392.420/0001-11	R\$ 53.700,00	P
NE nº 2015NE001357	Aquisição de portas	19.915.068/0001-29	R\$ 6.624,00	NP
TC 80/2011	Aquisição de equipamento de informática	07.275.920/0001-61	R\$ 390,50	NP
TC 88/2011	Aquisição de equipamento de informática	07.275.920/0001-61	R\$ 678,63	NP
TC 47/2013	Prestação de serviços de operação de áudio no estúdio de rádio da Procuradoria Geral da República	07.360.788/0001-96	R\$ 15.318,06	NP
TC 47/2010	Prestação de serviços de telecomunicações	40.432.544/0001-47	R\$ 5.788,64	NP
PE 40/2014	Fornecimento de impressos administrativos	08.993.492/0001-75	R\$ 581,49	P
ARP nº 6/2016	Aquisição de pen drive e HD's externos	11.524.093/0001-70	R\$ 1.082,20	P
Pregão 108/2014	Aquisição de equipamento de vídeo	19.437530/0001-20	R\$ 997,10	NP
ARP 44/2014	Aquisição de materiais elétricos e/ou de construção civil	02.055.765/0001-54	R\$ 447,00	P
TC 65/2014	Restaurante e lanchonete	14.310.147/0001-92	R\$ 12.57304 e R\$ 524,87	P
TC 58/2013	Fornecimento e a instalação de microcomputadores com monitor de LED	54.526.082/0100-13	R\$ 22,50	P
NE nº 2015NE001155	Aquisição de fragmentadoras.	19.852.499/0001-93	R\$ 2.382,40	P
ARP 06D/2015 2015NE002038	Aquisição de materiais de manutenção civil, elétrica, sonorização e automação	72.346.182/0001-68	R\$ 9.305,35	NP
ARP 06-D/2015 2015NE02857 E 2015NE	Aquisição de materiais de manutenção civil, elétrica, sonorização e automação	72.346.182/0001-68	R\$ 296,80	NP
NE 2014NE002725	Blindagem de veículos	12.641.369/0001-62	R\$ 98.238,00	NP
ARP n 11/2015	Fita de gravação de dados	14.543.088/0001-00	R\$ 1.670,00	NP
TR 80/2016	Aquisição de medicamentos	94.516.671/0001-53	R\$ 90,65	NP
TC 21/2014	Prestação de serviço telefônico	76.535.764/0001-43	R\$ 742,45	P

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
<b>Procuradoria Regional da República da 4ª Região</b>				
<b>200102</b>			<b>94953767/0001-89</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico 01/2017	Aquisição de suprimentos de informática	E.S. Comércio de Informática ME 23.824.664/0001-70	R\$ 1.770,00	NP
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
<b>Unidade do MPF: PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 5ª REGIÃO</b>				
<b>UG/Gestão: 200207</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0059-29</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
04/2011	Vigilância armada	09.081.459/0001-31	R\$ 5.787,34	P
04/2011	Vigilância armada	09.081.459/0001-31	R\$ 1.929,12	P
11/2012	Fornecimento de Nobreak	02.715.924/0001-08	R\$ 2.400,00	P
11/2015	Vigilância armada	18.143.512/0001-72	R\$ 363,86	P
11/2015	Vigilância armada	18.143.512/0001-72	R\$ 716,73	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Acre – PR/AC				
<b>UG/Gestão: 200069/0001</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0006-17</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico SRP nº 03/2015	Fornecimento de bens de uso duradouro	TERMOVAPOR INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME (12.571.145/0001-21)	R\$ 2.020,67	P
Contrato 11/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e copeiragem para a PRM de Cruzeiro do Sul	CEZ VASCONCELOS & CIA LTDA. (16.747.373/0001-60)	R1.287,26	NP

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

<b>Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS</b>				
<b>UG/Gestão: 200049/0001</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0008-89</b>	
<b>Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas</b>				
<b>Número do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Valor</b>	<b>Sit.</b>
Contrato nº 10/2017	Prestação do Serviço de Apoio administrativo (CBO 4110-10), mediante o regime de execução indireta, visando atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	ALIANÇA SERVIÇOS DE LIMPEZA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA – EPP 08.676.917/0001-12	288,80	P
ARP n. 18/2014	Fornecimento de móveis visando atender às necessidades da Procuradoria da República no estado do Amazonas.	CASA CLEAN MÓVEIS PLANEJADOS LTDA -ME (CNPJ n. 09.623.840/0001-85).	2.003,01	NP
ARP n. 7/2016	Fornecimento de gêneros alimentícios visando atender às necessidades da Procuradoria da República no estado do Amazonas.	L.A. DEODATO – ME (CNPJ n. 13.319.361/0001-47).	1.046,18	NP
Contrato n. 8/2013	Prestação do serviço de messageiria, mediante o regime de execução indireta, visando atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	SVX – SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES (CNPJ n. 013.183.508/0001-14).	507,04	P
Contrato n. 7/2013	Prestação do serviço de operação de reprografia, mediante o regime de execução indireta, visando atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	SVX – SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES (CNPJ n. 013.183.508/0001-14).	313,17	P
Contrato nº 10/2017	Prestação do Serviço de Apoio administrativo (CBO 4110-10), mediante o regime de execução indireta, visando atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	ALIANÇA SERVIÇOS DE LIMPEZA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA – EPP 08.676.917/0001-12	282,60	P
Contrato nº 10/2017	Prestação do Serviço de Apoio administrativo (CBO 4110-10), mediante o regime de execução indireta, visando atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.	ALIANÇA SERVIÇOS DE LIMPEZA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA – EPP 08.676.917/0001-12	518,15	P
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Amapá</b>				
<b>UG/Gestão: 380005</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0009-60</b>	
<b>Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas</b>				
<b>Número do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Valor</b>	<b>Sit.</b>
09/2015	Vigilância Armada	Vigex Vigilância e Segurança Privada – LTDA	R\$ 12.962,29	P

## Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará				
UG/Gestão: 200082/0001			CNPJ: 26.989.715/0011-84	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
27/2010	Rede Lógica da PR/CE	Santa Tereza Engenharia Ltda – ME (08.093.612/0001-88)	R\$ 13.038,14	NP
12/2012	Reforma PRM/Crateús	América Construções e Serviços de Assessoria Ltda. (08.849.527/0001-05)	R\$ 23.066,08	NP
11/2016	Cessão de espaço para restaurante e lanchonete PR/CE	Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - ME (10.940.979/0001-31)	R\$ 8.233,23	NP
<b>Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário</b>				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal				
UG/Gestão: 200023/00001			CNPJ: 26.989.715/0012-65	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Contrato nº 28/2015	Serviço de impermeabilização das paredes do subsolo com refazimento das instalações e da urbanização da envoltória do edifício-sede da PR/DF e ESMPU	07.122.755/0001-08	R\$ 6.781,74 (Seis mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos)	P
Pregão Eletrônico Nº 04/2016	Materiais de copa e cozinha	22.906.038/0001-60	-	Não foi aplicada sanção
Pregão Eletrônico Nº 04/2016	Materiais de copa e cozinha	08.608.621/0001-64	-	Não foi aplicada sanção
Pregão Eletrônico Nº 04/2016	Materiais de copa e cozinha	11.186.469/0001-83	-	Não foi aplicada sanção
Pregão Eletrônico Nº 04/2016	Materiais de copa e cozinha	38.019.360/0001-08	R\$ 75,45 (Setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)	Arquivado – valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00
Contrato nº 25/2016	Execução de retrofit dos CPDs e salas técnicas do edifício-sede da PRDF/ESMPU.	07.280.176/0001-93	R\$ 9.906,28 (Nove mil, novecentos e seis reais e vinte e oito centavos)	Em fase de recurso
Pregão Eletrônico Nº 08/2016	Fornecimento de café torrado e moído, tipo superior, açúcar cristal e adoçante dietético líquido	07.611.027/0001-60	-	Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 4-A
Pregão Eletrônico nº 03/2016	Prestação de serviços de vigilância armada, com mão de obra residente	10.423.421/0001-89	R\$ 10.295,29 (Dez mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos)	PGR indeferiu o pedido de reconsideração. Inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico Nº 06/2017	Aquisição compartilhada de microcomputadores com monitor, teclado e mouse	81.243.735/0001-48	-	Não aplicação de penalidade
Pregão Eletrônico Nº 04/2017	Materiais de copa e cozinha	22.906.038/0001-60	-	Não aplicação de penalidade
Pregão Eletrônico Nº 03/2017	Gêneros alimentícios	14.000.330/0001-91	-	Em fase de decisão
Pregão Eletrônico Nº 03/2017	Gêneros alimentícios	03.143.664/0001-06	-	Não aplicação de penalidade
Contrato nº 13/2015	Serviço de retrofit dos quadros elétricos de distribuição dos pavimento e a instalação do sistema de detecção e alarme contra incêndio	01.735.141/0001-15	R\$ 3.463,43 (Três mil e quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)	Em fase de recurso
Pregão Eletrônico nº 03/2015 – CNMP	Confecção e fornecimento de carimbos, borracha e refis	72.649.361/000174	-	Não aplicação de penalidade
Pregão Eletrônico nº 02/2016	Prestação de serviços de telefonistas, recepcionistas, assistentes administrativos e almoxarife	72.588.650/0001-00	R\$ 3.791,16 (três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	P

## Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO				
UG/Gestão: 200038			CNPJ: 26.989.715/0013-46	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Nota de Empenho 2015NE001174 (1.17.000.000747/2016-81)	Apurar responsabilidade da contratada pelo MPF/ES, RZ AR CONDICIONADO, CNPJ: 15.251.140/0001-00. A empresa não cumpriu o contrato, deixando de entregar seis aparelhos de ar condicionado tipo split hi wall de 18.000 btus da marca Samsung, modelo Maxx e dois de 12.000 btyus da marca LG, modelo Smile.	"RZ AR CONDICIONADO (CNPJ: 15.251.140/0001-00)"	R\$ 1.397,20	NP
Pregão Eletrônico n. 13/2016-MPF/ES (1.17.000.001637/2016-36)	Apurar responsabilidade da licitante em pregão eletrônico do MPF/ES, A. A. BELLO FILHO - ME, CNPJ: 11.111.383/0001-91. A empresa apresentou o 3º menor preço para o Grupo do Pregão Eletrônico n. 13/2016-MPF/ES mas, apesar de ter sido regularmente convocada, deixou de apresentar a documentação de habilitação e proposta no prazo fixado sem apresentar justificativa.	"A. A. BELLO FILHO - ME (CNPJ: 11.111.383/0001-91)"	959,25	NP
Ata de Registro de Preços n. 5/2015-PR/MG (1.17.000.002597/2015-69)	Apurar responsabilidade da contratada EXCELENCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: 10.878.804/0001-41, pela inexecução total do contrato, referente à Nota de Empenho n. 2015NE000802, de 14/09/2015, quanto à aquisição de materiais de copa e cozinha, conforme participação na Ata de Registro de Preço (ARP) n. 5/2015-PR/MG (Pregão Eletrônico n. 6/2015-PR/MG, 1.22.000.000912/2015-53), processado no PGEA n. 1.17.000.002172/2015-50 na PR/ES	"EXCELENCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI-ME (CNPJ: 10.878.804/0001-41)"	R\$ 223,77	NP
Pregão Eletrônico n. 46/2016-MPF/ES (1.17.000.000827/2016-36)	Apurar responsabilidade da contratada pelo MPF/ES, RZ AR CONDICIONADO, CNPJ: 15.251.140/0001-00. A empresa não cumpriu o contrato, deixando de entregar seis aparelhos de ar condicionado tipo split hi wall de 18.000 btus da marca Samsung, modelo Maxx e dois de 12.000 btyus da marca LG, modelo Smile.	"ASKIDUBIWAY SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME (CNPJ: 03.400.081/0001-05)"	R\$ 252,00	NP
<b>Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário</b>				
<b>Unidade Contratante</b>				
Unidade do MPF: Procuradoria da República em Goiás				
UG/Gestão: 200066/00001		CNPJ: 26.989.715/0014-27		
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
19/2013	Apurar responsabilidade pelo descumprimento contratual	16.962.460/0001-30	R\$ 3.587,69	NP
1.18.000.002072/2016-77	Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados no Memorando MPF/PR/GO/SESOT n. 10212016	Posto Sudoeste	R\$ 1.047,82	A comissão de sindicância decidiu pela culpa concorrente. O Posto Sudoeste já realizou o recolhimento de R\$ 523,91; enquanto o servidor aguarda por análise de recurso a ser decidido pela Procuradora-Geral da República
Pregão 4/2015	Aplicação de penalidade pela inadimplência na entrega de item licitado.	19.416.252/0001-24	R\$ 21,60	NP

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PRMA – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO				
UG/Gestão: 200078			CNPJ: 26.989.715/0015-08	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
08/2014	Construção do edifício sede da Procuradoria da República no Município de Caxias	L T M CONSTRUÇÕES LTDA.	R\$ 137.889,77	P
2015NE000419	Aquisição de câmera filmadora digital com projetor integrado	SUPORTE MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES LTDA	R\$ 619,00	NP
2015NE000748	Aquisição de no break de 1 KVA	DM X5 TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA EPP	R\$ 113,00	NP
07/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação, office-boy e artífice	IGOR A. AGUIAR COMÉRCIO E SERVIÇOS – SOFTPLUS	R\$ 425,10	NP
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPUBLICA EM MINAS GERAIS				
UG/Gestão: 200035/0001			CNPJ: 26.989.715/0016-99	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
27/2016	Reforma da sede da PRM-Patos de Minas	Costa & Costa Construção e Manutenção EIRELI – ME – CNPJ 10.696.357/0001-00	R\$ 1.601,33	P
27/2016	Reforma da sede da PRM-Patos de Minas	Costa & Costa Construção e Manutenção EIRELI – ME – CNPJ 10.696.357/0001-00	R\$ 3.170,64	P
28/2016	Reforma da antiga sede da PRM-Uberlândia	Amaral Construtora e Incorporadora EIRELI – CNPJ 19.101.525/0001-41	R\$ 5.156,25	NP
28/2016	Reforma da antiga sede da PRM-Uberlândia	Amaral Construtora e Incorporadora EIRELI – CNPJ 19.101.525/0001-41	R\$ 9.368,75	NP
21/2017	Prestação de serviços continuados de recepcionista, copeira e garçom	Claudio Antonio Moraes EIRELI – ME – CNPJ 06.094.697/0001-93	R\$ 3.119,94	P
21/2017	Prestação de serviços continuados de recepcionista, copeira e garçom	Claudio Antonio Moraes EIRELI – ME – CNPJ 06.094.697/0001-93	R\$ 4.367,91	P
21/2017	Prestação de serviços continuados de recepcionista, copeira e garçom	Claudio Antonio Moraes EIRELI – ME – CNPJ 06.094.697/0001-93	R\$ 4.367,91	P



**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante					
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PR/MS					
UG/Gestão: 200040/00001			CNPJ: 26.989.715/0017-70		
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas					
Número do Contrato	Objeto		Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão 12/2015 Eletrônico Nº	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000520/2016-11).		Sanscorp Comércio e Serviços LTDA ME (21.832.714/0001-36)	1.302,00	NP
Pregão 12/2015 Eletrônico Nº	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000521/2016-57).		Anderson de Paulo Chaves Eireli ME (22.259.127/0001-62)	1.820,00	P
Pregão 12/2015 Eletrônico Nº	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000522/2016-00).		Inlabel Soluções em Rótulos Adesivos Eireli EPP (20.772.716/0001-14)	417,61	P
Pregão 12/2015 Eletrônico Nº	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000523/2016-46).		MNX Comercial de Papeis LTDA EPP (13.410.297/0001-05)	279,61	P
Pregão 12/2015 Eletrônico Nº	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000524/2016-91).		AAG Bichara Eireli EPP (22.327.036/0001-17)	350,00	P

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PR/MS				
UG/Gestão: 200040/00001			CNPJ: 26.989.715/0017-70	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico N° 12/2015	Aquisição de printservers externos compatíveis com impressora Zebra TLP-2844 e materiais de consumo para processamento de dados para a Procuradoria da República em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n° 12/2015 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000524/2016-91).	AAG Bichara Eireli EPP (22.327.036/0001-17)	350,00	P
Contrato N° 03/2016	Aquisição de carimbos e serviços de chaveiro para PR/MS e PRMs para o exercício de 2016 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.001722/2016-71).	Vivieni Silva de Souza (22.463.999/0001-48)	554,93	NP
Contrato N° 04/2016	Contratação de empresa para prestação do seguinte serviço de natureza contínua: manutenção preventiva e corretiva nos elevadores marca OTIS, modelo A-GNC-0810-8A-MD, instalados nas Procuradorias da República nos Municípios de Dourados e Naviraí/MS, conforme especificações constantes dos Anexos I do Edital do Pregão Eletrônico N° 02/2016 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000327/2017-52).	TAB Comércio e Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes LTDA (15.299.291/0001-38)	4.705,20	NP
Pregão Eletrônico SRP N° 05/2016	Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para a PRMS em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP n° 05/2016 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000377/2017-30).	Talitha A. da S. Giroto (18.880.763/0001-30)	1.044,13	P
Contrato N° 10/2016	Contratação de empresa para prestação do seguinte serviço de natureza contínua: auxiliar administrativo, garçom e telefonista na PRMS em Campo Grande, e recepção nas PRM's de Dourados, Corumbá e Ponta Porã, conforme especificações constantes dos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n° 06/2016 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000721/2017-91).	Brilhar Serviços Terceirizados LTDA EPP (10.648.254/0001-74)	23.815,24	P
Pregão Eletrônico SRP N° 01/2017	Registro de preços para aquisição de impressos para a PR/MS em Campo Grande, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP n° 01/2017 (PGEA PENALIDADE 1.21.000.001058/2017-41).	RPR Criações Gráficas LTDA ME (08.726.196/0001-08)	313,87	P

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA				
UG/Gestão: 200075/00001			CNPJ: 26.989.715/0019-31	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
ARP-PA-12/2016	Ata de Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de material de expediente.	J. R. MARQUES DE ZEVEDO REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO - ME (CNPJ: 84.153.410/0001-62),	177,80	NP
05/2016	Prestação de serviços de natureza continuada de operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva, de Equipamentos e Sistemas Elétricos, Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Grupo Gerador, Iluminação de Emergência, Hidrossanitário, Combate a Incêndio, Telefonia, Sistema de Circulação Vertical, Impermeabilização e Coberturas, além da conservação em geral (serviços de marcenaria, pedreiro, pintor, esquadrias e divisórias) dos Edifícios Sede da Procuradoria da República no Estado do Pará, Prédio da Domingos Marreiros e Edifício Evolution.	EMPRESA R J GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS	360,00	NP
05/2016	Prestação de serviços de natureza continuada de operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva, de Equipamentos e Sistemas Elétricos, Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), Grupo Gerador, Iluminação de Emergência, Hidrossanitário, Combate a Incêndio, Telefonia, Sistema de Circulação Vertical, Impermeabilização e Coberturas, além da conservação em geral (serviços de marcenaria, pedreiro, pintor, esquadrias e divisórias) dos Edifícios Sede da Procuradoria da República no Estado do Pará, Prédio da Domingos Marreiros e Edifício Evolution.	EMPRESA R J GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS	1.200,00	NP
11/2016	Serviços de limpeza	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 00.660.928/0001-00	162,54	P
11/2016	Serviços de limpeza	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 00.660.928/0001-00	1.032,61	P
11/2016	Serviços de limpeza	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 00.660.928/0001-00	174,01	P

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República na Paraíba</b>				
<b>UG/Gestão: 200087</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0020-75</b>	
<b>Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas</b>				
<b>Número do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Valor</b>	<b>Sit.</b>
30/2015	Prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de auxiliar administrativo para a Procuradoria na República na cidade de João Pessoa/PB.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 4.337,25	(NP)
28/2015	Prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de recepcionista, auxiliar administrativo e auxiliar de carga e descarga para a Procuradoria da República em João Pessoa/PB, e de recepcionista e auxiliar de carga e descarga para a Procuradoria da República em Campina Grande/PB e de recepcionista para a Procuradoria da República em Patos/PB.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 8.024,68	(NP)
32/2014	Prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de recepcionista e de auxiliar administrativo, para a Procuradoria da República na cidade de Monteiro/PB, e de limpeza e conservação, para as Procuradorias da República nas cidades de Sousa/PB e Patos/PB.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 6.965,43	(NP)
27/2015	Prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de técnico em manutenção para o Ministério Público Federal na Paraíba.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 3.825,90	(NP)
16/2013	Prestação de serviços de carrego e descarrego na Procuradoria da República na cidade de Patos/PB, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 1.246,47	(NP)
13/2013	Prestação de serviços de recepcionista, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na cidade de Sousa/PB.	AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO – ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS); CNPJ/MF nº. 14.601.896/0001-79	R\$ 809,05	(NP)
02/2011	Execução da obra de edificação do novo edifício-sede da Procuradoria da República na Paraíba em João Pessoa/PB.	COMTÉRMICA – Comercial Térmica LTDA; CNPJ/MF nº. 08.560.898/0001-64	R\$ 15.948,71	(NP)
02/2011	Execução da obra de edificação do novo edifício-sede da Procuradoria da República na Paraíba em João Pessoa/PB.	COMTÉRMICA – Comercial Térmica LTDA; CNPJ/MF nº. 08.560.898/0001-64	R\$ 49.919,78	(P)
02/2011	Execução da obra de edificação do novo edifício-sede da Procuradoria da República na Paraíba em João Pessoa/PB.	COMTÉRMICA – Comercial Térmica LTDA; CNPJ/MF nº. 08.560.898/0001-64	R\$ 87.617,50	(NP)

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Paraná				
UG/Gestão: 200053/00001			CNPJ: 26.989.715/0023-18	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
1.25.000.004623/2016-01	Serviços de copeiragem, recepcionista, auxiliar de serviços gerais e telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 4.446,32	NP
1.25.000.004621/2016-11	Serviços de limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 2.297,92	NP
1.25.000.003106/2016-14	Serviços de copeiragem, recepcionista, telefonista e auxiliar de serviços gerais.	01.048.117/0001-08	RS 102,59	NP
1.25.000.003074/2016-49	Serviço de manutenção predial	08.431.911/0001-85	RS 1.893,44	P
1.25.000.000490/2017-76	Fornecimento de aparelhos de ar condicionado e instalação dos mesmos	86.744.539/0001-70	R\$ 3.597,20	P
<b>Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário</b>				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ				
UG/Gestão: 200080/000001			CNPJ: 26.989.715/0022-37	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
20/2015	Prestação de serviços continuados de: recepção, copeiragem, limpeza e conservação, serviços gerais, garçom e telefonia	Havai Comércio e Serviços Ltda (03.909.976/0001-70)	21.212,92	P
23/2015	Prestação de serviços continuados de: recepção, copeiragem, limpeza e conservação,	Havai Comércio e Serviços Ltda (03.909.976/0001-70)	12.643,24	P
24/2015	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidrossanitários, pluviais e de combate a incêndio e serviços por demanda, com fornecimento de mão de obra de marceneiro, pintor, gesso, pedreiro, vidraceiro e serralheiro	Santos e Araújo Construções Ltda (13.039.415/0001-10)	3.276,87	P
25/2015	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, monitoramento e operação dos sistemas elétricos, de automação e de detecção e alarme de incêndio	Santos e Araújo Construções Ltda (13.039.415/0001-10)	4.130,97	P
16/2016	Prestação de serviços continuados de recepção, copeiragem, limpeza e conservação, serviços gerais, telefonia e garçom.	Absoluta Ltda (10.820.620/0001-20)	2.488,38	P

### Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
UG/Gestão: 200043			CNPJ: 26.989.715/0024-07	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
19/2016	Contratação de empresa de engenharia especializada na execução de serviços de restauração e fixação do revestimento em granito que compõe as fachadas externas do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro	INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS, PINTURAS E INSTALAÇÕES EM OBRAS – EIRELLI	R\$ 10.723,95	NP
23/2016	Contratação de empresa de engenharia especializada nos serviços de instalação de coberturas metálicas para as varandas do 11º e 12º pavimentos do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro - PR/RJ.	LA GRECA FERREIRA CONSTRUTORA LTDA-ME	R\$ 31.806,04	NP
05/2017	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	MORADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI EPP	R\$ 2.679,85	NP
05/2016	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 702,60	NP
19/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepcionista nas dependências da PR/RJ e das PRM's a ela vinculadas.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 216,20	P
16/2016	Prestação de serviços de digitalização de acervo processual físico em trâmite originado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, inclusive peças iniciais e intercorrentes, com a mão de obra residente exclusiva e todos os materiais necessários para suporte e completa execução dos serviços especificados no Termo de Referência.	LIVING RECURSOS HUMANOS LTDA	R\$ 278,47	P
TP 03/2016	Contratação de empresa para a elaboração de Projeto Executivo de construção do Edifício-Sede da PR/RJ	TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP	R\$ 8.749,67	NP
16/2016	Prestação de serviços de digitalização de acervo processual físico em trâmite originado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, inclusive peças iniciais e intercorrentes, com a mão de obra residente exclusiva e todos os materiais necessários para suporte e completa execução dos serviços especificados no Termo de Referência.	LIVING RECURSOS HUMANOS LTDA	R\$ 278,47	NP

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

<b>Número do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Valor</b>	<b>Sit.</b>
16/2016	Prestação de serviços de digitalização de acervo processual físico em trâmite originado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, inclusive peças iniciais e intercorrentes, com a mão de obra residente exclusiva e todos os materiais necessários para suporte e completa execução dos serviços especificados no Termo de Referência.	LIVING RECURSOS HUMANOS LTDA	R\$ 278,47	NP
05/2016	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 307,12	P
23/2017	Elaboração de projeto executivo de arquitetura e complementares de engenharia para reforma e adequação de acessibilidade a pessoas com deficiência, do edifício-sede da PR/RJ	INTER PROJETOS SERVIÇOS LTDA	R\$ 2.428,24	NP
12/2017	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recepcionista, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 2.198,80	P
05/2016	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 1.432,39	P
05/2016	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 1.432,39	P
12/2017	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recepcionista, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 2.198,80	P
05/2016	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos, para a PR/RJ e suas unidades municipais.	GRAUPP CONSERVADORA LTDA	R\$ 2.864,78	P
16/2016	Prestação de serviços de digitalização de acervo processual físico em trâmite ou originado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, inclusive peças iniciais e intercorrentes, com a mão de obra residente exclusiva e todos os materiais necessários para suporte e completa execução dos serviços especificados no termo de referência.	LIVING RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP	R\$ 92,82	NP
07/2016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para 06 (seis) elevadores da Sede da PR/RJ.	ELEVADORES IVIMAIA LTDA – EPP	R\$ 3.024,00	P

## Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte				CNPJ: 2698715/0025-80
UG/Gestão: 200085				
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
2017NE000115	ARP nº 04/17 – Materiais elétricos, materiais para manutenção de bens imóveis entre outros	24.261.031/0001-64	R\$ 227,49	NP
2016NE000624	Descumprimento da entrega dos bens constantes da Ordem de Fornecimento PRRN/SELOG nº 85/2016, relativo ao item 29, do Pregão Eletrônico nº 12/2016 (04 televisores de 42 polegadas)	25.185.010/0001-70	R\$ 608,00	NP
2017NE000114	Descumprimento parcial da ARP 03/2017 (não fornecimento de 200 lâmpadas LED 18W)	18.334.420/0001-70	R\$ 554,91	NP
CONTRATO PRRN nº 18/2015.	Prestação de serviços de telefonistas na sede da PRRN	09.131.378/0001-07	R\$ 222,69	P
2017NE000252	Não fornecimento e aplicação das vacinas nas PRMs Assu, Mossoró e Pau dos Ferros) - Ata de Registro de Preços PGR Nº 04/2017	26.019.651/0001-17	R\$ 329,59	P
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Rondônia				CNPJ: 26.989.715/0026-60
UG/Gestão: 200046/00001				
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
02/2015	Serviço de vigilância armada	Estação VIP Segurança Privada Ltda. (09.228.233/0002-00)	R\$ 800,00	P
07/2015	Serviços continuados de recepção, telefonista, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação, contínuo e artífice	Eletroporto Serviços LTDA. (04.844.192/0001-73)	R\$ 210.609,65	NP
06/2013	Locação de imóvel localizado na Rua José Camacho, nº 3307, Embratel, na cidade de Porto Velho, com a finalidade de abrigar a sede da Procuradoria da República em Rondônia (PR-RO)	Hotel Hipérion LTDA	Em fase de apuração	NP
11/2015	Serviços de telefonia Móvel	Claro S/A	Em fase de apuração	NP
01/2017	Fornecimento de água mineral à PR-RO	JRF Distribuidora EIRELI	Em fase de apuração	NP
06/2014	Locação do imóvel, situado a Avenida Major Amarante, 4040, Centro, Vilhena/RO, localizado no 3º andar, contendo área construída de, aproximadamente, 585,21 m2 (quinhentos e oitenta e cinco inteiros e vinte e um centésimos metros quadrados), com elevador, destinado a receber a Procuradoria da República no Município de Vilhena-RO	Móveis TV Color LTDA	Em fase de apuração	NP



## Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Roraima</b>				
<b>UG/Gestão: 380006 / 00001</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0027-41</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
2015NE000436	Aquisição de Poltronas Tipo Diretor	72.426.141/0001-81	464,88	NP
2014NE000441	Aquisição de Centrais de Ar Tipo Inverter	05.665.702/0001-08	555,89	P
2015NE000454	Materiais de Copa e Cozinha	21.230.954/0001-60	100,00	NP
2014NE000041	Material de Consumo	04.926.357/0001-56	249,12	NP
2015NE000492	Webcam, Headphone, gravador de voz	05.665.702/0001-08	<b>344,00</b>	P
05/2014	Serviço de Limpeza	11.634.366/0001-39	1710,74	NP
19/2013	Serviço de Limpeza	10.176.265/0001-07	5.244,00	NP
Unidade Contratante				
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul</b>				
<b>UG/Gestão: 200061</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0022-28</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
14/2015	Vigilância armada	Lince Segurança Patrimonial Ltda.	R\$ 1.036,93	P
Unidade Contratante				
<b>Unidade do MPF: Procuradoria da República em Sergipe</b>				
<b>UG/Gestão: 200022/0001</b>			<b>CNPJ: 26.989.715/0030-47</b>	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão 10/2017	Prestação de serviço de mudança de acervo de livros	ACR EMPREENDIMENTOS LTDA — EPP	Em fase de apuração	NP
Pregão nº 04/2017	Prestação de serviço de mudança	AVANTEC TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA-EPP	R\$ 864,00	P
Pregão nº 10/2017	Prestação de serviço de mudança de acervo de livros	BL NESHER TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA-ME	Em fase de apuração	NP
Contrato nº 03/2015	Telecomunicações de voz e dados	CLARO S. A.	Em fase de apuração	NP
Contrato nº 03/2016	Manutenção de terreno da PRM -Estância	MBK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA — ME	Em fase de apuração	NP
Contrato nº 15/2016	Aquisição de mobiliário	MILENARE COMÉRCIO DE MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA - ME	R\$ 345,60	NP
2016NE000533	Aquisição de material de consumo	PERFIL — GRÁFICA E EDITORA LTDA — ME	R\$ 361,65	NP
Contrato nº 04/2013	Terceirizados	PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.011,06	P
Contrato nº 04/2013	Terceirizados	PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Em fase de apuração	NP
Contratos nº 02/2014 e 09/2016	Telefonia Fixa e Longa Distância	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Em fase de apuração	NP

## Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo				
UG/Gestão: 200049/0001			CNPJ: 26.989.715/0031-28	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Contrato nº 62/2015	Serviço de vigilância armada, desarmada e de segurança patrimonial para PR/SP e as PRMs Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Itapeva, Jales, Jaú, Jundiá, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernado do Campo, São Carlos, São João Boa Vista, São José do R Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté.	SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. (00.332.087/0001-02)	R\$ 99.219,58	P
Contrato nº 05/2015	Elaboração de projetos executivos destinados à construção de imóvel para abrgar a sede da PRM Ourinhos.	LUMA ENGENHARIA LTDA – ME (13.234932/0001-40)	R\$ 678,90	P
Ata de Registro de Preços nº 30/2015	Aquisição de material de expediente para PR-SP e PRMs	BLUE PARTS LICITAÇÃO LTDA (16.403.724/0001-16)	R\$ 295,50	NP
Contrato nº 67/2015	Aquisição com garantia de componentes para Switch Enterasy's G3G124-24 para a PR/SP	LICITPAR LTDA ME (08.993.492/0001-75)	R\$ 3.200,00	NP
Ata de Registro de Preços nº 23/2015	Fornecimento de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção de bens imóveis/instalações para a PR/SP	SPR – COMERCIAL DE MATERIAIS EM GERAL LTDA (72.346.182/0001-68)	R\$ 2.852,84	NP
Contrato nº 64/2015	Fornecimento e instalação de persiana na PRM/Presidente Prudente.	PERSI ANIL, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME (11.440.115/0001-13)	R\$ 736,70	P
Ata de Registro de Preços nº 07/2015	Registro de preços de eletrodomésticos (Refrigerador duplex acima de 450 litros para PR-SP)	J C O ELETRO EIRELI – ME (21.151.514/0001-18)	R\$ 168,40	NP
Contrato nº 35/2016	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção corretiva em portas corta fogo, com fornecimento de peças e materiais.	ÍTALO RAFAEL DE OLIVEIRA ROCHA – ME (21.062.851/0001-39)	R\$ 1.051,43	NP
Contrato nº 55/2015	Manutenção preditiva, preventiva e corretiva nos sistema de transporte vertical (6 elevadores e 1 plataforma elevatória) da Procuradoria da República no Estado de São Paulo – PRSP	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A. (90.347.840/0003-80)	R\$ 2.173,47	P
Contrato nº 51/2015	Aquisição de eletrodomésticos (micro-ondas) destinados para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo e para as PRMs	DMX5 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (12.141.829/0002-74)	R\$ 1.240,00	NP
Ata de Registro de Preços nº 32/2015	Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto para a PR/SP e PRMs	ICS IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA (64.75.011/0001-71)	R\$ 9,82	NP
Contrato nº 40/2016	Prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização para as PRMs de Bragança Paulista, Caraguatatuba, Jales, Jundiá, Piracicaba, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté.	ÁGILE TERCEIRIZAÇÃO LTDA. (03.767.254/0001-28)	R\$ 650,00	P
Contrato nº 62/2011	Prestação de serviços de limpeza e copeiragem na PR/SP	VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA.(02.907.432/0001-06)	R\$ 69.213,61	P
Ata de Registro de Preços nº 10/2017 (PGR)	Fornecimento de vacinas contra gripe	CAIO COELHO MOMM -EPP(26.019.651/0001-17)	R\$ 207,76	NP

### Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Tocantins – PR/TO				
UG/Gestão: 200201/0001			CNPJ: 26.989.715/0056-86	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
08/2014	Prestação de Serviço de manutenção de sistema de CFTV	INVIOLÁVEL ARAGUAÍNA COMÉRCIO E MONITORAMENTO DE ALARMES ELETRÔNICOS LTDA CNPJ n.º 10.258.198/0001-61	R\$ 384,00	P
03/2015	Construção do Edifício Sede da PRM-Araguaína	LL CONSTRUTORA LTDA EPP CNPJ nº 05.090.305/0001-55	R\$ 19.054,62	NP
06/2014	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação, Copeiragem, Garçonaria e Recepção.	SEITON LOCACAO E SERVICOS EIRELI - ME CNPJ nº 10.295.964/0001-68	R\$ 12.826,68	NP
01/2016	Manutenção predial preventiva e corretiva	MARTIN CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA CIVIL LTDA – ME CNPJ nº 12.320.992/0001-13	R\$ 1.475,77	P
11/2013	Carregadores	Máxima Empreendimentos e Serviços LTDA	R\$ 1.233,80	NP
Pregão Eletrônico 09/2016	Aquisição de material de expediente e copa	MARIA ELY MACEDO DE MIRANDA CNPJ nº 22.020.282/0001-21	R\$ 179,90	P
Pregão Eletrônico 03/2016	Prestação de serviços de mudança consistente em desmontagem, embalagem de bem móveis, carregamento ao veículo transportador e transporte rodoviário de cargas de interesse da Procuradoria da República no Município de Araguaína	ARAGUAIA MUDANÇAS & TRANSPORTES LTDA. CNPJ nº 19.174.191/0001-36	R\$ 2.911,33	P
Pregão Eletrônico 09/2016	Aquisição de material de expediente	HOSPLAB PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS CNPJ nº 15.346.274/0001-04	R\$ 47,91	P
Pregão Eletrônico 04/2017	Dedetização	LEITE & LIMA LTDA – ME CNPJ nº 19.827.650/0001-33	R\$ 689,65	P
Pregão Eletrônico 04/2017	Dedetização	MACHADO E MOREIRA LTDA – ME CNPJ nº 37.246.220/0001-00	R\$ 1.080,89	P
Pregão Eletrônico 03/2016	Prestação de serviços de mudança consistente em desmontagem, embalagem de bem móveis, carregamento ao veículo transportador e transporte rodoviário de cargas de interesse da Procuradoria da República no Município de Araguaína	S M S DE MIRANDA – EPP CNPJ nº 14.105.077/0001-30	R\$ 1.400,00	NP
Pregão Eletrônico 04/2017	Dedetização	SANTANA & ABREU LTDA – ME CNPJ nº 07.860.905/0001-80	R\$ 1.553,76	P
Pregão Eletrônico 03/2016	Prestação de serviços de mudança consistente em desmontagem, embalagem de bem móveis, carregamento ao veículo transportador e transporte rodoviário de cargas de interesse da Procuradoria da República no Município de Araguaína	TRANSPORTADORA NEY DAS MUDANCAS CNPJ nº 08.290.111/0001-91	R\$ 1.455,65	P

**Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Tocantins – PR/TO				
UG/Gestão: 200201/0001			CNPJ: 26.989.715/0056-86	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico 07/2016	Aquisição de bens eletrônicos e eletrodomésticos em geral	AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPERIN – ME CNPJ: 09.263.279/0001-70	R\$ 1.200,90	P
Pregão Eletrônico 07/2016	Aquisição de bens eletrônicos e eletrodomésticos em geral	NADJA MARINA PIRES – EPP CNPJ: 12.130.958/0001-86	R\$ 24,28	P
Pregão Eletrônico 07/2016	Aquisição de bens eletrônicos e eletrodomésticos em geral	TAHITI COMUNICACAO VISUAL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA – EPP CNPJ: 65.865.065/0001-45	R\$ 52,41	P
Pregão Eletrônico 07/2016	Aquisição de bens eletrônicos e eletrodomésticos em geral	MICRO DO BRASIL LTDA. - ME CNPJ: 06.298.746/0001-00	R\$ 368,11	P
Pregão Eletrônico 07/2016	Aquisição de bens eletrônicos e eletrodomésticos em geral	S&K INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 03.655.629/0001-68	R\$ 24,28	P
Pregão Eletrônico 09/2016	Aquisição de material de expediente e copa	JOÃO PEREIRA DE MORAIS E CIA LTDA-ME CNPJ. 12.865.335/0001-51	R\$ 133,50	P
Pregão Eletrônico 09/2016	Aquisição de material de expediente e copa	ESTAFE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP CNPJ.: 24.553.849/0001-50	R\$ 16,12	P
Pregão Eletrônico 09/2016	Aquisição de material de expediente e copa	TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA CNPJ: 10.986.234/0001-03	R\$ 15,00	P
Pregão Eletrônico 70/2014 UNB (carona)	Aquisição de 25 fragmentadoras adesão a ARP	R S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 20.768.125/0001-73	R\$ 2.424,20	NP
<b>LEGENDA:</b>				
Número do Contrato: Número atribuído ao contrato;				
Objeto: Objeto da contratação;				
Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada;				
Valor: valor da multa atribuída à empresa;				
Sit.: Situação do pagamento, podendo ser Pago (P) ou Não Pago (NP).				

**Anexo ao item 11.4 - Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993**

Unidade Contratante						
Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. A Unidade adota os procedimentos previstos no art. 5º da Lei 8.666/93?		2. A Unidade adota o procedimento de pagamento conforme fluxo da Secretaria de Administração, com as adaptações necessárias às suas características?	
			Avaliação		Avaliação	
			Sim	Não	Sim	Não
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X		X	
PRR-1ªR	200208	26.989.715/0064/96	X		X	
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58	X		X	
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	X		X	
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	X		X	
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29	X		X	
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X		X	
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X		X	
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X		X	
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X		X	
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X		X	
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	X		X	
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X		X	
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X		X	
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X		X	
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X		X	
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99	X		X	
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X		X	
PR/MT	200064	26.989.715/018-50	X		X	
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X		X	
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X		X	
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X		X	
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X		X	
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	X		X	
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07	X		X	
PR/RN	200085	2698715/0025-80	X		X	
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X		X	
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	X		X	
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X		X	
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	X		X	
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	X		X	
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X		X	
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X		X	

**Anexo ao item 11.5 - Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos**

<b>Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento</b>				
Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento				
Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. A Unidade declara que nas contratações realizadas no exercício de 2017, bem como nos contratos vigentes, as planilhas das empresas optantes pelo benefício da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 já se encontram com os percentuais de seus insumos adequados à desoneração da folha de pagamento?	
			Avaliação	
			Sim	Não
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X	
PRR-1ªR	200208	26.989.715/0064/96		X
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58		X
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	X	
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	X	
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29		X
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X	
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X	
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X	
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X	
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X	
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84		X
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X	
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X	
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X	
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X	
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99		X
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X	
PR/MT	200064	26.989.715/018-50		X
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X	
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X	
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X	
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X	
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18		X
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07		X
PR/RN	200085	2698715/0025-80	X	
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X	
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41		X
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X	
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03		X
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47		X
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X	
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X	